



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
Centro de Filosofia e Ciências Humanas - CFCH
Departamento de Ciências Geográficas - DCG
Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGEO
Curso de Doutorado em Geografia

SONIA MARIA DE LIRA

**O “DESENVOLVIMENTO” DO AGLOMERADO DE MICRO E
PEQUENAS INDÚSTRIAS DE CONFECÇÕES DO AGRESTE/PE: AS
SUAS INTER-RELAÇÕES SOCIOESPACIAIS**

RECIFE, OUTUBRO DE 2009

Sonia Maria de Lira

**O “DESENVOLVIMENTO” DO AGLOMERADO DE MICRO E PEQUENAS
INDÚSTRIAS DE CONFECÇÕES DO AGRESTE/PE: AS SUAS INTER-
RELAÇÕES SOCIOESPACIAIS**

Orientador: Dr. Cláudio Jorge Moura de Castilho

Tese apresentada como requisito complementar para obtenção do grau de Doutora em Geografia, do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco.

Recife, outubro de 2009.

Lira, Sonia Maria de

O “desenvolvimento” do aglomerado de micro e pequenas indústrias de confecções do Agreste/PE : as suas inter-relações socioespaciais. – Recife: O Autor, 2009.

214 folhas : il., fig., tab., mapas.

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Geografia, 2009.

Inclui bibliografia , anexos e apêndices.

1. Geografia. 2. Indústria – confecção de roupas. . 3. Produção industrial – Aglomeração. 4. Flexibilidade. 5. Divisão do Trabalho. I. Título.

**911
910**

**CDU (2. ed.) UFPE
CDD (22. ed.) BCFCH2009/45**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - UFPE
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – CFCH
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS –DCG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

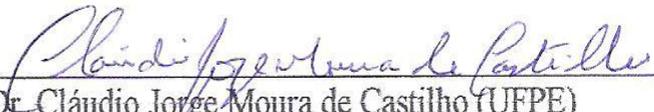
SONIA MARIA DE LIRA

Título: “O “DESENVOLVIMENTO” DO AGLOMERADO DE MICRO E PEQUENAS INDÚSTRIAS DE CONFECCÕES DO AGRESTE/PE: AS SUAS INTER-RELAÇÕES SOCIOESPACIAIS”

BANCA EXAMINADORA

TITULARES:

Orientador:


Prof. Dr. Cláudio Jorge Moura de Castilho (UFPE)

1º. Examinador:


Profa. Dra. Beatriz Maria Soares Pontes (UFRN)

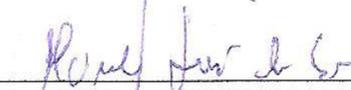
2º. Examinador:


Profa. Dra. Tânia Bacelar de Araújo (UFPE)

3º. Examinador:


Profa. Dra. Norma Gonçalves Lacerda (UFPE)

4º. Examinador:


Prof. Dr. Alcindo José de Sá (UFPE)

APROVADA em 16 de outubro de 2009.

AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGeo da Universidade Federal de Pernambuco, por me conceder a oportunidade de cursar o doutorado.

Ao professor Cláudio Jorge Moura de Castilho, que além de orientador, foi amigo, sendo compreensivo nos momentos em que o tempo não era suficiente para dar conta da carga de estudo, trabalho e pesquisa, aguardando para que entregasse os trabalhos no momento conveniente, sem pressão e respeitando os limites.

Agradeço, especialmente, aos professores Remo Mutzenberg e Norma Lacerda que contribuíram com orientações e sugestões de encaminhamentos metodológicos da tese, fundamentais para a conclusão da pesquisa e do trabalho final.

Aos queridos colegas do curso de Pós-Graduação: Maelda, Paulo, Antonio e Maria, que colaboraram com textos, orientações e em muitos momentos socializando as angústias.

À professora Josiclêda e aos estudantes: Vanessa e Thiago, que ajudaram na elaboração dos mapas. Como também ao meu filho Bruno, ao André e Vera Espar, meus colegas de trabalho, que fizeram algumas modificações no design dos mapas.

Aos meus queridos filhos Bruno e Bruna, digitadores das entrevistas, realizadas no trabalho de campo, além de compartilharem todos os momentos de *stress* e dificuldades, inclusive financeiras, durante o curso.

Ao Vitor, que contribuiu, algumas vezes, ajudando nas minhas dificuldades tecnológicas, como também na tradução do resumo para língua estrangeira e nos mapas.

A minha mãe Lilia, minha irmã Suzana, minha prima Mocinha e meu irmão Jamison, que sempre apoiaram os meus projetos de vida, entre eles o curso de Pós-Graduação; e contribuíram com meus filhos, em vários momentos.

À amiga mais recente, Joelma, que fez a revisão ortográfica do texto antes da defesa da tese e à brava companheira do SINTEPE, Antônia, que fez a correção final do texto.

Aos amigos: Geruza, Fábio e família, Beto, Morica, Avanísia, João Alfredo, Inês, Lúcia, Adriano, e muitos outros, que direta ou indiretamente, favoreceram para a realização das entrevistas e observação dos espaços da produção, nos vários municípios por onde passei.

Às várias entidades e pessoas que se dispuseram a conceder entrevistas ou colocaram seus documentos à disposição, para a conclusão do trabalho científico.

Por fim, a Deus, que sempre guiou meus passos e impulsionou a enfrentar e superar os momentos difíceis que passei até a conclusão desta tese.

A vida não é um produto da técnica,
mas da **política**,
a história não chegou ao fim.

Alex Fiúza de Mello

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO – UFPE
Centro de Filosofia e Ciências Humanas – CFCH
Departamento de Ciências Geográficas – DCG
Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGeo
Curso de Doutorado em Geografia
Tese de Doutorado em Geografia

Resumo

O “desenvolvimento” do aglomerado de micro e pequenas indústrias de confecções do Agreste/PE: as suas inter-relações socioespaciais.

Sonia Maria de Lira

A presente tese tem como objetivo central analisar as inter-relações socioespaciais que contribuem para o desenvolvimento do aglomerado de micro e pequenas indústrias de confecções do Agreste pernambucano, a partir do uso dos diversos territórios que se localizam na sub-região. A motivação para esta pesquisa se deu pela carência ainda de estudos que enfoquem a relevância da dimensão espacial do referido aglomerado. Do ponto de vista metodológico, visando à realização de uma pesquisa qualitativa, utilizou-se a “técnica da triangulação” para elucidar a análise geográfica das atividades de confecções da sub-região, o que permitiu fazer a interpretação do fenômeno espacial estudado, enfocando as ações dos atores dos territórios da produção, mediante as quais se teceram, historicamente, as inter-relações socioespaciais. Este novo enfoque metodológico aglutinado trouxe importantes resultados para a conclusão da tese. Verificou-se, então, que as inter-relações socioespaciais existentes na área têm acontecido, sob a lógica do modelo civilizatório capitalista atual, cuja produção flexível, através da divisão social do trabalho, tem favorecido a fragmentação territorial e a ampliação das desigualdades socioespaciais. Destacou-se a necessidade de um novo tipo de planejamento ser pensado e praticado na sub-região com menos exclusão socioterritorial, ainda que se tenha ciência das dificuldades existentes para isto.

Palavras-chave: Território, Desenvolvimento, Aglomerado produtivo de confecções, Agreste-PE, Divisão social do trabalho, Produção flexível, Relações de poder.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO – UFPE
Centro de Filosofia e Ciências Humanas – CFCH
Departamento de Ciências Geográficas – DCG
Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGeo
Curso de Doutorado em Geografia
Tese de Doutorado em Geografia

Résumé

Le développement de l'agglomération des micro et petites entreprises de vêtements à l'intérieur de La région Agreste Du Pernambuco/Brésil: ses interrelations sociales et spatiales.

Sonia Maria de Lira

Cette thèse a pour but principal d'analyser les interrelations sociales et spatiales qui contribuent au développement de l'agglomération des micro et petites entreprises de vêtements à l'intérieur de la région Agreste du Pernambuco/Brésil, à partir de l'usage des divers territoires qui se trouvent situés autour des ses trois pôles de production: Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe et Toritama. Le manque d'études scientifiques sur l'importance de la dimension spatiale de cet "agglomérat" a été la motivation centrale de ce travail de recherche. Du point de vue méthodologique, on a utilisé la "technique de la triangulation" afin d'éclairer l'analyse géographique de la production de vêtements dans l'Agreste de Pernambuco, ainsi que la nature des actions des acteurs liés aux activités étudiées par lesquelles ils ont construit, historiquement, de fortes interrelations sociales et spatiales. Cette approche méthodologique a ajouté d'importants résultats pour la conclusion de la thèse: on a vérifié que les interrelations sociales et spatiales dans l'Agreste de Pernambuco sont créés par la logique du modèle capitaliste de civilisation d'aujourd'hui, dont la production flexible, à travers l'approfondissement de la division sociale du travail, contribue à la fragmentation territoriale et à la fois à l'aggravation des inégalités sociales et spatiales. En outre, il a proposé à la fin de la thèse une discussion d'un nouveau projet de planification, pensé et pratiqué avec moins d'exclusion sociales et spatiales et ceci même considérant la difficulté d'y parvenir.

Mots-clés: Territoire, Développement, Agglomérat productive de l'entreprises de vêtements, l'Agreste-PE, La division sociale du travail, Production flexible, Relation de pouvoir.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABIT	Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção
ABRAVEST	Associação Brasileira de Vestuário
ACIC	Associação Comercial e Empresarial de Caruaru
ACIT	Associação Comercial e Industrial de Toritama
AFEST	Associação dos Feirantes de Toritama
APL	Arranjo produtivo Local
ASCAP	Associação dos Confeccionistas de Santa Cruz do Capibaribe
ADDiper	Agência de Desenvolvimento de Pernambuco
BANDEPE	Banco do Estado de Pernambuco
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CONDEPE/FIDEN	Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco
CPRH	Agência Estadual de meio Ambiente e Recursos Hídricos
CVT	Centro de Vocação Tecnológica
ENPAL	Engenharia e Pavimentação Ltda.
FADE	Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UFPE
FAT	Fundo de Assistência ao Trabalhador
FNE	Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação
INSS	Instituto nacional do Seguro Social
IPEM	Instituto de Pesos e Medidas
ITEP	Instituto Tecnológico de Pernambuco
MPT	Ministério Público do Trabalho
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PIB	Produto Interno Bruto
PRONAF	Programa Nacional da Agricultura Familiar
PT	Partido dos Trabalhadores

Redesist	Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais
SANBR	Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro S.A.
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SECTMA	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente
SEFAZ	Secretaria da Fazenda de Pernambuco
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SINDIVEST	Sindicato do Vestuário de Pernambuco
SUAPE	Complexo Industrial Portuário
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
UNESCO	Organização Cultural, Científica e Educacional das Nações Unidas
UNO	União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Carreta para transporte de confecções.....	54
Figura 02: Ônibus de excursão para a sulanca.....	54
Figura 03: Jovem de 14 anos costurando.....	63
Figura 04: Jovens tirando pêlos de peças em <i>jeans</i>	63
Figura 05: Domicílio que subcontrata produção.....	72
Figura 06: Lavanderia.....	72
Figura 07: Habitações populares.....	75
Figura 08: Habitações populares.....	75
Figura 09: Tanque de lavanderia.....	76
Figura 10: Estrutura para tratamento de efluentes.....	76
Figura 11: Caatinga.....	77
Figura 12: Lenha para as caldeiras.....	77
Figura 13: Atividades culturais de Caruaru.....	80
Figura 14: Área externa de facção em área rural.....	86
Figura 15: Área interna de facção em área rural.....	86
Figura 16: Feira da Sulanca em Caruaru.....	87
Figura 17: Feira da Sulanca em Caruaru.....	87
Figura 18: Cadeia produtiva do vestuário.....	95
Figura 19: CVT em Riacho das Almas.....	96
Figura 20: Área interna do CVT.....	96
Figura 21: Pirâmide socioespacial dos atores do aglomerado de confecções de Pernambuco.....	117
Figura 22: Síntese da análise das entrevistas dos atores individuais da esfera privada e suas relações.....	121
Figura 23: Plano Territorial Rota daModa.....	155
Figura 24: Antiga feira de Santa Cruz do Capibaribe.....	162
Figura 25: Moda Center Santa Cruz do Capibaribe.....	162
Figura 26: Lavanderia e Fabrico.....	164
Figura 27: Domicílio que fabrica com <i>jeans</i>	164

LISTA DE MAPAS

Mapa 01: Fluxos produtivos de Santa Cruz do Capibaribe	47
Mapa 02: Fluxos produtivos de Toritama.....	48
Mapa 03: Fluxos produtivos de Caruaru.....	49
Mapa 04: Distribuição geográfica dos compradores de confecções do Agreste Pernambucano.....	53
Mapa 05: Localização geográfica dos territórios da produção de confecção na área rural de Santa Cruz do Capibaribe.....	67
Mapa 06: Localização geográfica dos territórios da produção de confecção na área rural de Toritama.....	73
Mapa 07: Localização geográfica dos territórios da produção de confecção na área rural de Caruaru.....	81

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Países compradores das confecções do Agreste pernambucano.....	54
Tabela 02: Percentual (%) de crianças de 10 a 14 anos de idade que trabalham em Pernambuco, Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama, em 1991 e 2000.....	62
Tabela 03: Os dez municípios de maior renda per capita do Estado de Pernambuco.....	84
Tabela 04: Os dez municípios com menor percentual de pobres do Estado de Pernambuco...	85
Tabela 05: Os dez municípios com o maior Índice de Desenvolvimento Humano/PE.....	88
Tabela 06: Distribuição, por municípios, dos entrevistados individuais da esfera privada....	102
Tabela 07: Índice de Gini da Distribuição da Renda das Pessoas Responsáveis pelo domicílio, 1991-2000.....	140
Tabela 08: População Residente e Variação da População Residente.....	141
Tabela 09: Variação das classes de rendimento nominal mensal conforme as pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes.....	142
Tabela 10: Produto Interno Bruto per capita, 2003-2006.....	143

SUMÁRIO

RESUMO

RÉSUMÉ

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

LISTA DE FIGURAS

LISTA DE MAPAS

LISTA DE TABELAS

1 INTRODUÇÃO.....	15
1.1 O caminho metodológico escolhido.....	16
1.2 Organização dos Capítulos.....	21
2 CONCEITOS E PROCESSOS RELACIONADOS AO TEMA.....	23
2.1 Território, desenvolvimento e aglomerado produtivo.....	23
2.2 A integração e fragmentação do território.....	33
2.3 Relações entre fixos e fluxos no território.....	44
3 AGRESTE PERNAMBUCANO: ESPAÇO DO AGLOMERADO PRODUTIVO DE CONFECÇÕES.....	57
3.1 Contextualizando os territórios “pioneiros” do aglomerado produtivo de confecções....	57
3.1.1 O pioneirismo de Santa Cruz do Capibaribe.....	65
3.1.2 Toritama, a capital do <i>jeans</i>	71
3.1.3 Caruaru também ingressa na sulanca.....	78
3.2 A expansão territorial da produção da sulanca no Agreste.....	82
4 O DESENVOLVIMENTO DO AGLOMERADO DE MICRO E PEQUENAS INDÚSTRIAS DE CONFECÇÕES: O USO "RACIONAL" DO TERRITÓRIO.....	90
4.1 Os recortes horizontais do aglomerado.....	90
4.2 Os atores locais.....	101
4.2.1 Atores individuais da esfera privada.....	101
4.2.1.1 Os confeccionistas.....	103
4.2.1.2 Os faccionistas.....	112

4.2.1.3 Atores dos setores de beneficiamento, lavanderia e bordados.....	115
4.2.2 Atores coletivos da esfera privada.....	122
4.2.3 Atores coletivos da esfera pública.....	130
4.3 Os atores e o meio espacial.....	139
4.3.1 Um crescimento econômico desigual.....	139
4.3.2 As normas e seu reflexo sobre o meio socioespacial.....	144
4.4 Estrutura socioeconômica e cultural do macro-organismo socioespacial no qual estão inseridos os sujeitos.....	149

5 PLANEJAMENTO NECESSÁRIO ÀS TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS..... 153

5.1 O embrião de um planejamento não concluído.....	153
5.2 Por um planejamento que contemple o aglomerado produtivo em sua complexidade e totalidade.....	158

CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 161

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... 166

APÊNDICES

ANEXOS

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como objetivo central a análise das inter-relações socioespaciais que contribuem para o processo de construção do aglomerado de micro e pequenas indústrias de confecções do Agreste/PE, estabelecidas pelos diversos territórios envolvidos no processo produtivo.

O aglomerado industrial de confecções do Agreste pernambucano reúne um agrupamento significativo de micro e pequenas empresas que se inter-relacionam num determinado espaço geográfico. As inter-relações, no entanto, ocorrem a partir das racionalidades do modo civilizatório capitalista, através da produção flexível. Elas não são sinônimas de integração, mas de fragmentação espacial.

Esse tema faz-se pertinente porque, apesar do referido aglomerado já ter sido pesquisado, a análise territorial ainda precisa ser aprofundada. Há necessidade de investigar a realidade, pelas suas inter-relações territoriais, não obstante ela apareça de forma fragmentada, a partir de municípios isolados. Desse modo, é preciso enfatizar essas inter-relações entre os diversos territórios do aglomerado produtivo, em sua totalidade.

Os núcleos do aglomerado de micro e pequenas indústrias de produção de confecções do Agreste pernambucano acham-se localizados em três municípios: Santa Cruz do Capibaribe, Caruaru e Toritama, nos quais ocorrem também os fluxos de comercialização dos seus produtos, através dos pontos tradicionais (feiras livres) e dos modernos (Centros de Compras), ali instalados. Ademais, pela sua própria necessidade de expansão territorial, a atividade produtiva amplia-se por vários outros municípios agrestinos, onde também ocorrem formas diretas de comercialização dos micro-territórios da produção com compradores externos.

Se por um lado, as inter-relações entre esses lugares vêm se consolidando, principalmente através dos processos de produção e comercialização, por outro, isso acontece, ao mesmo tempo em que ocorre a fragmentação do espaço, a partir da divisão territorial do trabalho, reforçando as disputas econômicas e políticas entre os lugares, com base no conflito de interesses dos seus agentes sociais.

Dessa forma, este trabalho pretende, a partir do objetivo acima definido, explicar o modelo que o desenvolvimento do aglomerado de micro e pequenas indústrias de confecção do Agreste pernambucano vem desenhando na referida sub-região, enfatizando as relações territoriais produzidas, como condição à expansão do próprio modelo, através do uso do

espaço e da divisão socioterritorial do trabalho.

Atualmente, o desenvolvimento do aglomerado produtivo de confecções é, ao mesmo tempo, oportunidade de ampliação de emprego e renda para as populações dos territórios envolvidos, bem como de fixação desse contingente populacional em seus lugares de origem, evitando, conseqüentemente, o acirramento do processo migratório para os centros urbanos de médio e grande porte da região e do país.

O aglomerado produtivo não possui importância apenas dos pontos de vista econômico e social das suas populações locais, mas também territorial. Por isso, esta pesquisa foi encaminhada seguindo-se alguns caminhos metodológicos que contribuíram para uma visão mais abrangente dessa realidade, a partir da análise socioespacial do fenômeno.

1.1 O caminho metodológico escolhido

A hipótese principal baseia-se na idéia de que o processo de desenvolvimento do aglomerado de micro e pequenas indústrias de confecções do Agreste pernambucano possui como suporte as inter-relações socioespaciais, entre os diversos territórios envolvidos, construídas a partir de um modelo de “produção flexível”, através da divisão espacial do trabalho que provoca a fragmentação territorial do aglomerado e favorece a reprodução do próprio modelo.

Verificou-se, então, que para a realização deste estudo, a análise qualitativa seria a mais apropriada. Nessa perspectiva foram utilizados instrumentos que propiciaram realizar um estudo reflexivo que não se ativesse, apenas, à análise dos dados coletados, mas, simultaneamente, a uma interpretação processual permanente da realidade. A metodologia qualitativa contribuiu, sobremaneira, para essa reflexão, porém não impediu de serem usados também dados quantitativos para complementar a análise, usando-os como meios e não como fins à explicação do fenômeno estudado.

Concomitantemente, foram utilizadas a entrevista semi-estruturada, a entrevista aberta ou livre, a observação livre, e o método da análise de conteúdo, técnicas que, conforme Triviños (2006, p. 138), constituem instrumentos fundamentais à pesquisa social. A partir da utilização desses diversos recursos, lançou-se mão da “Técnica da Triangulação” a qual possui como objetivo básico:

[...] abranger a máxima amplitude na descrição, explicação e compreensão do foco em estudo. Parte de princípios que sustentam que é impossível conceber a existência isolada de um fenômeno social, sem raízes históricas, sem significados culturais e sem vinculações estreitas e essenciais com uma macrorrealidade social. [...] Segundo a técnica da triangulação e supondo que estamos estudando sujeitos determinados,

[...] nosso interesse deve estar dirigido, [...] aos *Processos e Produtos centrados no sujeito*; [...] aos *Elementos Produzidos pelo meio do sujeito* e [...] aos *Processos e Produtos originados pela estrutura sócio-econômica e cultural do macro-organismo social no qual está inserido o sujeito*. (TRIVIÑOS, 2006, p. 138-139)

Essa técnica trouxe condições de se verificar como os sujeitos agiam no aglomerado produtivo, mas vinculando suas ações ao meio (socioespacial) em que se encontravam e à realidade macroeconômica onde estavam inseridos.

Usou-se a “análise de conteúdo” através das entrevistas aplicadas aos atores do aglomerado produtivo, dentro da primeira etapa da técnica da triangulação, ou seja, aquela que busca apreender e entender os “*Processos e Produtos centrados nos sujeitos*”.

Neste momento, verificou-se como as ações dos sujeitos socioespacialmente territorializados interferiam no desenvolvimento do aglomerado, a partir da análise dos conteúdos das falas dos seguintes atores: atores individuais da esfera privada (micro e pequenos empresários), atores da esfera coletiva (entidades do Sistema “S” e governamentais: secretários de governo ou dirigentes diversos) e também entidades associativas dos segmentos locais.

Isso porque, segundo Santos (1999, p. 67):

As ações resultam de necessidades naturais ou criadas. Essas necessidades: materiais, imateriais, econômicas, sociais, culturais, morais, afetivas, é que conduzem os homens a agir e levam a funções. Essas funções, de uma forma ou de outra, vão desembocar nos objetos. Realizadas através de formas sociais, elas próprias conduzem à criação e ao uso de objetos, formas geográficas.

As necessidades dos atores do aglomerado de micro e pequenas indústrias de confecções do Agreste pernambucano são criadas através de carências sociais e econômicas, gerando ações que vão se transformar em objetos. Elas podem ser detectadas através das falas dos agentes locais. Da mesma maneira, os objetos podem ser identificados nos diversos territórios do aglomerado produtivo, constituídos por aquelas ações.

Os indicadores, a seguir, foram usados na elaboração das entrevistas: localização dos territórios da produção, localização originária dos compradores, organização territorial das ações (formas de contratação, formas de comercialização, nível de organização, nível de articulação com o poder público e nível de articulação com outros segmentos existentes nos territórios).

Ademais, as entrevistas foram encaminhadas de forma aberta, favorecendo, no decorrer da pesquisa, que outros indicadores fossem ampliados, entre os quais, serão citados aqueles que se referem à organização territorial da atividade: maquinaria e normatização. Com os dados coletados, foram organizadas as grades dos indicadores com base nos já

mencionados, onde se comparou as falas dos agentes locais, a partir do enfoque temático e da análise estrutural.

Utilizou-se a análise estrutural das entrevistas a partir do objetivo central da pesquisa, na medida em que ela se aplica “aos princípios de organização subjacentes, aos sistemas de relações, aos esquemas diretores, às regras de encadeamento, de associação, de exclusão, de equivalência, aos agregados organizados de palavras ou de elementos de significação...” (BARDIM, 1977, p. 205). Mediante esses princípios, buscou-se identificar os arranjos entre os diferentes itens, descobrindo o que era significativo nas suas relações.

Ao mesmo tempo, enfocaram-se, na análise das entrevistas, as associações que ligavam os significados enquanto sistemas. Usou-se, então, a pirâmide socioespacial, demonstrando o esquema de núcleo de relações entre os diversos atores que compunham o aglomerado e, conseqüentemente, entre os seus diversos territórios usados, visto que essas relações são territorializadas. Como também foi organizado outro diagrama, apresentando a síntese da análise das entrevistas com os atores individuais da esfera privada.

Os significados das palavras enquanto sistemas favoreceram a análise das inter-relações entre os atores, o que facilitou o entendimento, também, sobre o sistema de objetos e de ações desencadeado a partir do desenvolvimento do aglomerado de micro e pequenas indústrias de confecções no Agreste pernambucano. Nesse sentido para Santos (1999, p. 52):

Sistema de objetos e sistemas de ações interagem. De um lado, os sistemas de objetos [fábricas, fabricos, facções, residências com costureiras autônomas etc.] condicionam a forma como se dão as ações [sub-contratação, produção em territórios fragmentados, divisão socioterritorial do trabalho etc.] e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra sua dinâmica e se transforma.

Sendo assim, no segundo momento da pesquisa, dirigiu-se o enfoque aos “*Elementos Produzidos pelo meio do sujeito*”. Nesta etapa analisaram-se os dados estatísticos do aglomerado produtivo e a normatização relacionada a este aglomerado. Foi complementada esta etapa, com a cartografia produzida a partir das entrevistas e observações livres nos territórios do aglomerado.

Na terceira fase da pesquisa, foi utilizada a técnica da triangulação, referente aos “*Processos e Produtos originados pela estrutura socioeconômica e cultural do macro-organismo social no qual está inserido o sujeito*”, onde se enfocou o modo civilizatório capitalista e sua influência no aglomerado de micro e pequenas indústrias de confecções do Agreste pernambucano.

A técnica da triangulação contribuiu, então, para se ter uma maior abrangência na descrição do aglomerado produtivo estudado, como também proporcionou uma interpretação

mais ampla do espaço, enquanto sistema de objetos e sistema de ações.

Esses objetos e essas ações são reunidos numa lógica que é, ao mesmo tempo, a lógica da história passada (sua datação, sua realidade material, sua causação original) e a lógica da atualidade (seu funcionamento e sua significação presentes). Trata-se de reconhecer o valor social dos objetos, mediante um enfoque geográfico. A significação geográfica e o valor geográfico dos objetos vem do papel que, pelo fato de estarem em contigüidade, formando uma extensão contínua, e sistemicamente interligados, eles desempenham no processo social. (SANTOS, 1999, p. 63)

A metodologia qualitativa, à luz da teoria do espaço, contribuiu para se explicar como a construção deste aglomerado vem acontecendo, ressaltando, sobretudo, o papel das suas inter-relações socioespaciais. Para atingir os objetivos propostos e comprovar a hipótese formulada, o trabalho foi desenvolvido em oito etapas:

ETAPA 1: levantamento bibliográfico

Objetivo: discutir os conceitos que serviram de suporte à pesquisa sobre “o desenvolvimento do aglomerado de micro e pequenas indústrias do Agreste/PE”. Entre os conceitos aprofundados foram destacados os seguintes: desenvolvimento, território, aglomerado produtivo, fragmentação e inter-relação socioespacial. Como conceitos que mediarão a pesquisa, também foram enfatizados os de divisão social do trabalho e relações de poder, que reproduzem o desenvolvimento do aglomerado de micro e pequenas indústrias de confecções e que atendem aos interesses do modelo capitalista existente.

Procedimento: levantamento bibliográfico de livros, teses, periódicos e artigos científicos diversos, existentes sobre o tema estudado.

ETAPA 2: contextualizando o aglomerado produtivo de confecções

Objetivo: conhecer as características socioeconômicas da sub-região do Agreste pernambucano através dos estudos já realizados, além das pesquisas municipais sobre alguns dos territórios que compõem o aglomerado produtivo.

Procedimento: levantamento bibliográfico a partir de livros, teses, dissertações, monografias e diagnósticos de instituições oficiais sobre as condições socioeconômicas dos municípios envolvidos.

ETAPA 3: levantamento exploratório

Objetivo: observar a realidade empírica, buscando maior conhecimento sobre o problema a ser investigado.

Procedimento: observação livre da dinâmica dos territórios do aglomerado produtivo em epígrafe, utilizando anotações de campo, para complementar outros elementos da pesquisa.

ETAPA 4: levantamento estatístico

Objetivo: levantar dados quantitativos sobre a realidade do aglomerado produtivo, junto a

entidades institucionais públicas e privadas responsáveis pela gestão das atividades exercidas pelos agentes do aglomerado.

Procedimento: pesquisa em *sites* de entidades como IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), SEFAZ (Secretaria da Fazenda de Pernambuco), SINDIVEST (Sindicato do Vestuário de Pernambuco) etc. Como também visitas ao CONDEPE/FIDEN (Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco).

ETAPA 5: entrevistando os atores do aglomerado produtivo de confecções do Agreste pernambucano.

Objetivo: verificar a partir de entrevistas (semi-estruturadas, abertas ou livres; como também através de questionários) em que medida os agentes locais se relacionavam e organizavam as atividades do aglomerado produtivo mediante a sua territorialização.

Procedimento: aplicação de entrevistas e questionários, a micro e pequenos empresários, entidades governamentais e entidades associativas, em diversos territórios do aglomerado produtivo.

ETAPA 6: mapeando o aglomerado produtivo do Agreste/PE

Objetivo: confeccionar mapas que apresentassem e representassem a localização dos principais territórios do aglomerado produtivo ligados aos seus três núcleos, demonstrando as inter-relações socioespaciais existentes, como também dos principais fluxos de produção e de comercialização.

Procedimento: a partir da observação e das entrevistas foram confeccionados, mediante o uso de técnicas de geoprocessamento, cartas geográficas que visualizavam a realidade empírica pesquisada.

ETAPA 7: interpretando a realidade pesquisada

Objetivo: interpretar os dados empíricos, estatísticos e teóricos, confrontando-os com a hipótese inicial, analisando as ações dos sujeitos do aglomerado produtivo e as inter-relações socioespaciais por eles construídas.

Procedimento: através da técnica da triangulação, à luz da teoria do espaço como sistema de objetos e ações, buscou-se compreender como as ações dos sujeitos se inter-relacionavam nos territórios usados e a partir deles. Também foram verificados os elementos produzidos pelo meio (socioespacial) e os produtos e processos originados por sua estrutura socioeconômica.

ETAPA 8: redigindo sobre o “desenvolvimento” do aglomerado de micro e pequenas indústrias de confecções do Agreste/PE.

Objetivo: redigir o texto final sobre a pesquisa encaminhada, a partir da análise das inter-

relações socioespaciais existentes entre os territórios agrestinos envolvidos, mediante o desenvolvimento do aglomerado produtivo.

Procedimento: Redação final do texto.

Esta tese é, enfim, uma tentativa de explicar como as inter-relações socioespaciais contribuem para o desenvolvimento do aglomerado de micro e pequenas indústrias de confecções do Agreste/PE, estabelecidas pelo uso de diversos territórios da sub-região.

1.2 Organização dos Capítulos

A tese reproduz os resultados da investigação realizada em cinco capítulos. O capítulo 1 apresenta a introdução, enfocando o objetivo da pesquisa, a hipótese e o caminho metodológico percorrido.

O capítulo 2 enfatiza reflexões conceituais acerca de território, desenvolvimento e aglomerado produtivo, conceitos chaves deste estudo. Busca discutir como a dialética relação integração/fragmentação está presente na organização territorial do aglomerado produtivo de confecções do Agreste/PE, identificando os seus fixos e fluxos na lógica do modelo capitalista existente.

No capítulo 3, é feita uma reflexão sobre o Agreste pernambucano enquanto território do aglomerado produtivo de confecções, contextualizando os seus principais núcleos: Santa Cruz do Capibaribe, Toritama e Caruaru, relacionando-os aos diversos territórios dos municípios que compõem o aglomerado.

No capítulo 4, destacam-se os resultados da pesquisa de campo, utilizando-se a técnica da triangulação e a análise de conteúdo a partir das entrevistas com os atores do aglomerado produtivo. Além disso, analisam-se algumas leis e “termos de compromisso de ajustamento de conduta” formulados para os territórios em epígrafe, que mostram as ações do setor público estadual para o aglomerado e o ajustamento de conduta que demonstra as disputas entre os poderes públicos e privados municipais no território de Toritama. Neste capítulo, a análise de conteúdo foi de fundamental importância para a pesquisa, pois, a partir deste método, os textos escritos das entrevistas, feitas em campo, e os documentos adquiridos em órgãos oficiais, foram analisados para identificar de que forma as ações dos seus atores se articulam socioterritorialmente.

No capítulo 5, coube fazer uma análise da tentativa de planejamento governamental, organizada pelo governo de Pernambuco, para o aglomerado produtivo do Agreste, bem como as considerações finais. Como também se ressalta a necessidade de um planejamento para a

sub-região que contemple as várias esferas de governo (municipal, estadual e federal), e a participação da sociedade civil, articulando os diversos territórios do aglomerado produtivo; não apenas os seus núcleos principais e as poucas entidades associativas existentes.

Enfim, foram feitas proposições com o intuito de contribuir para que os poderes públicos, junto à sociedade civil, construam ações conjuntas que contemplem os territórios do aglomerado na sua complexidade e totalidade, além de uma articulação mais ampla que garanta a participação de um maior número de atores existentes, buscando, assim, uma atuação mais democrática e mais equitativa.

2 CONCEITOS E PROCESSOS RELACIONADOS AO TEMA

2.1 Território, desenvolvimento e aglomerado produtivo

No meio acadêmico, o conceito de território tem sido rediscutido, de forma mais sistemática, nos últimos anos e, especificamente, entre os geógrafos, diante das grandes transformações territoriais que têm acontecido na sociedade contemporânea.

O território é cada vez mais analisado, em escalas diferenciadas, como até então não acontecia, da análise do micro-território à global, considerando-se os processos de fragmentação e centralização econômica. Aos aspectos econômicos, outros enfoques são acrescentados, como por exemplo: o social, o político, o antropológico, etc. Conforme Becker (1983, p. 08):

O processo de produção do território é determinado pela infra-estrutura econômica, mas regulado pelo jogo político. Implica na apropriação do espaço pelo ator que então territorializa esse espaço. Implica também na noção de limite: a forma do território e a malha territorial são manifestações de poder.

Percebe-se, então, que o uso do território ocorre a partir das relações sociais. As relações econômicas, políticas, culturais, etc. irão atuar no referido território e este reagirá a essas modificações impostas pelos agentes envolvidos; reação que, por sua vez, influirá nas práticas sociais desses mesmos agentes.

Originado nas Ciências Naturais, esse conceito era, em princípio, atribuído à área de dominância de espécies vegetais e animais, entretanto, a partir de Augusto Conte, passa a incorporar as análises da Geografia do Homem, conforme Moraes (1995, p. 78).

A própria etimologia da palavra, a partir de Gottman, citado por Mesquita (1995, p. 76), “declara que o conceito deriva do latim ‘terra’ (terra) e ‘pertencente’ (torium)” que foi aplicado inicialmente às cidades-estado da Grécia clássica.

O uso do território – espaço socialmente construído – dessa forma, não é algo exclusivo do ser humano. Os outros seres vivos também o utilizam. O elemento diferenciador reside no fato de que os seres humanos, através da atuação racional, transformam esse espaço e, ao mesmo tempo, sofrem as consequências dessas transformações.

No decorrer da história, o território, em suas localizações específicas, passou a ser controlado por comunidades-aldeãs, cidades-Estado, organizações religiosas, Estado moderno, poderosas empresas ou grupos diversos em diferentes porções do espaço. Mas, a partir da Geografia Política Clássica foi dada toda uma ênfase ao território nacional como um território por excelência, justificando, conforme Souza (1995, p. 94), que:

[...] territórios são entidades que se justapõem contiguamente, mas não se superpõem, uma vez que para cada território nacional só há um Estado-Nação. Sem dúvida, isto é uma hipersimplificação, imbricada na pobreza conceitual longo tempo imperante. Não apenas o que existe, quase sempre, é uma superposição de diversos territórios, com formas variadas e limites não coincidentes, como, ainda por cima, podem existir contradições entre as diversas territorialidades, por conta dos atritos e contradições existentes entre os respectivos poderes.

Segundo ainda o mesmo autor, verifica-se que a idéia de território tem estado atrelada, na discussão científica, a certo “estadocentrismo”. Apenas, mais recentemente, é que este discurso vem se modificando e o território passa a ser analisado em suas várias dimensões.

É na Geografia que o território ganha uma amplitude diferenciada, já que o espaço geográfico é produzido a partir da dinâmica social, relacionada a interesses complexos. Com a idéia de que “O território é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”, Souza (1995, p. 78) deixa claro que é, essencialmente, a ação social, através de sua apropriação, que dá origem ao território social. Sem a relação de posse, de uso, não serão definidos limites, e conseqüentemente não haverá território.

Na pesquisa sobre o aglomerado produtivo de confecções, a idéia de território está ligada aos espaços enquanto conjunto de sistemas de objetos e sistemas de ações, que garantem a organização e estruturação de fixos e fluxos necessários à produção e à comercialização das confecções, segundo a racionalidade do capital.

Esta pesquisa enfatiza de que forma territórios do espaço sub-regional pernambucano, são usados pelos micro e pequenos empresários, através da divisão territorial do trabalho, acrescentando novos objetos construídos, segundo a lógica predominante, que garante o desenvolvimento contínuo do aglomerado.

Desenvolvimento aqui significa, conforme Amendola (1975, p. 375), o “ato de desenvolver, progresso, adiantamento” e desenvolver significa “tirar do envólucro; [...] fazer crescer [...]”. Todavia, ao tratar-se do conceito de desenvolvimento na perspectiva do crescimento e da expansão do aglomerado produtivo em questão, não se pode deixar de considerar a possibilidade de construção de uma política pública necessária à resolução dos problemas identificados.

Verifica-se, então, que durante longo tempo, tanto o conceito de território esteve atrelado à figura do Estado, como o conceito de desenvolvimento foi focado pelas diversas escolas do pensamento de forma a legitimar as ações do Estado. Segundo Souza (1995, p. 100):

As idéias de ‘território’ e ‘desenvolvimento’ têm estado, especialmente em um país como o Brasil, em relação de proximidade e mesmo simbiose dentro da matriz comum de valores conservadora, não importando o fato de que grupos diferentes de

especialistas se ocupam preferencialmente com um e com outro conceito (geógrafos e geopolíticos, de um lado, e economistas e sociólogos, de outro).

Ambas as conceituações estão vinculadas a processos ideológicos que vão perpassar, desde a lógica liberal até a nacionalista, tanto no processo de desenvolvimento como no de discussão sobre o território. Na trajetória brasileira, o período republicano é marcado pela ideologia desenvolvimentista. De acordo com Theodoro (apud RAMALHO & ARROCHELLAS, 2004, p. 19):

Como ‘noção’, a idéia de desenvolvimento amalgama o discurso político brasileiro sendo uma espécie de consenso, perpassando todo o espectro (da extrema-direita à extrema-esquerda – ainda que com matizes como aqueles mais associados à visão nacionalista, outros mais afetos à abertura ao capital externo, outros que privilegiam a velha ‘ordem’, a ‘justiça’ etc.). Em linhas gerais, [...] a perspectiva modernizante apresenta-se como elemento central do discurso republicano desde sua origem no século XIX; da ordem e do progresso, associando-se à idéia de ruptura e de transformação, no bojo, entretanto, do ideário liberal.

O referido discurso não vislumbrava mudanças efetivas, pois a lógica determinante era a econômica e os aspectos sociais não eram priorizados. Mas, este discurso não é exclusividade apenas do período republicano, pois economistas de períodos históricos diferenciados enfatizaram os aspectos econômicos do desenvolvimento em detrimento das questões sociais.

Segundo Lewis (1960, p. 11), “É possível que a produção esteja crescendo, e que, apesar disso, a massa da população se vá empobrecendo. [...] mas o que nos interessa, principalmente, é a análise do crescimento, e não da distribuição.” Entende-se que o grupo de economistas clássicos que divorciou o aspecto econômico do social fazia parte de uma corrente de pensamento que acreditava na idéia de que os problemas sociais deveriam ser tratados pela “Ética”.

Conforme Thweatt (1971, p. 110):

Dando suas bênçãos às políticas que elevam a eficiência do sistema econômico, os economistas recusam pronunciar-se sobre os efeitos distributivos. Sustenta-se que economistas qua economistas em absoluto podem julgar as mudanças distributivas. Várias normas éticas teriam de ser introduzidas, procedentes de esfera estranha à Economia, a fim de avaliar os méritos de políticas que acarretariam modificações nas distribuições das rendas.

Sendo assim, a economia encarregar-se-ia apenas dos aspectos produtivos. A desigualdade quanto à distribuição das rendas engendradas não deveria preocupar esses pesquisadores, o que ficaria a cargo de outros campos do conhecimento. Mas, não foram somente os economistas clássicos que cometeram esse equívoco. Pois, os modernos

economistas do bem-estar social também tentaram separar, em suas análises, a produção da distribuição.

Essa concepção de trabalhar a economia divorciada do social é o que se discorda, porque a construção de riquezas envolve milhões de vidas humanas. Assim sendo, não é possível separar esses aspectos, sob pena de se ter uma visão reduzida e limitada da realidade socioespacial dos territórios.

Conforme Thweatt (1971, p. 128-129): “... os modernos economistas do bem-estar, como ocorreu há tanto tempo com os clássicos, embora reconheçam haver certa ligação entre produção e distribuição, não conseguiram ainda formular um objetivo, isto é, um critério que lhes permita julgar alterações na segunda”. Destarte, mesmo com o bem-estar social sendo colocado como uma variável importante nos estudos econômicos, os economistas continuaram atendo-se sobretudo aos aspectos produtivos.

A questão da distribuição, no entanto, havia sido tratada por Ricardo, segundo o qual a distribuição seria importante, pois afetaria o crescimento econômico. Retomando Thweatt (1971, p. 155):

Os ‘títulos’ teóricos (nem todos absolutamente de sua fabricação) de que carecia para analisar a distribuição no setor agrícola eram os seguintes: 1) o princípio malthusiano de população – a fim de determinar a taxa salarial; 2) a teoria do fundo salarial – com o objetivo de fixar a procura de salário; 3) a ‘lei de rendas decrescentes’ na agricultura, que especificaria a divisão da produção total entre alugueres e o restante composto de salários e lucros; e 4) suas próprias opiniões sobre a terra, que eliminaria o aluguel da determinação de valor (salários acrescidos de lucros), de modo que, tendo suposto serem os salários constantes (ao nível de subsistência), restava como resíduo o lucro. E era o lucro em seu modelo que determinava a acumulação de capitais e, destarte, a taxa de crescimento econômico.

Ricardo questionava o protecionismo agrícola na Inglaterra, porque considerava que este retardava o crescimento econômico. Ele defendia a revogação da Lei do Milho, supondo que a concorrência, no mercado de capitais, levaria a taxa de lucros à margem agrícola a determinar a taxa de remuneração do capital em todas as indústrias. Na verdade, apesar de ter considerado a questão da distribuição, sua grande crença no mercado demonstrava o caráter liberal de sua teoria, já que a própria distribuição estava sujeita ao crescimento econômico.

Adam Smith também foi um grande defensor do mercado, haja vista acreditar na “liberdade natural” dos indivíduos, os quais utilizando suas operosidades, capitais e em concorrência garantiriam o desenvolvimento. Mas, o indivíduo seria conduzido por uma “mão invisível” que promoveria os fins, mesmo independentemente das intenções individuais. Em seu livro “A riqueza das nações”, Smith esboça, segundo Thweatt (1971, p. 58-59), os seguintes aspectos:

Os Livros I e II consistem principalmente de ‘análises econômicas’; valor e distribuição; moeda; análise e preços de mercado; tecnologia (divisão do trabalho); e crescimento econômico [...]

No Livro III, deparamos ‘história econômica’ do tipo descrito pelo Professor Blang, como ‘história sinóptica’, e que serve como ‘prelúdio’ ao Livro IV. [...]

Tendo estabelecido a estrutura teórica e analisando história europeia até sua época, Smith, na Introdução ao Livro IV, observa que até então houvera dois principais sistemas de economia política destinados a ‘promover o progresso da opulência em diferentes idades e nações’. Denomina o primeiro de sistema de comércio (mercantilismo) e o segundo de sistema de agricultura (fisiocracia). Critica ambos os sistemas e, ao fazê-lo, relata a ‘história do pensamento econômico’ de ambos os períodos. Em seguida, anuncia que nenhum dos dois é viável e que chegara a ocasião de instituir, pelo menos na Inglaterra, o sistema que propõe, de ‘liberdade natural’ [...]

No livro IV ele conclui que, em sendo implantado o sistema de liberdade natural, o Estado teria apenas as seguintes funções: justiça; defesa, construção e manutenção de obras e instituições públicas, que a iniciativa privada não quisesse assumir. No livro V, discorre como o Estado, a partir das receitas públicas, deveria custear tais ações. Verifica-se que, na ótica de Smith, o Estado só interviria onde não interessasse à iniciativa privada, nos setores que não dessem lucros, o que representa a lógica do capital, segundo a qual o mercado deve assumir tudo o que lhe interessar.

Amartya Sen faz sua análise econômica sob a ótica do capital, porém tem uma visão mais aprofundada sobre os desfavorecidos no sistema capitalista, acreditando que eles devam ser contemplados com programas que minimizem esta realidade. Conforme Sen (2000, p. 18), “O desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos.”

A obra de Sen, “Desenvolvimento como Liberdade”, enfatiza dois aspectos, os quais são bastante positivos: o do fortalecimento da democracia e o da necessidade de se construir e expandir oportunidades educacionais para todos. Porém, esses aspectos devem ser concretizados não na ótica do liberalismo, mas para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Zaoual (2006, p. 18) defende uma economia não violenta, com algumas contribuições que avançam no campo da ética na economia e foca a questão sob a teoria dos “sítios de pertencimento”, categoria que se aproximaria de território social, dizendo que:

[...] Tal como a *mão invisível do mercado*, o sítio é uma *estrutura imaginária* de coordenação econômica e social, mas ele associa instantaneamente as duas dimensões, contrariamente ao mercado. Assim, toda governança deve se abrir ao sítio e adotar suas singularidades (cultura, valores e instituições). Não há modelo a ser cegamente seguido! Concorrente em muitos casos, ele também desempenha o

papel de um processo complementar ao capital e ao mercado.

Ressalta-se que uma economia moral deve ser perseguida, vinculando as instituições à ética e a finalidades efetivamente sociais. Outro aspecto importante, em Zaoual, é o da valorização que faz aos sistemas de representações simbólicas dos atores e o da vinculação dos aspectos da economia social aos do desenvolvimento local e das dinâmicas informais. Ou seja, aponta uma nova perspectiva de desenvolvimento que não esteja vinculado à dinâmica vertical do capitalismo tradicional, valorizando as experiências informais dos povos de países subdesenvolvidos africanos e reforçando que um novo desenvolvimento local é possível, com mais solidariedade e justiça social, nos vários mosaicos dos contextos mundiais.

E nessa discussão de alternativas desenvolvimentistas, resgata-se a contribuição de Furtado (1978, p. 71), quando este ressalta que desenvolvimento é “a expressão da capacidade para criar soluções originais aos problemas específicos de uma sociedade”. Nesse enfoque, esse autor, enquanto um dos expoentes do pensamento cepalino, defendia o desenvolvimento em contraponto ao subdesenvolvimento.

A teoria desenvolvimentista que acompanhou a trajetória brasileira, entre as décadas de 50 e 80 do século XX, era norteada pela CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe), que, conforme Theodoro apud Ramalho e Arrochellas (2004, p. 30-31), buscava os seguintes aspectos:

- A passagem do subdesenvolvimento ao desenvolvimento constituía-se em uma possibilidade real e para tanto seria necessário ultrapassar alguns obstáculos;
- Dentre esses obstáculos, o mais importante residia precisamente no tipo de relação guardada entre o ‘centro’ e a ‘periferia’, relação esta caracterizada pela rigidez do comércio internacional, que impedia o acesso direto dos países periféricos ao progresso técnico;
- Em conseqüência, a disseminação do progresso técnico – dos países centrais para o resto do mundo – era relativamente lenta e irregular;
- O acesso dos países subdesenvolvidos às modernas técnicas de produção só será possibilitada com uma política governamental deliberada de industrialização por substituição de importações.

A eficácia da passagem do subdesenvolvimento para o desenvolvimento seria garantida pela concretização de políticas públicas. A SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) foi criada para fazer investimentos em várias áreas do Nordeste na busca da realização do desenvolvimento regional.

No entanto, nessa lógica dual de subdesenvolvimento/desenvolvimento, acreditava-se que deveria haver uma transição entre o arcaico e o moderno para se chegar a um status de país desenvolvido. Mas, no caso do Nordeste, o moderno não chegou a todos os lugares. Os setores de subsistência e informal continuaram existindo, contrapondo-se ao chamado setor

moderno, o de mercado. Ademais, conforme Theodoro apud Ramalho e Arrochellas (2004, p. 35):

A partir dos anos 1980, a questão do desenvolvimento, e suas teorias, deixa de ser central, cedendo lugar à questão das teorias de ajuste e das crises de curto prazo como núcleo do debate econômico e das ciências sociais. As teorias da inflação, os modelos de ajuste estrutural, a crise financeira e suas diferentes explicações passaram a pontuar a agenda, tornando a discussão sobre o desenvolvimento um tema velho...

Aos poucos, a ótica neoliberal vai, então, introduzindo a idéia de que o crescimento econômico só é possível a partir da inserção do Brasil na economia mundial globalizada. Defende-se o Estado Mínimo, por meio do qual se tenta colocar em prática as privatizações e a lógica do livre mercado. No âmbito territorial, a década de 1990 vai ser permeada por ações governamentais pontuais que enfatizam essa visão.

De outra parte, nessa mesma década, um enfoque no desenvolvimento sustentável favoreceu o debate sobre os problemas ambientais e sociais. Os meios acadêmicos também ampliaram essa discussão a partir de uma preocupação preservacionista que ocorreu a nível mundial.

Além desses enfoques mais atuais sobre o desenvolvimento, o do desenvolvimento local, já citado na perspectiva de Zaoual, também tem sido bastante focalizado nessas últimas décadas, mas a partir de outros ângulos. Nessa ótica, a questão dos aglomerados produtivos tem sido bastante enfatizada. Conforme Lastres, Cassiolato & Maciel (2003, p. 35):

[...] A idéia de aglomerações torna-se explicitamente associada ao conceito de competitividade, principalmente a partir do início dos anos 1990, o que parcialmente explica seu forte apelo para os formuladores de políticas. Dessa maneira, distritos industriais, clusters, arranjos produtivos tornam-se tanto unidade de análise como objeto de ação de políticas industriais.

Nos estudos sobre as aglomerações produtivas, a tônica nas micro e pequenas empresas tem sido bastante evidenciada. Sociólogos, geógrafos, cientistas políticos, economistas, etc. têm avaliado a evolução desses aglomerados, dando suas contribuições, inclusive sugerindo implementação de políticas públicas.

Conforme Porter (1999, p. 01), “Entende-se por aglomerado industrial um agrupamento geograficamente concentrado de empresas inter-relacionadas e instituições correlatas numa determinada área, vinculada por elementos comuns e complementares”. Embora entenda-se que os vínculos de complementaridade, facilitada pelo uso dos lugares, existem de forma bastante fragilizada no aglomerado produtivo de confecções do Agreste; e que a produção flexível aconteça com uma articulação bastante tênue, favorecendo aos que

estão à frente do processo produtivo, manteve-se a conceituação de aglomeração industrial, conforme justificaremos a seguir.

Algumas entidades, entre elas o SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), têm caracterizado o aglomerado industrial de confecções do Agreste como um APL (Arranjo Produtivo Local). No entanto, acredita-se que pela fragilidade encontrada nos aspectos de interação, colaboração e participação, é prudente não considerá-lo como APL. Para isso, necessita-se de maior aprofundamento teórico com base no caso empírico.

Lastres, Cassiolato & Maciel (2003, p. 27) citam que, conforme a RedeSist (Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais):

Arranjos Produtivos Locais são aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais – com foco em um conjunto específico de atividades econômicas – que apresentam vínculos mesmo que incipientes. Geralmente envolvem a participação e a interação de empresas – que podem ser desde produtoras de bens e serviços finais até fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de consultoria e serviços, comercializadoras, clientes, entre outros – e suas variadas formas de representação e associação. Incluem também diversas outras instituições públicas e privadas voltadas para: formação e capacitação de recursos humanos (como escolas técnicas e universidades); pesquisa, desenvolvimento e engenharia, política, promoção e financiamento.

Verifica-se que, na área estudada, há pouca ou nenhuma articulação conjunta para aquisição de insumos e equipamentos; grande dificuldade para que os seus agentes produtivos se organizem em entidades cooperativas ou associativas (no caso dos trabalhadores, estas são quase inexistentes); ausência de articulação entre instituições ligadas à pesquisa, ao desenvolvimento e à engenharia, bem como à política, à promoção e ao financiamento de maneira consolidada ao aglomerado.

Por isso, prefere-se manter o conceito de aglomerado industrial, mesmo que para alguns esse conceito seja menos abrangente. Isso demonstra não só a dificuldade conceitual para abordar a realidade do aglomerado, como, ao mesmo tempo, a necessidade, urgente, de se ter políticas públicas para o planejamento da sub-região. Inclusive para que o aglomerado se caracterize como um APL de confecção. Pois, segundo Lemos, Albagli & Szapiro apud Lastres & Cassiolato (2006, p. 255):

[...] a adoção do termo APLs terá sentido na medida em que contribua para a obtenção de melhores resultados, do ponto de vista das políticas de desenvolvimento do país. Os APLs não constituem um fim em si mesmos – no sentido, por exemplo, de contabilizar e aumentar seu número no país, mas sim um meio de potencializar as ações de políticas públicas, reorientá-las para os agentes coletivos e para o estímulo a seus processos de aprendizado.

Sendo assim, necessita-se, inclusive, de uma nova avaliação das políticas de desenvolvimento no país. Recentemente, viu-se uma enxurrada de projetos enfocando o local como prioridade. No entanto, isso tem acontecido desvinculado de uma política mais abrangente e com base em análises coerentes em cada realidade. Muitas das políticas foram encaminhadas de modo equivocado, excluindo-se os aglomerados produtivos que não eram considerados dentro de determinadas conceituações. Retomando Lastres & Cassiolato (2006, p. 273):

[...] o uso indiscriminado dos conceitos de arranjos produtivos locais, cluster, complexos e cadeias produtivas – como se fossem sinônimos e predominando sempre a idéia de aglomeração – tem levado à conclusão que (i) a simples existência de um aglomerado produtivo é razão suficiente para sua seleção tanto quanto estudo de caso quanto para apoio político e que (ii) as informações sobre a localização da aglomeração podem por si próprias responder quais políticas devem ser implementadas.

Na prática, muitos dos casos estudados não foram acompanhados por políticas efetivamente públicas. Tanto pela falta de recursos para a operacionalização delas, como pela exclusão dos aglomerados baseados em procedimentos informais de organização. Além disso, os sistemas com maior capacidade de sobrevivência são privilegiados, o que é uma incoerência, pois exatamente os aglomerados mais frágeis necessitam de maior aporte e suporte das políticas públicas. Ademais, numa região subdesenvolvida como o Nordeste, com as dificuldades socioeconômicas encontradas, a existência do aglomerado produtivo de confecções, por si só, se coloca como uma realidade à obtenção de apoio das políticas públicas.

Para não cair no “pensamento único localista”, segundo os termos de Brandão, será respeitada, portanto, a construção histórica, econômica, cultural, política e social dos territórios do aglomerado, na sua totalidade, dentro do contexto regional e nacional.

Os atores envolvidos no desenvolvimento dos territórios do aglomerado são fundamentais para o entendimento desse processo, mesmo assim precisam compreender que os territórios possuem uma autonomia relativa “e não autonomia isolada, uma vez que o território integra um mundo relacional [...] sobre a decisão dos destinos desse espaço e lugar”, conforme Bourlegat apud Lastres & Cassiolato (2006, p. 30), respeitando os “fins de viver em sociedade” como uma meta a ser alcançada, como uma sociedade autônoma, com responsabilidades coletivas, no presente e no futuro.

Dessa forma, as instituições governamentais não devem apenas atuar como pressionadoras para o uso coerente do território. É necessário que as populações envolvidas sintam que possuem o controle sobre o território, mas que este precise ser usado para o bem

de todos. Esse controle não é o único requisito para a justiça social e ambiental, mas sem ele a “transformação dos indivíduos em cidadãos e a mobilização por um genuíno desenvolvimento” (SOUZA, 2006, p. 111) não acontecerá.

Entre os recursos que devem ser preservados estão os naturais e os humanos. Porém, no modelo civilizatório capitalista, a gestão deles gera conflitos. No entanto, construir uma nova gestão territorial demandará outra formatação ao exercício da liberdade e da participação, que não seja somente a do mercado, mas de uma sociedade mais justa para todos.

Gerir o território para o seu efetivo desenvolvimento, sob uma ótica social, torna-se um desafio. Porém, este desafio precisa ser enfrentado pelo poder público e pela sociedade civil, pois as omissões de ambos os segmentos estão comprometendo o presente e o futuro socioespacial desse aglomerado produtivo. Conforme Cabral (2007, p. 149-250):

Em termos de desenvolvimento da área, e especificamente no tocante à repartição da renda, a informalidade no trato da mão-de-obra e uma certa liberalidade fiscal, por parte do Estado, acarretam efeitos contraditórios e sutis. Se por um lado, tal política constitui um incentivo à competitividade local; por outro, tais práticas acentuam desigualdades ao concentrar rendas. Embora inevitável no sistema capitalista, a concentração pode vir a ser, ao menos mitigada através de execução de políticas públicas, nas esferas de governo – municipal, estadual e federal - para propiciar maiores oportunidades e condições aos que se encontram na base da pirâmide social local.

É fundamental que uma ação planejada entre agentes públicos e sociedade civil seja organizada. Mas para que ela consiga ser eficaz é necessário conhecer as especificidades dos territórios usados, visto que, é ao nível do território que os objetos encontram-se fragmentados, mas com ações articuladas dos atores envolvidos. Destarte, novos desafios cotidianos se justapõem para as políticas públicas e os diversos atores que consolidam o território.

Essa ênfase na integração/fragmentação dos territórios é importante, porque percebemos que há um processo de fragmentação espacial, a partir da lógica da produção flexível. Como também as ações dos produtores conduzem a uma integração entre os objetos, porém vinculada a uma racionalização do capital que favorece a ampliação da extração da mais-valia.

A integração/fragmentação, na lógica do modo civilizatório capitalista, ocorre tanto no macro sistema como nos sistemas locais, articulando a divisão social do trabalho, que favorece àqueles que se encontram no topo das pirâmides sociais e que dominam os espaços econômicos. Por isso, passar-se-á a analisar como a contradição entre integração e

fragmentação contribui ou dificulta a realização de um processo de ação planejada sobre o território do aglomerado produtivo do Agreste pernambucano.

2.2 A integração e fragmentação do território

É fundamental para a pesquisa em ciência social que os aspectos histórico-institucionais sejam investigados a partir da realidade concreta, considerando-se também as suas determinações abstratas. Neste trabalho, as categorias território e desenvolvimento são, como foi visto anteriormente, primordiais para o entendimento da dinâmica do aglomerado produtivo estudado. No entanto, a divisão social do trabalho estará presente de forma transversal nessa investigação da dimensão espacial do desenvolvimento do aglomerado.

A categoria da divisão socioterritorial do trabalho estará mediando este estudo, pois, sob o modo civilizatório capitalista, há uma modificação permanente e recorrente desse processo. Conforme Santos (1999, p. 106):

[...] os lugares assim constituídos passam a condicionar a própria divisão do trabalho, sendo-lhe, ao mesmo tempo, um resultado e uma condição, senão um fator. Mas é a divisão do trabalho que tem a precedência causal, na medida em que é ela a portadora das forças de transformação, conduzidas por ações novas ou renovadas, e encaixadas em objetos recentes ou antigos, que as tornam possíveis.

Com efeito, é a partir da divisão socioterritorial do trabalho que o aglomerado produtivo de confecções se constituiu. A análise do referido aglomerado, mediada pela divisão do trabalho, contribuiu para esta construção teórica, pois esteve fundamentada na realidade concreta. E essa base material concreta se articula de forma integrada, mas, simultaneamente, fragmentada. Conforme Brandão (2003, p. 33):

[...] a integração é um processo de enfrentamentos em um ambiente nada idílico, determinada que é, em última instância, pela concorrência, necessariamente marcada por rupturas, transformações, conquistas e tentativas de preservação de espaços e horizontes renovados para a reprodução ampliada do capital.

Sendo assim, encontram-se, na sub-região do Agreste pernambucano, articulações entre os diversos espaços que participam do processo geral e entre os seus territórios rurais e urbanos que compõem o aglomerado produtivo de confecções. Porém, verificam-se conflitos e disputas pelos espaços territoriais e mercadológicos, em busca de vencer a concorrência e ampliar a extração da mais-valia, que vão configurar as relações de poder existentes na sub-região.

As relações de poder são evidenciadas pelas relações econômicas estabelecidas. Por exemplo, os confeccionistas¹ que não possuem amplo conhecimento com relação a compradores externos e dependem apenas de sacoleiros, nos períodos de baixas nas vendas, entram em crise e fecham seus negócios. Muitos deles, então, submetem-se a trabalhar como faccionistas² para os comerciantes que mantêm os contatos através de compradores externos.

Segundo Weber (1999, p. 187), “o poder de disposição sobre bens econômicos – o poder econômico, portanto – é uma consequência frequente, muitas vezes deliberada e planejada, da dominação e, com a mesma frequência, um de seus meios mais importantes.” Na realidade estudada, “o segredo continua sendo a alma do negócio”, ou seja, quem conhecer melhor os mecanismos do mercado e guardar esse conhecimento para si, dominará as transações comerciais. Retomando Weber (1999, p. 188-189):

Dominação, no sentido muito geral de poder, isto é, de possibilidade de impor ao comportamento de terceiros a vontade própria, pode apresentar-se nas formas mais diversas. [...] Por um lado, a dominação em virtude de uma constelação de interesses (especialmente em virtude de uma situação de monopólio), e, por outro, a dominação em virtude de autoridade (poder de mando de dever de obediência). [...] A primeira, em seu tipo puro, fundamenta-se, exclusivamente, nas influências que pode fazer valer, em virtude de uma propriedade garantida de alguma forma (ou de uma habilidade disponível no mercado), e que exerce sobre a ação formalmente ‘livre’ e aparentemente voltada para interesses próprios dos dominados.

No aglomerado estudado verifica-se, também, que os confeccionistas que possuem os contatos com antigos e novos compradores dominam esse mercado. Foi identificado que pessoas que não produzem mais confecções e tornaram-se atravessadoras, sub-contratando produtores autônomos, continuam revendendo os produtos para comerciantes externos.

Os confeccionistas mais antigos, por possuírem renda, ou, como cita Galbraith (1984), por possuírem “propriedade”, conseguem induzir à submissão outros sulanqueiros³ a fim de garantir seus objetivos econômicos. Conforme Galbraith (1984, p. 05):

[...] O poder compensatório, [...] conquista submissão oferecendo uma recompensa positiva – proporcionando algo de valor ao indivíduo que assim se submete. [...] na economia moderna, a mais importante expressão do poder compensatório é, [...] a recompensa pecuniária – o pagamento em dinheiro por serviços prestados, o que vale dizer, pela submissão aos objetivos econômicos ou pessoais de outros.

As relações capitalistas que se desenvolvem na sub-região em epígrafe vão se construir, então, a partir de um processo de relações de poder, pelo qual a informação sobre possíveis compradores vai favorecer a uma articulação desses comerciantes com todo o país. Os comerciantes passam a ter contato com espaços de mercados mais amplos, por meio de um

¹ Termo usado, na área, para denominar as pessoas que produzem ou comercializam confecções

² Pessoas que são sub-contratadas para produzir confecções para terceiros.

³ Pessoas que negociam ou produzem confecções para as feiras da SULANCA.

processo de comercialização mais sofisticado, comunicação pela internet, mala-direta e envio de mercadorias através de transportadoras.

A partir dessa lógica, as confecções são vendidas prioritariamente para os estados das regiões Norte e Nordeste, porém, paulatinamente, as vendas se ampliam para a região Centro-Oeste e outras. Existe uma articulação inter-regional com base no processo de circulação das mercadorias, mas mantém-se também uma dinâmica produtiva nos subespaços locais dentro da sub-região. Segundo Egler apud Brandão (2003, p. 33):

[...] de um lado o capitalismo busca ampliar ao máximo o espaço econômico para realizar-se enquanto valor que se valoriza, de outro a concorrência visa segmentar este espaço em territórios econômicos onde frações de capital definem as regras do jogo através de mecanismos políticos e econômicos.

No caso estudado, as frações do capital por pertencerem a micro-empresários, em sua maioria, pulverizam-se por diversos territórios, em busca de sua ampliação. Assim, a articulação econômica tem sido mais privilegiada que a articulação política.

Embora se encontrem representantes parlamentares dos segmentos econômicos locais, tanto nas Câmaras Municipais dos municípios envolvidos, como na Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, verifica-se que as disputas territoriais prejudicam a maior articulação no campo político. A articulação econômica tem se consolidado de forma mais consistente. Os agentes econômicos articulam-se através de associações, organizações de eventos, construções de centros de compras, etc. A existência, inclusive, dos eixos de comercialização em três territórios diferenciados favorece esse intercâmbio. Sobre isso, Brandão (2003, p. 34) coloca que:

À medida que se disseminam as vinculações mercantis e que se acelera o concerto de uma divisão inter-regional do trabalho, torna-se cada vez mais evidente o contraste com a fase pré-integração. Nesse momento pretérito, vigora uma verdadeira constelação de núcleos isolados, com relações mercantis rarefeitas, compondo um verdadeiro mosaico de “regiões” dispersas.

No contexto deste estudo, as “regiões” dispersas, citadas por Brandão, serão mencionadas como territórios. Por se tratarem de núcleos da produção de confecções formados por espaços, administrados por micro e pequenos empresários, organizando-se, em sua maioria, sob os moldes da informalidade, esses territórios mantêm a característica da fase de pré-integração, dentro de um ciclo produtivo local.

Esse processo produtivo é caracterizado pela fragmentação, proporcionada pela divisão socioterritorial do trabalho que se baseia, sobretudo, na produção flexível. A flexibilidade, tão apregoada atualmente, adapta-se muito bem à produção de confecção, pois depende de um processo de montagem de peças que, não necessariamente, precisa ocorrer no

mesmo local, podendo ser fragmentada por vários espaços da produção. O que já acontece há décadas nos lugares do aglomerado.

A partir deste enfoque serão retomados alguns autores que trabalham com o conceito de flexibilidade. Boyer apud Carleial (1994, p. 02) define flexibilidade como “a aptidão de um sistema ou subsistema a reagir às diversas perturbações”. Ou seja, uma estratégia de preparar o sistema para resolver seus problemas, garantindo retorno rápido e satisfatório aos investidores.

Na mesma linha de pensamento, o próprio Carleial (1994, p. 02) coloca que esta é “a possibilidade de se lidar com a incerteza”. Nesse objeto de estudo, essa incerteza baseia-se numa atividade produtiva que é sazonal, tendo períodos de alta demanda e outros com vendas reduzidas. Como também depende de uma clientela que é de baixa renda, necessitando aplicar preços abaixo da média do mercado. A flexibilidade na produção facilita a diminuição de custos, em que o preço é a principal variável desse mercado.

Schimitz apud Cattani (1997, p. 83) define a flexibilidade como “a fabricação de produtos variados com equipamentos de múltiplos propósitos e trabalhadores polivalentes”. Esse autor já enfatiza a técnica, modificando a ação dos novos trabalhadores. Essa idéia será remetida a Harvey (1998, p. 140) quando diz que:

A acumulação flexível [...] se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional.

A técnica, então, avança para além do uso de máquinas, passando a modificar a estrutura organizacional das empresas, a divisão social do trabalho, o fornecimento de serviços etc. Desse modo, o desenvolvimento do capitalismo encontra novas formas para garantir sua existência. E embora Harvey faça essa análise, enfatizando a acumulação flexível nos países desenvolvidos, esse processo de intensificação da flexibilidade vai se ampliar por todo mundo, atingindo inclusive os territórios dos países subdesenvolvidos. Salermo apud Gouveia (1997, p. 55), também discutindo sobre a flexibilidade, chama a atenção para a seguinte questão:

[...] flexibilidade é a habilidade de um sistema para assumir ou transitar entre diversos estados, qualidade e tempos, sendo uma variável de segunda ordem, não homogênea, definível a partir de aspectos intra e extrafábrica. As necessidades de flexibilidade de um sistema de produção relacionam-se a contextos definidos pela relação produto/processo/mercado e pela sua opção competitiva, não sendo, portanto, generalizáveis...

Logo, a flexibilidade favorece uma divisão social e territorial do trabalho que vai se manifestar de formas diferenciadas, conforme o contexto histórico de cada realidade. No caso estudado, as etapas do processo produtivo que são realizadas fora do fabrico ou fábrica, vão acontecer de maneira fragmentada pelos territórios, o que atingirá espaços diferentes em áreas urbanas e rurais.

Botelho (2000, p. 43), resgatando o pensamento de Harvey a respeito da produção flexível, faz a seguinte análise:

David Harvey afirma que esse modelo de subcontratação organizada abre oportunidades para a formação de pequenos negócios e, em alguns casos, permite que sistemas mais antigos de trabalho doméstico, artesanal, familiar (patriarcal) e paternalista [...] revivam e floresçam.

Verifica-se, então, que tanto Soja quanto Harvey avaliam que essas práticas produtivas já foram vivenciadas em épocas pretéritas como formas de acumulação do capital, e atualmente voltam com uma nova roupagem e com características diferenciadas conforme os territórios onde estejam atuando. Soja apud Botelho (2000, p. 52) relata o caso das fábricas de confecções localizadas em Los Angeles, nos Estados Unidos, onde a produção flexível também se faz presente:

O emprego nas fábricas de confecções expandiu-se quase 60% entre 1970 e 1980, representando 12% do crescimento total do emprego na indústria e um acréscimo líquido de mais de 32.000 empregos. Dentre os aproximadamente 125.000 empregos nesse setor industrial, talvez até 80% tenham sido ocupados por trabalhadores sem documentos nos últimos anos, sendo 90% do total de empregados composto de mulheres. [...] Assim, as pequenas empresas que evocam as imagens de Londres do século XIX tornaram-se parte tão integrante da paisagem reestruturada de Los Angeles quanto as fábricas abandonadas e as novas fábricas de circuitos integrados.

Os circuitos integrados tratados neste texto vão ser formados entre pequenas e grandes empresas. E a ampliação de empregos não pode ser ignorada. A comparação entre os sistemas integrados e as imagens de Londres do século XIX refere-se à precariedade nas relações de trabalho impostas aos trabalhadores. Soja enfoca também o uso do trabalho infantil e as diversas formas de desrespeito à legislação trabalhista.

Acrescenta-se a esse processo, que muitas das indústrias de confecções que passaram a faccionar, o fizeram com a subcontratação de pequenas unidades familiares. Conforme Neves & Pedrosa (2007, p. 09):

Em geral, o trabalho domiciliar encontra-se inserido nas pontas das cadeias produtivas, algumas de extensão internacional, envolvendo grandes empresas que buscam, conforme Lavinias e Sorj (2000, p. 235), tirar “proveito, seja das competências de trabalhadores em diferentes regiões do mundo, seja de menores níveis de remuneração”.

Todavia o trabalho domiciliar é comumente utilizado, também, nas pontas das cadeias produtivas nacionais, tanto a partir das grandes, quanto das micro e pequenas empresas, reforçando, assim, a reestruturação produtiva já existente a nível internacional. As semelhanças entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos seguem, então, as mesmas relações capitalistas de produção. Ainda, segundo Neves & Pedrosa (2007, p. 09):

A ausência do reconhecimento do vínculo empregatício tem sido um dos motivos da expansão do trabalho domiciliar. Segundo Lorena H. Silva, esta modalidade de trabalho tem sido caracterizada por:

- a) sonegação dos benefícios e direitos assegurados pela legislação aos trabalhadores;
- b) intensificação do trabalho e extensão da jornada para que possam cumprir os prazos contratados;
- d) irregularidade dos rendimentos devido à demanda variável de trabalho;
- e) pequena ou nula capacidade de negociação com os contratantes em decorrência da dispersão e inexistência de contatos entre os trabalhadores contratados, tornando difícil ou inviável qualquer forma de organização e atuação coletiva;
- f) difícil registro fidedigno de sua magnitude devido a seu caráter oculto ou invisível;
- g) utilização predominantemente de mão-de-obra feminina. (Silva, 2001, p. 276).

Fica claro, portanto, a precarização das relações trabalhistas a partir da produção flexível, e que na produção de confecções, no trabalho domiciliar, a utilização das mulheres tem sido ampliada em todo o mundo. Na realidade do Agreste pernambucano, desde as origens da formação territorial do aglomerado produtivo de confecções que a subcontratação foi utilizada.

As costureiras independentes eram chamadas para contribuir na confecção de roupas, sobretudo nos períodos em que a demanda aumentava e os pequenos fabricos não davam conta dos pedidos. Atualmente, ainda existem costureiras que são subcontratadas individualmente, mas as fábricas possuem quantitativos maiores de pessoas trabalhando, e muitas delas são administradas por mulheres que já foram costureiras, anteriormente.

A condição de facionista é precedida pela de costureira, pois todas elas sabem costurar e já trabalharam para alguém. Elas dividem com as costureiras o trabalho além de associar a função de supervisão, de controle, e de produção. Apesar de produzir para uma outra empresa, a relativa “liberdade” do processo produtivo gera a “ilusão” de ser dona do negócio, já que ela continua sendo costureira, mas subjetivamente se sente como se trabalhasse por conta própria. (MOREIRA, 1996, p. 150)

Na verdade, as empresas terão, através das fábricas, na produção flexível, pessoas que acompanharão o controle de qualidade das confecções, sem, obrigatoriamente, necessitarem tê-las dentro da mesma fábrica. A estrutura fordista de produção não é mais necessária, porém

a supervisão da produção ainda é fundamental, sendo feita pelo (a)s proprietários (as) das fábricas.

Além da mão-de-obra, outras estratégias também são utilizadas, para o barateamento da produção, como a liberalização fiscal e a utilização de matéria-prima de baixa qualidade nas confecções. Pois, como o preço é a principal variável para o mercado, já que atende, em sua grande maioria, uma clientela de baixa renda, a diminuição com os custos da produção é fundamental.

Vale ressaltar que uma quantidade significativa de empresas já utilizam matéria-prima de melhor qualidade na sub-região, atendendo uma clientela de renda mais elevada. No entanto, a liberalização fiscal e a utilização de mão-de-obra mais barata continua favorecendo estas empresas.

Essas relações entre capital e trabalho que se modificam continuamente são encontradas tanto a partir do grande como do pequeno capital, com base no uso do espaço como estratégia de acumulação. Nessa lógica capitalista da produção, o espaço é utilizado para ampliar o processo de extração da mais-valia. Nesse sentido, Botelho (2000, p. 08-09) lembra que:

David Harvey nos alerta para o fato de que o domínio do espaço sempre foi um aspecto da luta de classes, e que a mobilidade espacial do capital é uma das mais eficientes armas da burguesia. Modificações na distribuição espacial dos instrumentos de produção ocorrem simultaneamente às mudanças nas estratégias de acumulação do capital, influenciando e sendo influenciadas pelas transformações nas relações de produção e nas relações entre as forças produtivas. Modificam-se, então, as relações entre as forças sociais envolvidas, principalmente no que diz respeito à relação entre o capital e o trabalho.

A subcontratação se encaminha, muitas vezes, como atividade complementar à produção agrícola que ainda acontece no campo. As relações entre as áreas rurais e urbanas modificam-se em função da lógica da produção industrial de confecções.

Nos três territórios principais do aglomerado produtivo de confecções (Toritama, Santa Cruz do Capibaribe e Caruaru), as populações rurais quase que majoritariamente trabalham no ramo confecções. Nos dois primeiros, a população é quase totalmente urbana. Em Toritama, apenas 2% da sua população é rural, a qual se acha envolvida com essa produção; e em Santa Cruz do Capibaribe o percentual dessa população é de 6%, da qual 95% está envolvida também com essa atividade, conforme o sindicato rural do município. Em Caruaru, 70% da sua população rural acha-se envolvida nessa produção, mas o seu território possui algumas características diferenciadas dos anteriores, como demonstraremos posteriormente.

A complementaridade campo-cidade também foi favorecida através da produção flexível, dentro dos interesses da acumulação do capital. Conforme Lefebvre (2001, p. 68):

A velha exploração do campo circundante pela cidade, centro de acumulação do capital, cede lugar a formas mais sutis de dominação e de exploração, tornando-se a cidade um centro de decisão e aparentemente de associação. Seja o que for, a cidade em expansão ataca o campo, corrói-o, dissolve-o.

Na verdade, o que ocorre é a fragmentação do território em função dos interesses do capital. Contudo, isso não ocorre apenas entre cidade e campo. No interior do território intra-urbano também é evidenciado. Pois, os microterritórios das residências transformam-se em unidades fabris, complementando o processo da atividade produtiva.

De acordo com Marx e Engels (1848, p. 97): “O capital necessita estabelecer-se em toda parte, explorar em toda parte, criar vínculos em toda parte...”. E no caso estudado, isto é favorecido pela fragmentação da produção e do território, a partir da divisão socioterritorial do trabalho, sob a intensificação da flexibilização.

Concomitantemente, existe um processo de integração, impulsionado também pela concorrência. E esses aspectos, em alguns casos, se justapõem. Por isso, é fundamental conhecer as peculiaridades históricas da Sub-região analisada, para poder se avançar nos esforços teóricos. Assim, segundo Brandão (2003, p. 34):

A ruptura do isolamento inter-regional acelera as temporalidades dos diversos espaços integrados. Concordo com Faria (2000), que assevera que ‘a maior circulação de mercadorias não só permitia romper com as limitações da duração do ciclo produtivo local, como, pelo aumento concomitante do fluxo de informações, proporcionava uma maior velocidade aos processos sociais e políticos, acelerando o próprio curso da história’.

No aglomerado produtivo de confecções de roupas do Agreste pernambucano, a circulação de mercadorias e informações ocorre também através das feiras livres. Esses mercados periódicos são fundamentais para a integração inter-regional. As feiras regionais oferecem uma variedade de bens e serviços, que lhes traz um grau de especialização, fruto da divisão social do trabalho. Num mesmo local podem ser encontradas diversas feiras, que podem ocorrer em dias diversos ou no mesmo dia. As feiras são fenômenos presentes em todo Brasil.

[...] elas sempre estiveram presentes no grupo das atividades econômicas exercidas pelos centros urbanos ou rurais, se destacando em alguns contextos locais/regionais, assumindo papel de destaque ou não, de acordo com o lugar onde estão inseridas. No Nordeste, as feiras livres são tradição, são famosas e em certos lugares exercem influência no desenvolvimento local e regional, pois, podem se apresentar como a principal atividade econômica do lugar. Também se comportam como vetor de atração de outras atividades agregadas ao considerar que em seu entorno se instala uma rede de serviços para atender a clientela da feira. (MACHADO, 2005, p. 16)

As feiras estão entre as principais responsáveis pela integração inter-regional. Na sub-região do Agreste pernambucano, três territórios se destacam por suas feiras da sulanca, justamente os de: Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama. A maioria dos comerciantes vende seus produtos de confecções de roupas, nos espaços das três feiras, circulando semanalmente pelos municípios. Fato que é relatado por Machado (2005, p. 77):

Diante do contexto da feira de confecções no eixo Caruaru/Toritama/Santa Cruz do Capibaribe, não podemos tomar apenas uma cidade como exemplo, uma vez que a feira de confecções... se realiza em dias alternados nas três cidades, forma uma rede de relações complexas, que não permite sua compreensão apenas com a análise de sua realização em uma cidade. Isso pode ser percebido pelo fato dos feirantes, em maioria, serem os mesmos nas feiras, que se realiza nas três cidades.

Grande parte dos feirantes prioriza as feiras de Caruaru e Santa Cruz do Capibaribe, por serem as maiores e mais antigas. A feira de Toritama, por ser mais recente, possui um quantitativo menor de comerciantes. Entretanto eles comercializam também nas feiras dos outros dois municípios. Além dos mercados periódicos das feiras livres, outras formas de comercialização foram criadas, na área, a exemplo dos “centros de compras” dos artigos localmente produzidos

O processo de comercialização contribui para a integração inter-regional. Porém, essa integração ocorre, principalmente, a partir daqueles que possuem maior poder financeiro, que se organizam e se inter-relacionam em suas instituições de classes. Atualmente, com os centros de compras, encontra-se a continuidade dessa composição, também nesses espaços, pois parte dos feirantes adquiriram lojas ou boxes para ampliar seus espaços de vendas.

No entanto, essas inter-relações acontecem com suas contradições, como processo inerente ao modelo civilizatório capitalista. Esse aspecto pode ser exemplificado pela disputa de mercado existente entre esses municípios através da construção do “Parque das Feiras”, em Toritama, e do “Pólo Comercial”, em Caruaru.

Conforme relato de empresários de Toritama, quando foi organizado o “Pólo Comercial de Caruaru”, houve, por parte de alguns empresários desse pólo, comentários no sentido de inviabilizar o “Parque das feiras”, localizado em Toritama.

Ao saberem dessas intenções, os confeccionistas de roupas de *jeans* de Toritama, boicotaram a compra dos boxes do “Pólo Comercial”, não comprando os de Caruaru. Esse fato trouxe uma maior integração dos comerciantes de Toritama em seu próprio município, como também um maior investimento em propagandas e eventos para garantir ganhos na concorrência. Segundo Machado (2005, p. 34):

[...] A ação das forças da integração geralmente constitui um longo, contraditório, heterogêneo e conflituoso processo em que os espaços regionais circunscritos e

capsulares vão sendo enredados a partir daquele(s) espaço(s) onde prevalecem formas superiores de acumulação e de reprodução econômica.

Percebe-se, portanto, que o espaço do empreendimento comercial de Caruaru, ao possuir uma estrutura privilegiada em termos de infra-estrutura, tentou levar vantagens sobre o empreendimento comercial de Toritama. Entretanto, encontrou a reação dos concorrentes toritamenses e, por isto, não conseguiu concretizar a sua intenção.

Além desse aspecto Toritama vem tentando se articular com outros territórios menos desenvolvidos, como os de Surubim e Taquaritinga do Norte. Conforme relato de membros da Secretaria de Indústria e Comércio de Toritama, em 2007, essa nova forma de articulação entre os três territórios menores foi esboçada na reunião, no Agreste, com representantes do governo estadual, na tentativa de garantir recursos para a realização de publicidade conjunta ou outras atividades integrativas.

Houve também, por parte de alguns dirigentes do Parque das Feiras de Toritama e da prefeitura municipal, uma ação com o objetivo de afastar os feirantes do local próximo ao centro de compras. Nesse caso, os feirantes entraram com uma ação no Ministério Público e, a partir de orientação da promotoria, fundaram a AFEST (Associação dos Feirantes de Toritama). Eles conseguiram barrar a ação da Prefeitura com a assinatura de um “Termo de compromisso de ajustamento de conduta”. Esse documento será visto, com detalhes, no capítulo III da tese.

Observa-se, então, que o processo de integração, mesmo possuindo as suas contradições, favorece também a outra fonte de poder, o da organização. Galbraith (1984, p. 07) diz que:

A organização, a fonte de poder mais importante nas sociedades modernas, está primordialmente ligada ao poder condicionado. Admite-se que a organização seja indispensável quando se busca o poder ou se necessita dele. [...] Personalidade, propriedade e organização se combinam em diversos graus. Daí surge uma combinação variável de instrumentos para a imposição do poder.

A organização através de entidades associativas, como a AFEST, garantiu aos feirantes de Toritama um contra-poder para barrar os objetivos da “Associação do Parque das Feiras” e da Prefeitura de Toritama.

A feira da sulanca de Caruaru também tem sido palco de discussões sobre a possibilidade de mudança do Parque 18 de Maio para as proximidades das BRs 104 e 232. Nesse caso, a associação dos sulanqueiros é favorável à modificação espacial. No entanto, muitos feirantes e comerciantes locais se colocaram contrários à mudança. Esse projeto ainda está em andamento e pretende que o novo espaço seja semelhante ao do “Moda Center”, em

Santa Cruz do Capibaribe.

A prefeitura coloca que o principal objetivo do projeto é organizar uma melhor estrutura para a feira. Porém, também se enfatiza que, com a duplicação da BR 104, os sulanqueiros de Caruaru perderão espaço para os de Santa Cruz do Capibaribe. Além disso, há uma preocupação com a arrecadação de impostos sobre os sulanqueiros, pois dos 25.000 feirantes, apenas 12.000, pagaram pela utilização do solo, em janeiro de 2009, conforme o Departamento de Feiras e Mercados (Jornal do Comércio, jan-2009).

Os interesses pecuniários da prefeitura de Caruaru e as disputas pelos espaços mercadológicos também estão subjacentes à necessidade de mudança de local da feira. O uso do espaço para a nova localização da referida feira está vinculado aos interesses políticos e financeiros daqueles que detêm o poder em Caruaru. Dessa forma, verifica-se que tanto o processo de integração como o de fragmentação possuem suas peculiaridades no aglomerado de confecções do Agreste, e que ambos os processos são forjados através de conflitos, disputas e contradições, denotando as relações de poder presentes. Para Raffestin (1993, p. 06):

Explicitar o conhecimento e a prática que os homens têm das coisas é, involuntariamente, desnudar o poder que esses mesmos homens se atribuem ou procuram se atribuir sobre os seres e as coisas. O poder não é nem uma categoria espacial nem uma categoria temporal, mas está presente em toda “produção” que se apóia no espaço e no tempo. O poder não é fácil de ser representado, mas é, contudo, decifrável.

As relações de poder estão circunscritas nos territórios, pela produção e comercialização através das relações entre esses espaços e as pessoas. Elas ocorrem entre os objetos, mas, intermediadas pelas ações das pessoas, que estão envoltas por uma lógica mais ampla, a lógica do capitalismo, pela qual o saber passa a ter uma importância fundamental, transformando-se em poder que também é territorializado. Conforme Foucault (1982, p. 158):

[...] Desde o momento em que se pode analisar o saber em termos de região, de domínio, de implantação, de deslocamento, de transferência, pode-se apreender o processo pelo qual o saber funciona como um poder e reproduz os seus efeitos. Existe uma administração do saber, uma política do saber, relações de poder que passam pelo saber e que naturalmente, quando se quer descrevê-las, remetem àquelas formas de dominação a que se referem noções como campo, posição, região, território.

É necessário tanto o saber para organizar a produção através da flexibilidade e da fragmentação do território, como o saber para dominar os espaços mercadológicos no escoamento das mercadorias. Através desses deslocamentos e dessas ações é que as inter-relações socioespaciais acontecem. Inclusive com relações de domínio sobre pessoas e territórios.

Na Geografia estas relações são analisadas como práticas socioespaciais, sendo elas, ao mesmo tempo, históricas e territoriais. Dessa forma, essa realidade precisa ser resgatada em sua totalidade, através dos circuitos de produção, como também dos circuitos de circulação das mercadorias, onde as relações de poder também estão presentes. Para Foucault (1982, p. 158):

O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles.

Por isso, o poder está presente nas relações que acontecem entre os fixos (fabricos, fábricas ou facções) e fluxos (de pessoas ou mercadorias). Ou seja, as relações de poder estão presentes entre os objetos e as ações dos agentes locais. Esse poder terá maior articulação a partir dos segmentos que se organizem coletivamente e se mobilizem em torno de seus interesses, por intermédio do poder da organização. Como também os que constituem maior poder econômico são favorecidos nas relações entre os fixos e os fluxos, a partir do poder de propriedade. Desse modo, desde já essas relações serão tratadas através do movimento entre os fixos e os fluxos.

2.3 Relações entre fixos e fluxos nos territórios

O território tratado como espaço humano, espaço habitado e usado por uma sociedade, permitirá resgatar os conceitos de fixos e fluxos, no âmbito das relações dos atores que produzem o espaço. Isso, porque “destrinchar as relações existentes entre esses elementos, tornando os conceitos em realidades empíricas, permitirá que se vislumbre, no tempo e no espaço, a transformação” (SANTOS, 1997, p. 48).

As atividades, sejam do pequeno ou do grande capital, aumentam sua presença no território, conforme as novas especificidades locais e as análises também precisam se adequar a essas novas realidades. Dessa forma, analisar-se-á o aglomerado produtivo de confecções do Agreste pernambucano retomando a idéia de que:

O espaço é, também e sempre, formado de fixos e de fluxos. [...] Os fixos nos dão o processo imediato do trabalho. Os fixos são os próprios instrumentos de trabalho e as forças produtivas em geral, incluindo a massa dos homens. [...] Os fluxos são o movimento, a circulação e assim eles nos dão também, a explicação dos fenômenos da distribuição e do consumo. (SANTOS, 1997, p. 77)

No entanto, Santos analisa essas relações entre fixos e fluxos, colocando que o meio técnico-informacional, com seus objetos técnicos, controla os fluxos dominantes e define as estratégias de apropriação dos fixos.

Para concretizar o objetivo central, nessa análise, verificar-se-á como as inter-relações socioespaciais contribuem para o desenvolvimento do aglomerado produtivo de confecções no Agreste pernambucano. Ou seja, os fixos e os fluxos estarão presentes nessas inter-relações, porém os objetos não são controlados apenas pelos fluxos do grande capital, mas também pelos do pequeno capital.

As informações não estão a serviço, apenas, das classes hegemônicas, no âmbito das verticalidades. Também estão no âmbito das horizontalidades, por meio das disputas e da busca de excedentes, através da mais-valia. Nem sempre a cooperação é buscada no mundo cotidiano e das vizinhanças. Essas relações também são conflituosas, com base na busca de “levar vantagem”, pois estão embutidas em diversas ações das pessoas, que se refletem na configuração espacial. Segundo Carneiro (2006, p. 22):

A produção capitalista do espaço é determinada pelas tendências contraditórias de diferenciação e igualização que emergem do centro deste modo de produção e se torna visível na paisagem como modelo do desenvolvimento desigual (SMITH, 1988, p. 149), um modelo espacial que não corresponde mais, apenas, aos grandes centros urbanos já que invade as cidades locais [...]

Esse desenvolvimento desigual vai se concretizando entre os mais de vinte municípios que compõem o aglomerado produtivo de confecções do Agreste/PE, polarizados por Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama (Mapas nº 01, 02 e 03). No entanto, um sistema de relações vai se efetuar por toda a sub-região, além de outras áreas, consolidando as ações dos atores entre objetos e territórios. Sendo assim,

O espaço é visto, então, como um sistema de objetos e um sistema de ações [...] Logo a sua produção não pode ser vista como produção material apenas, isto é, como construção da paisagem, envolvendo também a produção imaterial, de fluxos, ações e interações de toda ordem. (CARNEIRO, 2006, p. 23)

A partir da visualização desses fluxos, pelas referidas figuras, consegue-se apreender as diversas inter-relações socioespaciais que constituem a base do desenvolvimento do aglomerado de micro e pequenas indústrias de confecções do Agreste de Pernambuco.

Por isso, através do trabalho de campo, realizado entre janeiro de 2007 e janeiro de 2009, no aglomerado produtivo de confecções, foram identificados os fluxos produtivos, apresentados, a seguir.

Santa Cruz do Capibaribe possui uma área de influência, de subcontratação de espaços

da produção, que vai além da sub-região do Agreste pernambucano, atingindo territórios das sub-regiões da Mata e Sertão pernambucanos, como também territórios do Estado da Paraíba (Mapa 01).

Toritama também tem um alcance que chega aos territórios paraibanos, mas a maioria dos territórios subcontratados encontram-se dentro da sub-região do Agreste pernambucano (Mapa 02), conforme depoimentos dos entrevistados.

A área rural de Caruaru também é muito utilizada, através das facções, para a produção de peças de *jeans*, destinadas aos fabricos de Toritama. E Caruaru subcontrata, principalmente, territórios circunvizinhos (Mapa 03), inclusive facções de Toritama.

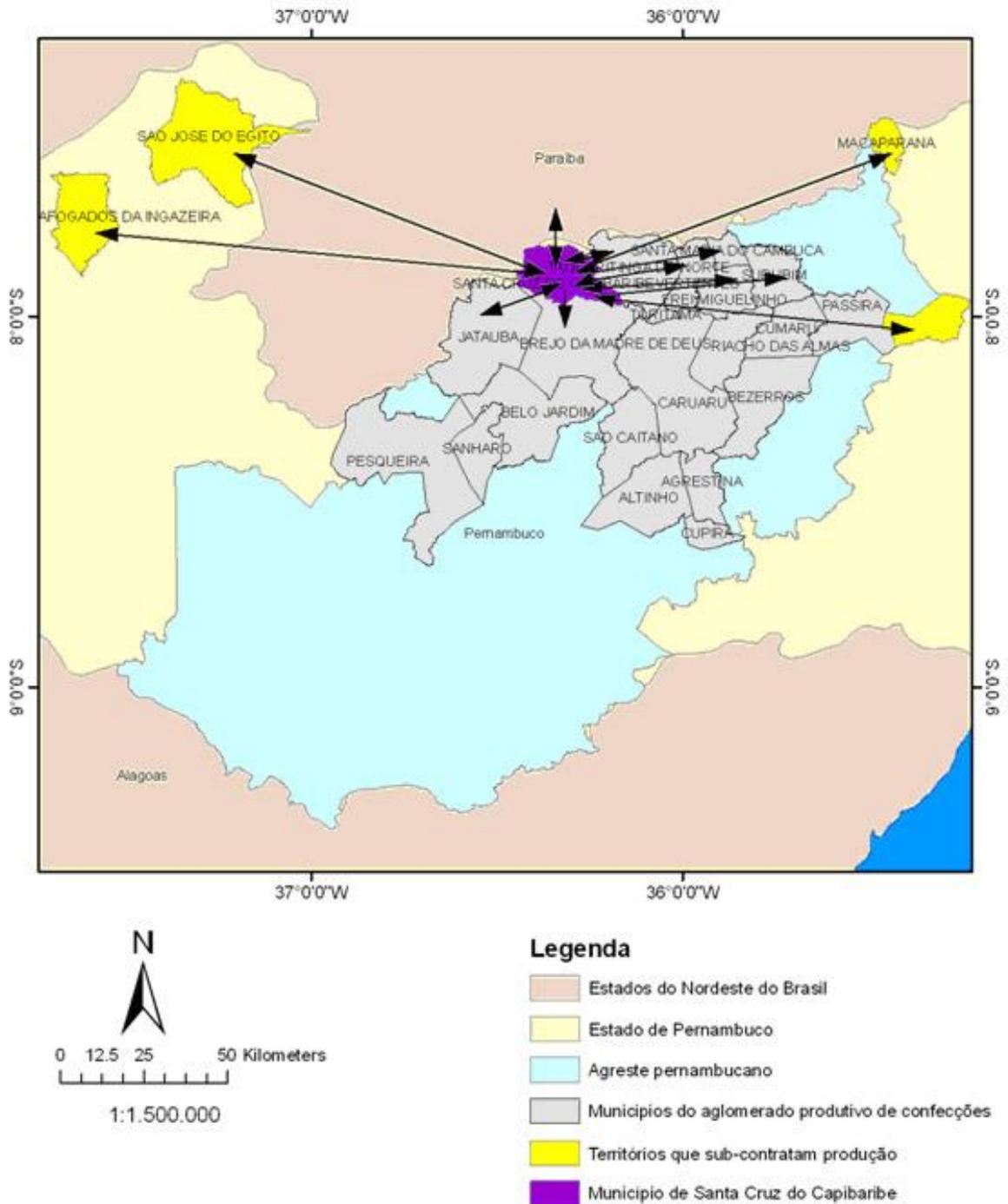
A relação recíproca entre os dois municípios ocorre, principalmente, porque a produção majoritária de ambos é com o tecido *jeans*. Além disso, a área rural de Caruaru, como o distrito de Canaã, é considerada quase como área urbana de Toritama, onde esses municípios são divididos, apenas pelo Rio Capibaribe. Foram encontrados folders de empresas localizadas em Canaã que se identificavam com o município de Toritama.

Mas, é importante ressaltar que os três mapas retratam parte da subcontratação, identificada através do trabalho de campo, pois em vários outros municípios, são utilizadas as facções ou costureiras independentes para a produção de confecções na sub-região ou fora dela.

Conforme os mapas, a seguir, foi observado que Santa Cruz do Capibaribe possui uma malha de influência, a leste de seu território, que também sofre influência de Toritama, quanto aos fluxos produtivos. Ou seja, os municípios de Taquaritinga do Norte, Vertentes, Frei Miguelinho, Santa Maria do Cambucá e Surubim se inter-relacionam com os dois núcleos produtivos, no processo de subcontratação.

Alguns desses municípios já eram produtores de confecções com o tecido de malha, para Santa Cruz do Capibaribe, muito antes de Toritama começar a produzir as roupas em *jeans*. E que passaram a se relacionar também com a produção do segundo tecido, a partir de sua ampliação no aglomerado produtivo.

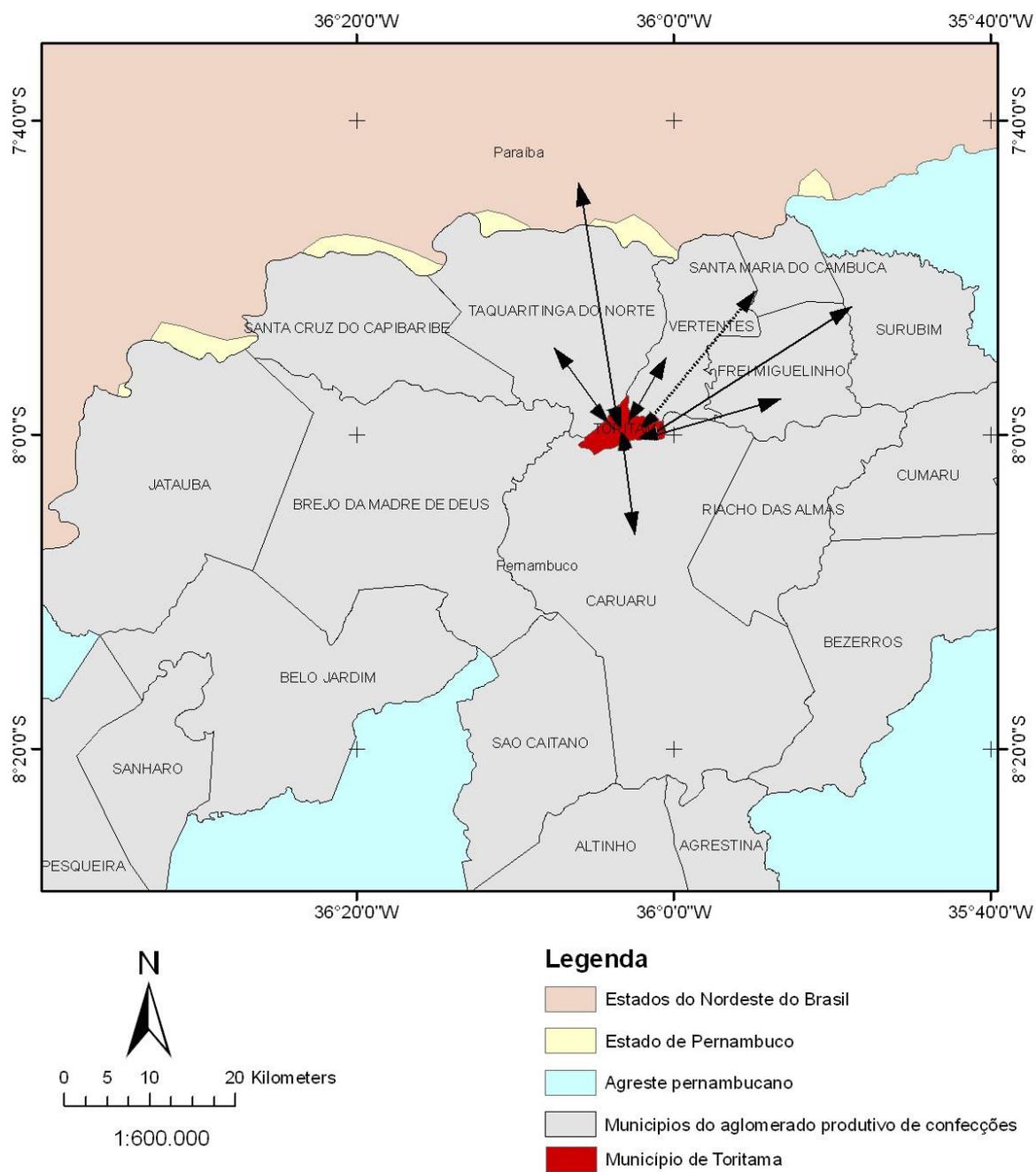
Caruaru se relaciona, principalmente, com os municípios que circundam o seu território, além de ter subcontratações também em Toritama, por conta da afinidade com a produção de confecções em *jeans*. Os municípios de São Caetano, Bezerros, Riacho das Almas, Agrestina, Altinho, Cupira e Belo Jardim estão presentes nesses fluxos de subcontratação da produção, conforme o trabalho de campo.



Mapa 01: Fluxos produtivos de Santa Cruz do Capibaribe.

Fonte: Base Cartográfica do zoneamento agroecológico de Pernambuco (ZAPE), 2001.

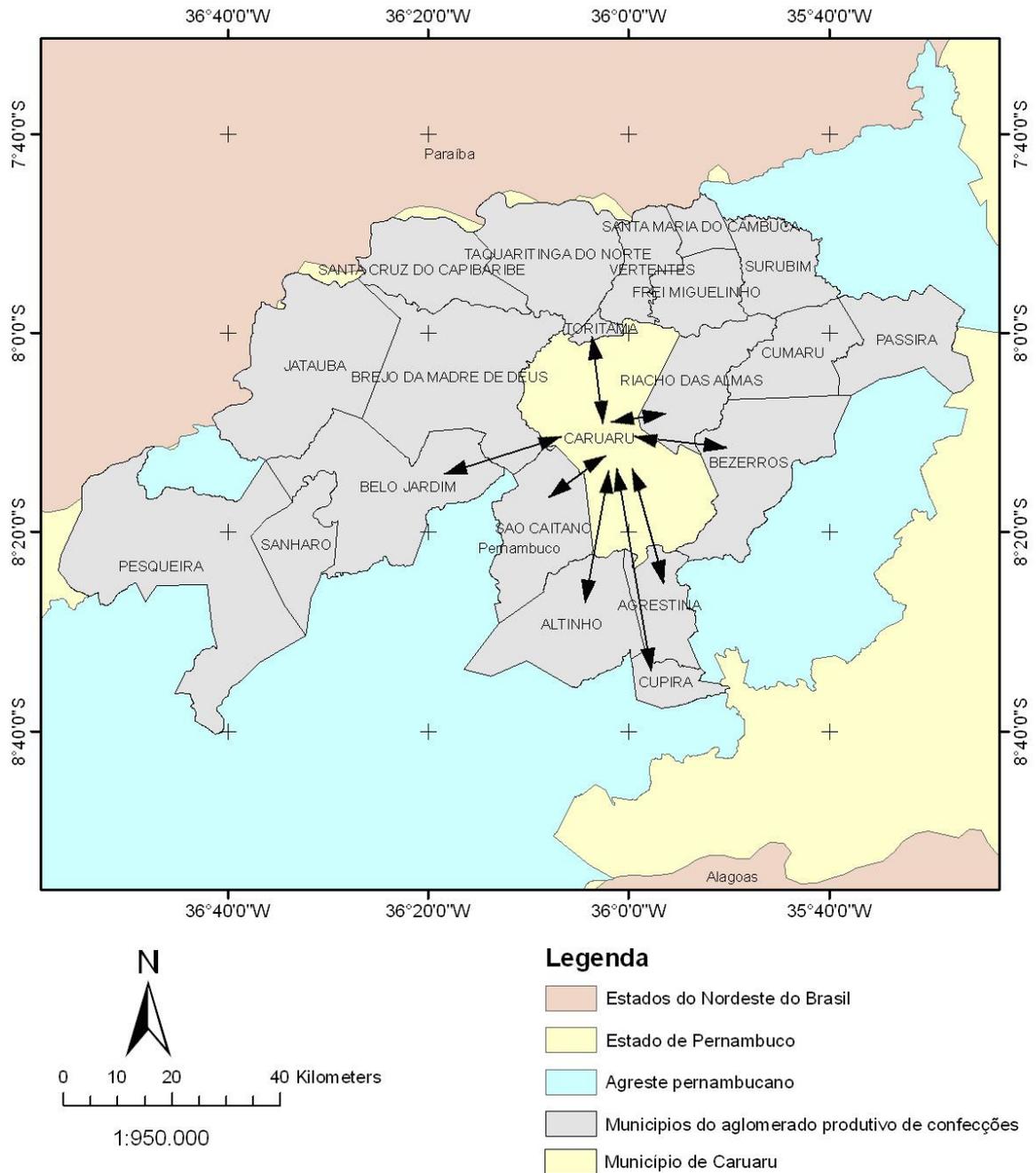
Organizador: OLIVEIRA, 2009.



Mapa 02: Fluxos produtivos de Toritama.

Fonte: Base Cartográfica do zoneamento agroecológico de Pernambuco (ZAPE), 2001.

Organizador: OLIVEIRA, 2009.



Mapa 03: Fluxos produtivos de Caruaru.

Fonte: Base Cartográfica do zoneamento agroecológico de Pernambuco (ZAPE), 2001.

Organizador: OLIVEIRA, 2009.

Além, da subcontratação dos espaços da produção, pessoas podem se deslocar de municípios, pertencentes ao estado de Pernambuco ou mesmo da Paraíba, para irem trabalhar em Toritama ou Santa Cruz do Capibaribe. Muitos fixam residências em um desses territórios. Outros preferem passar a semana trabalhando, retornando aos seus territórios de origem nos finais de semana. Alguns, ainda, diariamente, se deslocam entre os diversos territórios, construindo assim, inter-relações que vão além dos limites dos municípios onde residem ou trabalham.

Os movimentos citados referem-se: às pessoas que produzem a confecção e se inter-relacionam com os espaços produtivos, trabalhando em facções ou fabricos como assalariados; aqueles que são proprietários e confeccionam em seus fabricos, nos municípios circunvizinhos; e se deslocam somente nos dias de feiras aos três municípios já citados anteriormente; e aqueles que confeccionam em um dos municípios que centralizam a comercialização, contudo também tentam estar presentes, com os produtos, nas três feiras, ou pelo menos em duas, semanalmente. Conforme Santos (1997, p. 78):

Os fixos, como instrumentos de trabalho, criam massas. Mas não basta criar massas, impõe-se fazer com que se movam. E a capacidade de mobilizar uma massa no espaço é dada exatamente pelo poder econômico, político ou social, poder que por isso é maior ou menor segundo as firmas, as instituições e os homens em ação.

O poder de locomoção estará subordinado às situações econômicas em que se encontram esses diversos atores nos territórios. Os assalariados, em sua maioria, dependerão de transportes coletivos ou bicicletas para se locomoverem. As motocicletas também são utilizadas comumente na Sub-região. Os proprietários dos fabricos ou facções, conforme seu poder econômico dependerão dos mesmos transportes coletivos (ônibus, vãs ou toyotas) ou de transportes particulares (carros ou motos) para se deslocarem.

As intencionalidades dos empresários que se articulam na Sub-região, através da divisão territorial do trabalho, terão repercussões diferenciadas entre os subespaços ou com subespaços externos. Por exemplo, os empresários que dependem, exclusivamente das feiras locais para a comercialização de suas mercadorias terão um poder de articulação bem mais limitado. As demandas estarão limitadas, também, aos sacoleiros que se deslocam de locais mais próximos, quase que majoritariamente, pertencentes à região Nordeste. Logo, as mercadorias serão, conseqüentemente, de menor qualidade, para uma população de baixa renda. Esses compradores se deslocam também para a Sub-região, quase que maioria, em transportes coletivos. Retomando Santos (1997, p. 81-82):

Pela forma como o capital fixo novo é distribuído no espaço, é possível discernir as articulações que se criam ou se podem criar, neste ou naquele momento, tanto a articulação interna a cada subespaço como também aquela entre subespaços. [...]

Nessa construção intelectual, um dado fundamental é a noção de escala, mas não propriamente como um dado espacial, mas sobretudo como um dado temporal. Pelo fato de que a divisão territorial do trabalho é, claramente, função do tempo histórico. [...] Sem dúvida, existe dentro de um território uma oposição entre escalas. Cada escala corresponde a um nível de intencionalidade. [...] O nível de intencionalidade da firma que usa o espaço nacional como um todo não é o mesmo, nem tem a mesma qualidade ou direção, que o de uma firma que apenas pode utilizar-se de uma fração do espaço, ou que tenha seu raio de ação limitado a apenas alguns bairros dentro de uma cidade. A noção de escala é, então, essencial, para compreender a diversidade e o choque entre intencionalidades em diversos níveis, as quais se revelam através de decisões e têm repercussão na ordem econômica, cultural política e moral, assim como na ordem territorial.

Considera-se, então, que essas articulações entre os atores citados, pertenceriam a um circuito de fluxos inferior informal, em que “a norma da sociedade e do território nesse momento é a horizontalidade, que através da co-presença das pessoas [...] a sociedade local conseguia produzir e se reproduzir autonomamente, criar suas técnicas, comandar seu tempo social e o limite de sua utilização” (CARNEIRO, 2006, p. 68).

Percebe-se, entretanto que, mesmo sendo pequenos comerciantes, com um capital limitado, os que compram ou vendem, suas limitações econômicas não impedem que os deslocamentos se ampliem para além das áreas de bairros de um mesmo município, chegando a ultrapassar os limites territoriais de estados dentro da região Nordeste. A facilidade dos transportes e das comunicações viabiliza as inter-relações. As encomendas, muitas vezes, ocorrem por telefone e as mercadorias são entregues conforme os pedidos anteriormente solicitados.

Mas os fluxos das mercadorias ultrapassam os limites da região nordestina. Chegam a ser transportadas através de caminhões, transportadoras, barcos, navios, aviões etc., conforme o poder de articulação com outros mercados que possuam os comerciantes locais. De acordo com Carneiro (2006, p. 126):

Para Santos (1985, p. 62), o uso do espaço pelas firmas obedece a uma hierarquia, cujo outro seria a realização diferencial do capital produtivo. A capacidade maior ou menor de cada firma para colocar suas mercadorias em circulação condiciona o seu poder de mercado, político e uso territorial.

Sendo assim, as firmas maiores da sub-região, ou firmas líderes, como cita Cabral (2007), conseguem estar no topo dessa hierarquia, onde se inserem no chamado circuito superior secundário conforme Santos (1985), consolidando sua expansão para todo o país.

A circulação de mercadorias acontece através das ações dos comerciantes que são também produtores, como também através das ações de representantes e atravessadores que se deslocam do Agreste, buscando novos mercados ou articulando essas vendas através de escritórios locais. Como também, os compradores atacadistas que vêm das mais diversas

regiões do país (mapa 04) adquirem as confecções diretamente na Sub-região ou através dos representantes.

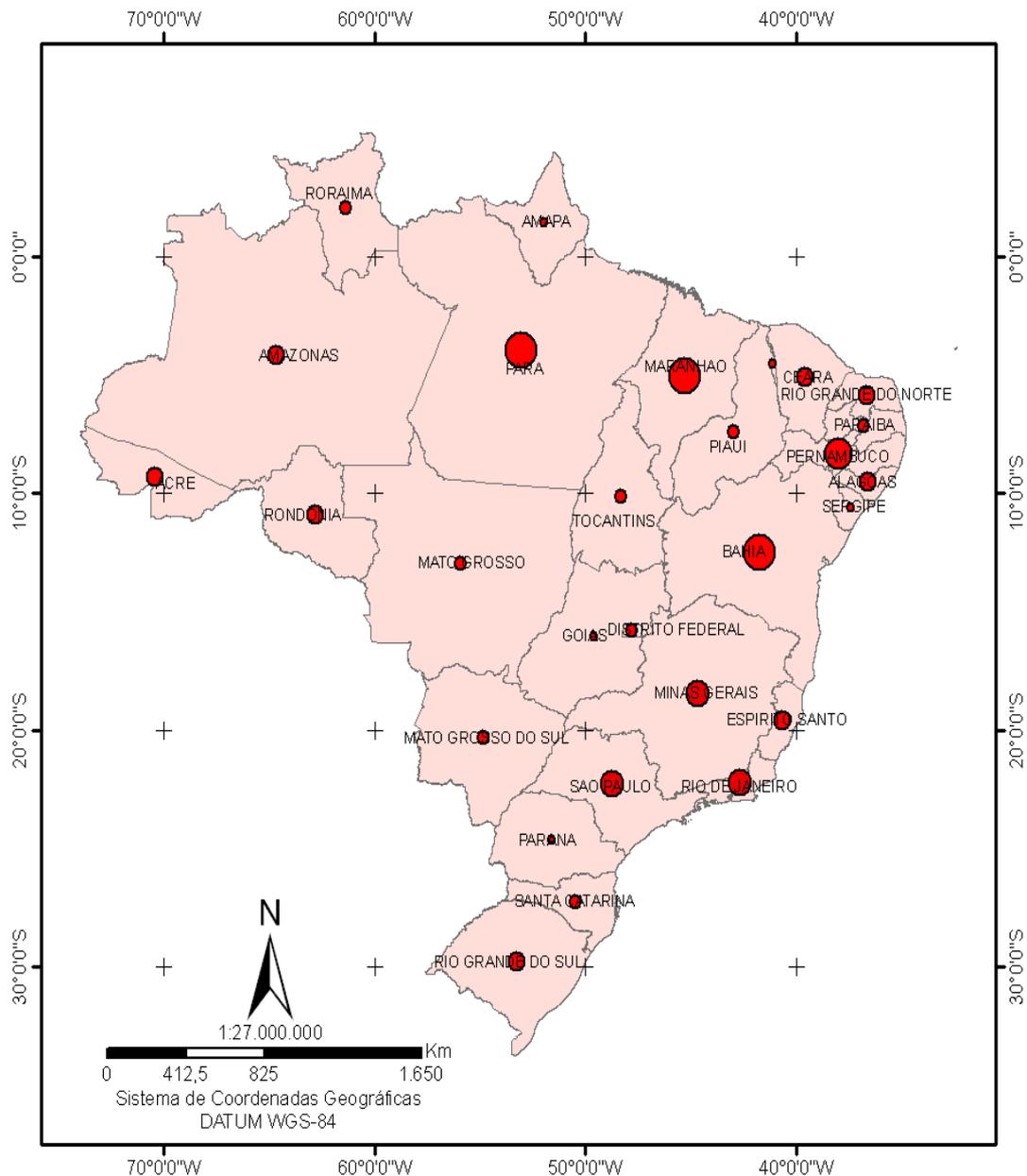
A origem dos compradores foi identificada, a partir de 39 entrevistas, realizadas no trabalho de campo, entre janeiro de 2007 e janeiro de 2009. Na pesquisa realizada pela FADE (Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UFPE) em parceria com o SEBRAE, os Estados das regiões Norte e Nordeste são os principais compradores. No entanto, esses dados foram coletados, apenas, entre os feirantes das três feiras da Sulanca. Enquanto que a presente pesquisa foi feita diretamente com empresários, o que modifica a base da análise; nesse caso alguns empresários faziam os contatos diretamente com os atacadistas e não revendiam em feiras. E outros também revendiam em feiras, mas tinham seus compradores diretos. Contudo um dado foi comum às duas pesquisas: o fato do maior comprador ser o estado da Bahia, tanto entre os empresários, quanto entre os feirantes.

Conforme o mapa, a seguir, foi identificado que os estados das regiões Norte e Nordeste aparecem com grande quantidade de compradores no aglomerado produtivo do Agreste de Pernambuco. No entanto, a região Sudeste, também desponta com ampliação entre esses compradores. Esse fato se deve ao quantitativo de entrevistados de Caruaru e Toritama, com grande produção em *jeans*, ter sido significativa entre os nossos entrevistados. Pois, recentemente, a última região citada, tem ampliado seus compradores para este tipo de confecções, no aglomerado produtivo.

A facilidade atual de locomoção, com os avanços nos meios de transporte e a melhoria das estradas têm favorecido a um grande fluxo das confecções do Agreste para muitos lugares do Brasil. As figuras Nº 01 e Nº 02 apresentam alguns dos transportes utilizados na circulação das mercadorias e das pessoas:

Segundo Santos (1997, p. 20):

[...] Os transportes e as comunicações conheceram grandes avanços nos países subdesenvolvidos _ por exemplo, os processos maiores são obtidos através do ônibus e do automóvel e os fluxos podem intensificar-se graças a sua maior flexibilidade, o que não podia ser alcançado com o trem, meio muito mais rígido e inflexível. A melhoria das estradas e dos veículos, o encontro de combustíveis mais baratos representam modernizações que permitem a diminuição dos custos. De modo geral, o preço do transporte aumenta menos que o dos demais fatores da produção e a redução dos custos das viagens possibilita às pessoas escolher onde adquirir bens e serviços, que freqüentemente vão buscar em lugares mais distantes, mas onde os preços praticados oferecem maiores atrativos.



Legenda

Compradores que se deslocam para o Agreste-PE

• 0-1 • 2-3 • 4-7 • 8-9 • 10-17 • 18-20

Mapa 04: Distribuição geográfica dos compradores de confeções do Agreste pernambucano.

Fonte: Base cartográfica do Brasil ao milionésimo, 1997.

Organizador: OLIVEIRA, 2009.



Figura 01: Carreta p/ transporte de confecções
Fonte: LIRA, 2007



Figura 02: Ônibus de excursão para a Sulanca
Fonte: LIRA, 2007

As confecções do Agreste pernambucano vão atingir espaços em quase todo o território nacional e até territórios internacionais. Esses fluxos de mercadorias são garantidos de acordo com a capacidade de intervenção no mercado de cada empresa. As exportações para a Europa ou para outros países da América Latina são praticadas de forma pontual e atingem um pequeno número de empresas. Do mesmo modo, ocorrem para alguns poucos territórios internacionais.

O quantitativo de países citados, a seguir, na Tabela 01, sobre as exportações ocorre tanto de forma direta, citada anteriormente, como através de empresas comerciais exportadoras, conforme o SEBRAE-PE. E essas exportações indiretas, normalmente para África, são mais frequentes, atingindo um maior número de micro e pequenas empresas do aglomerado produtivo.

PAÍSES	Confeccionistas que exportaram
ANGOLA	04
BOLÍVIA	01
CUBA	03
ESPANHA	01
FRANÇA	01
PORTUGAL	02
VENEZUELA	01

Tabela 01: Países compradores das confecções do Agreste pernambucano
Fonte: LIRA, 2007-2009

As exportações para Angola ocorrem através de intermediários. Segundo o SEBRAE-PE: “É uma exportação de maior volume. O empresário tem uma empresa comercial exportadora no Brasil e monta um ponto de distribuição em Angola.” Nesse caso os produtos

são de qualidade inferior, para uma clientela de baixa renda. Outras empresas chegaram a fazer exportações pontuais para Cuba. Como também uma empresa de Pão-de-Açúcar exportou mosquiteiros para Venezuela e Bolívia. Além desses, artigos de “moda praia” foram exportados para Portugal, Espanha e França.

A articulação dessas exportações recebeu o apoio do SEBRAE que, através da ABIT (Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção), contribuiu para a ampliação de mercados internacionais. O governo do Estado de Pernambuco também tem participado de missões em Cabo Verde, articulando empresas do aglomerado produtivo para exporem seus produtos naquele país. Mas esses intercâmbios comerciais foram interrompidos por problemas com a BRA, empresa aérea que traria os caboverdenses até o aeroporto de Recife. Atualmente, os africanos vêm, somente, até Fortaleza.

Porém, esses envolvimento mercadológicos têm priorizado apenas as entidades associativas, onde as indústrias com maior poder econômico estão organizadas, passando a atuar de forma mais planejada, através das rodadas de negócios, com participação em eventos coletivos com o apoio do SEBRAE e outras entidades. Com esses eventos ocorre uma ampliação significativa dos espaços de mercado para as empresas. Assim, conforme Carneiro (2006, p. 84):

[...] esse meio técnico-científico possibilitou que as atividades do circuito superior secundário consolidassem sua expansão para todo o país, por meio dos fixos e dos fluxos que os animam, expansão que partindo inicialmente dos territórios contíguos e próximos, avançou até a escala da nação, dando configuração territorial a diferentes circuitos espaciais da produção, comandados pelas ações manufatureiras e concomitantemente pelo agir maquinizado das maquinofaturas.

No caso do aglomerado produtivo do Agreste pernambucano, a sua influência avançou para além da escala da nação. No entanto, essa articulação só foi possível acontecer a partir da ação dos atores que possuem um poder financeiro mais equilibrado e estrutura empresarial mais competitiva. Os depoimentos de confeccionistas de menor poder econômico demonstraram que, mesmo estando associados às referidas associações, não puderam bancar os custos para participar de eventos de rodadas de negócios. Por isso, continuam dependendo somente das feiras e de clientes mais antigos, para escoar suas mercadorias.

Dessa forma, a articulação entre os confeccionistas está limitada ao capital acumulado de cada um. Os que possuem menor poder aquisitivo ficam excluídos de possibilidades para conquistarem novos mercados. A ação dos que dominam o mercado atingirá espaços bem mais amplos:

O mundo encontra-se organizado em subespaços articulados dentro de uma lógica global. Não podemos mais falar de circuitos regionais de produção. Com a crescente

especialização regional, com os inúmeros fluxos de todos os tipos, intensidades e direções, temos que falar de circuitos espaciais da produção. Estes seriam as diversas etapas pelas quais passaria um produto, desde o começo do processo de produção até chegar ao consumo final. (SANTOS, 1997: 49)

Na realidade atual, porém, não são apenas os atores hegemônicos que atingem um espaço tão amplo, pois também existem espaços para os de menor capital, a partir das inter-relações socioespaciais, pelos fixos e fluxos. Embora, de uma forma mais fragilizada, com negociações mais pontuais, as mercadorias do aglomerado produtivo de confecções do Agreste, conseguem atingir espaços bem mais longínquos do que o espaço regional. Será apresentado, a seguir, como esse aglomerado produtivo foi se consolidando, ao longo do tempo, conforme a lógica acima apresentada.

3 AGRESTE PERNAMBUCANO: ESPAÇO DO AGLOMERADO PRODUTIVO DE CONFECÇÕES

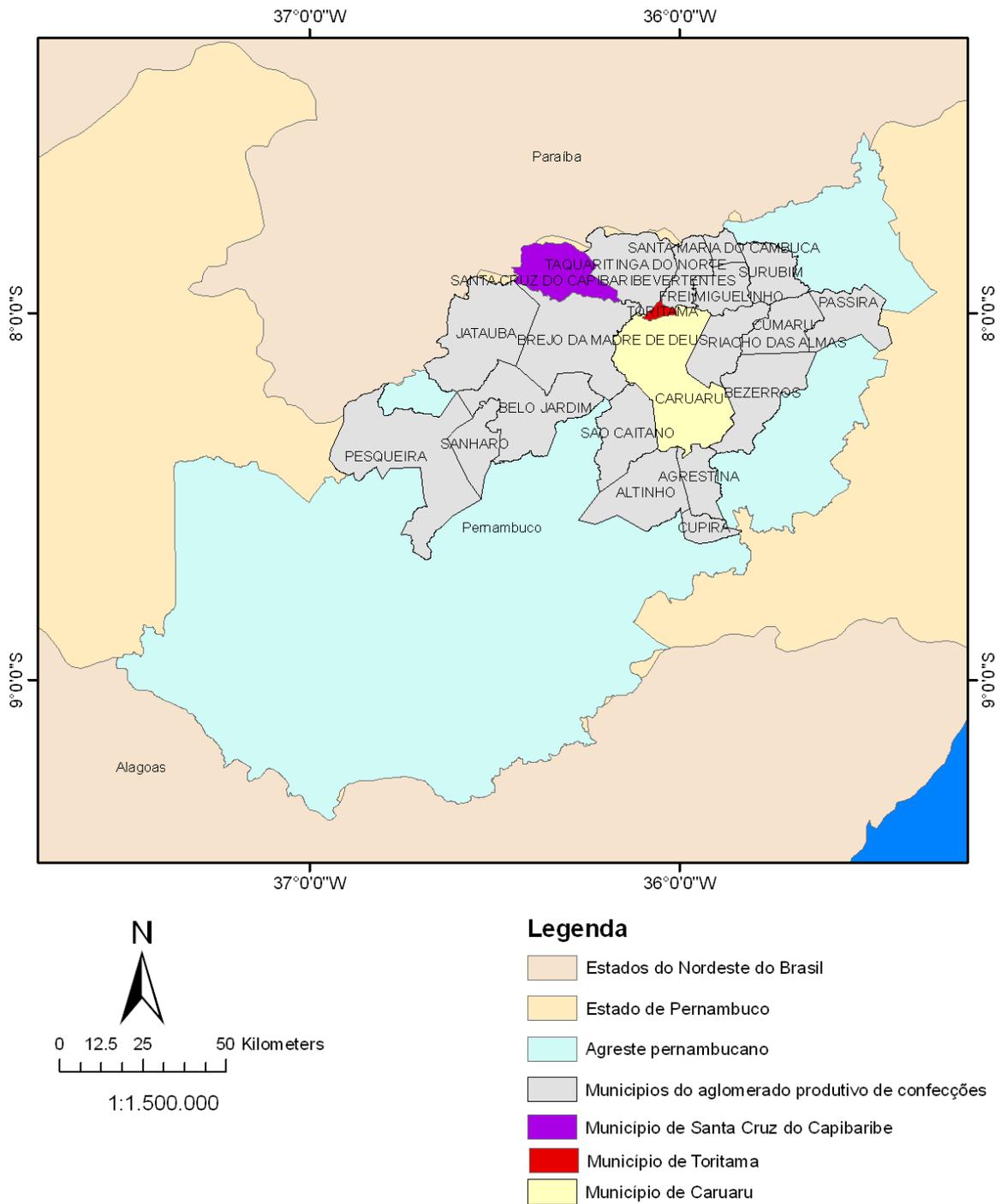
3.1 Contextualizando os territórios “pioneiros” do aglomerado produtivo de confecções

O aglomerado de micro e pequenas indústrias de confecções da Mesorregião do Agreste Pernambucano desenvolveu-se a partir, sobretudo, de três territórios que se destacam, hoje, na atividade produtiva da confecção: Caruaru, situado na Microrregião do Vale do Ipojuca, a 136 km da capital do estado, situado às margens da BR-232; Santa Cruz do Capibaribe, que dista 180 km da capital e Toritama, a 167 km, ambos, situados na Microrregião do Alto Capibaribe. No entanto, o aglomerado atinge, além desses, mais de duas dezenas de outros territórios da mesorregião (Mapa 05).

Convém ressaltar que, “O território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado”, conforme Santos (1998, p. 16). Espaços que se modificam a partir das ações dos atores que se relacionam. Elas ocorrem através de relações complementares. Santos (1998, p. 17) diz que “o acontecer complementar é aquele das relações entre cidade e campo e das relações entre cidades, consequência igualmente de necessidades modernas da produção e do intercâmbio geograficamente próximo”.

É fundamental entender como os territórios do Agreste foram se desenvolvendo e como as inter-relações socioespaciais, historicamente criadas, têm influído para a expansão do aglomerado de micro e pequenas indústrias de confecções, pois são essas relações complementares entre as áreas urbanas e rurais e entre os vários municípios da sub-região, através da produção flexível, historicamente presente no lugar, que definem as singularidades. Por isso, a seguir, os territórios serão caracterizados a partir da contextualização histórico-geográfica.

A sub-região do Agreste, historicamente conhecida, também, como o “celeiro” pernambucano, teve, durante muito tempo, função abastecedora de alimentos para a capital e a região metropolitana do Estado. Isso porque abrange uma área “onde coexistem, com elevadas densidades, as atividades de uma lavoura diversificada e de uma pecuária predominantemente leiteira...” (MELO, 1980, p. 173), bem como áreas de brejos nas quais a agricultura é favorável. Por isso, sempre teve uma importância fundamental no sistema geosocioeconômico pernambucano.



Mapa 05: Aglomerado produtivo de confecções do Agreste pernambucano

Fonte: Base Cartográfica do zoneamento agroecológico de Pernambuco (ZAPE), 2001.

Organizador: OLIVEIRA, 2009.

Ao mesmo tempo, várias porções da sub-região possuem áreas muito secas, sendo essas inapropriadas para o plantio. Toritama, Santa Cruz do Capibaribe e Caruaru localizam-se justamente nas terras mais secas. Embora o último município possua, em seu território, alguns brejos (Terra Vermelha, Brejo dos Cavalos e outros), grande parte da sua área é, predominantemente, seca.

Assim sendo, Melo (1980, p. 182) diz que:

Na porção oriental da zona, passa-se do bolsão subúmido da região de Bonito para um segmento da estreita bacia do Ipojuca, onde a pluviosidade declina até menos de 500 mm em Gravatá, até menos de 600 mm em Caruaru e até menos de 500 mm em São Caetano, o que faz daquele vale tectônico um [...] eixo de terras secas do Agreste. [...] Os declínios de totais pluviométricos interrompem-se bem antes da fronteira setentrional da sub-região, o que ocorre sobretudo porque aparece ali uma faixa que, em vez de deprimida, constitui divisor entre a bacia do Capibaribe e a do Paraíba do Norte. Todavia, ao longo dessa faixa, em contraste com as manchas de brejo de Poção e de Taquaritinga, situa-se uma área ampla de semi-aridez acentuada, representando uma projeção da zona do Cariri paraibano no Agreste de Pernambuco. [...] Fazem parte desse Cariri pernambucano os municípios de Jataúba e Santa Cruz do Capibaribe bem como amplas porções dos municípios de Brejo da Madre de Deus, Taquaritinga do Norte e Toritama.

Além dos baixos índices de pluviosidade acima destacados, as chuvas ocorrem concentradas em poucos dias do ano, concentrando-se ainda em algumas áreas por apenas três meses, o que dificulta tanto a produção agrícola quanto a armazenagem dos recursos hídricos. Ademais, como os reservatórios não são suficientes para atender à população urbana, há muitos problemas de falta de água na área. Com a construção das Barragens do Prata e de Jucazinho, nos últimos anos, essa realidade foi amenizada, mas, mesmo assim, os municípios continuam a passar por racionamentos significativos.

Nesse contexto, observa-se que a produção agrícola não tem sido a mais adequada para a sub-região, pois na agricultura de subsistência os produtos cultivados necessitam de chuvas periódicas para a sua evolução, como também de vários outros aspectos naturais e técnicos que favoreçam esse tipo de produção.

A cultura do algodão no Agreste, bem adaptada ao clima semi-árido, durante um longo período, contribuiu para uma melhoria das condições financeiras da população. Porém, essa atividade produtiva entrou em declínio, como em todo o Nordeste, por conta da concorrência internacional frente ao algodão norte-americano, bem como da concorrência nacional frente ao algodão paulista, além do que era produzido em outras áreas.

Com efeito, o algodão foi, durante décadas, um grande dinamizador da economia agrestina. Foi associado à pecuária, pois alimentava o gado com a *torta* de sua semente ou resíduo. Como também se associava à agricultura de subsistência, porque, possuindo um ciclo vegetativo curto, favorecia ao pequeno agricultor que plantava o milho, o feijão e a fava. Essa

cultura favoreceu tanto aos pequenos proprietários rurais e arrendatários, como aos fazendeiros. Segundo Andrade (1970, p. 78):

Tratando-se de cultura comercial, ela interessa sobretudo aos fazendeiros que a associam à pecuária. Estes obtêm facilidades de financiamento nos bancos oficiais e recebem assistência técnica dos governos estaduais e do governo federal – através de repartições dependentes do Ministério da Agricultura e da SUDENE –, assim como das firmas que compram e industrializam a produção.

Tanto os órgãos governamentais quanto as empresas privadas que industrializavam o algodão incentivavam a sua produção. As indústrias de beneficiamento do produto situavam-se em cidades estratégicas como Caruaru a exemplo da SANBRA (Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro S.A), garantindo emprego para muitas pessoas. Quando esse processo entrou em crise, em função da importância que tem na sub-região, instalou-se nela um grave problema socioeconômico.

O conjunto desses problemas apontados levou à criação de uma série de alternativas à geração de trabalho e renda, sob moldes artesanais. Dentre essas alternativas, podem ser citados a intensificação do artesanato de couro, em Caruaru e Toritama, através da produção de calçados e do artesanato com retalhos de tecidos, em Santa Cruz do Capibaribe.

A produção calçadista, porém, decaiu na década de 1980, por conta da elevação de custos com a matéria-prima do couro e da concorrência com a produção no Sudeste. No que concerne à pequena produção de confecções com tecidos, essa foi, gradativamente, sendo aprimorada e tomando uma dimensão industrial muito significativa na sub-região, pelas próprias características.

A produção de confecções manteve algumas características do processo artesanal, ou seja, continuou realizando-se, majoritariamente, com base no trabalho familiar e destinando-se às populações de baixa renda. A referida atividade produtiva vem ocorrendo, desde então, de forma pulverizada em vários territórios, favorecida por um processo de produção flexível, que continua até os dias atuais.

Com isso, foi-se constituindo, ao longo do tempo, a base sobre a qual se consolidou o aglomerado atual de confecções do Agreste pernambucano, reunindo um conjunto de territórios que, embora fragmentados, articulam-se produtiva e comercialmente.

A flexibilidade tão apregoada, atualmente, como aspecto de uma “economia pós-moderna”, adapta-se muito bem à produção de confecção no aglomerado, desde as suas origens, pois depende de um processo de montagem de peças que não necessariamente, precisa ocorrer no mesmo local, podendo ser fragmentada por vários espaços produtivos.

Além disso, a tecnologia tem tido grande importância para o referido processo

flexível, na medida em que cada lugar pode especializar-se em um determinado aspecto da preparação do produto final, de acordo com as máquinas que cada um possui.

Com a divisão socioterritorial do trabalho é comum serem encontradas residências, principalmente em Caruaru e Toritama, com as seguintes indicações: “Facção”, “Traveta-se”, “Caseia-se de olho”, “Coloca-se cóis”, “Costura-se as peças”, “Prega-se botões”⁴ etc. Como também outros profissionais que se especializam em atividades de modelagem, corte de peças pilotos, ou mesmo de apenas retirar os pêlos ou embalar os produtos.

O confeccionista não precisa ter muita experiência no ramo para iniciar a produção de confecções. Basta comprar uma peça de vestuário, já pronta, ou uma revista de moda e levá-la até um(a) modelista. Este(a) faz as modelagens com numerações diferentes, compra o tecido e leva-o para o cortador. Entrega-o para a facção que costura as peças; em seguida, entrega-o para fazer a travetagem e o aprontamento: colocação de botões, *taiguer* (placas de papelão com identificação do produtor); finalizando, então, com a embalagem.

Quando os produtos são confeccionados com *jeans*, esses passam também pela lavanderia, além das etapas anteriores. A fase final da confecção de roupa é colocar o produto à venda. Uma parcela dos confeccionistas não possui uma única máquina para a produção, pois todo o processo é sub-contratado. Essa sub-contratação de produtores autônomos, com base na produção flexível, amplia a competitividade entre os confeccionistas, pois aqueles que cobram o menor preço por peças produzidas, têm mais clientes.

Isso, numa sub-região subdesenvolvida, aumenta a possibilidade da exploração e, por conseguinte, favorece a acumulação capitalista. Desse modo, Tumolo (2000, p. 01-02) diz que:

[...] Marx entende que a divisão do trabalho no interior da sociedade capitalista é mediada pela compra e venda de mercadorias de diferentes ramos de trabalho, enquanto que a divisão manufatureira é mediada pela venda de diferentes forças de trabalho ao mesmo capitalista, que as emprega como força de trabalho combinada. A primeira pressupõe o fracionamento dos meios de produção e implica o confronto de produtores independentes de mercadorias, ‘que não reconhecem nenhuma autoridade senão a da concorrência’, enquanto que a segunda pressupõe a concentração dos meios de produção nas mãos de um capitalista e, ao mesmo tempo, a autoridade incondicional deste sobre o conjunto dos trabalhadores, dos quais comprou a força de trabalho.

Por causa da concorrência, os produtores de confecções buscam diminuir os preços das mercadorias, com mudanças nos processos de trabalho. Ou seja, a divisão do trabalho ocorre através da fragmentação territorial da produção. A sub-contratação de produtores autônomos e o uso constante da mão-de-obra (familiar e domiciliar) têm contribuído para uma

⁴ Atividades referentes ao processo de produção de confecções na área.

diminuição do preço da força de trabalho, principalmente através da utilização das mulheres e dos jovens. A este respeito a tabela 02 demonstra a participação de crianças/jovens entre 10 e 14 anos que trabalham nos principais municípios do aglomerado.

Territórios	% de crianças de 10 a 14 anos que trabalham, 1991	% de crianças de 10 a 14 anos que trabalham, 2000
Pernambuco	9,1	8,0
Caruaru	10,8	7,1
Santa Cruz do Capibaribe	17,9	22,1
Toritama	28,9	17,7

Tabela 02: Percentual (%) de crianças de 10 a 14 anos de idade que trabalham em Pernambuco, Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama, em 1991 e 2000

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2003

Mesmo tendo havido uma diminuição dos percentuais de crianças/jovens trabalhando entre os anos de 1991 e 2000, exceto em Santa Cruz do Capibaribe, o quantitativo dessas populações, em idade escolar, que estão trabalhando ainda é bem alto, e, sobretudo nos dois municípios onde a produção de confecção é mais intensa: Toritama e Santa Cruz do Capibaribe. Nesse último caso, a situação é muito mais preocupante, e isto porque este percentual tem crescido e representa quase um quarto da população que está sendo utilizada como mão-de-obra para as indústrias de confecções. A utilização dessa mão-de-obra também foi explicitada por Marx, na produção industrial, através da utilização da maquinaria:

Tornando supérflua a força muscular, a maquinaria permite o emprego de trabalhadores sem força muscular ou com desenvolvimento físico incompleto, mas com membros mais flexíveis. Por isso, a primeira preocupação do capitalista, ao empregar a maquinaria, foi a de utilizar o trabalho das mulheres e das crianças. (MARX, 2006, p. 451)

A produção industrial de confecções, no aglomerado de micro e pequenas indústrias do Agreste pernambucano, funciona sob a lógica do capital, e por isso emprega a mão-de-obra feminina e infantil, para ampliar o processo de mais-valia. As figuras Nº 03 e Nº 04, demonstram jovens, em idade escolar, trabalhando no referido aglomerado.



Figura 03: Jovem de 14 anos costurando
Fonte: LIRA, 2007



Figura 04: Jovens tirando pêlo de peças em jeans
Fonte: LIRA, 2007

Embora, essas fotos representem jovens que moram em municípios em que o percentual dessas populações está sofrendo redução, esse quadro ainda é frequente em muitos espaços da produção de confecções do aglomerado agrestino. O que demonstra que as políticas públicas atuais ainda precisam atuar com mais vigor na área.

Verifica-se que a lógica do sistema capitalista continua a mesma, ou seja, ao oportunizar postos precários de trabalho, faz com que os trabalhadores se sujeitem a todo tipo de exploração. Mesmo que sejam crianças ou adolescentes que deveriam estar na escola, ao invés de estarem trabalhando.

Na realidade estudada, também a força de trabalho dos agricultores, em áreas rurais, é utilizada no processo de acumulação capitalista. Os agricultores iniciam-se na confecção como atividade complementar à agricultura, sujeitando-se ao recebimento de ganhos inexpressivos os quais, quando muito, garantem a sobrevivência. É comum encontrar-se confeccionistas dizendo que, pela viabilidade econômica de seu negócio, optaram pela mão-de-obra rural, pois, para eles, é a oportunidade de ampliarem as margens de lucros para os seus empreendimentos.

Para Singer (1987: 08): “O que move o capitalismo é o capital constituído em empresa. Esta pode ser grande ou pequena, nacional ou multinacional, privada, pública ou mista. O que a caracteriza, acima de tudo, é a *unidade de propósito: o lucro*. O capital é valor que se valoriza, valor que engendra mais valor. [...]”

Considera-se, então, que o conjunto das atividades do aglomerado de confecções do Agreste faz parte do modo de produção capitalista, pois conforme Aquino, (1990, p. 69):

Não importa se o patrão trabalhe apenas como gerente; ou nunca vá a empresa, deixando-a com um proposto; ou que o patrão trabalhe lado a lado com seus operários. O que é fundamental, e é o que caracteriza a relação de produção, é que o patrão seja o *proprietário* dos meios de produção; que ele *empregue* os trabalhadores assalariados. Portanto, que pertença *a ele* o produto gerado e a

valorização do capital, a mais valia. Pois ele adquiriu as mercadorias (meios de produção e força de trabalho) utilizadas para gerar uma produção. E, portanto, no MCP [modo de produção capitalista], apenas a ele pertence os valores gerados, perfazendo a lógica de valorização do sujeito do processo, o capital.

Além do termo “modo de produção”, passa-se a usar também, neste texto, “modo civilizatório capitalista”, visto que esses termos envolvem outros aspectos da sociedade em suas condições, ao mesmo tempo, materiais e imateriais de reprodução, englobando conforme Souza (1994b), o conjunto da sociedade instituída e do seu imaginário.

De acordo com Mello (2001, p. 62):

O capitalismo é um *modo de vida que se universaliza em uma escala planetária*, com uma abrangência e incidência historicamente inéditas, mediante um ritmo avassalador e um dinamismo incomparáveis a outros modos de produção precedentes. É um modo de vida que se torna progressivamente *universal*, porque corresponde a um modo de produção que se organiza em escala crescentemente *mundial*, sendo esta, dentre outras, uma das características mais essenciais de sua singularidade histórica – o significado e o alcance mais relevantes de seu potencial civilizador.

Esse potencial civilizador influenciará sobre os modos de vida e as práticas cotidianas de populações de culturas diferentes, em todo o mundo. E as ações dos diversos atores que compõem os setores produtivos estarão vinculadas a essa lógica que vislumbra, cada vez mais, a lucratividade. E o desejo de lucro, de levar vantagem, perpassará as ações dos atores em suas micro ou pequenas empresas. Nas empresas familiares é que, principalmente, serão utilizadas crianças/jovens na ampliação da mais-valia. São nesses micro-territórios que as relações de parentesco camuflarão o processo de exploração. Sendo assim, seja nos micro-territórios dos domicílios ou entre fabricos ou fábricas maiores, as relações capitalistas do aglomerado produtivo de confecções engendrarão suas formas de acumulação, inclusive tentando anular o espaço pelo tempo.

Harvey (2005, p. 145) resgata, que o próprio Marx ressaltou a importância do capitalismo anular o espaço pelo tempo. Segundo ele:

O capitalismo, conclui Marx, em um notável *insight*, é caracterizado necessariamente por um esforço permanente da superação de todas as barreiras espaciais e da “anulação do espaço pelo tempo” (Marx, 1973: 539). No entanto, isso denota que esses objetivos apenas podem ser alcançados por meio da produção de configurações espaciais fixas e imóveis (sistemas de transporte etc.). Em segundo lugar, portanto, nos defrontamos com a contradição: a organização espacial é necessária para superar o espaço. A tarefa da teoria espacial, no contexto do capitalismo, consiste em elaborar representações dinâmicas de como essa contradição se manifesta por meio das transformações histórico-geográficas.

E, nesta tese, quando se apresenta o uso dos territórios fragmentados, em função da produção flexível, vê-se que o espaço continua influenciando no contexto da produção capitalista.

Destarte, é fundamental na pesquisa socioespacial caracterizar os contextos histórico-geográficos dos territórios estudados e identificar as suas inter-relações. Por isso, a seguir, são

caracterizados os principais territórios que se destacam como núcleos do aglomerado produtivo em epígrafe: Santa Cruz do Capibaribe, Toritama e Caruaru, identificando de que forma eles se inter-relacionam e como influenciam nos demais territórios da sub-região os quais necessitam para se desenvolver. Nesta análise enfatizar-se-ão as relações socioespaciais, ligadas ao modo civilizatório capitalista, constituídas ao longo da história de formação da própria sub-região.

3.1.1 O pioneirismo de Santa Cruz do Capibaribe

Em um breve resgate histórico, um relatório do CONDEPE/FIDEM descreve a origem de Santa Cruz do Capibaribe da seguinte forma:

[...] um dos primeiros desbravadores da região foi o português Antônio Burgos que, recém chegado ao Recife, foi aconselhado pelo médico a procurar terras de clima salubre. Margeando o rio Capibaribe desde o Recife, aportou na antiga povoação de Santa Cruz em meados do ano de 1700. Sua primeira preocupação foi erguer no local uma cruz de madeira, daí se originando a denominação de Santa Cruz do Capibaribe. Em 1790 a antiga povoação possuía uma capela sob a invocação do Senhor do Bom Jesus da Via Sacra. O distrito de Santa Cruz do Capibaribe, anteriormente denominado simplesmente de Santa Cruz, foi criado pela Lei Municipal nº 02, de 18 de abril de 1892, integrando o território do município de Taquaritinga do Norte. [...] Santa Cruz do Capibaribe foi constituído em município autônomo pela Lei Estadual nº 1.818, de 29 de dezembro de 1953, tendo sido instalado em 09 de maio do ano seguinte. (CONDEPE/FIDEM, 2006, p. 01)

O crescimento urbano e, por conseguinte, as modificações socioeconômicas desenvolvidas em Santa Cruz do Capibaribe estiveram ligadas ao processo histórico da cotonicultura e da pecuária no Agreste pernambucano.

Tentando encontrar uma solução para a crise agrícola, Santa Cruz do Capibaribe foi o lugar pioneiro a se dedicar à produção de sulanca na sub-região. A produção de calçados também fez parte da sua atividade econômica urbana, mas, aos poucos, foi sendo substituída pela atividade predominante de confecções. Iniciando-se entre as décadas de 40 e 50 do século XX, a forma da produção das confecções era puramente artesanal.

Remontando no tempo:

Estudos apontam o surgimento do ramo da confecção devido a ação de três comerciantes locais (Manoel Caboclo, Pedro Diniz e Dedé Moraes), que no final da década dos anos 50 iam a Recife vender galinhas, queijo e carvão vegetal, de volta trazendo retalhos de tecido, com os quais eram confeccionadas roupas para uso doméstico, outros pesquisadores discordam, dizem que já existia na feira a venda de retalhos de tecidos, eles apenas incentivaram e aumentaram a oferta do produto. [...] chegando a Santa Cruz, esse retalho era vendido a preços baixos, uma vez que era obtido a custo zero. Com o passar do tempo algumas fábricas da capital começaram a cobrar o que antes era disponibilizado gratuitamente. A demanda de compradores

de retalhos [...] fez com que os comerciantes partissem para São Paulo em busca da matéria-prima, mesmo a maiores custos. (NASCIMENTO, 2004, p. 05)

O que interessa a reter é que esses retalhos eram utilizados para confecção de colchas e tapetes. Com o tempo, passou-se a confeccionar, também, roupas para crianças ou roupas rústicas para o trabalho no campo. A sulanca ficou conhecida como feira que possui produtos simples, de qualidade inferior e preços acessíveis à camadas da população de baixa renda. Ademais:

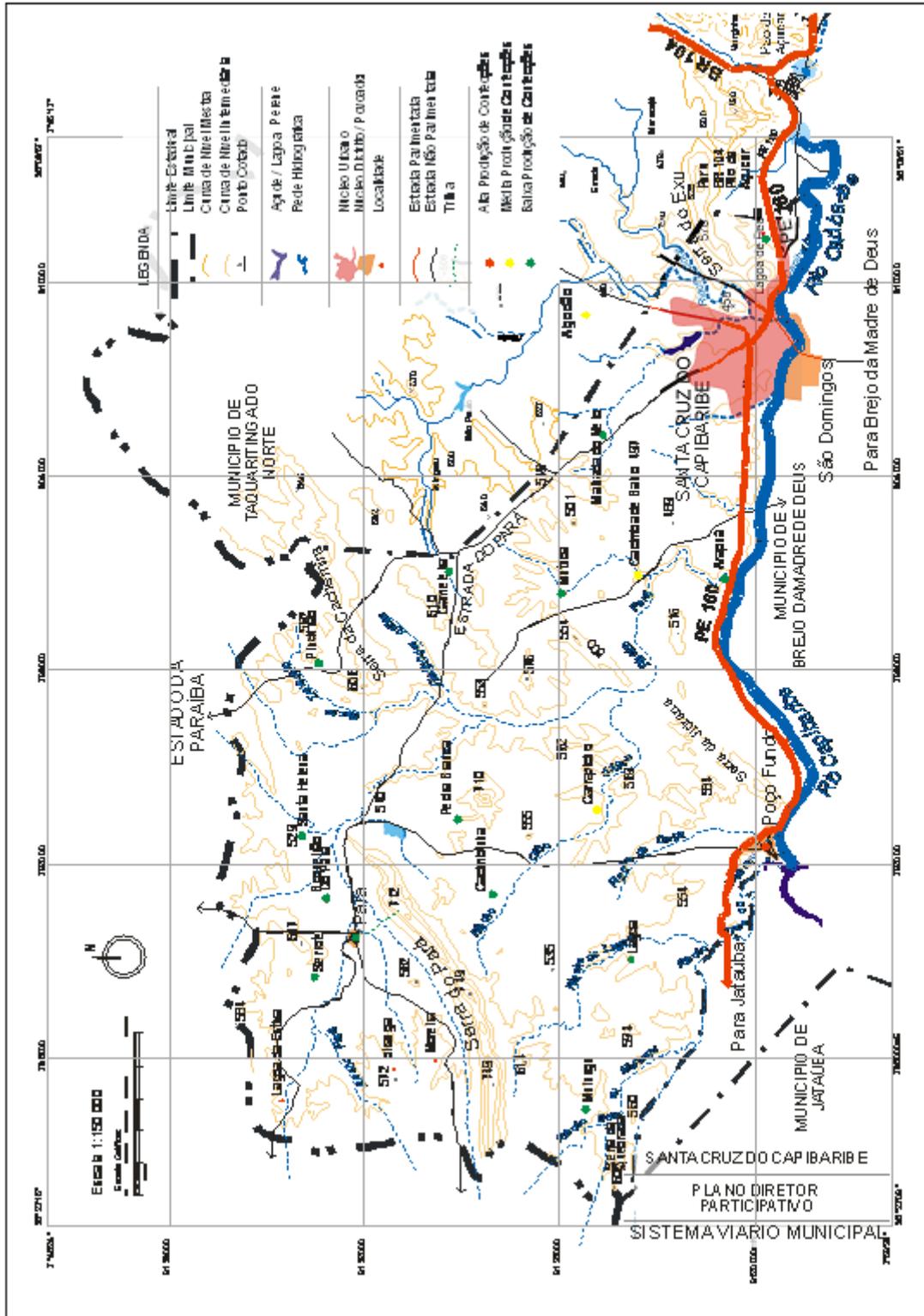
A primeira fase se caracterizava pela produção dispersa e esporádica de artigos à base de retalhos, produzidos predominantemente por mão-de-obra feminina, como atividade complementar de renda familiar, através de processos produtivos basicamente manuais, realizados nas residências urbanas e rurais. (SOUZA, CARVALHO & OLIVEIRA 1996, p. 18)

O trabalho de costureiras da área rural é utilizado desde as origens da sulanca. E atualmente, a maioria dos agricultores continua participando da atividade produtiva de confecções, como demonstra o mapa 06, seja como subcontratados, ou em alguns casos, como donos dos próprios fabricos.

Entre as décadas de 1950 e 1970, a produção de confecção não era concorrente da produção de calçados, pois a primeira era uma atividade feminina de complementação de renda e a segunda era a atividade principal, realizada majoritariamente pelos homens. Nesse período, com a crise da atividade calçadista, os homens passaram também a se envolver com o processo de comercialização das confecções nas feiras. No entanto, por causa dos tabus culturais, a atividade produtiva da confecção continuou sendo, por um bom tempo, de responsabilidade das mulheres.

Inicialmente, com uma produção, apenas de artigos populares, os confeccionistas de Santa Cruz do Capibaribe, já na década de 1970, passaram a investir em máquinas industriais, com financiamento do Banco do Brasil. Isso deu um impulso à produção e os comerciantes resolveram encontrar outros locais para escoar as mercadorias, além da feira. Com isso:

Algumas famílias procuravam também experimentar enviar um membro seu para outras cidades levando mercadorias para as feiras, iniciativa que deu resultados bem positivos. Estes resultados logo se tornaram de conhecimento público e novas levas de viajantes se incorporaram às rotas comerciais. As rotas comerciais se dirigiam para a Zona da Mata onde encontravam os consumidores “perfeitos” para suas mercadorias: cortadores de cana, pessoas pobres, porém com um nível de renda que permitia aos mesmos adquirirem os produtos (roupas rústicas). (SOUZA, CARVALHO & OLIVEIRA, 1996, p. 23)



Mapa 06: Localização geográfica dos territórios de produção de confecção na área rural de Santa Cruz do Capibaribe.

Fonte: CONDEPE, 2006.

Design gráfico: NEPOMUCENO, 2009.

Esses aventureiros partiam em carros, caminhões ou caminhonetas, buscando novos mercados consumidores para a sulanca. No início, priorizaram a Zona da Mata pernambucana, depois ampliaram os seus interesses para outros mercados da própria região Nordeste, especialmente os dos Estados da Bahia e Maranhão. No decorrer da evolução do processo, partiram, também, para as regiões Norte e Centro-Oeste.

Retomando Pereira (2004, p. 58), “Como se tratava de viagens exclusivamente comerciais, selecionavam-se as regiões onde existia uma maior concentração de dinheiro na praça, nos períodos que coincidissem com os períodos de pagamento dos trabalhadores das culturas agrícolas”. Isso demonstra que os comerciantes planejavam de forma simples e objetiva, a ampliação do mercado dos seus produtos, buscando os melhores locais e de acordo com os melhores períodos de vendas.

Essas viagens mercantilistas contribuíram para, além do escoamento da produção, divulgar a sulanca e a cidade de Santa Cruz do Capibaribe pelo Brasil afora, através da propaganda boca-a-boca, o que favoreceu para que, ainda hoje, compradores de todo o país procurem o município e a região para adquirir os seus produtos.

Esta intensa comercialização veio a promover uma evolução no processo produtivo do ramo de confecções, exigindo assim a ampliação para além da mão-de-obra familiar, alcançando uma evolução gradativa, tanto interna quanto externamente. Em relação à evolução interna, houve uma gradativa incorporação de elementos não pertencentes à família, à unidade produtiva, os quais passaram a trabalhar nas máquinas ou em atividades complementares (cortes, acabamento, etc.) e via de regra obtinham uma remuneração em função de um volume de produção previamente acertado. Fora da unidade produtiva familiar houve também a evolução que se deu através da contratação de pessoas ou familiares para produzirem determinados volumes de confecções mediante remuneração previamente acertada. Isto normalmente quando as encomendas extrapolavam suas capacidades de produção no âmbito familiar. Os produtores contratantes forneciam aos contratados matérias-primas e acessórios, além de determinarem o tipo e a quantidade de produtos. (SOUZA, CARVALHO & OLIVEIRA, 1996, p. 25)

A descrição anterior do crescimento produtivo da sulanca demonstra, ao mesmo tempo, como a subcontratação foi se consolidando e a produção flexível foi, desde o início, garantida através da divisão socioterritorial do trabalho, conceitos apresentados no capítulo anterior. Nesta fase, a produção da confecção deixava de ser artesanal, adquirindo um caráter industrial e passando, cada vez mais, a aprimorar tecnologicamente a sua produtividade.

Atualmente, existem, na área, empresas que confeccionam com melhor qualidade, o que foi reconhecido pela atribuição de etiqueta de qualidade, por parte da ABRAVEST (Associação Brasileira do Vestuário).

Quando deixou de priorizar a agricultura de subsistência e a criação de pequenos rebanhos numa região naturalmente adversa a essas práticas e passou a acreditar e canalizar esforços no trabalho com retalhos, tecidos e particularmente roupas, a

cidade estava escolhendo – mais uma vez de forma puramente empírica – como novo produto de exploração industrial e comercial, um bem de primeiríssima necessidade, fundamental para homens, mulheres e crianças em qualquer parte do mundo: a vestimenta. (PEREIRA, 2004, p. 53)

Na década de 1980, já se encontrava em Santa Cruz do Capibaribe uma diferenciação quanto aos tipos de unidades produtivas, as chamadas “fábricas” (unidades maiores) e as microempresas.

As maiores empresas pertencem, em sua maioria, ao ramo de confecções e basicamente de artigos masculinos. Convém ressaltar que os proprietários das maiores empresas de confecções, as “fábricas”, descendem dos pioneiros da atividade, que foram, anteriormente, os vendedores ambulantes de confecções populares. Essas empresas de confecções caracterizam-se por um melhor padrão de qualidade, tendo sua produção vinculada às encomendas feitas previamente e dirigidas, basicamente, para um mercado fora de Santa Cruz do Capibaribe. Convém assinalar ainda a presença de algumas empresas sem vínculos com o início da atividade da sulanca, como os demais empresários da cidade. (CAMPELO, 1983, p. 62)

No entanto, a maior parte dos produtos populares é fabricada pelas unidades menores, as microempresas. Elas, em sua grande maioria, funcionam em domicílios e espalham-se por toda a área urbana e rural do município. Ainda, conforme Campelo (1983) o processo de produção e comercialização de confecções em Santa Cruz do Capibaribe, estava vinculado a três segmentos principais: atacadistas, intermediários e confeccionistas.

Os atacadistas detinham, de forma oligopolística, na década de 1980, as compras de tecidos no Sudeste e sua distribuição no município. Por isso, são os proprietários dos armazéns grossistas de tecidos, como também das maiores fábricas de confecções. Este é o grupo que possui maior acúmulo de capital e domina política e economicamente o município. Conforme Souza, Carvalho & Oliveira (1996, p. 30):

Era esta categoria de atacadistas que detinha o poder econômico do município, expandindo também seu capital na compra de terras e gado. [...] É este grupo de atacadistas, formado por poucas famílias, que aumentou seu capital e consolidou seu poder através de gerações, que constitui o segmento dominante da sociedade do município.

Os intermediários eram, nesse período, os principais responsáveis pela circulação da mercadoria. Tanto os que se deslocavam do município e levavam as mercadorias, como os que vinham de fora para adquiri-las; foram, assim, os principais distribuidores dos produtos da confecção. Essa categoria também fica com parte da mais-valia gerada pela produção, pois é no processo de circulação que a mercadoria adquire valor de troca.

Os confeccionistas de menor poder aquisitivo compunham o grupo mais diversificado do processo, assim como as costureiras que prestavam serviços aos fabricos. Porém, além das

costureiras independentes, são encontrados também, atualmente, os setores subcontratados, chamados de facções. Estes territórios da produção podem ser localizados no próprio município de Santa Cruz do Capibaribe ou em outros. É nesse setor que ocorre a mais elevada taxa de exploração da força-de-trabalho, o que tem proporcionado o aumento da produção e da mais-valia.

Estes três segmentos continuam inter-relacionados, sendo responsáveis por toda a articulação entre a produção e a comercialização de confecções em Santa Cruz do Capibaribe. Ou seja, se um segmento apresentar problemas, isso afetará todo o conjunto do sistema, em razão da sua articulação.

A partir dessa articulação tão bem orquestrada entre produção e comercialização, há a confirmação da existência de um nicho de mercado bem específico, o de consumidores de baixa renda, que os comerciantes de Santa Cruz do Capibaribe souberam explorar muito bem. Conforme Mattar e Auad (1997, p. 02):

A estratégia de nicho de mercado é, particularmente, uma opção promissora para as empresas que não são líderes de mercado, porque uma alta participação no mercado é freqüentemente associada a forte desempenho nos negócios e porque atender a um **nicho** ou a um segmento de um produto-mercado é, freqüentemente, a única opção possível para muitas empresas ganharem e manterem participação no mercado. (Destaque dos autores)

Para a micro e pequena empresa, a opção por um nicho específico de mercado é, pois, em alguns casos, a possibilidade de sobrevivência. A confecção de vestuário para populações de baixa renda foi, então, a alternativa viável para os confeccionistas de Santa Cruz do Capibaribe.

No entanto, algumas preocupações acompanham a evolução desse aglomerado produtivo. Será possível garantir a sua sustentação, baseada apenas nesse nicho de mercado? Quais as alternativas econômicas para esse município e região?

Pereira (2004), como um dos estudiosos sobre Santa Cruz do Capibaribe identifica que essa não é a terra somente das confecções, na medida em que o município possui sítios arqueológicos e paleontológicos na Serra do Pará, distante 22 km da sede central. Arqueólogos, geólogos, estudantes e professores visitam o distrito da Vila do Pará para encaminhar suas pesquisas. Esse é outro aspecto que se coloca, para o futuro do lugar, como proposta de exploração de um tipo de turismo que não seja só o comercial, mas o ecoturismo, como alternativa para o município. Pinturas rupestres, fósseis, artefatos de rochas, cavernas e uma fauna e flora bem características são colocados para o projeto de criação do Parque Estadual da Serra do Pará.

Além, das alternativas do turismo comercial e ecológico, o distrito santa-cruzense de Poço Fundo (também com grande produção de confeccões), situado a 18 km da sede municipal, é citado possuindo alternativa econômica diferenciada das demais. Nesse sentido:

Poço Fundo tem vocação para doçaria – quem já saboreou algum doce feito nas pequenas lanchonetes e bares desse distrito sabe o que estou falando -, mas a atividade carece de organização e coordenação, cuja base de sustentação mais viável seria o sistema de cooperativa. [...] Outro benefício da cooperativa seria o aquecimento de atividades paralelas como a pecuária leiteira de pequenos produtores rurais, pois o doce de leite é um dos produtos de maior aceitação no mercado de doces. (PEREIRA, 2004, p. 121)

Vê-se nas alternativas econômicas, acima lembradas, elementos que podem consolidar preocupações de ampliação da atividade econômica de Santa Cruz do Capibaribe, mais do que garantias de oportunidades de renda para quem não se dedica à confecção. Pois está claro que o município, vivendo exclusivamente de um único setor econômico, o de confecção, caso entre em declínio, será um caos completo para milhares de famílias e para a sobrevivência da região. Então, ampliar novas alternativas para o lugar é uma necessidade de sobrevivência.

Porém, a confecção continua, exageradamente, ressaltada como fonte de trabalho e renda na área, em função de interesses que excluem alternativas para novas atividades econômicas. Isso é prejudicial, na medida em que se cria um clima ufanista, colocando-se essa produção como única atividade e obscurecendo outras possibilidades de diversificação da economia local.

É necessário pensar nessa complementaridade, numa perspectiva mais abrangente, em que o planejamento possa estar à disposição da discussão coletiva entre os vários segmentos que compõem o município de Santa Cruz do Capibaribe e se ampliem para a sub-região. Porque, outras atividades econômicas, que sejam planejadas e discutidas democraticamente, favorecerão à construção de novas relações socioespaciais e conseqüentemente de menos desigualdades.

3.1.2 Toritama, a capital do jeans

Toritama, antes denominado Torres, foi distrito de Vertentes, criado pela Lei Municipal nº 219, de 15 de novembro de 1924. Em 1938, foi transferido do município de Vertentes para o de Taquaritinga do Norte através do decreto-lei nº 235. Conforme Silva (1994), já em 1868 possuía 20 casas de taipa, passando a se expandir de modo mais

expressivo, a partir de 1923, quando da construção da ponte que ligava Torres ao município de Caruaru. Emancipou-se politicamente em 1953, pela Lei Estadual nº 1.818.

De acordo com Capibaribe (2007, p. 11), “O nome Toritama tem origem na palavra indígena tori (pedra) e tama (região), remetendo ao grande número de pedras que ficam à margem do Rio Capibaribe, dentre as quais se destaca uma com cerca de 30 metros de altura, assemelhando-se a uma torre”. Daí o nome inicial.

Como Santa Cruz do Capibaribe, esse município também buscou outras atividades econômicas, como alternativa à cotonicultura, passando a fabricar redes e a tornar-se produtor de calçados, a partir da década de 1930. Ganhou importância na década de 1960, por influência de Caruaru, que já possuía destaque na atividade calçadista.

Com o declínio dessa atividade na década de 1980, procurou-se uma nova alternativa econômica, ou seja, ingressou na produção de *jeans*, sob influência de seu também vizinho Santa Cruz do Capibaribe, que já trabalhava com confecções.

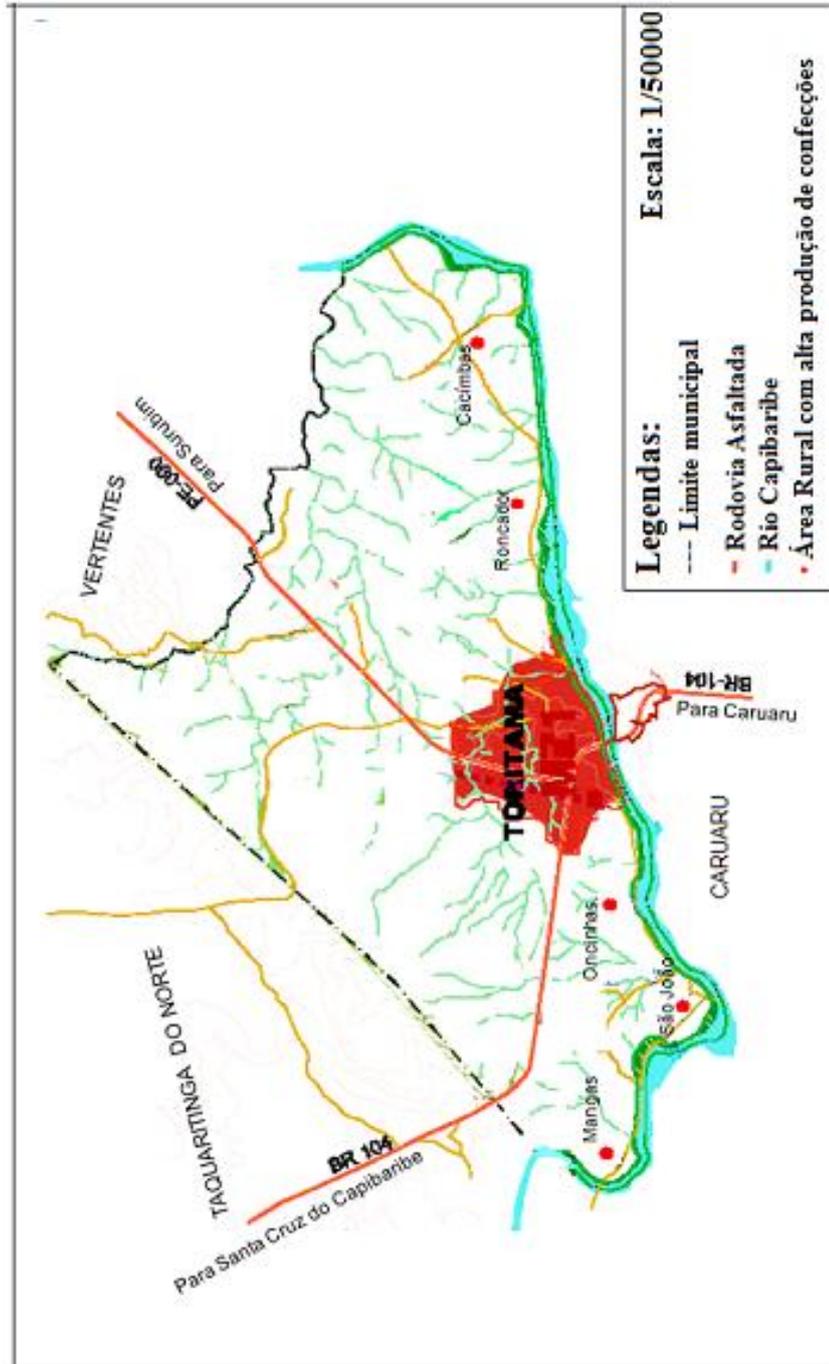
Como demonstra o mapa 07, a produção de confecções atinge todo o território urbano do município de Toritama, além dos distritos das áreas rurais. Nesses locais encontramos tanto fabricos e espaços domiciliares que se especializaram em etapas da produção, como grande quantidade de lavanderias para o beneficiamento do *jeans* (Figuras Nº 05 e 06).



Figura 05: Domicílio que subcontrata produção
Fonte: MATOS, 2006.



Figura 06: Lavanderia
Fonte: MATOS, 2006.



Mapa 07: Localização geográfica dos territórios da produção de confeitaria na área rural de Toritama.

Fonte: CONDEPE, 2006.

Design gráfico: AZEVEDO, 2009.

Essa atividade é caracterizada, majoritariamente pela informalidade, ocorrendo, principalmente, com mão-de-obra familiar, já enfatizada neste texto. Confeccionistas subcontratam pessoas nesses locais e pagam de acordo com a quantidade de peças de confecções trabalhadas.

Muitas dessas famílias migraram para Toritama, buscando trabalho. Ao se especializarem em algum aspecto da produção, colocaram seu próprio negócio a fim de tornarem-se empresários. Parte dessas pessoas passou a fabricar, outras, por possuírem poucos recursos financeiros, fornecem parte das etapas da produção em forma de subcontratação.

No período do êxodo rural, em que muitas famílias vendiam seus sítios e partiam para as cidades, o dinheiro obtido com essa transação gerou o capital necessário para se iniciar, em alguns casos, a produção da confecção com *jeans*. Mais tarde, com a necessidade do capital ampliar as suas condições de reprodução, encontram-se na sub-região, na década de 1980, o retorno de parte desse capital ao campo. Conforme Castilho (1985, p. 279):

[...] Alguns produtores de confecção e de calçado vêm investindo no campo, na aquisição de terras e na introdução de uma pecuária moderna. Tal fato pode ser entendido como um processo de ‘devolução ao campo’ do capital anteriormente transferido da agricultura para a indústria. Isto porque a origem do capital de muitos fabricos existentes na cidade está no campo, uma vez que muitos produtores que ingressaram na indústria de Toritama foram agricultores que venderam seus sítios para investir na produção de calçados e de confecção.

A relação entre Toritama e as áreas rurais acontece não somente em seu entorno, como também com áreas rurais de outros municípios, em função do pequeno território⁵, fato associado à crescente demanda de força de trabalho. Como exemplo, o distrito de Canaã (área rural de Caruaru), apresentado na figura 16, é considerado quase como um bairro de Toritama, já que é separado apenas pelo Rio Capibaribe. Estão unidos por uma ponte e pelas influências políticas, econômicas e sociais interligadas pelas atividades em tela. A maioria dos habitantes de Canaã é constituída também de eleitores de Toritama.

A questão habitacional tem mostrado sérias dificuldades, pois, por possuir um terreno muito pedregoso, de difícil acesso, as residências são construídas em locais inadequados. Por conta disto, famílias passam a não ter o atendimento desejado em termos de saneamento, instalação de água ou recolhimento do lixo. Em alguns casos, a prefeitura acha mais barato construir casas em outros locais que investir nas infra-estruturas desses espaços. (Figuras Nº 07 e 08)

⁵ Toritama possui apenas 111 Km² de extensão, sendo assim o menor município do estado de Pernambuco.



Figura 07: Habitações populares
Fonte: MATOS, 2006



Figura 08: Habitações populares
Fonte: LIRA, 2007

No centro da cidade, a estrutura habitacional é bem heterogênea, demonstrando diferenciações quanto à distribuição de renda dos habitantes, pois, conforme Capibaribe (2007, p. 12):

As construções obedecem aos mesmos padrões dos municípios anteriores, ocupando toda a área dos lotes estreitos e profundos, sem aberturas laterais e em alguns casos bastante verticalizados, chegando a quatro pavimentos, embora a maioria ainda seja térrea ou com dois pavimentos. Em alguns locais, especialmente nas vias principais, percebe-se algumas raras construções que fogem a esse padrão, localizadas em lotes um pouco maiores – que podem ter origem em remembramentos de dois ou mais lotes – e mantêm um certo recuo em relação à rua e afastamentos laterais. Muitas dessas construções são relativamente luxuosas para os padrões locais, possuindo revestimentos em materiais como vidro temperado, granitos, porcelanatos e texturas variadas, que demonstram o alto poder econômico dos seus proprietários, todos envolvidos de alguma forma com a produção têxtil local.

Os valores dessas construções tão luxuosas são altos para o porte do município. Da mesma maneira, os aluguéis de imóveis possuem preços altíssimos, favorecidos pela especulação imobiliária. A valorização do solo urbano é garantida pela atividade econômica.

Toritama e Caruaru, ao possuírem produção elevada de confecção de *jeans*, ainda estimulam a ocorrência de outro problema muito grave à questão ambiental. Trata-se dos problemas decorrentes das lavanderias, as quais despejam nos rios Capibaribe e Ipojuca, respectivamente, os produtos químicos utilizados no tratamento do *jeans*.

Em Toritama, por exemplo, já foi exigido pelo Ministério Público, em 2005, a construção de tanques para tratamento da água carregada de produtos químicos utilizados na lavagem dos tecidos. Os confeccionistas de *jeans*, na época, endividaram-se para construir tais tanques, conforme tecnologia européia de reaproveitamento da água. (Figuras N° 09 e 10).



Figura 09: Tanque de lavanderia
Fonte: LIRA, 2007



Figura 10: Estrutura para tratamento de efluentes
Fonte: MATOS, 2006

Foi feito um acordo bilateral entre empresários e poder público para a conclusão do tratamento e despejo das águas usadas na lavagem de *jeans*. O governo do estado e a prefeitura deveriam fazer os canais e estações de tratamento, para que a água contaminada não chegasse aos rios da área. Mas, apesar da parte dos empresários ter sido encaminhada, a contrapartida dos entes públicos não foi executada. O Estado, enquanto implementador de políticas públicas, não está cumprindo com o seu papel.

Nestes últimos anos, novos confeccionistas tentam burlar a fiscalização, instalando lavanderias em locais mais afastados ou mesmo no interior de áreas rurais, não providenciando a instalação dos equipamentos de tratamento da água usada, exigidos anteriormente. Esse é um problema sério, pois a falta do tratamento das águas usadas vai desembocá-las diretamente na barragem de Jucazinho, reservatório que abastece a maioria dos municípios da região.

Outro problema preocupante, associado ao anterior, é o que se refere à utilização de madeira da caatinga para as caldeiras das lavanderias (Figuras Nº 11 e 12), que também causam problemas ambientais. Nesse sentido, Capibaribe (2007, p. 13) diz que:

Dentre outras agressões acima descritas, ainda há uma que atinge a todas as indústrias instaladas no município: o uso indiscriminado de madeira como fonte de energia térmica para as caldeiras. Essa madeira – de procedência duvidosa – chega sempre à noite em caminhões carregados, quase em comboio. Coincidentemente, as matas nativas bem como as matas ciliares do rio Capibaribe nos municípios próximos estão desaparecendo, aliás, o pouco que ainda resta! Aparentemente, o poder público ainda não enxergou isto.



Figura 11: Caatinga

Fonte: LIRA, 2007



Figura 12: Lenha para as caldeiras

Fonte: NEPOMUCENO, 2008

As ações do poder público têm continuado restritas à atuação do Instituto do Meio Ambiente (IBAMA), o qual, ao encontrar os caminhões com madeira ilegal, restringe a sua ação à apreensão e à aplicação de multas. Entretanto, não há ações efetivas de combate ao uso indiscriminado de madeira pelas lavanderias. As ações poderiam abranger desde as de processos educativos, até a construção de alternativas energéticas para as lavanderias.

Verifica-se, também, que não se discutem alternativas econômicas para Toritama, o que se faz preocupante, pois o município já sofreu o declínio da atividade calçadista na década de 1980. Com a crise econômica brasileira de 1995, a atividade de confecções também sofreu um abalo significativo, recuperando-se após, mas deixando a atividade vulnerável a qualquer vicissitude do tipo.

Conforme uma pesquisa realizada pelo Partido dos Trabalhadores (PT) de Toritama, em 1995, com o objetivo de levantar dados, para pensar em saídas para a crise, todas as soluções apontadas giravam em torno da produção de confecções. Entre elas, podemos citar: modificação da legislação em favor do micro empresário, ampliação de crédito, apoio do SEBRAE, pagamento de salário mensal e não por produção, etc.

Ao serem indagados se os micro empresários petistas não tinham medo que houvesse um declínio da atividade de confecções, como houve com a de calçados, responderam que não. Isso porque, segundo eles, um dos problemas que provocou o declínio da produção calçadista foi a falta de tecnologia adequada ao enfrentamento da concorrência, o que não ocorreu com a produção do *jeans*.

Vê-se que essas ideias estão impregnadas pela racionalidade do capital, de conotação imediatista, que estimula a resolução temporária para os problemas, sem se pensar em longo prazo. “A psicosfera, reino das ideias, crenças, paixões e lugar da produção de um sentido, também faz parte desse meio ambiente, desse entorno da vida, fornecendo regras à

racionalidade ou estimulando o imaginário” (SANTOS, 1999, p. 204). Através da psicosfera o que predomina, então, são as necessidades locais e imediatas.

A postura ufanista em relação a esse modelo de desenvolvimento, não consegue ultrapassar o seu nível reducionista para uma visão mais ampla sobre o desenvolvimento socioespacial, pois se supervaloriza o crescimento econômico, prejudicando a discussão sobre um planejamento mais coerente para o presente e o futuro dos moradores da sub-região.

3.1.3 Caruaru também ingressa na Sulanca

Caruaru localiza-se às margens do Rio Ipojuca e desde cedo fez parte do roteiro das boiadas de Pernambuco, que se deslocavam entre o sertão e o litoral. Conforme Lira (2003, p. 54):

Tendo sua origem a partir de doações de terras, por meio de sesmarias, feita à família dos Rodrigues de Sá em 02 de junho de 1681, Caruaru teve sua ocupação iniciada ainda no período colonial. O interesse desta família por aquelas terras surgiu a partir da viagem ao interior da capitania empreendida por Simão Rodrigues, Miguel Forte Velho e Eusébio de Oliveira Monteiro.

Os Rodrigues de Sá dividiram as terras entre dez co-sesmeiros. Entre eles Simão Rodrigues de Sá (sobrinho) que, conforme Ferreira (2001), em 1725, teria fundado a Fazenda Caruru.

[...] foi a partir da construção da Capela de Nossa Senhora da Conceição, em 1792, já sob a administração de José Rodrigues de Jesus, que ocorreu um aumento espantoso da população, contribuindo, assim para o surgimento de sua feira livre, já que a partir do agrupamento de pessoas de todas as redondezas para as atividades religiosas, muitos se aproveitavam para um mascate habitual naquela época dando origem ao que seria posteriormente, uma das mais pitorescas feiras da região. (LIRA, 2003, p. 56)

Caruaru esteve ligado à Freguesia de Santo Antônio da Vitória, Bezerros, Bonito e São Caetano, tornando-se vila em 1848. Emancipou-se politicamente em 1857, tornando-se uma cidade pólo e hoje, destaca-se como um dos municípios mais importantes do interior do Estado de Pernambuco.

Com um dinamismo econômico que o consagrou como pólo regional, o município de Caruaru, sempre foi privilegiado por sua localização geográfica. Foi servido, por longo tempo, pela Rede Ferroviária do Nordeste a qual ligava a capital ao Sertão. Também se situa entre dois importantes eixos rodoviários, que se cruzam leste/oeste, pela BR 232 e norte/sul pela BR 104. Isto reforça a sua capacidade de polarizar regionalmente uma extensão

expressiva de seu entorno pelo setor de serviços.

Anteriormente, já possuía empresas maiores que confeccionavam roupas. No entanto, no intuito de criar produtos populares, essa confecção intensificou-se mais recentemente. Caruaru passou a integrar o eixo da produção de confecções, a partir da década de 1980. Porém, esse município diferencia-se dos anteriores, na medida em que, além de confecções de roupas, possui outras atividades produtivas e amplo setor de serviços. Atualmente, funciona com 394 empresas formais, destacando-se na produção de:

[...] alimentos/bebidas e vestuário/têxteis, com, respectivamente, 27% e 46% dos estabelecimentos, enquanto os demais setores da indústria local contam com números relativamente mais reduzidos de unidades produtivas. [...] A indústria informal, segundo, [sic] estimativas, é constituída por cerca de oito mil unidades produtivas da SULANCA. (AGENDA PRÓ-CARUARU, 2002, p. 07-08)

O setor de serviços conta com um diversificado pólo médico e educacional, tanto no aspecto público como no privado. Entre os equipamentos públicos de saúde encontram-se o Hospital Regional do Agreste, O Hospital Municipal e um grande quantitativo de policlínicas. Possui também clínicas e hospitais da rede privada, atendendo a pacientes de 29 municípios da região.

No aspecto educacional existe em funcionamento uma extensão da Universidade Federal de Pernambuco, outra da universidade estadual e muitas faculdades privadas. Na Educação Básica possui em torno de 60 escolas públicas e mais uma grande quantidade de escolas ligadas à rede privada.

Como pólo turístico da sub-região, as atividades que recebem destaque são: o artesanato, os festejos juninos e a sua famosa feira livre, considerada “Patrimônio Cultural do Brasil”. Por isso, sua “rede hoteleira conta com 700 unidades habitacionais” (AGENDA PRÓ-CARUARU, 2002, p. 08) que recebe turistas durante vários períodos do ano.

O artesanato de barro é desenvolvido no “Alto do Moura”, conhecido nacionalmente pela sua diversidade e qualidade. Por isso, é considerado pela Organização Cultural, Científica e Educacional das Nações Unidas (UNESCO) como “o maior Centro de Artes Figurativas das Américas”.

A vocação turística de Caruaru amplia-se para além da feira e do Alto do Moura, conforme a figura 13, possui também outra atração cultural: o período junino, que lhe garante o título de “capital do forró”. Para esse evento foram construídos alguns equipamentos como: Pátio de Eventos, Vila do Forró, Museus do Barro e do Forró. E no mesmo local funciona o Museu do Caroá (antiga fábrica que existiu na cidade).



Figura 13: Atividades culturais de Caruaru
Fonte: LIRA, 2003.

Caruaru é um centro de convergência da produção agro-pastoril regional, que deu origem à feira. Recebe os produtos de outras localidades e também de sua área de influência. Entre os principais produtos agrícolas oriundos dos brejos destacam-se: batatinha, flores, hortaliças: chuchu e pimentão; além de frutas como o caju e outras culturas tradicionais: feijão, milho e mandioca. A produção animal assenta-se na avicultura e na pecuária leiteira.

Tal contexto remete-nos a Cardoso (1965) que, estudando a centralidade de Caruaru como uma capital regional, analisava sua feira, na década de 1960:

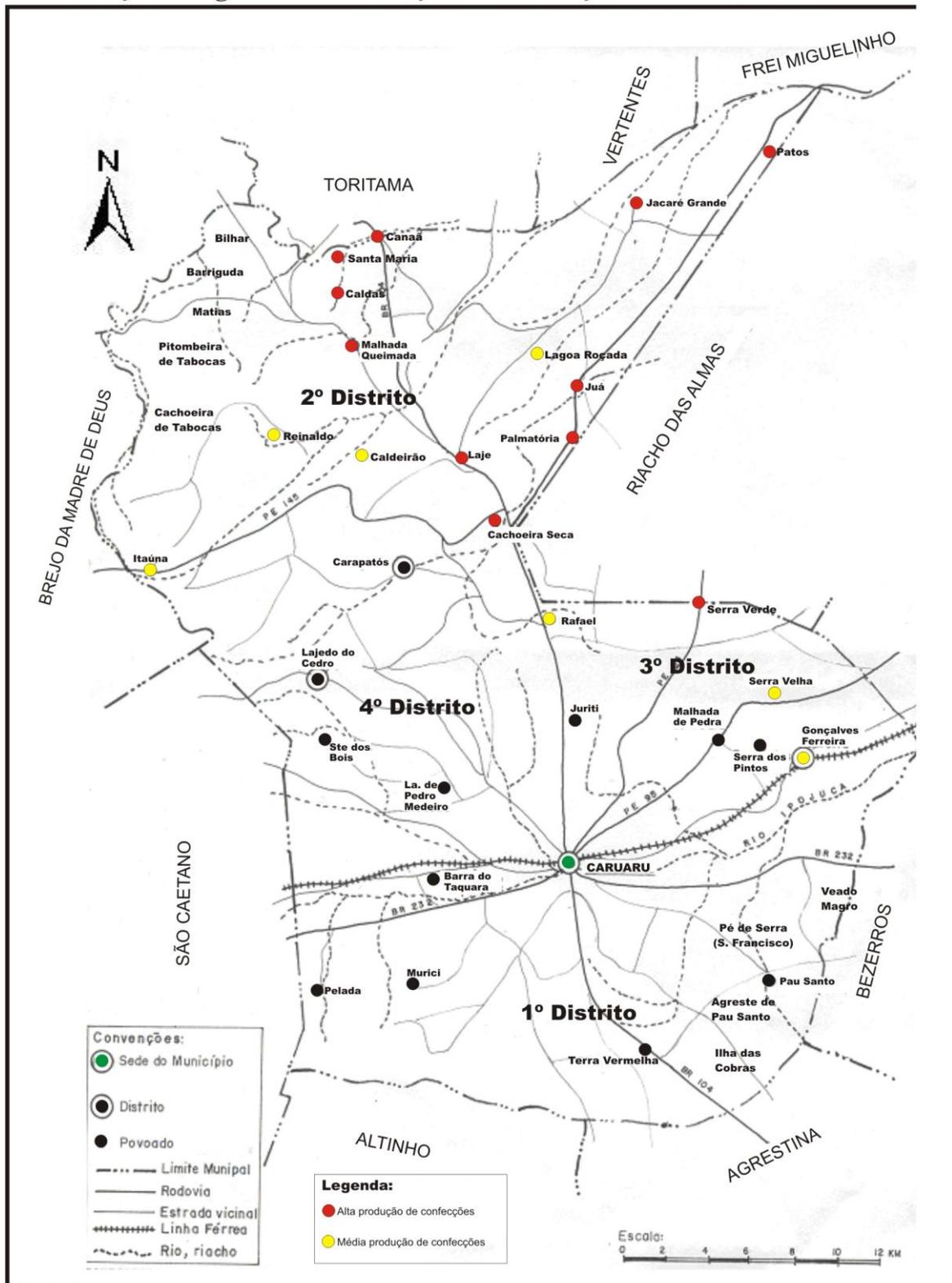
Os brejeiros trazem a Caruaru principalmente os produtos de suas lavouras, os sertanejos, os de sua criação. Pequenos artesãos, por sua vez, transportam à feira tudo aquilo que conseguiram fabricar. E, assim, expostos em barracas ou espalhados pelo chão observa-se uma grande variedade de produtos regionais; mas, ao seu lado, figuram hoje, também outros adquiridos nas fábricas da própria cidade e, também, em centros mais distantes. (CARDOSO, 1965, p. 608)

Essa característica tão peculiar da feira de Caruaru mostra a complementaridade das relações cidade-campo, que é decantada pelos artistas regionais em Literatura de Cordel, canções⁶ etc. A feira espalhava-se por várias ruas do centro da cidade e foi transferida, pela prefeitura, para o Parque 18 de Maio, área urbanizada na década de 1980. Naquele período, os produtos foram organizados territorialmente, conforme suas características: o artesanato em um local, calçados em outro, alimentos em outro e um dia especial foi dedicado à feira da sulanca, na segunda-feira à noite, concluindo na terça-feira pela manhã, que é complementada com as feiras de Toritama e Santa Cruz do Capibaribe.

O mapa nº 08 mostra que, no 1º e no 4º distritos do município, quase não há produção de confecção, pois os trabalhadores dedicam-se mais a agricultura, por tratar-se de áreas de brejos. No entanto, na experiência de campo identificou-se que no 2º e 3º distritos, existem locais com média ou até alta produção de confecções, conforme legendas.

Toritama fica bem mais próximo do 2º distrito. Aí, a influência de Toritama consegue ser percebida pelo tipo específico de confecção (peças de *jeans*). Como também, mesmo em

⁶ Onildo Almeida, compositor caruaruense, compôs a música: “A feira de Caruaru”, gravada por Luiz Gonzaga. Esta canção ficou famosa nacionalmente. Na letra ressalta-se a diversidade de produtos oferecidos na feira: “... de tudo que há no mundo, nela tem pra vender”.



Mapa 08: Localização Geográfica dos Territórios da Produção de Confeção na Área Rural de Caruaru
 Fonte: IBGE apud FERREIRA, 2001.
 Desenhista: COSTA, 2002.
 Design Gráfico: Nepomuceno, 2008.

locais onde não há muita produção, há o deslocamento de pessoas para trabalharem nos fabricos toritamenses. Os sítios de Bilhar, Barriguda e Matias, entre outros, possuem trabalhadores que se deslocam para Toritama. As áreas rurais do município de Riacho das Almas, que se limita com estes distritos, também sofrem a mesma influência.

A ampla produção industrial na área rural tem trazido preocupação para os sindicalistas rurais. Como parte dos confeccionistas tem feito suas inscrições no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) como microempresários, e não recolhem a previdência para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), provavelmente terão inviabilizadas suas aposentadorias futuras, já que não poderão ser inscritos como segurados especiais.

Os próprios recursos do Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF) são utilizados freqüentemente para a produção industrial, pois, como esse programa também financia a aquisição de máquinas, os agricultores utilizam os recursos para comprar máquinas industriais e produzir confecções.

Conforme depoimentos dos dirigentes do sindicato Rural, 70% dos trabalhadores da área rural do município de Caruaru dedicam-se à produção de confecções. Apenas, nas áreas de brejos, que possuem terras mais agricultáveis, é que pessoas dedicam-se à produção agrícola. Mesmo assim, alguns agricultores complementam sua renda, dedicando-se, nos dias de feiras, a outras atividades como vender doces para os feirantes, carregar fretes, etc.

Na área urbana de Caruaru também existem fabricos de confecções em vários bairros da cidade, entre eles: Salgado, Cohab III, Boa Vista I e II, Maria Auxiliadora e Vila Kennedy, como também em áreas rurais. Além de também possuir uma grande quantidade de lavanderias de *jeans*.

Diante do exposto, a confecção de roupas é a atividade que se expande, simultaneamente em áreas urbanas e rurais, atendendo interesses dos três territórios, centralizadores da produção e comercialização; mas aglutina também vários outros municípios da sub-região do Agreste que se complementam no aspecto produtivo. Vamos analisar, a seguir, de que forma isso acontece.

3.2 A expansão territorial da produção da sulanca no Agreste

O eixo da produção da sulanca abrange outros territórios do Agreste, além dos três citados anteriormente, como demonstrou o Mapa 05. Nessas localidades encontram-se unidades fabris maiores, com emprego de elevada tecnologia, ao lado de pequenas unidades

domésticas de transformação: Surubim, Brejo da Madre de Deus, Jataúba, Taquaritinga do Norte, Vertentes, Santa Maria do Cambucá, Belo Jardim, Frei Miguelinho, Riacho das Almas, Cumarú, São Caetano, Bezerros, Cupira, Gravatá, Agrestina, Altinho, Pesqueira, Sanharó etc, compõem o aglomerado, incluindo áreas urbanas e rurais.

Porém, a comercialização da produção para fora da Sub-região mantém-se predominantemente no eixo Caruaru, Toritama e Santa Cruz do Capibaribe, através das unidades fabris, das suas feiras da “sulanca” e dos centros de compras. No entanto, verifica-se também, que as indústrias maiores localizadas, fora dos núcleos, comercializam diretamente com atacadistas. Embora muitas delas o façam através de empresas de representação que são sediadas em Santa Cruz do Capibaribe ou em Caruaru.

Além disso, dois desses municípios que se encontram nos extremos do aglomerado produtivo, possuem características bem específicas. Destaca-se, então, Pesqueira e Passira, ambos possuindo atividades artesanais de confecções que se diferenciam dos demais. Pesqueira tem uma ampla produção de renda renascença, feita de forma artesanal. Porém, esta atividade tem sido utilizada na produção industrial, estimulando o uso do trabalho das rendeiras na confecção de roupas de alta costura. A empresa Macarius conseguiu apresentar seu novo estilo de confecção na Semana de Moda de Paris. É uma das empresas do Agreste pernambucano que exporta para a Europa.

Mas, independente dessa empresa que se destaca em Pesqueira, também são encontradas algumas micro indústrias de confecções que estão diretamente ligadas às vendas para a população de baixa renda, levando sua produção para ser vendida nas feiras da sulanca do Agreste.

Passira apresenta uma produção artesanal voltada para os bordados. No entanto, também existem pessoas da área rural que são subcontradas para a produção voltada para a sulanca, nos municípios circunvizinhos.

Conforme Pernambuco (2003: 43) há “uma movimentação no setor [de confecções] de R\$ 1,73 bilhões por ano, geração de 77 mil empregos diretos e indiretos e 12.000 empresas formais e informais”. Porém, o que prevalece, é a informalidade em termos de organização produtiva, com 90% desse percentual. A região do Agreste consolida-se, então, com 73% da produção de confecções, de todo o estado de Pernambuco, com a produção de 850 milhões de peças ao ano.

Essa movimentação financeira, acrescida da geração de empregos, mesmo que em sua maioria esteja na informalidade, proporciona uma maior renda per capita para os habitantes dos municípios que se destacam na produção e comercialização de confecções. Caruaru, Santa

Cruz do Capibaribe e Toritama estão entre os dez municípios com maior renda per capita do estado de Pernambuco, como demonstra a tabela 03.

Municípios	Renda per capita (R\$/mês)
Fernando de Noronha	558,95
Recife	392,46
Olinda	257,41
Jaboatão dos Guararapes	235,53
Paulista	213,38
Caruaru	209,76
Santa Cruz do Capibaribe	207,86
Petrolina	201,23
Toritama	195,27
Trindade	178,13

Tabela 03: Os dez municípios de maior renda per capita do Estado de Pernambuco
Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano, 2003.

Esse quadro que destaca Fernando de Noronha (como pólo turístico) e os quatro primeiros municípios fazendo parte da região metropolitana, que concentram, juntos, 64% do PIB (Produto Interno Bruto de Pernambuco), coloca também os três principais municípios do aglomerado de confecções do Agreste com uma posição privilegiada no *ranking* da renda per capita pernambucana. Isso demonstra a importância dessa atividade produtiva para os municípios da sub-região. Entretanto, enfatiza-se que renda per capita pode estar associada à concentração e, nem sempre, à distribuição.

Sabe-se que Caruaru, além da confecção, possui outras atividades produtivas e de serviços que o consagram como pólo regional. No entanto, Toritama e Santa Cruz do Capibaribe que atuam, predominantemente, no ramo de confecções, acham-se em destaque, quanto ao produto interno bruto.

A tabela 04 também demonstra como as atividades produtivas da confecção contribuem para a geração de emprego e renda na sub-região é o que apresenta o percentual de pobres, por municípios, no Estado de Pernambuco, pois fica claro que, novamente, Toritama e Santa Cruz do Capibaribe, apresentam os menores percentuais do Estado de Pernambuco.

Municípios	% de pobres
Fernando de Noronha	2,74
Toritama	21,29
Santa Cruz do Capibaribe	25,39
Paulista	30,44
Recife	31,51
Olinda	33,55
Caruaru	35,32
Jaboatão dos Guararapes	39,09
Camaraçibe	42,67
Abreu e Lima	42,85

Tabela 04: Os dez municípios com menor percentual de pobres do Estado de Pernambuco
Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano, 2003.

Nesse quadro, a atividade produtiva de confecções pode ser associada ao destaque dos municípios, sobretudo, de Toritama e Santa Cruz do Capibaribe, os quais ficam numa situação mais privilegiada em relação aos demais municípios do Estado de Pernambuco; o que reforça a prioridade que as populações locais têm atribuído ao crescimento das atividades em tela. Isso tem sido visto e percebido como modelo a ser seguido por outros municípios.

Encontram-se, então, vários territórios do Agreste onde há ampla produção industrial de confecção no campo. Podem-se citar os casos de Riacho das Almas, com os Sítios Alto Bandeira, Atalaia, Serra Verde, Vitorino, Alagado, Cajueiro, Lagoa de algodão e as Vilas: Rangel, Peões, Trapiá e Couro D'antas; em Brejo da Madre de Deus com os sítios: Mandaçaia, São Domingos, Caldeirão, Cachoeira de Tabocas, Queimadas, Bandeiras, Logradouro, Cambão, Tambor, São Paulo, Barra de Farias e a Vila de Fazenda Nova; em Jataúba com os Sítios Ipueira e Serrote Apertado, entre outros; em Santa Cruz do Capibaribe, a maioria dos sítios e em Caruaru a maioria dos sítios do 2º e 3º distritos, entre eles: Canaã, Juá, Riacho Doce, Malhada Queimada, Patos, Jacaré Grande, Dois Riachos, Caldeirão, Lages, Cachoeira Seca, Serra Verde, Serra Velha, Rafael, Palmatória e Baixio.

Nas vilas de Lages, Cachoeira Seca e adjacências, em Caruaru, costumam-se majoritariamente para Toritama. (Figuras Nº 14 e 15)



Figura 14: Área externa de facção em área rural
Fonte: LIRA, 2007



Figura 15: Área interna de facção em área rural
Fonte: LIRA, 2007

Em depoimento de uma dona de facção da área rural de Caruaru, ela explicou que era “funcionária” de uma fábrica em Toritama, quando os proprietários daquela unidade produtiva lhe ofereceram dez máquinas para que faccionasse para sua empresa. Tempos depois, ela chegou a comprar as máquinas e atualmente é subcontrada pelos antigos patrões. Porém, não pode atender outras fábricas, pois a firma contratante exige exclusividade com a sua empresa.

Esse episódio demonstra a dependência e subordinação das pessoas que confeccionam na área rural e como, de forma sutil, a ideologia do crescimento capitalista perpassa as relações de poder na esfera produtiva, mediante a qual a gratidão favorece a exploração da mão-de-obra. E esses trabalhadores, mesmo sendo explorados, sentem-se proprietários desses negócios.

Outro fator de suma importância para o crescimento do aglomerado de micro e pequenas indústrias de confecção de roupas é o da comercialização através das feiras livres, as quais são tradicionais na região, consolidando as relações cidade-campo tão presentes na área. Conforme Machado (2005, p. 19):

As feiras livres sempre se constituíram numa forma espacial, produzida por relações de compra e venda entre pessoas de diferentes lugares e estiveram presentes desde o período medieval, onde eram famosas, dentre outras, as feiras portuguesas, promovendo relações entre cidades e o campo e entre cidades e regiões.

As feiras livres são espaços de troca de mercadorias, que proporcionam aos comerciantes que delas participam uma organização do espaço e do tempo em suas atividades; haja vista serem mercados periódicos, garantem aos agentes envolvidos a possibilidade de participarem de outras atividades, além da feira.

A relevância da feira para a comercialização das confecções é fundamental, porque garante aos pequenos comerciantes a possibilidade de exporem as mercadorias, sem dispenderem dos elevados custos da montagem de lojas permanentes. Como também,

deslocam-se para o local compradores de todo país, facilitando o contato com uma clientela diversificada. (Figuras Nº 16 e 17)



Figura 16: Feira da Sulanca em Caruaru
Fonte: RICARDO, 2004



Figura 17: Feira da Sulanca em Toritama
Fonte: MATOS, 2006

Além disso, a articulação entre espaço/tempo vai trazer amplos benefícios para a produção da sulanca. Nessa organização da comercialização, passando pelo eixo Caruaru/Toritama/Santa Cruz do Capibaribe, acredita-se que haja uma complementaridade entre os vários territórios em que se produzem os artigos de confecção. Mas, a integração ocorre também com disputas que se consolidam através do processo de concorrência capitalista. Esse aspecto será tratado posteriormente.

A especificidade das feiras da sulanca trouxe um dinamismo surpreendente à região do Agreste, caracterizado tanto pelos dias de feiras, como pelos dias intermediários em que acontece a produção. Numa região caracterizada por vários problemas sociais esse dinamismo passa a ser um “oásis” em meio aos clássicos problemas do semi-árido. Por isso, o crescimento econômico é referenciado como símbolo do progresso e da riqueza, em que o desemprego é quase inexistente e grande parte das pessoas possui renda, pelo menos para sobreviver.

Disso decorre um processo migratório muito intenso, mediante o qual, pessoas de todo o Nordeste e de outras regiões do país procuram a área em busca de empregos ou para comprar suas mercadorias. Essas migrações ocorrem também das áreas rurais dos municípios mais próximos das áreas urbanas, promovendo altas taxas de urbanização, superior à média nacional. Segundo Machado (2005, p. 63):

[...] Toritama e Santa Cruz do Capibaribe, que em décadas passadas eram basicamente agrícolas, com exceção de Caruaru, [sic] apresentar taxas de urbanização superiores a 90%, confirma a dinâmica de atividades urbanas em contrapartidas das atividades ligadas ao meio rural. [...] A média de crescimento anual, nos últimos 50 anos foi de 7,03% para Santa Cruz do Capibaribe, 5,00% para Toritama, ficando atrás de Caruaru com 3,32%.

O crescimento da população urbana vai estabelecer relações sociais entre os “novos” visitantes ou moradores e os “antigos” as quais modificam a lógica anteriormente existente. Essa realidade tornar-se-á um híbrido do novo com o velho e suas contradições. Contradições que são reforçadas pelas diferenças sociais que coexistem. Embora haja ampliação do emprego e da renda por conta da produtividade favorável do aglomerado produtivo de confecções, os indicadores sociais continuam desfavoráveis.

[...] apesar deste contexto favorável, a região do Agreste Setentrional não difere das demais no que se refere às insatisfatórias condições de habitação, água, saneamento, educação, saúde e meio ambiente, tendo como agravantes o incremento populacional e o inadequado manejo tratamento dos resíduos de fábricas e lavanderias. (PERNAMBUCO, 2003, p. 52)

Embora os municípios principais do aglomerado produtivo do Agreste estejam entre os dez com maior renda *per capita* e com menor índice de pobres, eles não se encontram entre os que possuem o melhor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do estado de Pernambuco. Sendo assim, o fato da atividade produtiva garantir renda nesses territórios, não os diferencia dos demais, com relação à qualidade de vida daquelas populações. A tabela 05 demonstra esta situação.

Municípios	IDH - 2000
Fernando de Noronha	0,862
Paulista	0,799
Recife	0,797
Olinda	0,792
Jaboatão dos Guararapes	0,777
Camaragibe	0,747
Petrolina	0,747
Itamaracá	0,743
Abreu e Lima	0,730
Carpina	0,724

Tabela 05: Os dez municípios com maior índice de desenvolvimento humano/ PE
Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano, 2003

Esses dados reforçam o contexto do modelo civilizatório capitalista, impregnado na sub-região do aglomerado produtivo de confecções, com aspectos sociais que dependem das relações de interferência do poder público com as pressões sociais, porque as desigualdades

socioespaciais e a concentração de renda que se encontram presentes, só podem ser resolvidas por meio de fortes intervenções de caráter social.

A sub-região do Agreste em epígrafe é uma área de produção de confecções que congrega diferenças culturais e sociais onde convivem com diversas possibilidades econômicas. No entanto, elas, em seu conjunto, vão modificar as relações socioespaciais até então existentes, articulando e fragmentando o espaço, conforme os interesses econômicos e políticos dos atores locais, atrelados à lógica do crescimento capitalista.

4 O DESENVOLVIMENTO DO AGLOMERADO DE MICRO E PEQUENAS INDÚSTRIAS DE CONFECÇÕES: O USO “RACIONAL” DO TERRITÓRIO

4.1 Os recortes horizontais do aglomerado

No modo civilizatório capitalista são encontradas as várias esferas da vida dos homens e mulheres que vivem em sociedade, influenciadas por uma racionalidade que atua em suas formas materiais e imateriais de existência. E nos espaços onde a influência econômica é maior, esta racionalidade torna-se ainda mais perceptível. Conforme Habermas apud Santos (1999, p. 230):

Max Weber introduziu o conceito de ‘racionalidade’ para caracterizar a forma capitalista da atividade econômica, a forma burguesa das trocas ao nível do direito privado e a forma burocrática da dominação. A racionalização designa, em primeiro lugar, a extensão dos domínios da sociedade que se acham submetidos aos critérios de decisão racional. Paralelamente assistimos a uma industrialização do trabalho social, o que faz com que os critérios da atividade instrumental penetrem também em outros domínios da existência (urbanização do modo de vida, tecnização das trocas e das comunicações). Nos dois casos, o que se vai impondo é um tipo de atividade racional com respeito a um fim [...]: em um, refere-se à organização de certos meios; em outro, trata-se da escolha entre os termos de uma alternativa.

O aprimoramento econômico contribui, portanto, para a legitimação de um sistema de dominação que estará presente nos vários aspectos da vida em sociedade. A industrialização, que se encaminha ao lado da urbanização, estará vinculada à lógica de um sistema mais amplo, o modelo capitalista de organização socioespacial. Mas, essa racionalização atingirá, além dos espaços urbanos, também os rurais, pois sua lógica é a da subordinação do maior número de territórios. Retomando Santos (1999, p. 230):

A marcha do processo de racionalização, após haver (sucessivamente) atingido a economia, a cultura, a política, as relações interpessoais e os próprios comportamentos individuais, agora, neste fim de século XX, estaria instalando-se no próprio meio de vida dos homens, isto é, no meio geográfico.

É nesse meio geográfico que se visualizam os objetos construídos, enquanto fixos, através do modo de produção instalado no território, bem como os fluxos que se movimentam entre os territórios. Essas formas materiais e imateriais estarão vinculadas às ações dos agentes que atuam territorialmente no espaço. Elas estão articuladas à lógica do modo de produção e não se vinculam, apenas, aos aspectos econômicos, pois a partir da discussão do próprio Marx, as relações produtivas também afetam outras atividades humanas.

Segundo Mello (2001, p. 60):

Nunca é demais lembrar que o conceito marxiano de *modo de produção* nunca se esgota na referência direta e exclusiva às diversas formas (modos) historicamente determinada(o)s dos homens produzirem e reproduzirem – enquanto coletividade

organizada – em qualquer tempo ou lugar, os seus meios materiais básicos de vida (os produtos necessários à sua sobrevivência físico-biológica). Nem aos vários estágios tecnológicos alcançados ao longo da evolução humana e que servem como patamar sobre os quais se estruturam padrões diferenciados de organização da produção, da propriedade e de sua distribuição. *Modo de produção* significa, também, além da estrutura econômica propriamente dita – onde se condensa o conjunto das relações dos agentes da produção entre si e com a natureza – um modo determinado dos homens manifestarem *culturalmente (lato sensu)* a sua vida; um *modo de vida* determinado: costumes, crenças, tradições, manifestações artísticas, estilos de pensamento, maneiras de ver, falar, sentir, julgar, amar; visões de mundo [...], formas de racionalidade.

Os vários matizes do modo de vida estarão impregnados pelas formas de racionalidade, entre elas: as regras de convivência, a política, a moral, o senso comum etc. E como consequência estarão presentes nas várias expressões humanas: na linguagem, na lógica da sociabilidade, nas formas de contrato e do lucro. Logo, as inter-relações socioespaciais serão norteadas por esse conjunto de aspectos que organiza a vida em sociedade.

Nos aspectos materiais ou imateriais presenciados, no aglomerado produtivo de confecções do Agreste pernambucano, a existência dessa racionalidade capitalista também é constatada. Seja através da articulação dos micro-territórios dos fabricos e facções e de suas inter-relações, como através da forma de pensar dos sujeitos, em que o desejo de lucratividade permeia a maioria de suas ações.

Algumas práticas, na ótica de “levar vantagem”, são consideradas normais, sejam nas práticas dos agentes políticos ou dos agentes empresariais. Escutam-se discursos do seguinte tipo: “Se eu estivesse no lugar dele, eu faria a mesma coisa”. Por isso, o setor público, muitas vezes é tratado como propriedade privada. Como também, práticas de exploração daqueles que trabalham passam despercebidas, pois no momento em que aquele (a) trabalhador (a) passar a ter o seu próprio negócio agirá da mesma forma. O individualismo é reinante, em detrimento das práticas coletivas, as quais não são colocadas como prioridades.

A extensão dos subsistemas da atividade racional será o palco do modo de vida, onde as inter-relações socioespaciais acontecem. A partir desse enfoque, retoma-se a noção de espaço banal, ressaltado por Santos (1999, p. 225), como sendo um “espaço de todas as pessoas, de todas as empresas e de todas as instituições, capaz de ser descrito como um sistema de objetos animado por um sistema de ações”. Conforme essa análise, haveria uma “inseparabilidade do ‘funcional’ e do ‘territorial’”. Nesses arranjos espaciais os recortes das horizontalidades estão bem definidos.

Nessa área de estudo, as horizontalidades são consideradas como “extensões formadas de pontos que se agregam sem descontinuidade” Santos (1999, p. 225) e apresentam os fixos, mesmo que eles estejam presentes em territórios fragmentados, pois a produção flexível

favorece essas inter-relações. No entanto, as verticalidades que são “pontos no espaço que, separados uns dos outros, asseguram o funcionamento global da sociedade e da economia” (SANTOS, 1999, p. 225) não são encontradas no aglomerado produtivo. Mas, o citado aglomerado de confecções, faz parte da cadeia produtiva têxtil. Conforme Gorini (2000, p. 19):

A cadeia produtiva têxtil – reunindo fiação, tecelagem, malharia, acabamento/beneficiamento e confecção – vem passando por muitas transformações recentes, destacando-se especialmente aquelas relacionadas não apenas com as mudanças tecnológicas que permitiram expressivos incrementos de produtividade, mas também com a crescente importância do comércio intrabloco, cabendo destacar: a) o Nafta; b) a União Européia e as regiões do Norte da África e sul da Ásia, como Índia e Paquistão; c) o Sudeste da Ásia e o Extremo Oriente; e d) o Mercosul e a América Latina.

As indústrias têxteis norte-americanas e européias, entretanto, investiram em tecnologias mais avançadas e tornaram-se capital-intensivas, “desistindo de concorrer nas faixas dominadas pelos artigos de pequeno valor agregado” Gorini (2000, p. 20), ou seja, passaram a investir em nichos de mercado que trouxessem mais lucratividade, com qualidade diferenciada. Conseqüentemente, os nichos de mercado para artigos de pequeno valor agregado tornaram-se acessíveis às regiões periféricas.

Segundo Gorini (2000, p. 42):

Algumas grandes cadeias internacionais de lojas estão se instalando no Brasil, como, recentemente, a J. C. Penney, dos Estados Unidos, e a Zara, da Espanha (a Benneton já é mais antiga). Tais cadeias, em geral, tratam exclusivamente do gerenciamento de suas marcas próprias, buscando, via *outsourcing* mundial, abastecer suas redes com produtos facionados. Nesses moldes, Hong Kong transformou-se num grande centro mundial do vestuário, e sua indústria, além de fornecer o produto *per se* (em geral facionado na China continental), também presta serviços como desenvolvimento de produto, *sourcing* de matérias-primas, controle de qualidade, *merchandising*, *trade financing* e toda a logística associada.

A concentração do varejo através da consolidação comercial na ponta da cadeia têxtil tem apresentado uma ampliação em todo o mundo, e, conseqüentemente, tem estado presente no Brasil também. Mas, não há somente a presença das grandes lojas, em nosso país. A própria produção da confecção também tem sido facionada, aqui, por empresas multinacionais, inclusive precarizando as relações de trabalho. Um exemplo disso foi demonstrado pela ação do Ministério Público do Trabalho (MPT) e o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), no Estado de São Paulo. De acordo com Campos (2008, p. 01):

A rede C&A, identificada na ponta da cadeia produtiva destas confecções, também foi incluída na ação, apontada como beneficiária de fraude trabalhista. Em março, a multinacional comprometeu-se, perante a Vara de Trabalho de Avaré, a notificar todos os seus fornecedores de que suas políticas internas vedam a contratação de cooperativas de mão-de-obra - situação que, se verificada, gerará rescisão de contrato e descredenciamento da empresa em questão.

As cooperativas de mão-de-obra funcionavam como facções para a multinacional holandesa (C&A), possuindo costureiras sem carteira assinada e não utilizavam equipamentos de segurança. Além dessa cooperativa, muitas outras estão sendo acionadas, em São Paulo, por utilizarem imigrantes que estão ilegalmente no país, para trabalharem em facções de confecções, e também estão ligadas a grandes redes de lojas. Contra isso, Campos (2008, p. 02) cita que:

Quatro grandes redes do setor de vestuário - C&A, Marisa, Renner e Riachuelo - assinaram Termos de Ajustamento de Conduta (TACs) com a Procuradoria Regional do Trabalho (PRT) da capital paulista comprometendo-se a eliminar de suas cadeias produtivas fornecedores que utilizem, direta ou indiretamente, mão-de-obra estrangeira em situação irregular no país. A validade dos TACs abrange todo o território nacional.

No caso dos imigrantes, principalmente bolivianos e coreanos, trabalhavam em oficinas de costura (facções) e se sujeitavam a situação de trabalho degradantes, por estarem de forma ilegal no país. Além dos casos dos imigrantes, também foi detectada a utilização de mulheres, ex-cortadoras de cana, do interior do Estado de São Paulo, pelo MTE, com trabalho em oficinas de costura, subcontratadas, possuindo irregularidades nas questões trabalhistas.

A utilização do trabalho subcontratado de facções de confecções pode ser encontrado em várias outras partes do Brasil. Além de Pernambuco e São Paulo, citam-se os estados de: Paraná, Minas Gerais, Goiás, Ceará, Rio Grande do Norte, entre outros. A subcontratação pode ocorrer através das grandes cadeias de lojas, citadas anteriormente, bem como de médias e pequenas empresas nacionais. Conforme Neves & Pedrosa (2007, p. 19/20):

Na indústria de confecção, a adoção de processo de terceirização faz parte da reestruturação do setor, buscando torná-lo mais competitivo, diante das dificuldades com a concorrência estrangeira no início da abertura comercial nos anos de 1990. As formas de reestruturação na indústria de confecção utilizam-se pouco de novas tecnologias, tendo se pautado mais pela descentralização e flexibilização da produção com o objetivo de reduzir custos, especialmente os encargos sociais, sem maiores preocupações com a qualidade. Outro aspecto que favorece os processos de terceirizações refere-se à sazonalidade da produção, com picos nos períodos que antecedem o inverno e o Natal, épocas em que os empresários são levados a subcontratarem.

Além da reestruturação produtiva, outro aspecto contribuiu para a ampliação do nicho de mercado da confecção para populações de baixa renda no Brasil: a estabilização da moeda nacional, a partir da década de 1990, favorecendo a ampliação do consumo desta parcela da população, como também os programas sociais de complementação de renda, que ampliaram seus valores, a partir de 2002.

A ampliação das micro e pequenas empresas de confecções em todo o país faz parte da lógica global capitalista, porque, enquanto se prolifera a fragmentação e a desconcentração da produção de confecção que fica no final da cadeia produtiva, a produção têxtil se mantém

concentrada. A cadeia têxtil nacional passou a atuar com “grande concentração da produção no segmento têxtil, de capital intensivo, o que não ocorreu na confecção, onde foi grande a pulverização da produção” (GORINI, 2000, p. 31).

As áreas mais lucrativas da cadeia produtiva têxtil estão, portanto, nas mãos dos grandes conglomerados internacionais, ou, em menor proporção, com os maiores investidores nacionais, reforçando a grande concentração do capital; entretanto os setores de menor lucratividade estão nas mãos dos pequenos produtores, onde a informalidade também foi ampliada no segmento da confecção que é constituído, prioritariamente, pela mão-de-obra intensiva.

A produção de malhas de algodão, em substituição aos tecidos planos, passou a ter considerável aumento na produção brasileira. Dessa forma, com um tipo de tecido mais barato, também se atingiria os novos consumidores, incorporados ao mercado, a partir do Plano Real.

A conjuntura internacional e nacional favoreceu ao desenvolvimento do aglomerado produtivo de confecções do Agreste pernambucano, principalmente, em Santa Cruz do Capibaribe, com a ampla produção de confecções com malha, já existente desde a década de 1970, favorecida e ampliada nos últimos anos.

O pequeno capital encontrou nesses territórios, uma atividade produtiva que atingia um nicho de mercado de baixo ou nenhum valor agregado, para uma clientela de baixa renda, que não interessava ao grande capital.

Outros produtos também populares, confeccionados com o tecido de *jeans*, complementaram esta produção, através da inserção de Toritama, Caruaru e outros municípios, nesses espaços da produção de confecções. E essa diversificação de produtos com tecidos diferentes e preços baixos tem contribuído para um grande crescimento da produção e comercialização no Agreste pernambucano.

Atualmente, esse aglomerado produtivo possui um amplo espaço de “mercado comprado”⁷. Conforme o SEBRAE, o único com essas características no país, o que foi favorecido por seus preços baixos, com produtos de pequeno valor agregado, mas também pela diversidade de produtos que oferece aos que o procuram.

E esse conjunto de micro e pequenas indústrias se relaciona tanto com o mercado que o consome, quanto com a cadeia produtiva de que faz parte; como também, com atores públicos diversos que estão presentes na sub-região, ou interferem nela. Logo, as inter-

⁷ Mercado em que os compradores o procuram espontaneamente.

relações que se estabelecem no aglomerado produtivo de confecções do Agreste pernambucano estão presentes entre as horizontalidades existentes. A seguir, será apresentado o organograma do SEBRAE/SINDIVEST que mostra algumas das inter-relações do aglomerado produtivo do Agreste/PE:

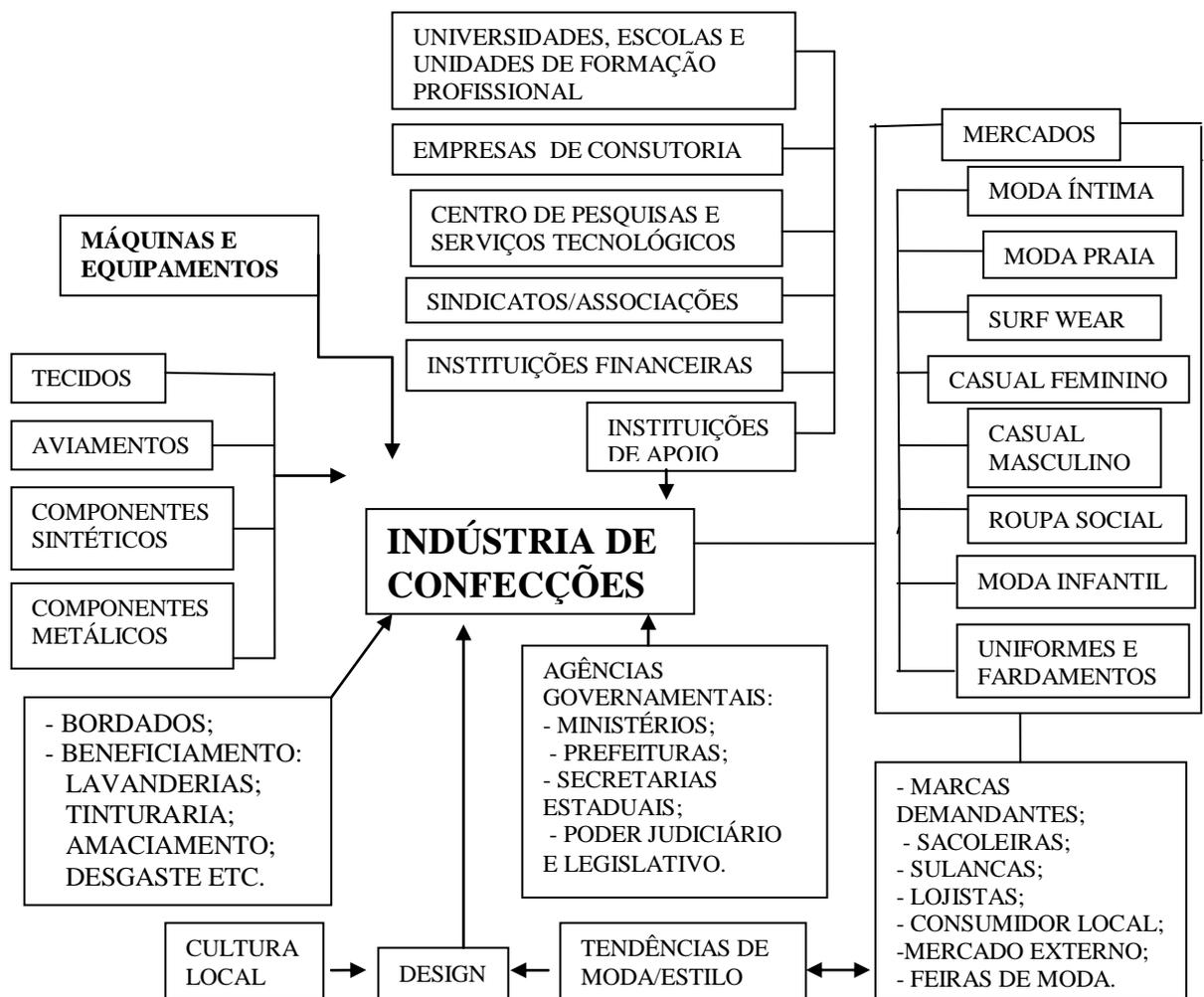


Figura 18 - CADEIA PRODUTIVA DO VESTUÁRIO
Fonte: SEBRAE/SINDIVEST, 2008.

A partir do organograma apresentado, foi identificado um sistema de objetos e ações, que deveria estar articulado em função da indústria de confecções, no aglomerado produtivo de confecções do Agreste pernambucano. Porém, não é bem assim que acontece, pois, na prática, verifica-se uma série de elos frágeis nessa cadeia produtiva.

Temos como exemplos as instituições de apoio como: universidades, escolas e

unidades de formação profissional, empresas de consultoria, centros de pesquisa e serviços tecnológicos, sindicatos/associações e instituições financeiras. Elas não possuem a articulação necessária para apoiar o aglomerado de micro e pequenas indústrias de confecções. Inclusive, porque muitas passaram a atuar bem recentemente nesse aglomerado produtivo, faltando-lhes, portanto, a criação de vínculos mais sólidos.

O campus da Universidade Federal de Pernambuco foi instalado, no ano de 2005, em Caruaru, e não possui ainda uma estrutura de pesquisa e extensão para as áreas específicas de que o aglomerado necessita. As escolas e unidades de formação profissional limitam-se aos dois núcleos do SENAI, instalados em Caruaru e Santa Cruz do Capibaribe; os CVTs (Centros de Vocação Tecnológica de Confecção), em Riacho das Almas e Surubim (Figuras Nº 19 e 20), por iniciativa das prefeituras locais, em parceria com o Ministério da Ciência e Tecnologia, também são bem recentes.



Figura 19: CVT em Riacho das Almas
Fonte: LIRA, 2009.



Figura 20: Área interna do CVT
Fonte: LIRA, 2009.

Cursos, mediante ações pontuais, são oferecidos por prefeituras, pela iniciativa privada ou Comissões de Emprego e Renda, com recursos do FAT (Fundo de Assistência ao Trabalhador). Eles não conseguem atender à demanda existente por qualificação, porque o quantitativo de pessoas que necessitam desses serviços é muito maior que a oferta.

O SEBRAE passou a atuar na sub-região, no início dessa década, e possui dois projetos mais estruturados, iniciados em 2008, para o aglomerado produtivo, entre eles: Melhoria da Competitividade do “APL”⁸ de Confecções e Melhoria da Imagem do “APL” de Confecções.

O primeiro projeto atende a 450 empresas formais e informais, tendo o objetivo de

⁸ Aspas na sigla APL foram colocadas pela autora por conta das divergências conceituais acerca do tema, já explicitados no início desta tese.

“melhorar a qualidade dos produtos, aumentar as vendas para o mercado formal e estimular a formalização de empresas” (SEBRAE, 2008). O projeto tem prazo para ser concluído, em dezembro de 2011, estando em andamento. O segundo atende a 60 empresas mais organizadas, objetivando “melhorar a imagem das empresas e promover mudanças na cultura de comercialização, transbordando esses benefícios às demais empresas do APL e favorecendo sua sustentabilidade” (SEBRAE, 2008). Esse projeto tem prazo para ser concluído em dezembro de 2010, também em andamento, como o anterior.

As consultorias tecnológicas, em pequeno número, estão sendo disponibilizadas nos projetos do SEBRAE. Algumas empresas privadas atendem a um grupo seletivo de pequenas indústrias que as procuram. O Instituto Tecnológico de Pernambuco (Itep), instalado no Centro da Moda, em Caruaru, tem oferecido cursos pontuais e incentivado projetos para lavanderias. Segundo a Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado, este centro não está ofertando o que sua estrutura poderia oferecer ao aglomerado produtivo, necessitando, portanto, de um novo direcionamento.

Entre os sindicatos que atuam na área, foi identificado o SINDIVEST, ligado aos empresários de confecções, que tem atuação no Estado de Pernambuco. Ele tem se articulado com algumas entidades do Sistema “S”, as associações dos confeccionistas e outras entidades locais, em um projeto identificado como: “Projeto de desenvolvimento do Pólo de Confecções do Agreste”. Avalia, porém, que necessita de acompanhamento permanente e redimensionamento do projeto, o que não ocorreu.

Encontra-se também o Sindicato dos oficiais alfaiates, costureiras e trabalhadores na indústria de confecção de Caruaru, que atua mais nos processos de demissões, fazendo os cálculos trabalhistas e dando algum apoio jurídico às situações mais problemáticas, como também nas convenções coletivas, assinadas entre sindicato patronal e obreiro. No entanto, atende majoritariamente às empresas formais, além de ter atuação, apenas, nas de Caruaru.

As associações de confeccionistas estão articuladas nos três núcleos principais: Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama. Entretanto, mostram uma representatividade da base, em cada município, muito reduzida. Caruaru possui 79 filiados na Câmara da Moda da Associação Comercial e Empresarial de Caruaru (ACIC); Toritama possui 105 associados à Associação Comercial e Industrial de Toritama (ACIT) e Santa Cruz do Capibaribe possui em torno de 198 filiados à Associação dos confeccionistas de Santa Cruz do Capibaribe (ASCAP), conforme trabalho de campo em 2009.

Entre as principais instituições financeiras, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica e o Banco do Nordeste, possuem alguma atuação no aglomerado produtivo. No entanto, segundo

o agente de desenvolvimento do Banco do Nordeste, uma ação mais direta começou a acontecer, apenas, a partir de 2008.

Estas instituições estão presentes na área, porém agindo pontualmente, na medida em que se envolvem em projetos isolados, sem uma participação planejada em conjunto com outros segmentos da sociedade e com proposições que contemplem ações em longo prazo.

A grande maioria dos atores do aglomerado produtivo continua atuando de forma individual e espontânea, e dependendo, quase que exclusivamente, das feiras para escoarem suas mercadorias, ou realizar algumas comercializações diretas, através de compradores externos. Além disso, não participam de entidades associativas. Quando os governantes passam a exigir os encargos tributários, encontram reação muito forte, pois os confeccionistas alegam que nunca tiveram apoio governamental e, portanto, não possuem obrigações.

Em relação às agências governamentais federais, encontram-se, com certa atuação, além das citadas anteriormente, na sub-região: Ministério do Trabalho, Ministério da Ciência e Tecnologia, IPEM, Ministério dos Transportes, IBAMA e Ministério Público. Entre os órgãos estaduais foram identificados a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente (SECTMA), Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Secretaria da Fazenda. Já na instância municipal, as prefeituras e suas secretarias específicas.

Verificou-se, entretanto, uma atuação muito tímida do Ministério do Trabalho, pois, conforme a Subdelegacia Regional do Trabalho, sediada em Caruaru, os funcionários não podem visitar espaços domésticos e só atuam quando existem denúncias, constatando que nesses territórios existem indústrias. Essa instituição tem uma maior atuação em relação ao trabalho infantil nas feiras, principalmente porque a imprensa tem denunciado a permanência desse tipo de abuso. O MTE tem feito reuniões com as prefeituras e tentado, através do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), reduzir essas ocorrências. No entanto, o trabalho infantil nos domicílios é mais camuflado e não tem o mesmo acompanhamento.

O Ministério da Ciência e Tecnologia tem feito investimentos, em parceria com algumas prefeituras, para instalação dos CVTs, como foi citado anteriormente. O Ministério dos Transportes, através do Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes (DNIT), em parceria com o Departamento Estadual de Estradas e Rodagem, estão encaminhando a duplicação da BR-104, entre os municípios de Agrestina e o distrito de Pão-de-Açúcar, em Taquaritinga do Norte. Essa rodovia viabilizará um melhor fluxo de transportes entre Caruaru, Toritama e Santa Cruz do Capibaribe.

Além desses, outros órgãos federais têm estado presentes nos territórios do aglomerado produtivo. Entre eles o IBAMA, na fiscalização das lavanderias e da

comercialização ilegal da madeira, e o IPEM, exigindo que a Lei das Etiquetas seja respeitada.

O judiciário tem tido uma atuação significativa, através do Ministério Público, em relação aos problemas ambientais, para a construção dos tanques de tratamento dos efluentes nas lavanderias; além da organização do Termo de Ajustamento de Conduta no caso da localização da feira pública da sulanca, em Toritama.

A Secretaria de Desenvolvimento Econômico, a nível estadual, através da ADDiper, e a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente (SECTMA), por meio do ITEP e da Agência Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (CPRH-PE) têm se envolvido em algumas das atividades com as instituições de apoio, no decorrer dos últimos anos, principalmente, em relação aos problemas permanentes que envolvem as lavanderias, no processo ambiental.

O governo estadual, a partir de meados de 2008, tem encaminhado ações envolvendo o Sistema “S”, sindicatos, associações do setor produtivo e a academia, além de outras instituições, para desenvolver um planejamento estratégico em longo prazo, com a ideia de cadeia produtiva, partindo da produção do algodão até o processo da comercialização da confecção. Esse é um encaminhamento que está iniciando e que se projeta como uma ação de governo, para um determinado período.

Quanto ao legislativo estadual, há alguns pronunciamentos de parlamentares oriundos do aglomerado produtivo, com preocupações que se atêm à segurança dos compradores, ou a questões pontuais próprias de seus municípios. Também têm participado de modificações nas legislações estaduais, encaminhadas pelo poder executivo, referentes à atividade produtiva. Algumas dessas leis serão apresentadas, ainda, neste capítulo.

As instituições municipais possuem uma atuação muito voltada à organização das feiras locais, quase não existindo a articulação conjunta intermunicipal. A maioria dos espaços da produção não são cadastrados, até por causa da alta informalidade.

O município de Surubim tem se destacado nesse aspecto, pois ao fazer um cadastramento dos seus espaços da produção de confecções, constatou existirem mais de 200 estabelecimentos, no município, e tentou contemplá-los oferecendo cursos noturnos para os funcionários no CVT. Alguns proprietários dos estabelecimentos inviabilizaram a participação daqueles trabalhadores, já que atrapalhava os serões. Nesse caso, vários funcionários se afastaram dos empregos, para se qualificar, porque também almejavam colocar seus próprios fabricos ou facções.

Outro aspecto do CVT de Surubim observado é que, inicialmente, a prefeitura abriu

inscrições, no diurno, priorizando os jovens acima de 16 anos que possuíssem o Ensino Fundamental, estivessem desempregados e fossem de Surubim. Tiveram, porém, que modificar esses critérios iniciais, pois nem todos os inscritos possuíam estas características, simultaneamente.

Verificou-se, também, que a prioridade dada pela prefeitura de Surubim para a qualificação dos trabalhadores dos espaços da produção já existentes, ou dos jovens desempregados, esbarrou em dificuldades bem específicas da realidade local. Isso demonstra que as políticas locais devem ser pensadas a partir de ampla discussão com os atores envolvidos, e planejadas com eles e não para eles.

Nas diferentes escalas, as entidades regionais, estaduais ou municipais possuem atuação no aglomerado produtivo. Porém, ainda há muito para uma articulação mais planejada, interesse que é bem recente atingindo um número reduzido de atores, em relação ao quantitativo existente no aglomerado.

As ações tanto das entidades governamentais, como das instituições de apoio, têm sido articuladas a partir das necessidades dos atores privados, conforme seus interesses econômicos. Sendo assim, a racionalidade imposta desestimula a preocupação com as questões socioespaciais coletivas da população.

Ademais, as necessidades individuais das micro e pequenas indústrias de confecções são atendidas através de um conjunto de entidades privadas que, em sua maioria, não pertencem ao aglomerado produtivo. Ou seja, a matéria-prima e os equipamentos são adquiridos externamente. Tanto a malharia quanto o jeans, ou outros tecidos, para a produção de vestuário, continuam sendo buscados fora da sub-região, embora, muitas vezes, sejam distribuídos localmente por atores do próprio aglomerado.

Os aviamentos e componentes sintéticos e metálicos, necessários à produção de confecções, são oriundos de áreas externas ao aglomerado produtivo. Os componentes químicos, para uso das lavanderias, também são produtos originários de empresas externas, inclusive de multinacionais, distribuídos através de representantes.

No caso da maquinaria mais especializada das indústrias com maior poder econômico, em sua maioria, essas são adquiridas através dos distribuidores das multinacionais. Mesmo as de origem nacional não possuem sua fabricação na região Nordeste, vindas, conseqüentemente, do Sul ou Sudeste do país.

Esses aspectos demonstram as relações socioespaciais externas do aglomerado produtivo através da aquisição de equipamentos e matéria-prima. Logo, esses atores, em sua maioria, estão ausentes da vivência cotidiana existente, ao nível da horizontalidade, e só

aparecem a partir das necessidades da atividade produtiva. Portanto, somente os interesses econômicos são estabelecidos a partir destas relações, onde o território é usado apenas como receptor para os produtos que se deseja vender.

Destarte, os recortes horizontais existentes, apresentam uma racionalização quanto ao uso do território, seja a partir dos agentes privados que abastecem de matéria-prima o aglomerado produtivo de confecções, quanto das diversas entidades que também atuam nessa área.

A seguir, serão destacados como os agentes, sejam governamentais ou entidades de apoio, articulam-se com as micro e pequenas indústrias de confecções, através dos atores locais. Essas inter-relações serão enfatizadas a partir das entrevistas com os vários segmentos envolvidos com os territórios da produção de confecções e com a normatização que também influencia sobre o referido aglomerado. Além disso, será enfocada a macro-realidade socioeconômica e cultural onde está inserido o aglomerado produtivo.

4.2 Os atores locais

4.2.1 Atores individuais da esfera privada

No primeiro momento dessa seção, os atores individuais da esfera privada estarão em evidência, tentando identificar como suas ações interferem no desenvolvimento do aglomerado produtivo em tela, pois elas ocorrem socioterritorialmente.

Foram entrevistados 39 micro ou pequenos empresários de confecções, entre os quais 30 foram classificados como confeccionistas, ou seja, aqueles que produzem e revendem suas mercadorias de confecções; 06 como facionistas, aqueles que produzem para outros confeccionistas, através da subcontratação na produção flexível; 02 também subcontratam para a produção, mas através da realização de etapas tais como as de: lavanderia, bordados, ou beneficiamento das peças de *jeans*. O último é representante de vendas, já que grande parte das confecções é comercializada através desses atores. Foi importante entrevistar esse tipo de ator, mesmo que se dedique apenas à comercialização das confecções, porque existem confeccionistas que trabalham, exclusivamente, com esse tipo de vendas.

A relação da quantidade das entrevistas realizadas com esses atores individuais da esfera privada, por município, acha-se representada conforme a tabela 06, a seguir:

MUNICÍPIOS DE PROCEDÊNCIA DOS ENTREVISTADOS	NÚMERO DOS ENTREVISTADOS
Caruaru	15
Riacho das Almas	02
Santa Cruz do Capibaribe	13
Surubim	01
Taquaritinga do Norte	02
Toritama	06
Total	39

Tabela 06: Distribuição, por municípios, dos entrevistados individuais da esfera privada
Fonte: LIRA, 2007-2009

A escolha dos municípios, para a realização das entrevistas, deu-se pelo fato desses confeccionistas estarem presentes, majoritariamente, em alguma das atividades realizadas pelas instituições de apoio, as quais seus atores também foram entrevistados (sendo apresentados posteriormente), haja vista serem considerados, por várias instituições, como aqueles que possuem maior produtividade na sub-região.

A quantidade das entrevistas realizadas contemplou, em maior número, os municípios considerados como núcleos, entre eles: Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama. Em Surubim, o quarto município de maior produtividade do aglomerado, houve dificuldades em efetuar as entrevistas. Embora tenha havido o apoio da Secretaria de Desenvolvimento e Ação Social, que disponibilizou um carro e funcionário para ir a alguns estabelecimentos, a maioria dos micro-empresários recusaram-se a ser entrevistados.

A coleta dos dados foi organizada em grades individuais, conforme classificação por atividade produtiva dos atores, revelando as diferenças e semelhanças, a partir dos indicadores analisados, alimentando igualmente uma reflexão sobre as relações que as unem.

Ademais, trabalhou-se com os seguintes indicadores: localização dos territórios da produção, localização originária dos compradores, formas de contratação, formas de comercialização, nível de organização, nível de articulação com o poder público e nível de articulação com outros segmentos. As entrevistas foram encaminhadas de forma aberta, o que propiciou, no decorrer da sua realização, que outros indicadores fossem ampliados para serem atingidos os objetivos propostos. Entre eles são citados: maquinaria e normatização.

Esses indicadores foram importantes à análise das inter-relações socioespaciais na medida que propiciou reflexões espaciais referentes aos fixos e fluxos existentes, como também das relações entre os diversos atores e territórios envolvidos no processo.

4.2.1.1 Os confeccionistas

No desenvolvimento do aglomerado, esses atores, territorialmente são inseridos como pessoas que já possuem algum poder de propriedade.

Conforme o indicador “localização dos espaços produtivos”, além das informações cartografadas e já expostas no II capítulo deste trabalho, verificou-se também que as confecções podem ser produzidas em residências, fabricos, facções ou fábricas, conforme denominação dos próprios fabricantes. Além disso, a produção pode ser complementada em oficinas de beneficiamento, estamparias, bordados, lavanderias etc. Dos 30 confeccionistas entrevistados, 26 possuem os seus estabelecimentos em áreas urbanas, 03 em áreas rurais e 01 fociona toda a produção, não possuindo um local específico ou máquinas para a produção.

Viu-se, portanto, que a partir da localização dos espaços da produção e das classificações diferenciadas, as relações se modificam funcional e territorialmente. Os confeccionistas, conforme os poderes de propriedade, farão opções de atuar em diferentes aspectos da atividade produtiva, como também, poderão estar presentes em territórios diversos, conforme a inter-relação que seu espaço produtivo estabeleça com o restante do aglomerado produtivo, com o entorno ou espaços mais distantes.

A “localização originária dos compradores” coloca algumas diferenciações, conforme o tipo de produto e de cliente. Dos 06 confeccionistas que revendem apenas para lojistas, dois identificaram que os produtos são das classes A e B⁹, os clientes são, majoritariamente, das regiões Sul e Sudeste do Brasil; um é produtor de moda íntima em Santa Cruz do Capibaribe e já exportou para Cuba; o outro, produz peças de *jeans* em Toritama. Um terceiro produtor fabrica marcas pertencentes a uma rede de lojas do Sudeste, que se instalou em Caruaru, e produz em torno de 207 itens diferentes de: *jeans*, lycra e do tecido PT¹⁰; os confeccionistas restantes não citaram diferenciações quanto aos produtos. Uma é produtora de Riacho das Almas, produzindo peças de *jeans*, além de outros tecidos e os clientes são provenientes tanto das regiões Norte e Nordeste quanto das outras regiões do país. Os dois produtores de roupas de malha, em Santa Cruz do Capibaribe, vendem majoritariamente para clientes das regiões Norte e Nordeste e um deles também já exportou para Cuba.

Uma confeccionista de Surubim diferencia os produtos A e B para os lojistas do Sul e

⁹ Produtos de melhor qualidade.

¹⁰ Tecido pronto para tingir.

Sudeste e os produtos C¹¹, para serem vendidos nas feiras locais e para Angola. Essa produtora fabrica moda feminina de malha e trabalha com representantes para as vendas aos lojistas.

Dos 23 confeccionistas que revendem seus produtos tanto para lojistas quanto nas feiras, 11 fabricam peças de jeans e entre eles, 06 localizam seus estabelecimentos em Caruaru, 04 em Toritama e 01 em Santa Cruz do Capibaribe, revendendo seus produtos para todas as regiões do país.

Os outros 12 produzem confecções com tecidos diferenciados. Entre estes, 06 fabricam artigos de malha e os compradores, em sua maioria, são os das regiões Norte e Nordeste, como também 02 blusas de viscolycra e um, modinha de brim. Uma confeccionista que faz shorts em Taktel vende para clientes do interior de Pernambuco e restante do Nordeste. E outro que produz modinha de malha e moda-praia vende suas peças para todas as regiões do Brasil e também para Angola. O destaque de um produto bastante diferente, feito em Pão-de-Açúcar (Taquaritinga do Norte), é o mosquiteiro, que é revendido para vários estados da região Norte e exportados para a Bolívia e Venezuela.

Foi constatado que os locais da produção denominados como residências ou fabricos menores, com poucos funcionários e uma produtividade menor, distribuem majoritariamente para as regiões Norte e Nordeste. Entre as fábricas ou fabricos maiores, verificou-se que os clientes do Sul e Sudeste são citados com mais frequência. Um entrevistado desses fabricos maiores citou que um dos clientes do Sudeste exige colocar etiqueta própria.

A localização originária dos compradores indica que os compradores de produtos de melhor qualidade, são oriundos das regiões mais desenvolvidas do país, e que eles têm crescido, principalmente, para os produtos confeccionados com o tecido *jeans*. As peças íntimas, de melhor qualidade, também ganharam espaço entre esses compradores.

Ademais, os produtos considerados das classes C e D, de qualidade inferior, confeccionados majoritariamente com o tecido de malha, possuem compradores oriundos, principalmente, das regiões menos desenvolvidas do país.

Com o indicador “Formas de Contratação” identificou-se que dos 30 confeccionistas entrevistados, apenas 05 alegaram não facionar e fazer toda a produção internamente; ou seja, aproximadamente 83% deles subcontratam facções para a produção, localizadas em territórios do entorno. Esse dado reforça a nossa hipótese de que as relações socioespaciais são construídas a partir do modelo de produção flexível, que contribui para a fragmentação

¹¹ Produto de qualidade mais baixa.

espacial.

Entre as formas de contratação, foram identificados assalariados que trabalham internamente nos estabelecimentos da produção, em alguns casos, recebendo o piso acordado em convenção coletiva dos trabalhadores do vestuário e outros recebendo o salário-mínimo. A maioria recebe semanalmente por seus trabalhos. O pagamento por semana ocorre, principalmente, porque as feiras e o movimento de compradores externos também acontecem semanalmente. Nesse segmento, existem aqueles trabalhadores que são formalizados e têm seus direitos trabalhistas reconhecidos, mas a grande maioria encontra-se na informalidade, mesmo quando as empresas possuem inscrição como pessoa jurídica, conforme observação *in loco*.

Ao visitar o Distrito de Poço Fundo, área rural de Santa Cruz do Capibaribe, um fato relatado por uma liderança local chamou a atenção. Citou-se que, quando os funcionários são despedidos e ficam insatisfeitos com o acordo financeiro oferecido pelo patrão, resolvem botá-lo “no toco”. Colocar “no toco” significa denunciá-lo ao Ministério do Trabalho. O termo relembra as formas de castigo utilizadas contra os escravos, que iam para os troncos e eram chicoteados. Então, esse termo utilizado, na linguagem popular, demonstra a forma encontrada por esses trabalhadores para castigar os patrões, bem como aponta para uma contra-racionalidade ao tipo de exploração existente.

Além dos assalariados, existem os trabalhadores contratados que recebem por produção das peças. E foram encontradas também pessoas que são contratadas como diaristas, tanto para costurar, como para complementar a produção nos fabricos. Esses trabalhadores ficam desempregados em períodos em que a produção diminui.

Alguns diaristas de pequenos fabricos de Caruaru trabalham entre a quinta-feira e o domingo. Nos outros dias seus patrões encontram-se comercializando nas feiras. Nesse caso, o descanso não é remunerado e quando o trabalhador adoece também não recebe a remuneração, pois não efetuou o trabalho.

Entre as contratações por produção, identificaram-se as feitas externamente, seja com facções, que também possuem seus funcionários, conforme será visto posteriormente, como através de costureiras em domicílios, ou nos setores de beneficiamento das peças. Esse caso refere-se aos produtores de *jeans*. Um dos confeccionistas de Santa Cruz do Capibaribe, que fabrica artigos masculinos de malha, fez o seguinte relato:

Terceirizo uma parte. A serigrafia faz aqui, corte e uma parte da costura. Resto

mando pra fora.¹²

A subcontratação de trabalhos externos acontece através de facções diferenciadas, conforme as máquinas que possuam. Por exemplo, algumas emendam as peças, outras fazem os caseados ou a travetagem que exigem máquinas mais especializadas. Como também as lavanderias e os setores de bordado industrial possuem máquinas mais caras.

Em 2007, quando foi entrevistado um dos confeccionistas de Toritama, ele possuía um fabrico, com uns dez funcionários e subcontratava apenas parte da produção, como por exemplo a tiragem de pêlos. Em 2009, ao voltar a Toritama, foi identificado que aquele mesmo confeccionista não possuía mais ninguém trabalhando no fabrico, pois toda a sua produção estava sendo subcontratada em facções. Esse é um processo que se tem ampliado muito na sub-região. Muitos confeccionistas deixaram de ser fabricantes, transformando suas oficinas em facções. Parte desses vendia somente nas feiras e faliram, ou tiveram muitos problemas com o recebimento de cheques sem fundos, passando, então, a faccionar para os primeiros confeccionistas.

Os tiradores de pêlos possuem um único equipamento de trabalho, a tesoura, e executam essas tarefas em domicílios. Elas não exigem qualificação e utilizam, principalmente, a mão-de-obra de pessoas sem experiência em outras etapas da produção. Muitos são imigrantes recém-chegados. Para esse tipo de trabalho é muito utilizada a força de trabalho das mulheres e crianças. É o trabalho pago por peças, com valores mais baixos, que predomina.

Outras contratações ocorrem através dos representantes de vendas, os atravessadores das mercadorias. Eles recebem o pagamento comissionado com percentuais entre 2% e 3% do confeccionista e o mesmo valor do comprador, pelo valor total da compra. Além desses profissionais, algumas empresas mais estruturadas também contratam consultorias que são remuneradas pelos serviços prestados.

Dos 13 confeccionistas que alegaram produzir em domicílios e sua produção ser familiar, todos enfatizaram a participação de parentes na produção, mas não identificaram qual a forma de remuneração dessas pessoas. Desses, 06 identificaram que também subcontratam costureiras independentes, em suas residências e 05 relataram subcontratar facções, lavanderias e pessoas para tirar pêlos. Apenas 02 confeccionistas disseram produzir, somente, com os próprios membros da família.

Essas formas de contratação tão diferenciadas indicam que as negociações ocorrem

¹² Embora a ABNT proponha que as citações sejam destacadas a partir de quatro linhas, resolvemos dar ênfase às falas dos entrevistados mesmo que possuam menor quantidade de texto escrito.

diretamente entre os proprietários dos estabelecimentos da produção e funcionários ou subcontratados, sem qualquer intermediação coletivista. Como o poder de propriedade garante àquele que contrata o trabalho, a condição privilegiada na negociação, o trabalhador se sujeitará às condições pré-determinadas pelo patrão. Nesses casos, a precarização das relações de trabalho e a ampliação da mais-valia absoluta reforçarão as desigualdades socioespaciais existentes.

No indicador “Formas de comercialização”, identificou-se que os representantes de vendas possuem grande influência, principalmente na comercialização com lojistas. Uma confeccionista de Riacho das Almas, que não comercializa seus produtos nas feiras, relata:

A gente trabalha mais através de representação. A representação traz o cliente, nós levamos o mostruário, ele vê o mostruário e... ele faz o pedido, e aí fica comprando.

Outra confeccionista de Santa Cruz do Capibaribe fala:

Tem pessoas que montam escritórios e trazem os clientes aqui e a gente vende a nossa mercadoria.

Estes atravessadores comercializam além de roupas produzidas no aglomerado produtivo, outros produtos, vindos de fora, como: bonés (oriundos de Caicó, no Rio Grande do Norte) ou tecidos (vindos do Sudeste). Além disso, confeccionistas externos ao Agreste pernambucano, oriundos de Campina Grande e Barra de São Miguel, na Paraíba, utilizam a força de trabalho desses repassadores de mercadorias, para efetuarem suas comercializações. Essas relações socioespaciais estabelecidas com outros produtores, de fora do aglomerado, demonstram a força da comercialização existente na sub-região.

Chamado de “mercado comprado”, os compradores se deslocam diretamente até os estabelecimentos da produção ou até as feiras, para adquirir as confecções do Agreste pernambucano. Um confeccionista diz:

Eles vêm comprar a gente.

Mas, uma parte desses produtores já está adotando uma prática mais agressiva no mercado. Contratam, coletivamente, vendedores, que ganham por comissão, e enviam para áreas onde acham que precisam ser ampliadas as vendas. Revistas de propaganda das confecções são elaboradas pelas próprias empresas ou associações coletivas. Em alguns casos, os vendedores podem, também, levar o mostruário das próprias roupas.

Três dos confeccionistas entrevistados disseram que comercializam seus produtos, também nas “Rodadas de Negócios” organizadas em parceria com o SEBRAE, SINDIVEST, Associações de confeccionistas e outras entidades. Um confeccionista relatou:

A gente leva a coleçãozinha da gente e tem dado certo. A gente passa também a vender pra magazine e fica bem melhor. É uma forma da gente crescer, no futuro. E

é uma forma de se organizar, porque se vai e não vendeu. Por que foi que não vendeu? Se vender, o que fazer pra melhorar? E essas são lições grandes.

O depoimento demonstra a importância desses eventos (Pernambuco Moda Fashion, Festival de Jeans etc) para o crescimento comercial das empresas em tela. No entanto, os confeccionistas que podem participar das atividades, ainda pertencem a um número limitado, pois somente as empresas que possuem uma melhor organização econômica têm condições de participar.

Além disso, os confeccionistas mais antigos já possuem uma clientela mais constante, que se comunica periodicamente através de contato direto. O principal meio de comunicação utilizado por eles é o telefone. Os pedidos são feitos e os confeccionistas enviam as mercadorias através de transportadoras, excursões ou caminhões (uma frota desses veículos de Santa Cruz do Capibaribe viaja, semanalmente, para entregar mercadorias, principalmente, em lugares da região Norte do país). Muitas vezes o cliente nem se desloca para a sub-região, faz o pedido e paga ao confeccionista através de depósito em conta corrente. Verificou-se que nas relações há um processo de confiança mútua muito forte, já que as mercadorias são enviadas e o pagamento efetuado posteriormente. Esse tipo de relacionamento comercial é comum entre clientes antigos e confeccionistas da sub-região.

Três, que vendem nas feiras, relataram que, na Feira de Caruaru, a maioria dos clientes é constituída de sacoleiros e que em Santa Cruz do Capibaribe, além dos sacoleiros, muitos lojistas também são compradores. Um dos confeccionistas cita:

A feira de Caruaru, hoje, o [comprador] é o da região, vem comprar duas peças, três peças, é um varejão. Em Santa Cruz do Capibaribe, eu tenho clientes que compram muito.

Observa-se, a partir desse depoimento, que o tipo de clientela de cada feira também possui características diferenciadas. Uma confeccionista de Santa Cruz do Capibaribe explicou que, mesmo Caruaru possuindo uma clientela maior de sacoleiros, o tipo de pagamento é à vista, em dinheiro. Para ela, essa forma de pagamento era melhor, pois os compradores, que utilizam cheques para comprar os seus produtos, em Santa Cruz do Capibaribe, davam muitos calotes, por isso passou a comercializar somente em Caruaru.

Essa forma de comercialização que predomina indica que os mercados periódicos das feiras livres continuam sendo os principais espaços de comercialização, para a maioria dos pequenos confeccionistas da sub-região. E que esses territórios de comercialização também possuem problemas que poderiam ser minimizados com a intervenção planejada dos poderes públicos locais.

Verificou-se, portanto, que aqueles possuidores de maior poder de propriedade, como

também de organização, encontram outras formas de comercialização para as suas mercadorias. E é nesse segmento que o poder público tem investido mais, pois tem recebido mais pressão desses setores.

A dificuldade de organização para pressionar o poder público coletivamente leva a maioria dos pequenos confeccionistas a se fragilizarem e a não terem suas demandas atendidas, sendo essa uma consequência da individualização imposta pela racionalização capitalista, que favorece aos grupos mais privilegiados economicamente, conseguirem se organizar e fazer pressão aos poderes públicos.

Embora que, as contra-racionalidades permaneçam e alguns segmentos, entre eles a AFEST, tentem romper com essa lógica, conseguindo se mobilizar contrariamente à racionalidade imposta.

Quanto ao indicador “Nível de organização”, identificou-se que 05 dos confeccionistas entrevistados são associados às associações locais de entidades de classe. Entre eles 04 pertencem ao grupo de confeccionistas que só vendem para lojistas, 01 subcontrata toda a produção e possui loja no “Parque das Feiras”, em Toritama. Ou seja, esses confeccionistas fazem parte do grupo de empresários, com maior poder econômico, na sub-região.

Entre os 25 confeccionistas que não estão associados a nenhuma entidade de classe, 07 justificaram o não envolvimento. Um confeccionista justificou essa não associação da seguinte forma:

Já fui associado à ASCAP, mas saí. A ASCAP tem mensalidade igual pra todos. Em feiras de moda, os menores não têm condições de bancar custos.

Entre os outros 06, que se justificaram, 03 disseram não conhecer essas associações; um disse não haver união na entidade de seu município e outro relatou que nunca lhe deu vontade de se associar. O último citou:

Não sou associado, porque não me identifiquei com o pessoal.

Esse depoimento reforça o fato dos membros dessas associações possuírem um nível socioeconômico mais homogêneo, diferenciando-se do restante dos empresários locais.

Embora o percentual de, aproximadamente, 17% dos confeccionistas entrevistados, terem se identificado como associados às entidades de classe, esse foi um percentual significativo para uma região onde não existe a cultura de associativismo. Percebe-se que aqueles envolvidos com essas entidades possuem uma situação privilegiada economicamente em relação aos outros entrevistados. Como também para o aglomerado produtivo, na sua totalidade, esses percentuais de associados são insignificantes, como já foi relatado anteriormente, sobre a quantidade de sócios de cada entidade representativa municipal.

Esse nível de organização identifica que as associações locais de confeccionistas se originaram de segmentos que se destacavam quanto ao poder de propriedade e que esses grupos se mantêm no poder de comando das entidades. Como também, a maioria dos pequenos confeccionistas continua alheia a esse tipo de organização, agindo, apenas individualmente, nas atividades produtivas e comerciais.

O indicador “Nível de articulação com o poder público” trouxe alguns dados que retomam a atuação das entidades associativas, ou seja, dos 05 entrevistados que citou ter alguma articulação com o poder público, dois enfatizaram que isso aconteceu através da ACIT ou ASCAP, pois fazem parte dessas entidades. Um citou:

Tudo é na ACIT, que a gente se junta e reivindica.

Outro confeccionista disse:

Governo do Estado apóia a Rodada de Negócios, em Caruaru, e a gente tá participando.

Nesse caso, o apoio governamental é para o evento e o confeccionista se sentiu contemplado. Outras duas confeccionistas citaram ter conseguido empréstimos em bancos públicos. Uma relatou:

A gente fez [o empréstimo] quando foi comprar as máquinas da lavanderia, no Banco do Brasil.

E a outra confeccionista disse:

Iniciei com empréstimo da UNO, através do BANDEPE, na década de 80.

A União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações (UNO) atuou em Pernambuco, na década de 1980, mas não atua mais. E o Banco do Estado de Pernambuco (BANDEPE) também foi privatizado. A primeira confeccionista conseguiu o empréstimo em banco público por ter empresa formalizada e a segunda era funcionária da UNO, o que a favoreceu para adquirir o empréstimo.

Os 25 entrevistados restantes demonstraram nunca ter havido apoio algum do poder público às atividades do aglomerado produtivo. Uma confeccionista citou:

Já tentei financiamento no Banco do Nordeste, mas a burocracia foi tão grande que eu desisti.

Todos os outros entrevistados disseram que encaminharam seus negócios com recursos próprios e nunca tiveram nenhuma articulação com o poder público. Esses depoimentos enfatizam que a formação espontânea do aglomerado foi se ampliando, sem planejamento e com pouca participação dos governantes.

Esse nível de articulação indica que o poder público tem se envolvido, principalmente,

com os setores organizados ou economicamente mais favorecidos do aglomerado produtivo, como já foi citado anteriormente. E que a maioria dos pequenos confeccionistas, aqueles que mais precisam da atuação dos segmentos governamentais, têm ficado à margem desse processo.

Conforme o indicador “Nível de articulação com outros segmentos”, 05 entrevistados citaram o SEBRAE como entidade que se articulavam; 02 a AFEST e 02 partidos políticos. O SENAI, CDL, SINDIVEST e consultoria privada, foram citados apenas uma vez, cada um. A AFEST e o SENAI foram citados por confeccionistas que produzem para revender em feiras e as outras entidades foram citadas por confeccionistas que produzem para lojistas. Novamente, verificou-se que os mesmos grupos sociais possuem articulações semelhantes com outros segmentos da esfera privada.

Esse nível de articulação com outros segmentos da esfera privada indica, novamente, as origens dos que compõem as entidades, porque as entidades que se articulam com os feirantes, SENAI e AFEST, são exatamente aquelas que preparam mão-de-obra, ou defendem os interesses dos próprios feirantes. No entanto, SEBRAE, SINDIVEST e CDL estarão articulados com aqueles mais organizados do aglomerado produtivo.

As relações socioespaciais que se estabelecem no aglomerado passaram a se modificar, principalmente, nos últimos dez anos. Entidades novas que não participavam antes, surgem no cenário do aglomerado produtivo. Grupos passam a se organizar em entidades associativas, mesmo que de forma a contemplar, ainda, poucos confeccionistas e condições econômicas diferenciadas. Será visto mais sobre o papel efetivo desses atores coletivos em páginas posteriores deste capítulo.

Além disso, tem sido surpreendente o processo de ampliação de facções maiores no aglomerado produtivo. Não se aprofundou quantitativamente sobre esse aspecto, entendendo que isso pode acontecer em estudos posteriores. Foi identificado que, no passado, também havia subcontratação, porém através de costureiras independentes. E, que, atualmente, as facções que se especializam em determinado aspecto da produção, já citados neste texto, e que possuem funcionários internos, estão aumentando muito.

Significa dizer que o processo produtivo flexível, com a subcontratação de outros espaços da produção de confecções com melhor qualidade, passa a exigir territórios subcontratados capazes de apresentar produtos com um nível de exigência maior que os do passado, onde as costureiras independentes não podiam oferecer esse mesmo padrão de qualidade.

A oportunidade de encontrar ex-fabricantes que faliram, com experiência na produção

e maquinaria disponível, favorece àqueles que possuem o poder econômico e uma clientela mais consolidada a subcontratá-los; bem como, ex-funcionários de fabricos ou fábricas, montarem suas facções e terem trabalho mais lucrativo, do que quando estavam nos estabelecimentos de seus ex-patrões, até porque também passam a explorar outros trabalhadores.

4.2.1.2 Os faccionistas

No processo de desenvolvimento do aglomerado, esses atores complementam as etapas da produção dos confeccionistas independentes, dos fabricos ou fábricas.

Entre os 06 faccionistas entrevistados, 04 localizam-se em áreas rurais, sendo 02 de Caruaru, 01 de Riacho das Almas e 01 de Santa Cruz do Capibaribe. Desses, 05 produzem confecções com *jeans* e 01 com viscolycra. Os produtores com *jeans* localizam-se em Caruaru e Riacho das Almas e o produtor com viscolycra em Santa Cruz do Capibaribe.

Segundo o indicador “Formas de contratação”, identificou-se que os faccionistas contratam seus funcionários como diaristas ou por produção das peças, conforme o depoimento da filha de uma delas:

Minha mãe ganha por peça, então ela paga a diária pra ver se tem algum lucro tirando da mão-de-obra da costureira.

Essa entrevistada declarou ainda que a diária das costureiras custa entre R\$ 10,00 e R\$ 20,00, de acordo com a sua agilidade na produção. Elas não recebem pelos dias não trabalhados. Esse fato demonstra o processo de extração da mais-valia dessas costureiras efetuado, pela faccionista. À medida que, ela recebe como pagamento pelas peças produzidas, repassa para as costureiras apenas uma parte do valor e o seu lucro reside exatamente na exploração da mão-de-obra que utiliza.

Quanto ao indicador “Nível de organização”, nenhum faccionista é associado à entidade de classe. Em relação ao “Nível de articulação com o poder público”, citaram nunca ter havido qualquer envolvimento com os poderes públicos. Os dados refletem a própria situação de informalidade e clandestinidades dessas micro-empresas.

O nível de organização indica que esses segmentos fazem parte dos setores menos favorecidos do aglomerado produtivo, podendo também ser considerados como trabalhadores dentro do processo produtivo, porém fazem parte de um setor intermediário, que fiscaliza a qualidade das confecções e repassa os pagamentos pelos trabalhos prestados. Além disso, não são organizados e nem possuem articulação com os poderes públicos, fazendo parte dos

setores que agem de forma mais individualizada e fragilizada, pois nos períodos sazonais desfavoráveis fecham as portas e ficam sem trabalho.

Conforme o indicador “Nível de articulação com outros segmentos”, apenas o SENAI foi citado como entidade utilizada por uma das faccionistas para fazer curso de costureira. Ela relatou que havia trabalhado antes como costureira independente e também como funcionária de fabrico, sendo assalariada. Na nova função possui duas pessoas trabalhando para ela, como diaristas e cita:

[...] só em um fabrico eu trabalhei cinco anos encarrilhados, sem parar. Eu fazia serão, trabalhava o sábado também, é tudo hora extra. Agora, que trabalhar em casa é melhor, a gente ganha mais. O salário que a gente ganha dentro de um mês, a gente ganha em uma semana em casa. Eu pago aos meninos do que eu ganho.[...]

Novamente, é a extração da mais-valia que garante a essa faccionista ganhar mais que no fabrico. Naquele local também era explorada, então para ela é normal, atualmente, também poder ganhar mais.

A maquinaria tem uma importância diferenciada conforme os tipos de facções existentes, bem como para os confeccionistas, enquanto sistema técnico importante para a produção. Por isso será relatada a diferenciação de preços de alguns tipos de máquinas. As mais utilizadas e as mais baratas são as de costura reta que custam em torno de R\$ 700,00; a interloque custa em torno de R\$1500,00; a máquina para travetar custa R\$ 5500,00 e a de casear-de-olho R\$ 8500,00; conforme depoimentos dos próprios produtores.

Uma faccionista da área rural de Riacho das Almas relata:

Eu não tenho todo tipo de máquina, nós emendamos os pedaços... Porque, em torno de preços, as outras máquinas são muito caras... Na zona rural, só tem esse tipo de trabalho, de emendar as peças.

O aspecto do tipo de maquinofatura utilizado reflete o nível social do conjunto (os faccionistas) com menor poder aquisitivo da zona rural que possui menos condições financeiras para aquisição das máquinas. Também demonstra a forma de relacionamento com a subcontratação da produção de confecções, na área geográfica, porque as facções das áreas rurais, muitas vezes, são pertencentes aos trabalhadores com menor poder de propriedade e por isso subcontratam os trabalhos com preços mais baixos.

A partir dos fatos relatados foi identificado que as técnicas possuem características diferenciadas na sua utilização, conforme o poder de propriedade dos produtores de confecções. Concorde-se com Santos (1999, p. 48) quando ele cita que as:

Técnicas induzem certo desempenho em função da utilização de um certo capital de giro, uma certa quantidade e qualidade de mão-de-obra, uma certa quantidade de energia. Assim, a idade dos instrumentos de trabalho tem implicações com o resto

da economia (em virtude das possibilidades concretas de relações) e com o emprego (em virtude da possibilidade concreta de postos de trabalho). Como essas relações presidem à hierarquia entre lugares produtivos, as possibilidades de expansão ou de estancamento diferem para cada lugar.

Ou seja, as condições materiais existentes em cada território da produção definirão também o seu papel no sistema de relações produtivas existentes dentro do aglomerado de micro e pequenas indústrias de confecções do Agreste pernambucano. E essas inter-relações diferenciarão o conjunto dos atores sociais que participam do acontecer hierárquico da sub-região.

Analisando ainda a área rural de Caruaru, identificou-se uma facção que possuía todas as máquinas, capaz de deixar uma peça de *jeans* totalmente pronta. Nesse caso, a ex-patroa da faccionista lhe ofereceu as máquinas de sua fábrica, parcelando o pagamento. A faccionista possuía 12 pessoas trabalhando para ela e já havia pago todas essas máquinas a antiga patroa. Porém, a ex-patroa exigia que a faccionista só trabalhasse para ela. Essa forma de subserviência da faccionista com a empresária de Toritama, demonstra a relação de poder existente no processo de subcontratação na produção de confecções. Além disso, a empresária de Toritama confeccionava produtos das classes A e B, para compradores do Sudeste, com uma tiragem constante, durante todo o ano. A maquinaria utilizada pela faccionista possuía uma diversidade, que garantia um nível de qualidade das confecções, onde a empresária teria dificuldade de encontrar em outras facções. Além disso, a faccionista funcionava também como uma supervisora para o controle de qualidade dos produtos.

Nessa inter-relação entre confeccionista e faccionista, a empresária tem produção externa, com a vantagem de ser conforme os padrões de sua empresa. Afinal, ela foi sua funcionária e conhecia bem o trabalho da produção de confecções. Desse modo, não haveria preocupação com a questão de fiscalização em relação a esse grupo de trabalhadores que atua em outro território, que não é o da sua fábrica.

Outra faccionista da área urbana de Caruaru enfoca sobre o trabalho das costureiras nas máquinas de sua facção:

Tem uma que trabalha na máquina reta, outra na interloque, outra na máquina de cócs, e outra trabalha na máquina de duas agulhas.

Esse processo demonstra a divisão do trabalho dentro da facção. Nesse caso, as costureiras terão que ser mais qualificadas para lidar com máquinas diferentes. Mas são as máquinas para travetar (pequenas costuras que reforçam as extremidades de bolsos, riatas etc) e casear-de-olho que fazem trabalhos mais caros na subcontratação da produção de confecções, como também exigem profissionais mais qualificados. Aqueles que são

assalariados chegam a ganhar R\$ 30,00 a mais que (o)a costureiro(a) da máquina comum, que recebe em torno de R\$ 520,00 ao mês, conforme observação no trabalho de campo.

O (a) travetador (a) pode receber por peças R\$ 0,16 e fazer até 7000 travetes por mês. A forma de contratação é através de percentual do valor recebido pelo faccionista. Por exemplo, o travetador recebe 35% do valor da peça e o caseado quadrado 20% do que foi acordado entre faccionista e confeccionista.

A divisão do trabalho na confecção das peças de vestuário e a forma de contratação possuem diferenciações conforme os tipos de facções ou fabricos existentes no aglomerado produtivo do Agreste pernambucano, modificando as inter-relações existentes, a partir da produção flexível.

Significa dizer que, a divisão social do trabalho também tem características diferenciadas, conforme o poder de propriedade dos atores envolvidos no processo produtivo e que as condições financeiras, dentro da racionalidade capitalista, favorecerão a organização da hierarquia socioespacial existente no aglomerado de micro e pequenas indústrias de confecções do Agreste pernambucano.

4.2.1.3 Atores dos setores de beneficiamento, lavanderia e bordados.

No processo de desenvolvimento do aglomerado, esses atores se envolvem com atividades complementares, entre os quais se acha o beneficiamento das peças, consolidando os sistemas de objetos e ações do aglomerado. Um produtor que é subcontratado para o setor de beneficiamento relata:

[...] eu pego a peça e ela tem vários acabamentos, como por exemplo o puído, que são aqueles rasgadinhos na peça, aqueles bigodinhos que se cria na peça, a gente faz o trabalho também com o lixado, pinado (que é a colocação dos pinos). Você vê aqui uma peça toda detalhada com vários beneficiamentos [...]

Os trabalhos citados são feitos nas lavanderias. No entanto, atualmente, esse tipo de trabalho também está acontecendo em outros locais de beneficiamento, porque para os proprietários de lavanderias, as atividades mais lucrativas, com uso de tecnologia avançada e com menor quantidade de trabalhadores foram mantidas. Entretanto, aquelas que demandavam mão-de-obra intensiva, passaram a ser subcontratadas.

O produtor também cita:

Daqui ela vai pra lavanderia e depois ela volta pra cá, pra que a gente faça outro... acabamento com produtos químicos [...]

Nesse relato identificou-se que a divisão socioterritorial do trabalho cada vez se

amplia mais na sub-região, trazendo novas relações entre os territórios produtivos.

Entre os entrevistados do setor de beneficiamento foi constatado que um proprietário de lavanderia possui máquinas para bordados industriais em outro local de sua empresa e também subcontrata esse trabalho. Esse ex-confeccionista deixou de produzir e passou a trabalhar com beneficiamentos das peças de *jeans*, mas também revende para compradores antigos repassando peças de outros produtores.

Conforme o indicador “formas de contratação” esses entrevistados expuseram que possuíam funcionários assalariados, pagos semanalmente, bem como uns que ganhavam conforme as peças trabalhadas. Nenhum dos dois possui algum “nível de organização” com entidades de classes, ou já teve qualquer “articulação com o poder público” em prol do processo produtivo de confecções.

No tocante à “maquinaria” um entrevistado relatou:

Eu fui [a] uma feira, em São Paulo, que teve, de máquinas, então lá tinham umas máquinas [para bordado industrial] que estavam representando, que vieram do Japão. Então, fiz negócio em uma maquininha pequena, de quatro cabeças e hoje, felizmente, eu tenho duas máquinas de oito, tenho uma de seis e tenho uma de quinze cabeças que bordam.

A exposição demonstra o investimento em máquinas industriais feito por um microempresário que subcontrata os seus trabalhos para outros confeccionistas. As máquinas são de alta tecnologia, necessitando de pouquíssimos funcionários para manuseá-las. Conforme o poder financeiro de cada ator, o produtor poderá atender a clientes diferenciados do aglomerado produtivo de confecções.

Em relação às máquinas da lavanderia, que também possuíam preços bastante elevados, na década de 1980, a opção foi confeccioná-las na própria região, conforme descreveu:

[...] até a gente começar, foi a gente comprando inox, comprando as peças todas e a gente fazendo por aqui mesmo.

Naquele período, a lavanderia atendia o seu próprio fabrico. Atualmente, atende a fabricos de terceiros. Hoje, já existem também representantes de empresas que vendem essas máquinas das lavanderias, por preços mais acessíveis, na sub-região, sendo financiadas.

Esses relatos demonstram que a maquinaria passou a ter um papel importante no desenvolvimento do aglomerado produtivo de confecções. E conforme o poder de propriedade dela, aqueles que subcontratam ou são subcontratados, os domínios dos territórios da produção, terão proporções diferenciadas. A propriedade dos meios de produção continua sendo fundamental nas relações produtivas da área.

Os atores sociais diferenciados vão formar uma pirâmide social, que se articula através

dos espaços da produção. Serão mostradas estas inter-relações socioespaciais a partir da figura 21, a seguir:

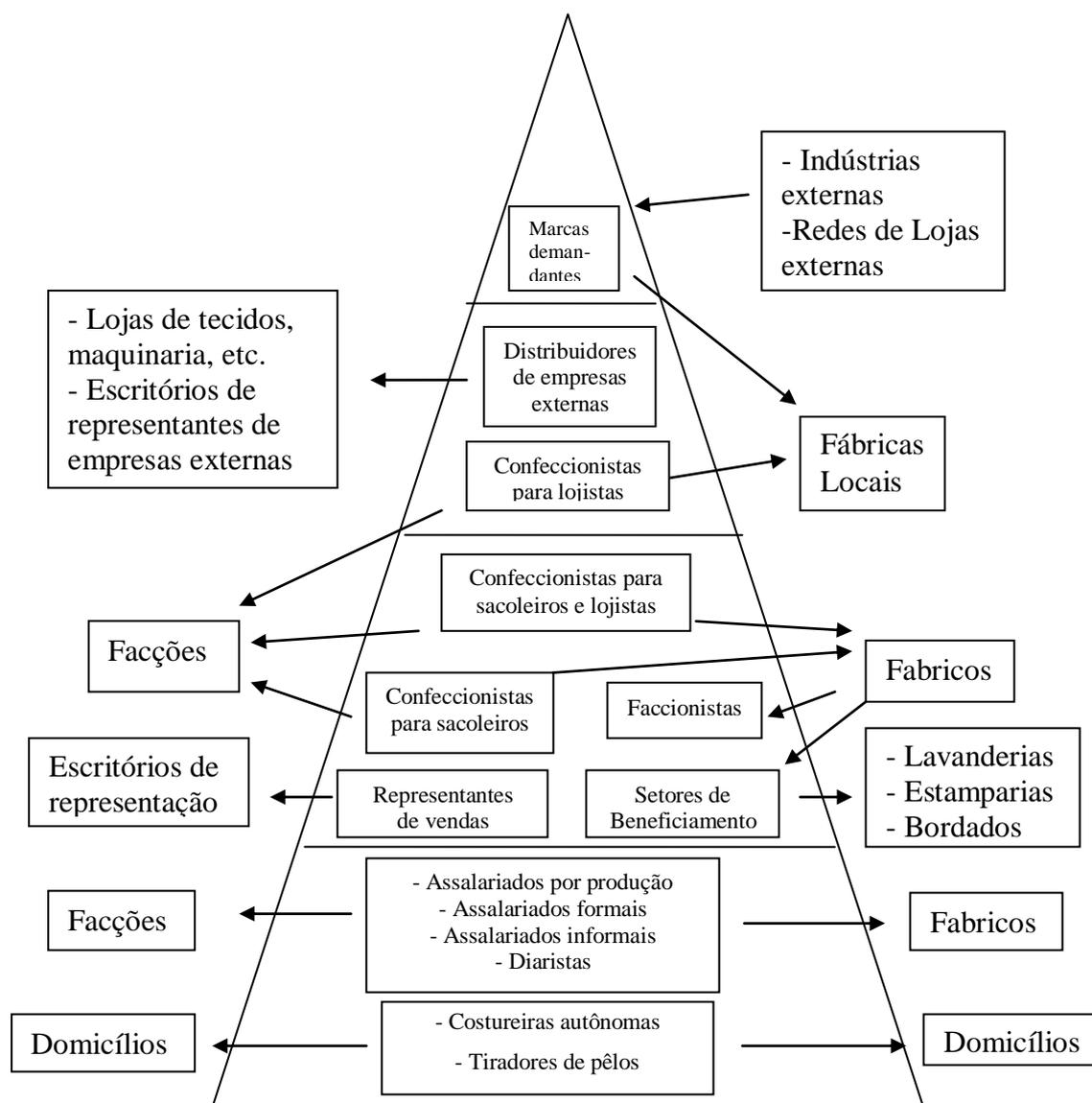


Figura 21: Pirâmide socioespacial dos atores do aglomerado produtivo de confecções de Pernambuco
Fonte: LIRA, 2007- 2009.

Conforme a pirâmide e de acordo com o porte das facções ou fabricos, essas unidades de produção podem estar localizadas em domicílios, os chamados estabelecimentos em fundo-de-quintal. É aí onde, na base da pirâmide social, encontram-se os trabalhadores que podem ser contratados, em espaços domiciliares, ou nos espaços internos das facções, dos fabricos ou das fábricas. Nesse grupo, os atores mais pobres do aglomerado em tela, aqueles que mais necessitam das intervenções das políticas públicas são os menos contemplados com os

benefícios do crescimento econômico local.

No segundo grupo, localizam-se os proprietários de territórios produtivos menores, conhecidos como fabricos, referindo-se aos confeccionistas que distribuem a sua produção apenas para sacoleiros, ou mesclam o atendimento aos sacoleiros e lojistas. Ao mesmo tempo, esses podem contratar funcionários internos ou subcontratar a produção através dos donos de facções ou dos trabalhadores domiciliares. Como também podem subcontratar os donos dos locais de beneficiamentos tais como: lavanderias, estamparias, bordados etc. Além disso, parte desses confeccionistas também subcontrata os donos de escritórios de representação para distribuir as mercadorias. Verifica-se que, nesse grupo, estão aqueles atores que possuem algum poder de propriedade, mas que muitas vezes trabalham ao lado dos funcionários contratados.

No terceiro grupo, destacam-se os proprietários de fábricas maiores que, em sua maioria, produzem confecções de melhor qualidade, distribuindo-as para lojistas. Esses possuem funcionários internos e subcontratam outros externamente, como as facções ou os setores de beneficiamento, mas em alguns casos possuem suas próprias lavanderias e também utilizam os serviços dos representantes de vendas. Trata-se do grupo com maior poder econômico no conjunto dos atores locais e que, em sua maioria, possuem poder da organização.

Junto a esse grupo existem atores que distribuem a matéria-prima necessária à produção, através das lojas de tecidos, de máquinas etc., pois foi identificado que muitos desses distribuidores são ex-confeccionistas ou mantêm as duas atividades ao mesmo tempo. Além desses, encontram-se os representantes locais de empresas externas como os de produtos químicos para lavanderias.

No quarto grupo, foi dada ênfase às empresas externas que utilizam os territórios da produção do aglomerado de micro e pequenas indústrias do Agreste pernambucano, para produzirem as suas marcas. Localizam-se nesse grupo, aqueles que pertencem à hierarquia mais alta entre os atores que utilizam os espaços produtivos. E mesmo entendendo que, no grupo anterior, também são encontradas empresas externas de grande porte, nesse caso foram os distribuidores citados, como atores locais. E no enfoque às marcas demandadas, destacam-se os atores locais que são utilizados para reproduzir essas marcas.

A produção flexível e a precarização das relações de trabalho, têm favorecido a realização de interesses de grupos externos ao aglomerado, aproximando-os daquele espaço para buscarem maiores lucros através da estrutura produtiva existente. Entre os grupos externos e os internos, emanar-se-ão relações de poder as mais diversas, tendo o poder de

propriedade como carro-chefe dessas inter-relações.

Entre os atores com maior poder econômico, observa-se que o poder pecuniário de contratar e pagar, será utilizado sobre os que não possuem os meios de produção e os que possuem maquinaria menos avançada tecnologicamente. Por isso, esses atores são submetidos a subcontratações sob as formas mais precárias. Por exemplo, um tirador de pêlos recebe por cada peça R\$ 0,10. Num dia ele consegue trabalhar em torno de 70 peças. Se ele trabalhar os trinta dias do mês, sem folgas, receberá, em torno de R\$ 210,00, o que equivale a menos de meio salário-mínimo brasileiro, na atualidade.

As costureiras autônomas chegam a receber em torno de um salário mínimo, porém precisam trabalhar com jornadas excessivas para ganhar esse valor na produtividade. Esses casos demonstram que aqueles que estão na base da pirâmide e, principalmente, trabalham nos domicílios, recebem os menores salários e não são considerados funcionários de quem os subcontratam.

Os funcionários que trabalham em fábricas ou fabricos possuem também diferenciações salariais. Os menos qualificados podem ser contratados como diaristas. Os funcionários podem receber em torno de R\$ 20,00 por dia para fazerem serviços diversos como colocar botões, embalar etc. Como também costureiras iniciantes, que não possuem prática, com baixa produtividade, podem ganhar R\$ 10,00 pela diária de seus serviços. Para ganhar mais, teriam que fazer serões, trabalhar aos sábados etc.

Funcionários assalariados podem receber o salário-mínimo ou o garantido nas convenções trabalhistas do vestuário. Os que são formalizados poderão ter também os direitos trabalhistas regularizados, mas, a maioria trabalha na informalidade.

Entre os facionistas também existem diferenciações, conforme as máquinas que possuem e os clientes que atendem. Aqueles, com máquinas mais especializadas, cobrarão mais caro pelos trabalhos, ou seja, o uso da técnica com melhor tecnologia trará mais lucratividade ao seu proprietário. Aqueles que fabricam para feirantes, têm dificuldades de produção com mais frequência, porque os mercados periódicos têm compradores que os procuram com menor frequência. Os que confeccionam para clientes externos, com pedidos frequentes, possuem uma produtividade mais constante, porque pertencem aos proprietários de redes de lojas que necessitam ser abastecidos periodicamente.

Os confeccionistas mais organizados economicamente, mesmo sendo afetados pela sazonalidade, têm condições financeiras de obter capital para os períodos de vendas mais baixas, embora tenham que diminuir as subcontratações. E organizam excursões, nestes períodos, para ampliação de mercados e conhecimentos dos novos estilos da moda,

garantindo-lhes melhores condições de concorrência com as novas coleções produzidas.

Identificou-se que são os setores contratados temporariamente que mais sofrem com a sazonalidade, não possuindo articulações e condições de diminuir os seus prejuízos. Destarte, o poder econômico e o poder de organização favorecerá aqueles que estão mais próximos do topo da pirâmide socioespacial.

O conjunto das ações, dos atores individuais da esfera privada, contribui para uso racional do território, à medida em que eles são utilizados conforme os interesses da lucratividade. Essa racionalidade é encontrada também na aquisição da mão-de-obra, tanto quando os trabalhadores são buscados em locais mais distantes e se sujeitam a salários mais baixos, quanto na subcontratação de territórios diversos para a produção cada vez mais fragmentada. Sendo assim, as relações se modificam funcional e territorialmente, pois antigos fabricos tornam-se facções e novos setores de beneficiamento surgem a partir da fragmentação dos trabalhos das lavanderias.

Além disso, os atores com menor poder de propriedade buscam se enquadrar dentro do aglomerado produtivo, utilizando-se ainda do trabalho das costureiras independentes, nos próprios domicílios, e escoar suas mercadorias nos mercados periódicos, através das feiras.

Os atores, contudo, com maior poder de propriedade, utilizam-se das fábricas e de facções para a produção de suas mercadorias, e passam a atuar no mercado de forma mais ativa buscando novos espaços para o escoamento de mercadorias.

Todos esses atores contribuem para a produção racional do território, favorecendo o desenvolvimento capitalista desigual do aglomerado de micro e pequenas indústrias de confecções do Agreste pernambucano. A fragmentação e a integração flexível tem sido essencial para o próprio crescimento do aglomerado segundo as intenções das classes dominantes.

A seguir, será apresentado um diagrama, através da figura 22, que traz uma síntese da análise das entrevistas efetuadas com os atores individuais da esfera privada em suas relações.

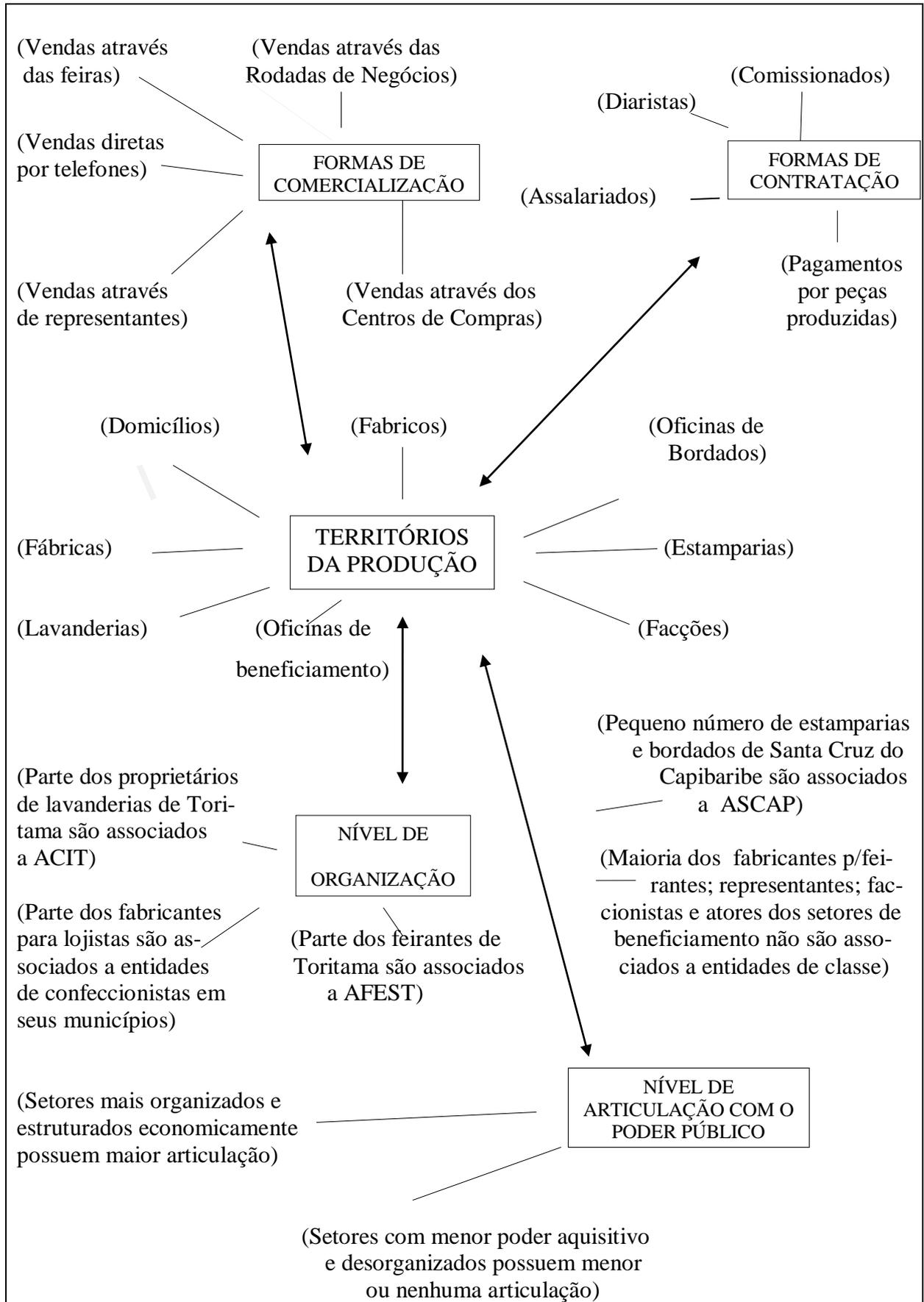


Figura 22: Síntese da análise das entrevistas dos atores individuais da esfera privada e suas relações.
 Fonte: LIRA, 2007-2009.

4.2.2 Atores coletivos da esfera privada

Os atores coletivos da esfera privada, entrevistados, foram contemplados entre aqueles ligados às entidades de classes e ao Sistema “S” que possuem uma atuação mais direta no desenvolvimento do aglomerado de micro e pequenas indústrias de confecções do Agreste de Pernambuco.

Entre as 09 entidades constituídas, 05 são organizadas como entidades de classe de agentes locais. Entre elas: ACIC, ACIT, ASCAP, AFEST e Associação dos Lojistas do Parque das Feiras em Toritama. Outra entidade de classe atuante no aglomerado, porém de abrangência estadual foi o SINDIVEST, além da federação da qual é filiada, a FIEPE. Foram entrevistados também representantes do SEBRAE e do SENAI em Caruaru.

As três associações comerciais e industriais possuem características diferenciadas quanto ao tempo de fundação e à forma como foram organizadas. A ACIC, embora mais antiga, em Caruaru, possui uma Câmara da Moda que foi organizada, no final de 2004, por proposta do SEBRAE. Atualmente, essa câmara está se reestruturando e dividindo os membros filiados em quatro segmentos: APL-Moda, Profissionais da Moda, Pólo Comercial de Caruaru e Parque 18 de Maio. Essa nova estruturação da ACIC demonstra como os grupos que participam da entidade possuem segmentos diversificados, ligados às confecções, que atuam dentro da Câmara da Moda e são caracterizados, inclusive, quanto à atuação nos territórios de comercialização (“Pólo Comercial” e “Parque 18 de Maio” são importantes territórios de comercialização na área).

A ASCAP, de Santa Cruz do Capibaribe, fundada em 1993, foi organizada a partir das necessidades dos confeccionistas locais, abrigando empresas filiadas, oriundas também de Pão-de-Açúcar (Taquaritinga do Norte), Belo Jardim e Surubim, demonstrando a força do setor de comercialização em Santa Cruz do Capibaribe. Com a participação de confeccionistas também de outros municípios, ampliou-se a base territorial de atuação da ASCAP. Ademais, além dos confeccionistas proprietários das indústrias, também se encontram nela representantes dos setores de estamparias, bordados e lojistas de maquinários.

A ACIT surgiu em 2004, com participação majoritária, na época, de proprietários de lavanderias. Conforme um dos dirigentes desta entidade:

O Ministério Público Estadual começou a pressionar as lavanderias, na questão do meio ambiente, e já havia empresários interessados em melhorar essa situação. [...] Então, nós criamos a ACIT, no intuito de nos defendermos, diante das dificuldades [...] a associação tinha a cara dos proprietários de lavanderias [...] hoje, nós temos todas as lavanderias com o tratamento da água, dentro dos parâmetros da lei.

A fundação da ACIT aconteceu em Toritama, a partir da organização dos proprietários de lavanderias, para se contrapor à intervenção do Ministério Público no município. Atualmente a sua composição é mais diversificada, possuindo também proprietários das indústrias locais bem como proprietários de restaurantes.

Conforme o indicador “Nível de articulação com o poder público”, foi constatado que as três instituições têm se articulado a nível estadual e federal para melhorar a infra-estrutura da sub-região e têm conseguido conquistas nesse sentido, através do seu poder de organização. O dirigente da ACIT cita:

A questão do peso político na hora de cobrar. Porque uma coisa é eu ir cobrar sozinho e outra coisa é o presidente da ACIT, o presidente da ACIC e o presidente da ASCAP. Por trás de nós tem um grupo de empresários. Nenhuma autoridade cometeria o pecado de deixar de nos ouvir, na hora de cobrarmos qualquer coisa que seja do nosso interesse e do interesse de nossa região.

Entre os pleitos citados através da articulação coletiva das três entidades, acatados pelo poder público, encontra-se a “duplicação da BR 104” que favorecerá aos fluxos produtivos e comerciais dos três municípios e à melhoria do atendimento de água através da COMPESA. Uma das entidades cita também, sobre as instituições de crédito:

Nós temos como parceiros [...] o Banco do Brasil, a CAIXA e o BNB, e tem linhas de crédito sobrando e está faltando pessoas para ir lá. E depois eles dizem que é porque o governo não ajuda [...] Faça sua parte, se formalize [...]

Articular as linhas de crédito à formalização demonstra que as associações possuem em seus quadros as empresas mais organizadas e formalizadas. E que os confeccionistas que possuem dificuldades para terem acesso ao crédito são aqueles que se encontram na informalidade, que são 90% das empresas restantes (FADE/UFPE, 2003).

Conforme o “Nível de articulação com outros segmentos”, o SEBRAE foi citado pelas três entidades e também pela Associação do Parque das Feiras de Toritama, principalmente na realização da “Rodada de Negócios”¹³, uma ação dos empresários locais que será analisada posteriormente. Outro evento destacado pelas entidades na articulação coletiva é o “Festival do Jeans”, realizado anualmente em Toritama. O SINDIVEST, a FIEPE e o SENAI também são enfatizados como parceiros.

As entidades de classe dos confeccionistas possuem uma articulação privilegiada em relação aos órgãos públicos, inclusive com os setores ligados ao financiamento. Significa dizer que esses segmentos coletivos possuem condições de se desenvolver com menos

¹³ A “Rodada de Negócios” faz parte do evento “Pernambuco Fashion” que promove a comercialização dos produtos de confecções.

fragilidade em relação ao mercado, enfrentando melhor os momentos de crise de forma planejada e com apoios, inclusive governamentais.

Em relação ao indicador “Formas de Contratação” um dos dirigentes relata:

A gente tem que faturar, porque a gente vive disso [...] a gente identifica quem está com a capacidade ociosa que pode atender fulano, que está querendo tantas peças. A gente identifica quem são as pessoas que terceirizam, a gente procura... Nós temos membros, [...] que não tem uma máquina, mas tem uma marca. E produz e vende.

Nesse caso, o poder da organização favoreceu também ao poder compensatório, pois, aqueles que necessitarem do pagamento em dinheiro pelos seus serviços, estarão subordinados aos que possuírem a forma de compensá-los. Como também, a organização coletiva facilitará, inclusive, a articulação entre os próprios membros para a subcontratação.

A Associação dos Lojistas do Parque das Feiras em Toritama surgiu em 2003, após a construção desse empreendimento, conforme depoimento de um dos seus dirigentes:

Quando nós vimos que haveria uma necessidade que o lojista tivesse um associativismo maior em prol do empreendimento daqui, e nós temos... na faixa de umas 600 lojas. Havia uma necessidade para que a gente pudesse divulgar, propagar, fazer todo tipo de mídia [...]

Essa entidade possui articulação com a ACIT, como também com a AFEST, ambas localizadas em Toritama. Como também, com as outras entidades que se articulam na sub-região através das associações comerciais e industriais. Em relação à articulação com o poder público a liderança do parque diz:

Nós estamos em negociação com o doutor Armando Monteiro Neto [presidente da Confederação Nacional da Indústria], juntamente com o Tonho do Pará [ex-deputado estadual] e agora nós estamos trazendo para cá escolas técnicas, SEBRAE...

O relato demonstra que mesmo sendo uma entidade ligada à comercialização das confecções, também está articulada com as entidades que se envolvem com a qualificação profissional, tanto dos setores da comercialização quanto da produção.

Por causa das disputas territoriais dos espaços mercadológicos entre o “Parque das Feiras” e a Feira Pública Local em Toritama, essa associação teve em períodos anteriores alguns conflitos com a Associação dos Feirantes. No entanto, conforme o próprio dirigente da AFEST:

No início teve alguma turbulência... Mas, aos poucos, foi criando essa visão que devemos trabalhar articuladamente.

O termo articuladamente não significa harmonioso, pois a disputa entre os segmentos dos dois espaços mercadológicos continua existindo. O que passou a se exercitar entre ambas, foi uma tolerância maior para garantir a sobrevivência dos dois setores de comercialização.

A AFEST foi formalmente constituída em 2002 e segundo um dos seus dirigentes

possuía o seguinte objetivo:

[...] foi uma forma de se organizar pra defender-se contra o poder econômico de alguns empresários aqui da cidade... O Parque das Feiras foi construído no intuito de dar melhor qualidade aos locais de vendas da cidade e a feira ficou em segundo plano. [...] Depois de duas inaugurações frustradas, então quiseram levar, de todo jeito, a feira para perto do Parque pra ver se dava uma levantada e isso aconteceu.

Os interesses econômicos moviam as ações dos empresários de Toritama, definindo a localização da Feira Pública. Havia, porém a preocupação por parte dos feirantes e também do Ministério Público de que houvesse intenção dos maiores comerciantes do Parque, de afastarem a Feira das proximidades desse empreendimento novamente. Por isso:

Após essa transferência, o promotor da época, o Dr. Sérgio Gadelha, ele previu que nós poderíamos ter problema com aqueles empresários de poder econômico grande. Como os sulanqueiros economicamente são inferiores, ele nos aconselhou a formar uma associação. [...] Entramos com várias ações na justiça contra algumas arbitrariedades que essas pessoas quiseram fazer e que nós, até hoje, conseguimos vencer.

Nesse caso, viu-se que o nível de articulação com o poder público, através da Promotoria Local, favoreceu a própria organização da entidade de classe. Como também, que a localização dos objetos mercadológicos, através da feira pública, estava sendo encaminhada através de uma disputa entre atores com poder econômico mais estruturado e atores menos abastados economicamente. Foi o poder de organização, no entanto, que favoreceu aos feirantes, além do apoio do Ministério Público.

Verificou-se que a “Normatização” sobre o espaço de comercialização garantiu aos comerciantes da Feira Pública poderem se manter no território localizado nas proximidades do Parque das Feiras. Conforme o depoimento do dirigente da AFEST:

O Ministério Público entrevi e foi feito um ajustamento de conduta, para transferir a feira para [aquele lugar e que ali] permanecesse, durante, pelo menos, 50 anos.

A reorganização da localização territorial dos objetos espaciais tornou-se uma consequência necessária da ação humana organizada. Foram estabelecidas também as regras para delimitação desse território, no decorrer do tempo.

A “Normatização”, nesse caso, estava a serviço da coletividade dos menos favorecidos economicamente. Nas suas relações com o poder público e privado, novas regras de convivência socioespacial foram necessárias. Sendo assim, um sistema mercantil com bases territoriais precisou ser delimitado.

Nas disputas pelos interesses econômicos, novos conflitos territoriais surgiram com o poder público municipal, porque no final de 2008, o prefeito derrotado naquele último pleito eleitoral, tentou transferir a feira do local, estabelecido anteriormente. Segundo o Presidente da AFEST:

[...] a 3ª etapa do Parque das Feiras, que foi construída, em 2004, que estava prevista para ter uma feira popular não teve grande êxito [...] Então, em 2006, houve rumores na cidade, de que o então prefeito Marcelo Andrade tinha adquirido as ações desta 3ª etapa e seria o seu proprietário. Então, ele [...] foi transferir toda a feira da sulanca para detrás dessa 3ª etapa, porque, obrigatoriamente, os clientes para irem à feira teriam que passar por dentro da 3ª etapa. [...] Havia claro e patente os interesses financeiros do prefeito em nome da municipalidade, os interesses pessoais dele. [...] Então, no final do seu mandato como prefeito ele quis tirar a feira.

O ex-prefeito, imbuído do poder institucional, tentou modificar a localização da Feira Pública, porque desejava que a terceira etapa do Parque das Feiras absorvesse os clientes dos feirantes. Mas, sofreu a reação da Associação dos Feirantes e da normatização, anteriormente, encaminhada. A ação dos sujeitos, organizados, atuou através da pressão no Poder Judiciário, como também o confronto direto junto aos atores enviados pelo ex-prefeito. O dirigente da AFEST relata:

[...] ele pra mostrar que era o todo poderoso da cidade, que quem mandava na cidade era ele, quis transferir na marra, a feira da sulanca. [...] Um amigo do prefeito contratou alguns seguranças... montaram plantão lá e disseram que não iam deixar ninguém colocar os bancos lá. Só que compareceram mais de 300 sulanqueiros e foi praticamente uma guerra que aconteceu lá. [...] esse amigo do prefeito... agrediu o vice-presidente da associação na hora de colocar os bancos e os sulanqueiros revidaram... Ele levou várias pancadas de pau, pedra, capacetes [...] E só não aconteceu uma desgraça devido a Araújo (segurança da Associação) ter intervindo por ele. Então, a feira funcionou normalmente.

Dessa forma, as relações socioespaciais entre Associação dos Feirantes e poder público municipal, em prol da localização da Feira Pública, esteve enviesada entre interesses coletivos e individuais. Atualmente, os conflitos cessaram e o atual prefeito garantiu não mexer na feira e só atuará se o DNIT necessitar da área para a duplicação da BR 104 que passará próxima ao local.

Porém, os representantes do Parque das Feiras e o poder público municipal já estiveram, anteriormente em conflito com o governo estadual. Isto aconteceu no ano de 2003, por causa de uma ação da Secretaria da Fazenda Estadual, que fechou várias lojas do Parque, por se encontrarem irregulares quanto à arrecadação tributária. O confronto aconteceu entre os empresários do Parque e os representantes do FISCO. Protestos com carreatas, barricadas fechando a BR-104, foram organizados pelos empresários e políticos locais para se contrapor à ação da Secretaria da Fazenda do Estado de Pernambuco. Dessa feita, o Governo Estadual recuou e os empresários lojistas buscaram regularizar seus negócios perante os órgãos estaduais, porém as indústrias mantiveram-se, em sua maioria, na informalidade.

Outra entidade coletiva da esfera privada, mas de abrangência estadual, que tem uma atuação significativa na sub-região do Agreste é o SINDVEST. O Nível de articulação dessa entidade com o poder público e com outros segmentos sociais faz parte de um planejamento

mais amplo, elaborado pela instituição. Conforme um dos seus dirigentes:

A gente fez um projeto que se chamou “Projeto de Desenvolvimento do Pólo de Confecções do Agreste”, isso foi no ano de 2002. Esse projeto envolvia: SENAI, SEBRAE, Governo do Estado, a Federação das indústrias, Secretaria de Ciência e Tecnologia e a ADDiper (Agência de Desenvolvimento).

O SINDIVEST também possui articulação com uma entidade alemã, a BFZ. Através dessa entidade foi desenvolvida uma tecnologia para fazer o tratamento dos efluentes das lavanderias. O município de Toritama foi utilizado como área piloto do projeto desta ação, através da Mamute, e a partir dela, outras lavanderias também passaram a utilizar a mesma tecnologia. Para essa ampliação, o Ministério Público foi fundamental, pois se tornou um ator constante na defesa da questão ambiental. Segundo o SINDIVEST:

Infelizmente, a iniciativa privada fez tudo o que tinha de fazer e o Estado não cumpriu a parte dele... No ano de 2005, a gente tinha 100% das lavanderias de Toritama formalizadas... com licença de funcionamento tirada no CPRH... E a gente conseguiu isso, porque houve a entrada de um novo agente... que foi o Ministério Público.

Esse depoimento enfatiza a ação dos proprietários de lavanderias que construíram os tanques para tratamento dos efluentes, como também adquiriram os equipamentos necessários, muitas vezes endividando-se. No entanto, os canais e as estações de tratamento externo, necessários para a conclusão dos tratamentos dos efluentes, não foram executados pelo poder público.

O SINDIVEST destacou que a pesquisa elaborada pela FADE/SEBRAE também necessitava de encaminhamentos posteriores que dependiam da presença do Estado. Essa entidade relata:

Então, foi feita uma pesquisa... Viu-se a quantidade de empregos que tinha, o volume de dinheiro que girava e a ignorância e ausência total do Estado e das instituições, que deviam conhecer aquilo ali e ninguém conhecia nada. [...] E a maior dificuldade é a ausência do Estado, porque não existem políticas públicas.

Esse relato traz, novamente, a crítica das entidades e dos atores locais em relação ao papel do Estado no processo de desenvolvimento do aglomerado produtivo. Mas, é demonstrado pelo SINDIVEST que, do ponto de vista da normatização, algumas ações foram executadas pela instância do poder público estadual, principalmente em relação às questões tributárias.

A gente conseguiu que ele editasse uma política fiscal específica para a indústria de confecção, onde ele reduziu os impostos pra que as empresas pudessem se formalizar e ter condições de competir com as empresas de outros estados que têm benefícios fiscais.

As medidas, de cunho econômico, foram tomadas pelo poder público a partir da própria mobilização das entidades coletivas, porém, na totalidade, não houve grande reflexo

para o aglomerado, haja vista a informalidade continuar com uma percentagem altíssima na sub-região.

Outra reflexão sobre a ação de normatização foi em relação à legislação federal para o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples), pois segundo o SINDIVEST, ela não favoreceu a indústria e apenas ao comércio:

O principal imposto que a gente paga na mercadoria, quando a gente consome, o que tem mais peso é o ICMS. Quando a gente compra uma roupa no shopping a gente tá pagando 17%. Então, como é que o simples atua. O comerciante quando vai vender paga 17% sobre o preço que ele está vendendo. Então, quando ele compra de uma empresa que não está inscrita no simples, ele recebe um crédito do valor dos 17% do ICMS sobre o produto. Quando ele vende ele desconta esses 17% que ele pagou quando comprou a mercadoria. Quando ele compra de uma empresa que está no simples, a empresa quando tira a nota para esse comerciante não passa crédito de ICMS, então essa micro-empresa não tem a menor chance de vender, a não ser que ela dê um desconto de 17%. As empresas que estão enquadradas no simples não transferem crédito. Esse é que é o problema grave do simples para a micro-empresa, que causou esse problema todo para a indústria, e não é só para a indústria de roupa é para todas as indústrias. Isso é uma coisa que precisa urgentemente ser revista.

A normatização precisa ser reformulada quanto ao “simples” para atender aos microempresários das indústrias, de modo geral; porque, há uma diferença entre os prestadores de serviços que são beneficiados pelo “simples” e os que trabalham como micro ou pequenas indústrias, como foi relatado pelo entrevistado.

A FIEPE, da qual o SINDIVEST também é associado, possui uma sede regional no município de Caruaru. Em relação ao Nível de articulação com o poder público, esta entidade ressaltou a participação da ADDIPER, como órgão estadual que fomenta o desenvolvimento para o aglomerado produtivo. Destacou também, o envolvimento com o governo municipal de Caruaru no tocante a um projeto específico para as lavanderias. Um dos dirigentes da FIEPE citou:

E, hoje, nós estamos com um pré-projeto para apresentar ao governo de Caruaru e poderemos criar o Distrito Industrial de Lavanderias, para que nesse distrito possa ser feito o tratamento desses resíduos sólidos e também dos efluentes em Caruaru. A FIEPE, juntamente com o SINDIVEST e o Ministério Público, vem liderando e apoiando essa sustentabilidade, para tornar o processo de lavagem um processo sadio, que não venha a agredir o meio ambiente.

Esse projeto seria realizado em parceria com a BFZ, a mesma empresa alemã que esteve presente no projeto de Toritama. Conforme a FIEPE, após a pressão do Ministério Público em Toritama, muitas lavanderias se deslocaram para Caruaru e, atualmente grande parte está fugindo para Riacho das Almas. Ou seja, as novas organizações territoriais das lavanderias estão acontecendo, principalmente, por conta das fiscalizações ocorridas na sub-região. Mas, na busca pela ampliação do capital, outras localizações estão sendo encontradas

pelos atores locais para burlar a fiscalização.

Na questão ambiental o SEBRAE tem contribuído para que os empresários da confecção modifiquem suas práticas, passando a agir em consonância com a legislação ambiental. A preocupação é justificada pela forma como esse fato tem atingido o mercado. Outros pólos de confecções têm tentando desvalorizar o aglomerado produtivo do Agreste pernambucano e citam que nessa área “o rio é azul”, ou seja, a confecção traz prejuízos para a natureza.

Quanto ao nível de articulação com outros segmentos, o SEBRAE relaciona-se com o SENAI, parceiro nos dois grandes projetos implantados por essa entidade, já citados anteriormente. Como também está muito articulado ao SINDIVEST e às associações locais.

Entre as formas de comercialização presentes no aglomerado produtivo, o SEBRAE cita o que tem crescido muito é o chamado “atacarejo”¹⁴. Pois, como relata um dos seus representantes:

Com os centros de compras, as famílias de classe média, vêm diretamente e compram confecções para a família.

O SENAI, outra entidade do Sistema “S”, presente em dois núcleos municipais do aglomerado produtivo (Caruaru e Santa Cruz do Capibaribe) coloca que o nível de articulação com o poder público ocorre mais com as instâncias municipais. Uma de suas representantes diz:

Geralmente a gente faz, com a prefeitura, através de prestações de serviços, montagem dos centros tecnológicos, núcleos de capacitação que a prefeitura deseja ter e nós entramos com a nossa bagagem, com a parte técnica...

Na articulação com outros segmentos, o SENAI oferece consultorias às empresas, os chamados serviços técnicos e tecnológicos, como também cursos para a população de modo geral. A representante do órgão coloca:

Ofecemos tanto curso profissionalizante técnico em design em confecção, para o de menor, com faixa etária de 14 aos 21 anos de idade, gratuito; como também os cursos de extensão que são cursos mais rápidos, com a carga horária menor, aberto para o público em geral.

O SENAI tem estado presente no Conselho da Câmara de Moda de Caruaru, além de ter participado efetivamente dos eventos realizados em conjunto com o SEBRAE e demais associações locais.

¹⁴ Termo utilizado para nomear ações comerciais que misturam vendas no atacado e no varejo.

4.2.3 Atores coletivos da esfera pública

Os atores coletivos da esfera pública, entrevistados, fazem parte das várias esferas governamentais que atuam diretamente no desenvolvimento do aglomerado de micro e pequenas indústrias de confecções do Agreste.

Na esfera municipal foram incluídas as secretarias que atuam com o segmento de indústria e comércio ou com ações voltadas ao desenvolvimento local, nos quatro municípios, com maior produção de confecções. Na esfera estadual foi contactada a secretaria ligada ao desenvolvimento econômico de Pernambuco e na federal o Ministério do Trabalho, o IPEM e o Banco do Nordeste, os que possuem atuação mais freqüente no aglomerado produtivo. No entanto, por problemas técnicos, não foi possível gravar a entrevista com o representante do Ministério do Trabalho e fazer a análise de conteúdo, por isso foram analisadas, a seguir, apenas 07 entrevistas das instituições visitadas.

Quanto ao nível de articulação com o poder público, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Caruaru alegou que não existia uma articulação intermunicipal satisfatória entre os poderes públicos da sub-região, embora as entidades empresariais estivessem mais envolvidas. O dirigente de Caruaru relatou:

Reunimos os prefeitos das 3 cidades e discutimos as oportunidades e os desafios para a feira da sulanca, foi a primeira busca de aproximação que nós fizemos, e nesse momento foi muito mais sonora a voz dos empresários dessas entidades do que as próprias associações do poder público.[...] E olhe que nós buscamos, nós envolvemos o governo estadual, na época, trouxemos o secretário de infra-estrutura para discutir a questão da duplicação da BR 104, trouxemos o secretário de desenvolvimento econômico, secretário de ciências e tecnologia o Claudio Marinho. Na época nós até brincamos que se houvesse alguma coisa no estado, a administração estadual estava em Caruaru e não em Recife, porque tinha 3 secretários de estado, o governador e o vice-governador aqui, então o prestígio dessa região é muito grande, [...] E para frustração nossa não houve continuidade dessa conversa, a coisa ficou muito polarizada, naquela questão do bairrismo, a minha cidade é isso, a minha é a capital da sulanca, a minha é a capital do jeans...

Esse depoimento enfatiza as dificuldades de se trabalhar políticas públicas conjuntas para a sub-região, partindo dos dirigentes locais. Além disso, os empresários estão imbuídos de interesses que lhes proporcionem mais lucratividade, o que deixa as questões coletivas, necessárias às populações da base da pirâmide social, para último plano.

Conforme o indicador “formas de comercialização”, o dirigente municipal de Caruaru citou como é frágil a utilização predominante dos mercados periódicos para o escoamento das confecções, enquanto valorizou os mega-eventos como o “Pernambuco Fashion”. Conforme sua fala:

Existe um desafio grande para esse segmento que é a questão da comercialização que aqui está muito fragilizado, porque é muito focado na feira da sulanca dos três municípios. Então, é uma atitude onde o fabricante produz e aguarda que a venda se concretize através destas visitas semanais dos clientes. [...] A nossa proposta foi buscar um modelo que está sendo utilizado no sul do país, que já havia mais de oito anos que estava acontecendo, que era um evento de sucesso, que é a Rodada de Negócios feita pela associação lá de Blumenau, aliás, de Brusque, e tentamos replicar isso pra cá. Então eu convidei, na época, o presidente da Associação Comercial e também o representante do Sindicato e alguns empresários. Nós fizemos uma missão, identificamos o perfil, qual era a metodologia aplicada lá e promovemos essa rodada aqui, já vamos para a terceira edição e realmente tá começando a render frutos. A terceira rodada de negócios, agora em março, faz parte do Pernambuco Fashion. O Pernambuco Fashion é um evento “guarda-chuva” onde tem a parte de desfiles, onde a gente faz a questão do marketing da moda, mas o objetivo, a síntese do evento é a rodada de negócios, ou seja, é promover a questão comercial do pólo de confecções

Sem descaracterizar a importância deste tipo de evento, percebe-se que os mesmos atingem um número muito pequeno de empresários locais. Como também o espaço de vendas que atende, majoritariamente, os pequenos produtores é o território das feiras livres, além das comercializações diretas com lojistas.

No nível de articulação com outros segmentos foram citadas as seguintes entidades as quais se envolvem com a prefeitura local: SINDIVEST, SENAI, SEBRAE, FIEPE, ITEP, CPRH e BFZ, no projeto do distrito industrial para as lavanderias.

E em relação à normatização, quanto aos incentivos para o setor de confecção, o representante municipal relatou:

A redução significativa na alíquota do ICMS que promoveu a vinda de uma grande parte da informalidade para a formalidade e agora nós temos um pleito junto ao governo estadual de reduzir mais 10% este ano, então eu acredito que esse é o caminho, uma tarifa justa, uma atribuição justa.

As ações referentes ao aspecto tributário são enfatizadas pelo poder público, mas outras, mais amplas, porém necessárias, não são contempladas nas falas do governante, embora seja demonstrado o peso político de Caruaru e da sub-região no desenvolvimento do aglomerado produtivo de confecções.

O secretário de comércio e indústria de Toritama enfatiza que o “espaço público” será tratado da mesma forma que o “espaço privado”, já que também é empresário e ex-dirigente da associação empresarial local. Segundo este dirigente:

Espero levar, com a secretaria, a experiência adquirida na associação, e já estou tentando fazer parcerias com a nova diretoria da ACIC, e a combinação é o seguinte, desenvolver estratégias com a associação para que a gente possa alavancar o desenvolvimento. A minha função é igual a que eu trabalhei na associação, porque o poder público é comparado ao setor privado. [...] O que nós estamos alegando, hoje, para o Estado é que Toritama não dispõe de nenhum espaço para que possa implantar o seu distrito industrial. Uma cidade tão importante, a segunda maior

produtora de jeans do nosso país, é necessário que isso seja repensado pelo nosso governo municipal, estadual e também pelos empresários...

Esse problema é ressaltado por causa do pequeno território do município de Toritama. A solução encontrada seria utilizar parte do território do Distrito de Canaã, pertencente ao município de Caruaru, para organizar o Distrito Industrial de Toritama. Nesse caso, as relações intermunicipais estão sendo favorecidas pela nova gestão municipal de Caruaru a qual, conforme o dirigente de Toritama, estaria sensível a necessidade da cidade.

No nível de articulação com outros segmentos coletivos da esfera privada são citadas a FIEPE e o SEBRAE, como entidades próximas e uma relação acessível com o atual secretário de Santa Cruz do Capibaribe, que também é empresário. Percebe-se, então, que o estreitamento das relações entre os municípios tem sido ampliado, porque os atuais dirigentes municipais também são empresários e já se articulavam, anteriormente, em função dos seus interesses econômicos, sendo essas relações baseadas na racionalidade capitalista predominante.

A Secretaria de Comércio e Indústria de Santa Cruz do Capibaribe demonstrou que tem uma atuação muito mais voltada para a questão da comercialização, embora tenha a atribuição de acompanhar a questão industrial também. É como se deixassem que os empresários assumissem o setor industrial e o poder público não interferisse. No relato do dirigente municipal de Santa Cruz do Capibaribe ele cita:

A nossa secretaria está atuando, atualmente, só com o departamento de feiras e mercados. Essa parte de indústrias de confecções estará sendo implantada a partir de fevereiro. Na verdade, a secretaria tem quatro setores: indústria, comércio, turismo e feiras e mercados. Mas só está atuando, hoje, com feiras e mercados.

Como no período da nossa entrevista, o espaço do “Moda Center de Santa Cruz do Capibaribe” havia sido inaugurado recentemente, todos os esforços da prefeitura estavam voltados para aquele setor. Verifica-se que o aspecto da mudança da feira estava tendo a prioridade da atuação da secretaria municipal. E que, inclusive, não havia dados sobre o quantitativo de indústrias existentes no município.

Entre os outros segmentos que se articulavam com o aglomerado produtivo foram citados o SENAI, como importante para a qualificação profissional e uma faculdade privada, do município, que oferecia o curso de Design de Moda.

Quanto às formas de contratação, a subcontratação de produtores autônomos foi colocada como a solução para a falta de mão-de-obra no município, demonstrando a importância da produção flexível para o setor de confecções. O dirigente municipal explicou:

A mão-de-obra aqui é muito cara. Então, tem gente que trabalha com facção, porque eles levam para os sítios procurando mão-de-obra mais barata. Eles cortam e levam

pra costura, depois trazem de volta. Eu conheço empresa que se mudou para duas vilas em Brejo da Madre de Deus, porque lá a mão-de-obra é mais barata. Então, ele me disse que teve uma redução de 50% só na mão-de-obra.

Nesse depoimento, as relações entre áreas rurais e urbanas e entre municípios vizinhos são bem explicitadas na declaração do representante municipal. Embora não se tenha dados sobre o processo industrial, tem-se conhecimento como o mesmo acontece.

Surubim, o quarto município com produção significativa de confecções na sub-região, possuía um banco de dados das suas indústrias. Como também, mostrou haver uma política pública de qualificação profissional na área de confecção. Esse município não possui um território específico para a comercialização de suas mercadorias e se utiliza dos mercados periódicos vizinhos, para comercializá-las, além das vendas diretas. Dessa forma, a secretaria tem se debruçado para apoiar a produção, através da qualificação da mão-de-obra e tem projetos, para o futuro, de organizar um espaço próprio para a comercialização, semelhante aos já existentes nos outros municípios.

Quanto ao projeto para qualificação profissional, o dirigente de Surubim relatou:

A Secretaria de Ação Social desenvolveu um projeto e encaminhou ao Ministério da Ciência e Tecnologia, visando desenvolver uma política pública de qualificação profissional. O projeto foi aprovado no valor de R\$ 262.000,00, foi implementado e prevê qualificar em um ano 320 pessoas para confecção, entre costura, modelagem e manutenção de máquinas...

Esse projeto chama-se CVT (Centro de Vocação Tecnológica) que é uma das políticas do Ministério da Ciência e Tecnologia, que pode ser de artesanato, movelaria, a exemplo de Bom Jardim e João Alfredo, ou confecção. E Surubim a vocação é confecção. O CVT é direcionado pra confecção.

A secretaria tem projetos bem definidos para a área produtiva de confecções no município. Seus projetos estão voltados para a própria realidade municipal e outras articulações intermunicipais não são enfatizadas. Inclusive, a vontade política de organizar um espaço próprio de comercialização necessita de maior reflexão, pois o município de Riacho das Almas já havia buscado essa estratégia para comercializar suas confecções, mas teve uma experiência negativa. A localização geográfica desses municípios não os favorece para a comercialização. Ademais, os outros três núcleos já polarizam o processo de comercialização.

Outro enfoque dado pelo dirigente de Surubim foi sobre o tipo de confecção específica de malhas fabricada no município. Nesse momento, ele destacou a importância do tipo de maquinaria utilizada pela maioria dos seus confeccionistas. Ele citou:

A produção de jeans requer máquinas mais caras e uma quantidade de máquinas maiores, o produto é mais caro e você tem que ter lavanderia. Então você tem que ter uma estrutura maior pra produzir o jeans. A malha não, as máquinas são mais fáceis de trabalhar, são mais baratas e requer uma estrutura menor. Então, é mais fácil trabalhar com malha. E Toritama tem uma estrutura mais forte, porque trabalha com jeans. Surubim também produz um pouco de peça íntima e de jeans, então tem

uma produção mais diversificada

A maioria dos produtores de confecções de Surubim possui um poder aquisitivo mais baixo e por isso o produto é mais barato e com maquinaria mais simples, ou então, são subcontratados enquanto faccionistas. As relações socioespaciais existentes entre Surubim e os outros municípios que polarizam na sub-região são de submissão. Por isso, a prefeitura tem desejado colocar o município num patamar mais competitivo e de intervenção na questão das vendas. O dirigente local relata:

Surubim tendo as pessoas qualificadas para o mercado de trabalho falta só a comercialização. Porque o pequeno produtor produz aqui, mas vai vender nas feiras de Caruaru, Toritama e Santa Cruz. O que falta nascer aqui é um pólo de vendas. É preciso que haja a produção da peça e o dinheiro, a moeda fique circulando, aqui, no município. E muito mais se nós conseguirmos atrair investidores de fora pra trazerem divisas pra dentro do município, trazendo investimento pra o município. Então, o dinheiro vem de lá pra cá. E não daqui pra lá, tem que ser no sentido inverso.

Como já foi ressaltado, essa questão deveria ser refletida com novos suportes de base territorial, porque só o desejo da prefeitura não será suficiente para alavancar as vendas para o município. Como, por exemplo, o município de Taquaritinga do Norte, que fica em uma área mais central, entre Toritama e Santa Cruz do Capibaribe, e que tem grande produtividade de confecção no Distrito de Pão-de-Açúcar, às margens da BR 104, também já tentou colocar uma feira local. Por conta das disputas políticas locais, não conseguiu ter um número de confeccionistas, com uma variedade de tipos de confecções que atendesse os interesses dos compradores, levando a prefeitura a desistir, pelo menos temporariamente, da operacionalização da feira de Taquaritinga do Norte.

Os vários municípios tentam programar ações isoladas para também se destacar no campo da comercialização das confecções. Essa é uma questão que deveria ser planejada regionalmente, pois poderá trazer, no futuro, um estrangulamento ao processo mercadológico.

O governo estadual, através da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, colocou que no início do ano de 2009, esteve organizando um processo de planejamento, em longo prazo, com ações que buscaram uma política de desenvolvimento de estado para a sub-região e não apenas de governo. Um dos representantes da secretaria enfatizou:

O governo, desde meados do ano passado, tem encaminhado uma ação integrada com o Sistema “S”, com o setor produtivo e com a academia, pra desenvolver um planejamento estratégico a longo prazo, com a ideia de cadeia produtiva, desde a produção do algodão até a ponta da comercialização da confecção. Isso foi uma demanda dos próprios sindicatos: têxtil e de confecções...
Essa é uma primeira fase, mas no decorrer do processo a gente pretende envolver outros atores, pra frente também, dentro de um processo participativo, não é um processo onde as instituições vão impor uma coisa sem ouvir as bases.

O dirigente estadual destacou que o projeto deseja envolver todas as secretarias de governo para trabalharem articuladamente. No entanto, percebe-se que os atores que estão efetivamente envolvidos são os mesmos que já possuem suas articulações, segundo os interesses econômicos. Ou seja, aqueles que se encontram numa situação privilegiada na pirâmide social da sub-região e que outros segmentos poderão se envolver, posteriormente, no processo.

Além disso, houve algumas polêmicas quanto à normatização para os produtos importados que cheguem ao estado de Pernambuco e os produtores de confecções. Essa legislação será retomada posteriormente. Por isso, o representante da secretaria explicou:

Como no ICMS o que vale é onde você desembaraça finalmente o produto, a mesma empresa atacadista pode importar por SUAPE e desembaraçar na Paraíba e vai ter os incentivos da Paraíba. Então, a logística pra ela não muda, ela só tem um trecho pra percorrer entre SUAPE e a Paraíba e tem um ganho fiscal na Paraíba. Por isso, muita gente migrou pra Paraíba. Pra recuperar essas empresas que representam arrecadação razoável no segmento, então o Estado baixou, dessa forma, a taxa pra 5% no valor da importação. Isso está em vigor e tem permitido recuperar não só essas operações que estão na Paraíba, como motivar o surgimento de outras e está aberta também pra indústria têxtil de importados. Se ela tiver um produto que não fabrica e quiser importar, pode se favorecer também desses incentivos. A polêmica que houve foi sobre um mau entendimento da lei, porque a lei previa uma regulamentação e não havia limitações na lei, porque o apoio parecia geral, pra qualquer importação. [...] Então, houve uma discussão com o sinditêxtil, eles apresentaram uma lista negativa. Isso foi aprovado, foi publicado um decreto mencionando os produtos que não seriam apoiados por essa política e isso está resolvido...

Os setores organizados economicamente, novamente, estiveram mobilizados para defender os próprios interesses perante o poder público e têm conseguido que seus pleitos sejam atendidos. Posteriormente serão vistas essas legislações e seus impactos sobre o aglomerado produtivo de confecções do Agreste pernambucano.

O governo estadual tem todo interesse de ampliar sua arrecadação no aglomerado produtivo, o que é dificultado pela permanência da informalidade e pela reação dos microempresários que têm se mobilizado freqüentemente, a exemplo do que ocorreu em 2003, no Parque das Feiras.

Percebe-se, no entanto, que a ação do IPEM, em relação à exigência das etiquetas, para as confecções, tem favorecido o acompanhamento fiscal. Isso, porque, inicialmente, houve a exigência de que todos os produtores se cadastrassem, como pessoas físicas ou jurídicas, para confeccionarem as etiquetas para suas mercadorias. Atualmente, os confeccionistas reclamam terem sido enganados, pois está havendo exigências para se tornarem pessoas jurídicas. Ao ser entrevistado, o funcionário do IPEM relatou que a

legislação nacional não se modificou e que isso poderia ser uma exigência da receita estadual.

O representante do IPEM explicou:

Na nova resolução consta que tanto você pode ter identificação como pessoa jurídica como pessoa física. Isso não foi alterado. Eu não sei se funciona isso pra FAZENDA, que é outro tipo de fiscalização e outra atuação de governo. Porque você pode estar toda regularizada para o IMETRO, mas você continua não recolhendo nada para o Estado. Então, você como pessoa física vai até um posto da coletoria, recolhe teu imposto e tudo bem, mas muita gente não faz isso.

A atuação do IPEM, na sub-região, ocorreu, segundo o próprio órgão, por exigência dos lojistas localizados no Maranhão, Pará e outras localidades que compravam produtos do aglomerado produtivo e não possuíam etiquetas. Ao serem autuados, aqueles lojistas exigiram que os produtores em Pernambuco também fossem autuados.

Quando houve a ação no aglomerado produtivo, o IPEM se articulou com as prefeituras locais e fez, inicialmente, um trabalho de orientação para os confeccionistas. Conforme o IPEM:

O trabalho foi feito em três etapas. Em convênio com a prefeitura visitamos os sítios e entregamos panfletos. Na segunda etapa visitamos a feira. E na terceira etapa se encontrasse um produto irregular no teu banco, eu apreendia o produto. Mas essa apreensão não geraria multa e se você levasse a etiqueta direitinho a gente liberava o produto. Teria que ter todas essas fases, nas três cidades, antes da gente começar a apreender e multar. Na feira de Caruaru, como a feira tem mais de 6000 bancos, o trabalho ficou complicado e já fizemos a partir da segunda etapa do trabalho. Nessa época houve a febre da etiqueta.

Este trabalho, todavia, não teve continuidade e atualmente existem produtos etiquetados e outros sem identificação. Uma empresa privada, a AGRESTEX, aproveitou-se da necessidade dos confeccionistas menores, para fabricar as etiquetas e se organizou enquanto um tipo de cooperativa. Além disso, ofereceu serviços de vendas com cartões de crédito aos feirantes. Grande parte dos sulanqueiros aderiu a essa entidade. No decorrer das comercializações com os cartões de crédito, muitos problemas surgiram e a AGRESTEX deu um calote nos micro-empresários, provocando grandes prejuízos para eles.

Verifica-se, então, que os pequenos confeccionistas necessitam de apoio institucional para garantir suas comercializações, além de alternativas viáveis para se enquadrarem conforme as padronizações exigidas pela legislação. Mas é esse grupo que fica à mercê dos oportunistas e caloteiros que se aproveitam das suas necessidades.

Outro segmento que necessitaria de maior aproximação com o setor produtivo é o de créditos, pois foram escutados relatos de pessoas que se desfizeram de residências, automóveis ou se endividaram com agiotas para investir em negócios. Porém, esse é um dos setores mais difíceis de serem acionados pelos pequenos confeccionistas.

Conforme o representante do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), apenas em 2008, essa instituição passou a ter uma ação mais efetiva no tocante à atividade de confecção do Agreste. E iniciou tentando conhecer o setor a partir das reuniões da Câmara da Moda, na ACIC de Caruaru. Segundo o representante do Banco:

Aí nós ficamos participando de reuniões da câmara setorial, porque nessas reuniões surgem as dificuldades, os problemas da atividade. A gente tinha que conhecer o segmento e com isso a gente tem a noção de quem são os grandes produtores da região. Então, nessas reuniões, ficamos atualizados sobre os eventos, feiras de negócios, o ITEP, o projeto “Lavar sem sujar”. A governança que tem está com o SENAI, SEBRAE, ITEP, o SINDIVEST, as três associações...

O agente de desenvolvimento do BNB relatou que, a partir desse envolvimento com as entidades, ofertaram seus produtos aos empresários através de empréstimos para: capital de giro, giro simples, giro a insumo, investimento, aquisição de máquinas etc.

Fizeram visitas e tentaram fazer negócios com lavanderias, pois existem linhas de crédito específicas do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) para meio ambiente. No entanto, muitos casos foram inviabilizados pela ausência das licenças ambientais. Foi justificado que, em Toritama, isto estava mais regularizado, mas em Caruaru, não acontecia. Também foram citadas dificuldades com referência à questão do aval. Conforme o agente de desenvolvimento do BNB:

E outra dificuldade que a gente tem é referente a documentação, porque se exige uma aval e precisa ter a comprovação de bens. E esse pessoal reclama que demora muito pra legalizar um imóvel, é a versão deles. Ele tem que comprovar que tem recursos pra honrar o financiamento e essa comprovação é documental. E às vezes ele tem um prédio, grande, mas não está legalizado, está como um terreninho, com um recibo, não é nem escritura pública.

Esse relato demonstra que o poder de propriedade, através da aquisição de bens, favorece parte dos confeccionistas. Porém, mantêm os bens sem regularização, da mesma forma que seus fabricos de confecções. Isso também os inviabilizam de ter acesso a créditos com “juros imbatíveis” do FNE, como citou o agente de desenvolvimento.

Outras linhas de crédito também são utilizadas para a aquisição de máquinas de costura. É o caso do Agro Amigo da área rural que favorece aos agricultores envolvidos com a confecção e o Credi Amigo, na área urbana, o qual atende aos produtores informalizados a adquirir os créditos através de grupos de amigos, comprovando já possuir um negócio em funcionamento. Em alguns casos, mulheres buscaram essa linha de crédito para facções.

As relações que se estabelecem entre as entidades de crédito e os confeccionistas são diferenciadas, conforme os tipos de atores existentes no aglomerado de micro e pequenas indústrias do Agreste pernambucano. Essas relações dependem do poder de propriedade de cada agente produtivo e de seu poder de inserção nos espaços mercadológicos da confecção.

As várias entidades coletivas da esfera pública executam ações bem específicas nos territórios da produção em tela, porém elas ainda acontecem de forma isolada. Além disso, necessitam ter um conhecimento mais ampliado da realidade socioespacial do aglomerado produtivo como um todo, para que suas intervenções possam contribuir para um desenvolvimento menos desigual.

Na pirâmide socioespacial apresentada, ao final da explanação, sobre os atores individuais da privada, tentou-se demonstrar como diversos grupos sociais se relacionam hierarquicamente no aglomerado produtivo. Entretanto, atores coletivos tanto da esfera privada como da esfera pública também estão presentes nesses territórios, influenciando na organização territorial do aglomerado. Destarte, as inter-relações socioespaciais que se estabelecem são bastante complexas e precisam ser observadas nos projetos futuros de planejamento para a sub-região.

Os referidos atores atuam territorialmente na produção e na circulação de mercadorias, utilizando-se de técnicas para esse conjunto de ações. Elas estão presentes através da localização dos espaços produtivos ou mercadológicos, da maquinaria ou da própria reestruturação produtiva, na produção flexível. Pierre George apud Santos (1999, p. 28) colocava que:

A influência da técnica sobre o espaço se exerce de duas maneiras e em duas escalas diferentes: a ocupação do solo pelas infra-estruturas das técnicas modernas (fábricas, minas, [...] espaços reservados à circulação) e, de outro lado, às transformações generalizadas impostas pelo uso da máquina e pela execução dos novos métodos de produção e de existência.

Esse raciocínio destaca que, entre os novos métodos de existência do mundo moderno, encontram-se as várias instituições que foram se organizando, ao longo do tempo, e que também têm deixado marcas das suas ações no espaço, a partir do uso dos objetos fixados no território. E que, no caso do aglomerado produtivo em tela, os atores sejam da esfera individual, coletiva, privada ou pública, estão presentes, através de uma articulação que envolve os fixos produtivos e comerciais, como também os fluxos nos diversos circuitos existentes no território.

As relações que se estabelecem entre os vários segmentos do aglomerado de micro e pequenas indústrias de confecções do Agreste pernambucano partem dos fixos produtivos (fabricos, fábricas, facções e locais de beneficiamento), mas se estendem aos fixos de comercialização (feiras, centros de compras) e se ampliam entre os fluxos diversos (através do comércio, aquisição de matéria-prima, maquinaria etc).

Ademais, envolvem outros segmentos das esferas privadas que também estão

presentes como o Sistema “S” e as associações locais de classes. Além da participação das esferas públicas que, em maior ou menor grau, também se fazem presentes, como o Ministério Público ou as secretarias municipais e estadual de desenvolvimento econômico.

Os vários segmentos são constituídos de atores que através de suas ações contribuem para um desenvolvimento que modifica e amplia a presença de novos objetos, conseqüentemente mantendo e modificando também as relações socioespaciais preexistentes. E essas ações fazem parte de uma racionalidade imposta pelo modo civilizatório capitalista.

Essas entidades coletivas passaram a se articular com os poderes públicos, de forma mais planejada, reivindicando infra-estrutura, por exemplo, a duplicação da BR 104, melhoria do atendimento de água etc. Ou seja, o uso racional do território é necessário para o desenvolvimento do Aglomerado de Micro e Pequenas Indústrias de Confecções do Agreste Pernambucano.

4.3 Os atores e o meio espacial

4.3.1 Um crescimento econômico desigual

O aglomerado produtivo de confecções do Agreste pernambucano foi se consolidando, ao longo do tempo, a partir das ações, principalmente dos atores individuais da esfera privada, conforme já foi citado anteriormente. Nos últimos dez anos, alguns atores coletivos da esfera privada também têm dado contribuições significativas para esse desenvolvimento, entre eles: SEBRAE, SENAI, SINDIVEST e entidades associativas dos confeccionistas. No entanto, a esfera pública ainda necessita se articular e se envolver com mais contundência a esse aglomerado produtivo.

Alguns dados, a seguir, demonstram essa realidade socioespacial através da análise de aspectos econômicos e demográficos identificados. Inicialmente destacam-se alguns dados comparativos, a partir do Índice de Gini, entre os principais núcleos do aglomerado produtivo, o Estado de Pernambuco, o Nordeste e o Brasil, a partir da tabela 07. Em seguida analisam-se algumas considerações encaminhadas através da pesquisa realizada pela FADE e faz-se uma reflexão a esse respeito.

Brasil, Região Geográfica, Unidade da Federação e Município	Ano	
	1991	2000
Brasil	0,64	0,61
Nordeste	0,65	0,62
Pernambuco	0,66	0,62
Caruaru	0,60	0,58
Santa Cruz do Capibaribe	0,56	0,53
Toritama	0,52	0,46

Tabela 07: Índice de Gini da Distribuição de Renda das Pessoas Responsáveis pelo Domicílio, 1991-2000
Fonte: IBGE – Censo Demográfico, 1991-2000.

Observa-se que, a distribuição de renda, nos três núcleos principais do aglomerado produtivo do Agreste é melhor que a média de Pernambuco, do Nordeste e do Brasil. Já que o Índice de Gini varia de zero, igualdade absoluta, até um, desigualdade absoluta; esses dados mostram que os núcleos do aglomerado possuem índices bem mais próximos de uma situação mais equitativa economicamente.

Conforme pesquisa realizada pela FADE, entre 1991 e 2000, houve diminuição da renda média do chefe de domicílio, nesses três núcleos municipais, enquanto que naquele período houve crescimento dessa renda média no Brasil. Os percentuais serão apresentados a seguir:

Enquanto, em 1991, a renda média do chefe do domicílio, em Toritama, representava 71% da mesma renda média no Brasil (62%, em Santa Cruz; 68%, em Caruaru), em 2000, esse valor havia caído para 60%. Também havia caído em Santa Cruz do Capibaribe (para 56%) e não tinha se elevado, em Caruaru (onde permaneceu no nível de 68% da renda média do chefe de domicílio no Brasil como um todo). (FADE/UFPE, 2003, p. 16)

Esses dados trouxeram paradoxos que deixaram os pesquisadores da FADE intrigados, pois a queda da renda média seria indicação de declínio econômico, o que, na realidade, não aconteceu. Os pesquisadores tentaram com argumentações mostrar que isso poderia ter acontecido pelo seguinte fato:

A maioria dos imigrantes, sobretudo para essas duas cidades, [Toritama e Santa Cruz do Capibaribe] foi constituída de pessoas quase sem capital, que divisaram no Pólo a oportunidade de se tornarem micro-empresários e que, efetivamente, realizaram essa intenção. Tipicamente, esses novos habitantes e recém-estabelecidos donos de micro-negócios, eram mais pobres do que os empresários já instalados há mais tempo. Em outras palavras, a nova população que entrou no município foi ocupando posições de renda domiciliar abaixo da média preexistente, com o que, naturalmente, a renda média do conjunto da população (incluindo a nova e a antiga), caiu. Paradoxalmente, isso aconteceu ao mesmo tempo em que crescia a renda média relativa de *todas* (ou, pelo menos, da imensa maioria) as pessoas envolvidas no Pólo. (FADE/UFPE, 2003, p. 18)

Para chegarem a essa conclusão, os pesquisadores verificaram o grande crescimento demográfico que houve naqueles municípios, no mesmo período, pois analisaram que o aumento populacional está vinculado à imigração e que:

Taxas de crescimento demográfico muito superiores à média nacional são indicadores seguros de taxas [de] crescimento *econômico* substancialmente maiores do que a média nacional. Especialmente nos casos de Santa Cruz do Capibaribe e Toritama, isso tem tudo a ver com o dinamismo do seu setor de confecções. (FADE/UFPE, 2003, p. 15)

Conforme essa pesquisa, os empresários e trabalhadores que já se encontravam naqueles municípios continuaram obtendo crescimento econômico. De modo que a renda média dos antigos moradores se elevou, como também dos novos. No entanto, esses últimos, por terem renda anterior muito baixa, tiveram elevação equivalente.

Será apresentado, a seguir, o crescimento demográfico na tabela 08:

Brasil, Região Geográfica, Unidade da Federação e Município	Ano		Variação % 1991/2000
	1991	2000	
Brasil	146.825.475	169.799.170	15,6
Nordeste	42.497.540	47.741.711	12,3
Pernambuco	7.127.855	7.918.344	11,1
Caruaru	213.697	253.634	18,7
Santa Cruz do Capibaribe	38.332	59.048	54,0
Toritama	14.907	21.800	46,2

Tabela 08: População Residente e Variação da População Residente
Fonte: IBGE - Censo Demográfico, 1991-2000

A tabela anterior apresenta elevado índice de crescimento demográfico, principalmente, para Toritama e Santa Cruz do Capibaribe, onde a produção de confecções é mais intensa. Porém, não se acredita que, homogeneamente, todos os atores sociais, dos antigos e novos moradores, passaram a ter crescimento nas suas rendas.

Conforme a pirâmide socioespacial apresentada nesse trabalho, nem todos os que estão no aglomerado produtivo desde as suas origens, possuem situação financeira equilibrada. Ademais, com a divisão social do trabalho há uma hierarquia entre atores sociais bem diferenciados e a tendência dos recém-chegados, com menor qualificação, é de se envolverem com atividades com baixa remuneração, mas isso não impede que antigos moradores também participem dessas atividades.

Deve haver maior distribuição de renda entre os moradores dos territórios do aglomerado produtivo, mas há também a concentração de renda, e o Índice de Gini não dá conta dessa realidade, pois as desigualdades sociais não conseguem ser identificadas, somente a partir dos dados econômicos. Os próprios dados do IDH, apresentados no capítulo 03, demonstram essa realidade.

Ademais, a partir da década de 1990, passou a haver uma ampliação dos setores subcontratados, no aglomerado produtivo. E nesses territórios os salários são mais baixos para os trabalhadores que nos fabricos, onde mesmo com a produção familiar, o chefe de domicílio

possuía uma renda mais elevada. Atribui-se a esse fato também, a queda da renda média dos trabalhadores nos principais núcleos do aglomerado produtivo do Agreste pernambucano. Embora se saiba que serão necessárias pesquisas mais aprofundadas para constatar essa realidade de modo mais seguro, o que pode ser encaminhado em pesquisas futuras.

A partir dessas considerações, serão demonstradas, através da análise das variáveis entre as classes de rendimento nominal mensal das pessoas responsáveis pelos domicílios, quais as principais diferenciações existentes. Pois, se existe uma pirâmide socioespacial, com grupos hierarquicamente identificados, que estão em situações economicamente desiguais, esta avaliação é importante.

Conforme a tabela 09, foram identificadas algumas semelhanças e diferenças entre os três núcleos municipais do aglomerado produtivo do Agreste pernambucano, quanto às classes de rendimento nominal mensal das pessoas responsáveis pelos domicílios. Verificou-se que, entre as pessoas que ganham até dois salários mínimos, Caruaru e Toritama possuem percentuais semelhantes, em torno de 55% dos chefes de domicílios. Já Santa Cruz do Capibaribe destaca-se possuindo 63,5% dessas pessoas ganhando até dois salários mínimos, índice muito próximo do restante do Nordeste com 63,9%. Esse grupo de trabalhadores se encontra na base da pirâmide socioespacial do aglomerado em tela.

Classes de rendimento nominal mensal da pessoa responsável pelo domicílio	Município		
	Caruaru	Santa Cruz do Capibaribe	Toritama
Total	68.225	15.597	5.491
Até ¼ de salário mínimo	232	65	01
Mais de ¼ a ½ salário mínimo	1.016	293	33
Mais de ½ a ¾ de salário mínimo	2.046	695	134
Mais de ¾ a 1 salário mínimo	16.649	3.793	1.213
Mais de 1 a 1 ¼ salários mínimos	1.990	494	115
Mais de 1 ¼ a 1 ½ salários mínimos	6.501	1.985	668
Mais de 1 ½ a 2 salários mínimos	8.814	2.576	839
Mais de 2 a 3 salários mínimos	6.816	1.666	720
Mais de 3 a 5 salários mínimos	7.404	1.502	642
Mais de 5 a 10 salários mínimos	6.103	1.179	472
Mais de 10 a 15 salários mínimos	1.465	280	102
Mais de 15 a 20 salários mínimos	977	127	40
Mais de 20 a 30 salários mínimos	443	56	16
Mais de 30 salários mínimos	606	102	37
Sem rendimento	7.163	784	459

Tabela 09: Variação das classes de rendimento nominal mensal conforme as pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes

Fonte: IBGE - Censo Demográfico, 2000

***Salário Mínimo utilizado: R\$ 151,00**

O grupo de pessoas que ganha entre dois e cinco salários mínimos, encontra-se com maior semelhança entre Caruaru e Santa Cruz do Capibaribe, ficando em torno de 21%. Toritama se diferencia possuindo, nesse segmento, em torno de 25% das pessoas com esta renda. Percebe-se que, em Toritama, há um grande número de trabalhadores que ganha por peças produzidas em confecções de *jeans*; destarte é possível que a elevação desses salários esteja relacionada a esse aspecto.

No quantitativo referente às pessoas que ganham entre dez e trinta ou mais de 30 salários mínimos, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama possuem maiores semelhanças. No primeiro caso, com até trinta salários, ambos os municípios possuem, em torno de 3% dos chefes de domicílios, enquanto Caruaru se destaca ficando com 4,2% desse segmento. Entre aqueles que ganham acima de trinta salários, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama possuem, aproximadamente, 0,66% desse grupo e Caruaru atinge 0,89% neste segmento. Por ter um número maior e mais diversificado de empresas, além de possuir outras atividades econômicas que se destacam, Caruaru demonstrará uma diferenciação maior entre as maiores rendas.

A partir da análise das rendas dos chefes de domicílios, verifica-se que o quantitativo majoritário de pessoas que possui as rendas mais baixas, faz parte da base da pirâmide socioespacial existente, bem como que o grupo com maiores rendas, possui quantitativos semelhantes nos dois municípios, onde a produção de confecções é predominante, em Santa Cruz do Capibaribe e Toritama.

Além dos aspectos apresentados anteriormente, buscou-se identificar dados mais recentes que pudessem apresentar as mudanças ocorridas no meio em que vivem os atores envolvidos com o aglomerado produtivo do Agreste pernambucano e foram encontrados os dados referentes ao PIB per capita 2003-2006, apresentados na tabela 10:

Brasil, Região Geográfica, Unidade da Federação e Município	PIB per capita (R\$1)		Variação do PIB per capita 2003/2006 (Em %)
	2003	2006	
Brasil	9498	12688	33,6
Nordeste	4355	6029	38,4
Pernambuco	4774	6528	36,7
Caruaru	4118	6222	51,0
Santa Cruz do Capibaribe	2669	3926	47,0
Toritama	2522	3977	57,7

Tabela 10: Produto Interno Bruto per capita, 2003-2006

Fonte: IBGE - Contas Nacionais – Produto Interno Bruto dos Municípios, 2003-2006.

O PIB per capita dos três municípios se destaca quanto ao crescimento, entre 2003 e 2006, em relação a Pernambuco, ao Nordeste e ao Brasil. Isso é importante porque demonstra que houve uma ampliação na formalização das empresas, já que a economia informal não é computada para o cálculo do PIB. Com efeito, os níveis altos de informalidade, na sub-região, ainda dificultam um reconhecimento dos dados gerais dessa realidade através do PIB.

Além disso, a ampliação das empresas formalizadas aconteceu, principalmente, em Caruaru e Toritama, porém em Santa Cruz do Capibaribe esse índice foi bem mais baixo. Talvez esse dado contribua para identificar o percentual alto, existente em Santa Cruz do Capibaribe de pessoas chefe de domicílios recebendo até dois salários mínimos, pois grande parte desses trabalhadores encontra-se na informalidade. Ademais, identifica-se que o crescimento econômico apresentado, anteriormente, entre 1991 e 2000, manteve-se constante, no novo milênio, no aglomerado produtivo de confecções do Agreste, através dos dados do PIB per capita, entre 2003 e 2006.

Destarte, deve-se valorizar o crescimento econômico que vem se ampliando no aglomerado de micro e pequenas indústrias de confecções estudado, mas é necessário considerar que ele pode ser mais equitativo entre os atores ali existentes. É necessário que o poder público intervenha no processo, visando a um desenvolvimento socioespacial menos desigual, pois os problemas existentes e permanentes, dos quais se falou anteriormente, vão suscitar a necessidade de um planejamento que vislumbre outro tipo de desenvolvimento.

É preciso que as diversas formas de pensar esse espaço sejam colocadas à disposição das necessidades coletivas, para que o “viver bem” possa ser possível para a maioria dos agentes locais. Conforme Santos (1999, p. 45) “o espaço se impõe através das condições que ele oferece para a produção, para a circulação, para a residência, para a comunicação, para o exercício da política, [...] e como condição de ‘viver bem’”.

Entre as formas de se pensar esse espaço, em sua relação com a sociedade, encontram-se as regras construídas, através da normatização. Por isso, passa-se a analisar, a seguir, como as regras foram construídas socioespacialmente, nos últimos anos, e de que forma elas têm modificado as relações entre os atores individuais ou coletivos, privados ou públicos, no contexto da produção local do espaço.

4.3.2 As normas e seu reflexo sobre o meio socioespacial

As normas são construídas no aglomerado produtivo de confecções do Agreste como

condição de favorecimento econômico, pelo qual o poder público tem interferido e criado novas regras, das quais segmentos diferenciados são atingidos, conforme a lógica da mobilização dos atores locais. Segundo Santos (1999, p. 183):

As normas das empresas são, hoje, uma das locomotivas do seu desempenho e de sua rentabilidade. Tais normas tanto podem ser internas, relativas ao seu funcionamento técnico, como externas, relativas ao seu comportamento político, nas suas relações com o poder público e nas suas relações, regulares ou não, com outras firmas, sejam essas relações de cooperação ou de concorrência.

Algumas normas serão analisadas a partir da organização do poder público para a cadeia Têxtil, onde o incentivo fiscal, através do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias, Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação (ICMS); favoreceu ao aglomerado produtivo em relação aos espaços mercadológicos. Conforme o artigo 23 da Lei do ICMS (LEI Nº 10.259/89), em seu inciso III deve ser cobrada a alíquota de:

12% (doze por cento) nas operações ou prestações interestaduais que destinem mercadoria ou serviço a contribuinte para fim de industrialização, fabricação de semi-elaborado, comercialização ou produção, observado o disposto no § 2º.

Entre as leis que atuam sobre o aglomerado de micro e pequenas indústrias de confecções do Agreste pernambucano, destaca-se a Lei nº 12.431, de 29 de setembro de 2003, que modifica a sistemática de tributação referente ao ICMS, com referência às operações realizadas com fios, tecidos, artigos de armarinho e confecções; a Lei 13385, de 24 de dezembro de 2007, que amplia o valor do crédito presumido para as empresas do Agreste pernambucano e a lei nº 13.516, de 27 de agosto de 2008, que também modifica a Lei 12431, em relação aos produtos importados. As três leis tiveram atuações diferenciadas sobre o aglomerado produtivo.

A primeira, Lei Nº 12431/2003, no seu artigo 3º relata:

Relativamente ao estabelecimento industrial de confecções, [...] devem ser observadas as seguintes normas:

I – recolhimento antecipado de valor relativo ao imposto correspondente à saída subsequente da mercadoria, que deverá ser calculado mediante aplicação dos seguintes percentuais sobre o valor da respectiva entrada:

- a) 6% (seis por cento), quando se tratar de mercadoria adquirida nas Regiões Sul e Sudeste, exceto Espírito Santo;
- b) 4% (quatro por cento), quando se tratar de mercadoria adquirida nas Regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e no Espírito Santo;

II – crédito presumido de 75% (setenta e cinco por cento) de saldo devedor do imposto.

Nesse artigo, dois aspectos chamaram atenção: os percentuais diferenciados nas aquisições de mercadorias, favorecendo àquelas oriundas das regiões mais pobres do país, o que incentiva a aquisição de produtos nessas regiões. E o percentual de 75% para o crédito

presumido de saldo devedor do imposto, que coloca as indústrias de confecções com uma responsabilidade de pagamento de apenas $\frac{1}{4}$ do valor total do imposto, para o setor de confecções em todo Estado de Pernambuco.

A Lei Nº 13385, de 24 de dezembro de 2007, amplia esses percentuais dos incentivos fiscais, em relação ao aglomerado produtivo de micro e pequenas indústrias do Agreste pernambucano, como é apresentada a seguir:

Art. 1º A partir de 01 de janeiro de 2008, relativamente à sistemática de tributação referente ao ICMS incidente nas operações com fios, tecidos, artigos de armarinho e confecções, prevista na Lei nº 12.431, de 29 de setembro de 2003, e alterações: I – ficam concedidos os seguintes benefícios: a) redução da base de cálculo do ICMS nas saídas internas promovidas por estabelecimento industrial de fiação e tecelagem, de tal forma que a carga tributária corresponda ao montante resultante da aplicação de 7% (sete por cento) sobre o valor das mencionadas saídas, não sendo exigido o estorno proporcional do crédito fiscal relativo às respectivas aquisições; b) crédito presumido em valor correspondente ao montante resultante da aplicação de 90% (noventa por cento) sobre o saldo devedor do imposto apurado no período fiscal por estabelecimento industrial de confecções e artigos de armarinho localizado na Mesorregião Agreste do Estado

No caso do Agreste pernambucano, o percentual do ICMS cai de 12% para 7% e o crédito presumido para os estabelecimentos industriais de confecções do Agreste, também se modifica em relação ao crédito presumido, caindo, de 75% para 90%. Esse incentivo traz algumas controvérsias, pois os confeccionistas do restante do Estado sentem-se prejudicados, pelo favorecimento ao aglomerado produtivo agrestino.

Conforme o representante do SINDIVEST, 2009:

No ano de 2007, com a mudança de governo, ele fez o que imaginava ser um benefício, mas como ele não ouviu a gente, na verdade ele criou uma distorção. Ele ampliou os benefícios para a região do Agreste e deixou o resto do Estado em condições diferentes de competição. Desde então, a gente vem perdendo espaço nesse mercado formal e vem perdendo emprego de carteira assinada. Porque, ele colocou uma situação em que as empresas que têm funcionários registrados têm uma alíquota de impostos muito maior do que as empresas de pequeno porte que estão na região do Agreste e que visam outros mercados.

Os incentivos fiscais, para o Agreste, não agradaram a todo mundo e a busca para que a diminuição das alíquotas se estenda para o restante do Estado está em pauta nas discussões com o governo estadual. Além disso, novamente essa lei foi modificada, através da Lei Nº 13516/2008, trazendo incentivos fiscais para os produtos importados. O art. 1º dessa lei destaca:

A partir de 30 de junho de 2008, relativamente à sistemática de tributação referente ao ICMS incidente nas operações com fios, tecidos, artigos de armarinho e confecções, prevista na Lei Nº 12431, de 29 de setembro de 2003, e alterações, deverão ser observadas as seguintes normas, em relação ao estabelecimento comercial atacadista:

I – redução da base de cálculo nas importações de mercadorias, de tal forma que a carga tributária corresponda ao montante resultante da aplicação de 5% (cinco por cento) sobre o valor da base de cálculo relativa à mercadoria importada, nos termos

estabelecidos na legislação tributária, desde que o respectivo ICMS seja recolhido por ocasião do desembarço aduaneiro;

II – crédito presumido no montante equivalente a 12% (doze por cento) sobre o valor da operação de saída de mercadoria importada, condicionado o seu uso ao efetivo pagamento do imposto por ocasião do desembarço aduaneiro, vedada a utilização de quaisquer outros créditos.

A alteração da lei aconteceu como uma estratégia do governo estadual para evitar que os produtos que chegam até o Complexo Industrial Portuário do Estado de Pernambuco (SUAPE), não sejam transportados até a Paraíba e o desembarço aconteça lá. Pois, isso vinha acontecendo graças aos incentivos fiscais do estado vizinho serem superior aos de Pernambuco.

As modificações trouxeram a reação do setor têxtil de Pernambuco, que se sentiu prejudicado por causa dos importados. O segmento se mobilizou e conseguiu que o governo do Estado recuasse diante dessa estratégia fiscal.

Verifica-se, portanto, que a normatização é bem aceita quando atende aos interesses dos setores beneficiados da cadeia têxtil. Entretanto, quando esses setores se sentem prejudicados articulam-se para se contrapor às ações governamentais que limitam seus interesses.

Além das leis estaduais também serão analisados os dois “Termos de compromisso de ajustamento de conduta” celebrados em 2001, pela Promotoria de Justiça de Toritama, do Ministério Público do Estado de Pernambuco.

No primeiro documento, a Prefeitura Municipal de Toritama admitiu que:

São procedentes as informações que a Prefeitura no ano de 2001 não renovou, nem expediu os alvarás de autorização para os feirantes que participam da FEIRA PÚBLICA DA SULANCA, estando ciente, ainda que tal conduta importa em dispensa de receita para o Município. (CURADORIA DA CIDADANIA, 2001, p. 01)

A não renovação dos alvarás de autorização para os feirantes foi uma forma encontrada pelo então prefeito, Waldomiro Izídio Pereira, para extinguir a feira pública da sulanca, obrigando os feirantes a adquirir os boxes do Parque das Feiras. Mas, essa ação teve a reação coletiva dos feirantes locais e o apoio do Ministério Público. Desta feita, a prefeitura foi obrigada, no prazo de quinze dias, de acordo com o termo de compromisso assinado, a:

[...] ter renovado todos os alvarás regularizando, assim, a situação dos sulanqueiros, obedecendo a numeração pretérita. Assume ainda, a obrigação de em igual prazo expedir novos alvarás indistintamente, regularizando, portanto, aqueles feirantes que encontram-se labutando de forma irregular. (CURADORIA DA CIDADANIA, 2001, p. 02)

Ademais, a prefeitura assumiu o compromisso de realizar a segurança da feira pública da sulanca, exclusivamente, através dos guardas municipais, ou, caso necessário, solicitaria

reforço ao 15º Batalhão da Polícia Militar de Pernambuco. Se o acordo não fosse cumprido, ficaria sujeita a pagar multa no valor diário de R\$ 1.000,00 .

No entanto, havia a necessidade de garantir a localização territorial definitiva do mercado periódico e a manutenção dos feirantes em local com infra-estrutura, em prazo longo, para que não houvesse nova investida da prefeitura e dos empresários do Parque das Feiras.

Por isso, foi celebrado novo acordo com a prefeitura e com a Engenharia e pavimentação Ltda (ENPAL), empresa responsável, na época, pela administração do Parque das Feiras. Entre os compromissos assumidos pelas duas partes, ficou firmado que a prefeitura:

Assume a obrigação de transferir até o dia 16.10.2001 a FEIRA PÚBLICA DA SULANCA para local seguro e que possua estacionamento e infra-estrutura necessária e imprescindível, respeitando os ditames da legislação de trânsito e as demais que regem o tema. (CURADORIA DA CIDADANIA, 2001, p. 01)

Enquanto que a segunda compromissária, a ENPAL, assumiu a responsabilidade de ceder, pelo prazo de 50 anos, o espaço localizado no empreendimento Parque da Feiras, em área de sua propriedade, para a Feira Pública da sulanca, sem qualquer ônus ou contraprestação. Além disso, assumiu, ainda, as seguintes obrigações:

- 01) Não cobrar aluguel ou quaisquer taxas aos sulanqueiros;
- 02) Ceder o estacionamento e as instalações sanitárias para os sulanqueiros e seus fregueses;
- 03) Fornecer segurança para o local que abrigará os sulanqueiros sem ônus para os mesmos;
- 04) Ceder o espaço todo pavimentado (calçado) e de forma permanente em todas as segundas e terças-feiras e eventualmente em outros dias em eventos que envolvam a atividade sulanqueira;
- 05) Fornecer sem ônus toda infra-estrutura para a realização da Feira Pública da Sulanca e que porventura não estejam discriminadas no presente termo de ajustamento de conduta.

A prefeitura ficou responsável pela transferência da feira pública, como também pela sua organização permanente através dos funcionários e guardas municipais, além da padronização dos bancos.

O poder de organização dos sulanqueiros e o apoio que tiveram do Ministério Público, através da normatização, favoreceram para que as relações socioespaciais fossem estabelecidas em favor dos interesses coletivos. E essa realização socioespacial só foi possível a partir da ação racional dos sujeitos sobre o espaço. Segundo Santos (1999, p. 234):

Os sistemas de objetos, o espaço-materialidade, formam as configurações territoriais, onde a ação dos sujeitos, ação racional ou não, vem instalar-se para criar um espaço. Este espaço – o espaço geográfico - é mais que o espaço social dos sociólogos, porque também inclui a materialidade.

A nova configuração territorial da Feira Pública da Sulanca foi possível graças à ação racional de seus atores que se confrontaram com outros envolvidos nos espaços de circulação das confecções, construindo novas relações socioespaciais, através de uma delimitação territorial de seus objetos.

Esses confrontos aconteceram entre grupos sociais bem determinados, os setores economicamente mais favorecidos, do município de Toritama, com o apoio do poder público e os sulanqueiros, economicamente menos favorecidos.

Por vezes, autores citaram a maneira como as classes dominantes mundiais tentam impor novas relações socioespaciais aos espaços locais. Amplia-se esse debate, colocando que as classes dominantes locais também tentam dominar esses espaços. No entanto, conforme a articulação com os demais agentes que atuam no local, as contradições serão evidenciadas. Isso de acordo com a posicionalidade de cada ator no âmbito dessa realidade.

Segundo Harvey (2000, p. 141-142):

Um passo preparatório consiste em promover uma certa ampliação da definição marxiana de “classe” (ou, mais precisamente, de “relações de classe”) sob o capitalismo de modo a lhe dar o sentido de **posicionalidade em relação à acumulação e à circulação do capital**. [...] De posse dessa definição de “posicionalidade em relação à acumulação e circulação do capital”, podemos melhor articular as contradições internas das muitas posicionalidades nas quais agem os seres humanos. O trabalhador, entendido como pessoa, é trabalhador, consumidor, poupador, amante e portador da cultura, podendo mesmo, ocasionalmente, ser empregador e proprietário de terras, ao passo que o trabalhador como papel econômico – a categoria que Marx analisa em **O capital** – é singular.

A partir das diversas posicionalidades, através das relações de classes, foram identificadas e analisadas as ações dos sulanqueiros no município de Toritama. As contradições que surgiram a partir da circulação do capital, nos espaços mercadológicos de Toritama, trouxeram questões diferenciadas para os atores locais.

A seguir, serão feitas as reflexões sobre essa estrutura socioeconômica e cultural na qual estão envolvidos os atores do aglomerado de micro e pequenas indústrias de confecções do Agreste pernambucano.

4. 4 Estrutura socioeconômica e cultural do macro-organismo socioespacial no qual estão inseridos os sujeitos

Os sujeitos, com seus papéis econômicos diferenciados, fazem parte de grupos heterogêneos mais amplos, pois se inserem numa estrutura socioeconômica e cultural envolta por um processo civilizatório que terá conotações diversas conforme o contexto histórico em

vigência. Para Mello (2001, p. 62):

O capitalismo é um *modo de vida que se universaliza em uma escala planetária*, com uma abrangência e incidência historicamente inéditas, mediante um ritmo avassalador e um dinamismo incomparáveis a outros modos de produção precedentes. É um modo de vida que se torna progressivamente *universal*, porque corresponde a um modo de produção que se organiza em escala crescentemente *mundial*, sendo esta, dentre outras, uma das características mais essenciais de sua singularidade histórica – o significado e o alcance mais relevantes de seu potencial civilizador. (Grifos do autor)

Mello relaciona a divisão social do trabalho ao processo, bem mais amplo, do modo de produção específico, com caráter civilizador e mundial, que está acontecendo por um período de tempo bem maior que outros sistemas produtivos anteriores. Conforme Mello (2001, p. 66):

Para todo modo de vida, um modo de consciência. Modo de produção + modo de vida + modo de consciência = civilização.
 Todo modo de produção é uma *receita de civilização*. É uma reelaboração dos conhecimentos, princípios, crenças e técnicas herdados e, em contrapartida, a criação de outros tantos em novas soluções de continuidade.

A civilização vai ser caracterizada por um conjunto de elementos sociais, econômicos, ideológicos, culturais etc. E essas características também se apresentarão diferenciadas conforme as localidades onde estejam inseridas.

O desenvolvimento do aglomerado produtivo do Agreste pernambucano constitui-se enquanto reelaboração e recriação desse processo civilizatório capitalista, pois seus princípios, técnicas, crenças etc., trazem continuidades desse modo de produção predominante na sociedade contemporânea. Além disso, o capitalismo introduz continuamente uma racionalidade, enquanto modo de vida que induz a um processo de transculturação que se generaliza em dimensão planetária, através de uma ocidentalização imposta ou disseminada.

Mello (2001, p. 83) lembra que “a propriedade privada, o industrialismo, o assalariamento, o consumismo, a concorrência, o monetarismo, a circulação de mercadorias, o individualismo, etc.” são característicos do processo civilizatório capitalista.

Os aspectos assinalados estão implícitos na organização sociespacial e nas inter-relações que se estabelecem no aglomerado produtivo de confecções do Agreste. Além disso, destaca-se que na estruturação produtiva flexível, a produção de mercadorias ocorre, predominantemente, em domicílios e com um pagamento por peças produzidas.

Conforme Marx (2008, p. 642):

A maior margem de ação proporcionada pelo salário por peça influi no sentido de desenvolver, de um lado, a individualidade dos trabalhadores – e, com ela, o sentido de liberdade, a independência e o autocontrole – e, do outro, a concorrência e a emulação entre eles.

Ou seja, o pagamento por peças, aliado à produção fragmentada em domicílios, consolida, uma das formas mais adequadas ao modo de produção capitalista e, tanto antes quanto agora, continuam presentes, fortalecendo não só o formato da produção capitalista, mas construindo sentimentos de autonomia que não são reais, mas ilusórios.

Nas relações socioespaciais que se estabelecem, tanto dentro dos espaços da produção (fácções, domicílios, fabrico ou fábricas) quanto entre os diversos territórios, a fragmentação existente, reforça esse modelo.

Desse modo, tem-se a continuidade de uma racionalidade que usa o território no sentido de garantir os interesses locais voltados, principalmente, ao econômico (lucro), à exploração do trabalho e ao crescimento a todo custo, no qual os interesses individuais são colocados em primeiro plano.

Conforme Harvey (2004, p. 130) é preciso acreditar que:

Nunca vai acabar o espinhoso problema de como conciliar o direito ao desenvolvimento geográfico (político, econômico, cultural) desigual com alguns ideais universais relativos aos direitos. Mas dizer que esse problema sempre vai nos acompanhar não equivale a conceber o dilema como irresolúvel por todo e qualquer tipo de razão.

Segundo o próprio Marx, esse processo não ocorre sem contradições e é a partir das contradições que a transformação pode ser buscada. E no contexto histórico-geográfico atual, o aglomerado produtivo de confecções do Agreste pernambucano necessita da intervenção das políticas públicas, para que os impulsos homogeneizadores da racionalização do capital não se consolidem enquanto única lógica existente.

Modificações já se apresentam acontecendo, quando grupos economicamente mais desfavorecidos se organizam e se colocam contrários aos interesses dominantes. E esse é um germe que pode ser aproveitado para que numa discussão democrática do planejamento da sub-região, as bases dessa racionalidade tão perversa sejam, no mínimo, minimizadas.

Conforme Santos (1999, p. 246):

Dentro de cada cidade, o princípio de unidade é dado, ao mesmo tempo, pelo mercado e pelo território, responsáveis pela unificação dos diversos segmentos característicos da vida urbana. Mercado urbano e território urbano são noções inseparáveis e realidades interdependentes, havendo, porém, submercados e subcircuitos espaciais da produção específicos, cada qual com sua racionalidade.

Ou seja, é através desses submercados e subcircuitos espaciais da produção, com suas racionalidades próprias e suas contradições, que surgem contra-racionalidades e se contrapõem à lógica local dominante.

A implementação de políticas públicas que minimizem as desigualdades existentes e

permanentes é fundamental, pois a racionalidade da estrutura socioeconômica e cultural existente, onde o individualismo exacerbado e a busca do lucro a todo custo são reinantes, só poderão ser atenuadas com a intervenção dos poderes públicos ou a ampla participação popular, o que na conjuntura atual não é tão favorável.

Percebe-se, então, que ao analisar de forma triangular a realidade em suas inter-relações socioespaciais no aglomerado, enfocando as ações dos sujeitos, o meio socioespacial constituído e usado e o macroorganismo da estrutura socioeconômica e cultural, encontram-se características locais específicas, mas que fazem parte de um modelo civilizatório bem mais amplo e que se impõe globalmente.

Como também, conforme a análise das falas dos atores envolvidos, o poder público não tem atuado de forma planejada no processo de crescimento econômico da sub-região. Dessa forma, é urgente que um novo planejamento para o desenvolvimento do aglomerado de micro e pequenas indústrias de confecções do Agreste pernambucano seja gestado sobre novas bases socioespaciais.

5 PLANEJAMENTO NECESSÁRIO ÀS TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS

A análise anterior mostrou que o desenvolvimento do aglomerado de micro e pequenas indústrias de confecções do Agreste pernambucano acontece em função da construção de inter-relações socioespaciais entre os territórios núcleos e os demais territórios que se envolvem com a produção, mediante os quais um conjunto indissociável de objetos espaciais (fábricas, fabricos, facções, lavanderias, oficinas de bordados, estamparias etc.) são produzidos e, ao mesmo tempo, usados pelos diversos atores envolvidos nas ações (micro-empresários, trabalhadores, entidades coletivas etc.).

Simultaneamente, mostrou-se que essas inter-relações socioespaciais acontecem muito mais no sentido da garantia da concretização da racionalidade econômica, do que da promoção de um modelo de desenvolvimento que efetivamente, pelo menos, reduza a forte desigualdade socioespacial existente. O que contribui para a permanência, e mesmo para o agravamento de vários problemas (ambientais, de precarização das relações trabalhistas, culturais etc.) esboçando um quadro socioespacial de uma situação geral indesejada.

Um desenvolvimento que contempla os problemas citados e soma-se a ausência de políticas públicas necessárias à maioria da população, não pode ser considerado como desenvolvimento, mas apenas como crescimento econômico. É diante dessas situações indesejadas que se vislumbra a perspectiva do planejamento para a sub-região.

Por isso, passa-se a analisar como, até agora, os poderes públicos buscaram ou não, modificar essa realidade, através de ações “planejadas” para o aglomerado, e isso com o intuito de se contemplar um desenvolvimento, que possa ser pensado para o futuro, com menos desigualdades socioespaciais, sendo essa a meta maior de um planejamento responsável.

5.1 O embrião de um planejamento não concluído

Conforme analisou-se no 4º capítulo desta tese, muitas das características atuais da indústria de confecções, nas diversas regiões brasileiras e no mundo, não se diferenciam tanto daquelas encontradas no aglomerado de micro e pequenas indústrias de confecções do Agreste pernambucano. Isso porque é o processo de racionalidade capitalista que se impõe no mundo, embora com diferenciações, conforme as especificidades territoriais de cada lugar.

O processo de reestruturação produtiva do capitalismo contemporâneo adequou-se

bem ao setor de confecções do aglomerado. Além da experiência local de se trabalhar com a montagem de peças, o aglomerado produtivo do Agreste já possuía uma produção de base artesanal, a qual se foi modificando sob os moldes industriais, mas dentro da lógica atual da reestruturação produtiva capitalista.

Da mesma forma, o mercado de produtos com baixo valor agregado foi sendo favorecido pelo acréscimo de renda das classes populares, no Brasil, após os últimos planos de estabilização econômica e ampliação dos programas assistenciais. O que também contribuiu para o crescimento do nicho de mercado, atingido pelo aglomerado produtivo agrestino.

Além disso, o crescimento econômico gerado a partir das micro e pequenas indústrias de confecções no Agreste pernambucano, ocorreu, principalmente, pelas ações dos atores privados desse aglomerado. Enquanto que as ações públicas vêm acontecendo ainda de forma muito tímida e com atuações pontuais.

As ações públicas que foram encaminhadas para o aglomerado produtivo, articulando os segmentos organizados existentes, como também apenas alguns dos municípios envolvidos, aconteceram de forma fragmentada, atingindo territórios isolados, sem uma visão socioespacial conjunta dessa realidade.

Entre essas ações, destaca-se a do Plano Territorial Rota da Moda, que fazia parte do Plano Plurianual 2004-2007, para o Agreste pernambucano. Essa proposta de ação pública do governo estadual será focalizada, pois não se conhece outras propostas apresentadas anterior ou posteriormente. E, embora o atual governo de Pernambuco coloque que está organizando um planejamento para este segmento o qual se efetivará em longo prazo, não houve acesso a esse novo plano de governo, que ainda está em andamento. Conforme o documento do CONDEPE/FIDEM (2004, p. 02):

A partir da regionalização do Estado em doze Regiões de Desenvolvimento (RDs), são elaborados, de forma participativa, através de Fóruns Regionais, 12 Planos Regionais de Inclusão Social, que definem a estratégia de desenvolvimento para cada uma das RDs. A principal estratégia regional para a inclusão social é o Desenvolvimento Local, um processo de mudança que leva ao dinamismo econômico e à melhoria da qualidade de vida da população das regiões, centrado nos recursos e potencialidades locais. Para isso, é necessário o pacto dos atores públicos e privados, a partir de uma iniciativa que cumpra o duplo objetivo de fazer a região competitiva no contexto externo e socialmente integradora no contexto interno.

A partir dessa exposição, planos regionais visavam definir programas estratégicos de desenvolvimento que objetivavam avançar para além do desenvolvimento econômico, pois almejavam a inclusão social, melhorando a qualidade de vida das pessoas. Esse enfoque é interessante, pois houve várias críticas aos dois mandatos do governador Jarbas Vasconcelos

sobre a não intervenção de políticas no campo social, e a proposta de planejamento tentava contemplar esses aspectos, mas ocorreram no final do segundo mandato.

Os Planos Regionais aconteceram no âmbito do Programa Governo nos Municípios, sendo focados na realidade supra municipal, servindo de incentivo para o planejamento municipal a partir da elaboração dos planos diretores dos municípios com mais de 20.000 habitantes. No Plano Territorial Rota da Moda, apenas quatro municípios foram focalizados: Caruaru, Toritama, Santa Cruz do Capibaribe e Taquaritinga do Norte.

Conforme a Figura 23, observamos que esses municípios receberam destaque, provavelmente, ao possuírem o maior número de empresas de confecções, além de aglutinarem os principais núcleos de comercialização, exceto Taquaritinga do Norte, mas que também possui ampla produção industrial, no distrito de Pão-de-Açúcar. Além disso, segue o percurso da BR 104, entre os municípios de Caruaru e Taquaritinga do Norte, encaminhando-se para Santa Cruz do Capibaribe, através da PE 160.

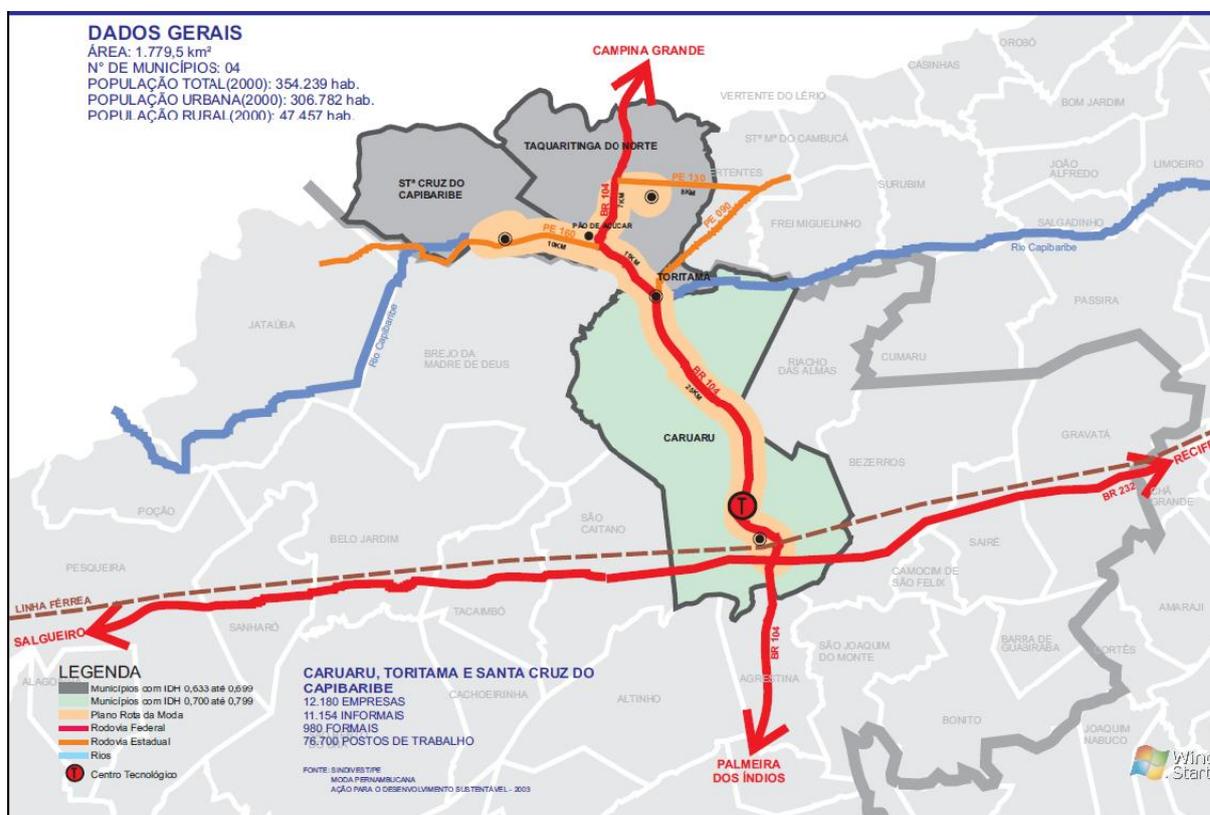


Figura 23: Plano Territorial Rota da Moda
 Fonte: CONDEPE/FIDEN, 2006

O Plano Territorial Rota da Moda apresentou algumas diretrizes objetivando a implementação de ações intermunicipais integradas, conforme relato abaixo:

O Plano Territorial Rota da Moda aponta diretrizes para uma ação integrada, cujo objetivo principal é o planejamento e ordenamento do uso e ocupação do solo, das questões ambientais, da expansão urbana e da conectividade entre os municípios, bem como a capacitação do quadro de servidores municipais, visando potencializar a vocação produtiva local. Neste contexto, está prevista a elaboração/adequação dos Planos Diretores de Toritama, Taquaritinga do Norte e Santa Cruz do Capibaribe, de forma a permitir a compreensão das problemáticas comuns e criar espaço de discussão da realidade supramunicipal dos quatro municípios. O Plano Diretor de Caruaru foi elaborado em 2002 com apoio da Agência CONDEPE/FIDEM. (CONDEPE/FIDEM, 2004, p. 04)

Verificou-se que, no entanto, como plano regional de desenvolvimento, com ações integradas, ele não atenderia ao aglomerado produtivo como um todo. Conforme o que já foi apresentado neste trabalho, o aglomerado atinge, atualmente, mais de vinte municípios da sub-região. Ademais, a ausência de uma cultura de engajamento social, exigindo ampliação dessas discussões em conjunto, também favoreceu uma baixa participação popular.

Conforme o Plano Territorial Rota da Moda, deveria acontecer, em primeiro lugar, a organização dos planos diretores dos municípios estratégicos, para em seguida articular-se coletivamente, o plano territorial, abrangendo os quatro municípios.

O Plano Diretor de Caruaru, elaborado em 2002, não foi encaminhado dentro dessa proposta. Embora cite a existência de aspectos relativos à produção de confecções no município, não propõe modificações estruturais específicas para o setor. Faz menção apenas à Feira da Sulanca e à necessidade de organização, como também de diminuir “o caráter informal de parcela significativa das atividades”, entre elas a confecção. Necessitaria, portanto, de uma adequação para adaptá-lo ao Plano Territorial Rota da Moda.

O plano diretor de Toritama coloca entre os seus objetivos específicos o de “Subsidiar o Plano Territorial Rota da Moda, em elaboração pela Agência CONDEPE/ FIDEM” (CONDEPE/ FIDEM, 2006, p. 09), propondo linhas de ação para o desenvolvimento econômico e a distribuição social que atingem diretamente a atividade de confecções, principal atividade produtiva do município. Citam-se as ações a seguir:

1. Promover, em conjunto com os órgãos federais e estaduais de apoio à pequena empresa e ao Pólo de Confecções, ações de estímulo à capacidade empreendedora local, de promoção de oportunidades empresariais e comunitárias, e de diversificação da economia local;
2. Promover ações que contribuam com a formalização das organizações produtivas municipais;
3. Implantar ações de revitalização econômica e do setor produtivo e comercial do município, promovendo o reaquecimento do comércio local;
4. Promover medidas visando as melhorias das condições de comercialização da Feira Pública de Confecções, integrando-a aos empreendimentos comerciais locais,

possibilitando a geração de melhores condições de atendimento aos clientes, e de maior valor agregado à produção municipal;

5. Promover o equilíbrio entre o uso de recursos ambientais e a produção local, através de ações de regulamentação e fiscalização dos empreendimentos produtivos;
6. Estruturar o órgão local de fiscalização, a fim [de] implementar processos de controle urbano e ambiental, reduzindo os impactos da implantação e operação dos empreendimentos locais.

Pela densidade territorial da atividade em Toritama, o desenvolvimento econômico do município continua voltado exclusivamente para a produção de confecções e as ações do plano diretor estão focadas nessa atividade produtiva. No entanto, sua operacionalização não foi encaminhada e nos últimos três anos o plano continuou apenas no papel.

Em Santa Cruz do Capibaribe, também houve uma discussão coletiva em relação ao plano diretor, porém, continua engavetado na prefeitura municipal, até os dias atuais. Não houve acesso ao texto, visto que o mesmo não se encontrava disponível na Biblioteca do CONDEPE/FIDEN. O mesmo aconteceu com o plano diretor de Taquaritinga do Norte.

Dessa forma, a primeira fase da implementação dos planos diretores não foi executada e, conseqüentemente, não se criou espaço para as discussões ao nível supramunicipal, como era previsto no Plano Territorial Rota da Moda.

Ao ser observado esse plano, no decorrer do documento, verificou-se a apresentação, em um primeiro quadro, de dados estatísticos referentes: à população urbana e rural, ao crescimento demográfico anual, à variação do IDH, ao número de empresas formais e informais e à participação de cada município no PIB de Pernambuco.

No segundo quadro foram enfocados dados sobre as áreas de: saúde, educação, segurança, rendimento e emprego nos quatro municípios. E, em seguida, passou-se para a apresentação da operacionalização do processo inicial do plano, através dos fóruns e oficinas.

Colocou-se os diagnósticos das dimensões econômica, territorial/ambiental, sociocultural e político institucionais que seriam apresentados nas oficinas, realizadas com atores de cada município e apresentadas propostas para a agenda de projetos comuns, o que culminaria na implementação.

No entanto, como foi visto, nem as etapas iniciais dos planos diretores conseguiram ser concretizadas nos quatro municípios. E muito menos as discussões supramunicipais. Na verdade, o governo estadual, através das ações do “programa governo nos municípios”, tentou dar respostas à população quanto a uma atuação mais voltada para as questões socioeconômicas. Mas, isso ocorreu já no final do segundo mandato, sem um monitoramento que pudesse trazer resultados concretos. Da mesma forma, o governo que se seguiu não deu continuidade ao processo anterior e coloca que está desenvolvendo outro plano de

desenvolvimento para a sub-região

Desse modo, teve-se um embrião de planejamento, embora não tenha sido concluído. E, apesar, das suas limitações, o planejamento é uma necessidade urgente para o desenvolvimento da sub-região, estimulando a consolidação de outras práticas socioespaciais que reduzam as desigualdades e respeitem as pessoas e o espaço.

5.2 Por um planejamento que contemple o aglomerado produtivo em sua complexidade e totalidade

A ausência de uma cultura de participação democrática e a falta de comprometimento para com a construção de outro tipo de desenvolvimento socioespacial, enraizados pela lógica do sistema capitalista dominante, são evidências constatadas no aglomerado produtivo. Além do mais, as políticas de desenvolvimento implantadas no país, não incorporaram a sub-região pesquisada, pois o desenvolvimento regional era pensado a partir da realidade nacional.

Com o enfoque das tendências de mercado, a nível mundial, o capitalismo tem favorecido a produção de territórios, chamados dinâmicos, articulando-os à economia mundial, em detrimento das “áreas de exclusão (ditas não-competitivas)”, como cita Araújo (2000, p. 129). O aglomerado produtivo de confecções do Agreste pernambucano é considerado como não-competitivo para essa lógica global.

Sendo assim, esses territórios não estiveram integrados aos processos regionais de desenvolvimento, implantados no Brasil, com a política desenvolvimentista ocorrida, entre as décadas de 1950 e 1970, até porque, nesse período, os referidos territórios ainda estavam se estruturando.

Ademais, as políticas mais recentes, que enfatizam o desenvolvimento dos Arranjos Produtivos Locais também não contemplaram o aglomerado produtivo estudado, como já foi tratado anteriormente, neste texto.

Para mudar essa cultura, devem ser implementadas práticas municipais que adotem uma visão administrativa do poder público, considerando-se o local e o sub-regional como indutores do processo de construção do desenvolvimento. O que não é encontrado nos municípios do aglomerado em tela, pois a cultura clientelista e assistencialista continua fortalecendo outro tipo de prática administrativa.

Conforme Araújo (2000, p. 47):

A visão que as autoridades municipais e que as próprias sociedades locais têm sobre

seu desenvolvimento futuro e, em especial, sobre o papel que na sua construção devem jogar o Estado central, os governos estaduais, o poder local, as empresas privadas e a própria sociedade, em muito influi no processo de promoção do desenvolvimento econômico [...]

Tanto a visão das diversas autoridades públicas, como também da sociedade local, favoreceu a um desenvolvimento espontâneo, sem planejamento, a partir dos atores privados, não havendo uma atuação mais participativa e coletiva dos atores nos aspectos socioespaciais em seu conjunto.

Encontra-se, nos dias atuais, um aglomerado produtivo que cresceu “desordenadamente”, ampliando os problemas socioespaciais, sem uma intervenção que contribuísse para minimizar os já existentes.

O início do processo do chamado “Plano Territorial Rota da Moda” não garantiu a efetiva participação da maioria dos territórios envolvidos, como também não teve continuidade na sua implantação. Então, vê-se a necessidade urgente da intervenção pública, na realidade agrestina, pois, como apresentada na pirâmide socioespacial, há uma base onde está localizada a maioria da população, a qual se encontra excluída de questões mínimas de assistência das políticas públicas.

A ausência do poder público como fator do desenvolvimento efetivo, mas sempre atrelado aos interesses do mercado, também tem favorecido ações dos oportunistas, como o caso da AGRESTEX, citada neste texto, a se infiltrarem entre os atores do aglomerado, tentando levar vantagem a partir das necessidades dos menos favorecidos.

Por isso, o planejamento que vislumbre a mudança socioespacial seja: urbana, regional ou sub-regional, deverá ser pensado a partir de uma gama de conhecimentos bem mais amplo, como também respeitando as especificidades de cada localidade.

O planejamento focalizado na sub-região é referenciado por Araújo, quando essa autora propõe que a nova Política de Desenvolvimento Regional no Brasil deve “pensar e agir no Brasil heterogêneo e diversificado” (ARAÚJO, 2000, p. 135). Essa nova estrutura de desenvolvimento regional deveria identificar e propor ações futuras para sub-regiões diversas, entre elas:

Sub-regiões em processo de reestruturação, que embora dotada de grande potencial econômico e de capacidade futura de competitividade, deverão sofrer, no curto e médio prazos, intenso processo de mudança na sua estrutura produtiva, visando, sobretudo, à incorporação de novos processos tecnológicos; o que importa ressaltar é que na maior parte dos casos tais sub-regiões, com seus processos tradicionais, se transformaram, com o decorrer do tempo, em estruturas produtivas dotadas de grande capacidade de absorção de mão-de-obra, em geral a reduzido nível de produtividade e remuneração do capital e força do trabalho. (ARAÚJO, 2000, p. 135)

Considera-se que essas características apontadas por Araújo se parecem com àquelas apresentadas na sub-região do Agreste Pernambucano, exceto pelo reduzido nível de produtividade, já que essa sub-região apresenta alto nível de produtividade. Mas como ela própria já destacava, o Brasil é heterogêneo e diversificado, o que também ocorre nas sub-regiões. Por isso, Araújo (2000, p. 136) aponta que:

É necessário que a nova política de desenvolvimento regional desça a cada caso, considerando as distintas potencialidades, ameaças, problemas ou entraves das sub-regiões no interior de cada macrorregião, o grau atual de sua inserção na economia internacional e a dinâmica recente da base produtiva já instalada.

O desenvolvimento deve ser pensado como política nacional e os vários entes federados seriam incorporados nesse processo, além da sociedade civil com os seus vários segmentos. Ademais, há uma preocupação implícita dessa autora com relação ao combate à pobreza. Ela enfatiza que as ações estratégicas para esse combate devem atingir as mais diversas dimensões, entre elas: a econômica, a social, a ambiental, a tecnológica e a político-institucional, para que se ampliem “os horizontes da cidadania”. Por isso, é que as ações estratégicas, nesse sentido, devem considerar:

- A necessidade de dar às pessoas possibilidades de inserção no circuito da produção, pelo acesso aos meios de produção (ativos produtivos) e ao conhecimento (educação formal, treinamento, conhecimentos de técnicas produtivas – capacitação tecnológica -, conhecimento de técnicas gerenciais), além de oportunidades para desenvolverem suas habilidades. [...]
- A possibilidade de exercício da cidadania supõe tempo disponível (redução das sobrecargas de jornadas de trabalho), acesso à informação e existência de espaço político de participação, criação e liberdade. (ARAÚJO, 2000, p. 291)

A chegada do Campus da Universidade do Agreste e dos Centros de Vocação Tecnológica no Agreste pernambucano podem contribuir para ampliação dos conhecimentos e desenvolvimento de habilidades necessárias a um novo desenvolvimento. Mas, a mudança nas jornadas de trabalho, extinção do trabalho infantil ou outros abusos que prejudicam a construção de uma verdadeira cidadania, elemento fundamental ao desenvolvimento, precisam ser buscados através de uma transformação cultural e ação dos órgãos públicos.

Por isso, a educação continua sendo a política pública que deve ser priorizada como caminho para essas modificações, que não acontecerão em curto prazo. Como também, é urgente um engajamento dos vários órgãos governamentais, nas diversas esferas federativas, numa ação planejada e conjunta que pense esse desenvolvimento socioespacial a partir das diferentes realidades territoriais existentes e se busque uma ampliação da inserção dos segmentos marginalizados, que compõem a base da pirâmide socioespacial, na construção de um aglomerado menos excludente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de desenvolvimento do aglomerado produtivo de confecções do Agreste pernambucano, foi, majoritariamente, encaminhado a partir da ação dos atores individuais da esfera privada, ocorrendo de forma espontânea, dentro da lógica racional capitalista.

Com isso, criaram-se os territórios da confecção de Santa Cruz do Capibaribe, Toritama, Caruaru, e de outros municípios, como rugosidades, que se articulam produtiva e comercialmente, mas que mantêm desigualdades socioespaciais.

Conforme Raffestin (1993, p. 150): “Toda prática espacial [...] induzida por um sistema de ações ou de comportamentos se traduz por uma ‘produção territorial’”. Esse sistema territorial fortaleceu as inter-relações entre os atores da esfera privada e outros da esfera pública, no aglomerado em tela.

Nos últimos anos, os setores que compõem os grupos mais organizados economicamente do aglomerado têm se articulado com outros segmentos do setor público, conquistando avanços nos espaços mercadológicos e de melhoria na infra-estrutura local.

Além disso, esboça-se uma tendência de centralização na organização dos fixos, tanto no tocante às feiras livres, onde os poderes públicos municipais têm atuado constantemente; quanto à localização das lavanderias, com uma ingerência dos poderes públicos estaduais, em parceria com o Ministério Público e a própria iniciativa privada.

O processo de centralização dos espaços das feiras livres iniciou-se em Santa Cruz do Capibaribe, com a transferência da antiga feira da sulanca (Figura Nº 24), do centro da cidade, para o Moda Center Santa Cruz do Capibaribe (Figura Nº 25). Essa nova organização atendeu tanto aos interesses públicos municipais, que almejavam revitalizar o centro urbano para ter um controle maior sobre esses mercados periódicos; como também aos da iniciativa privada, que encontrava dificuldades para controlar as comercializações indiretas que ocorriam através dos pequenos atravessadores (com compradores nos hotéis e nas pousadas). Esse desejo por uma nova organização dos objetos de comercialização foi concretizado através do centro popular de compras ali instalado.



Figura 24: Feira de Santa Cruz do Capibaribe
Fonte: LIRA, 2005



Figura 25: Área interna do Moda Center Santa Cruz
Fonte: LIRA, 2007

O espaço construído do Moda Center Santa Cruz do Capibaribe (figura 25) teve investimento tanto público quanto privado para a sua execução. No entanto, a administração ocorre em forma de condomínio através da iniciativa privada. Além disso, há uma disputa das elites locais para garantir que essa administração se mantenha nas mãos de aliados da atual gestão pública municipal.

Verifica-se, portanto, que o poder de propriedade está muito presente e que o espaço fixo da feira livre foi privatizado. Dessa forma “o território [...] por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder” (RAFFESTIN, 1993, p. 146).

Esse mesmo processo foi intensificado em Toritama, mas, nesse caso, viu a reação dos sulanqueiros daquele município, que se organizaram através da AFEST. O poder de organização dos sulanqueiros conseguiu barrar a investida dos empresários com maior poder econômico no município e com a ajuda do Ministério Público, a feira livre continuou pública. No entanto, percebe-se que os interesses privados, atrelados ao poder público municipal, continuam investindo para consolidar essa centralização.

A modificação da localização da feira da sulanca também é palco de discussões, atualmente, em Caruaru, que já iniciou o debate com os sulanqueiros e está organizando a construção do novo local, situado às margens das BRs 232 e 104. Nesse caso, os interesses privados de empresários do Pólo Comercial de Caruaru e da atual gestão pública municipal se articulam para concretizar essa nova investida.

Esses fixos da comercialização das confecções passam a ter suas localizações controladas e modificam a característica principal das feiras livres que é o crescimento constante. Além disso, a nova organização provoca custos maiores para os feirantes e os pequenos produtores que possuem dificuldades para manter as despesas. Os ambulantes, que também ofereciam suas mercadorias em balaios ou carroças, desaparecem na nova

configuração territorial.

Outro aspecto da centralização que se encontra na organização territorial do aglomerado produtivo refere-se à localização das lavanderias. Tanto em Caruaru, quanto em Toritama, são travadas discussões freqüentes sobre a construção do distrito industrial de lavanderias.

A argumentação principal é fundamentada na necessidade urgente dessas estruturas saírem das áreas urbanas dos municípios. Mas os interesses dos empresários maiores desse ramo estão presentes, pois os pequenos estabelecimentos de lavanderias terão dificuldades de manterem as novas estruturas, já que a maioria funciona em espaços domiciliares vinculados aos fabricos de confecções.

O processo inicial de organização das lavanderias, em Toritama, a partir das exigências do Ministério Público trouxe uma dispersão espacial de muitas lavanderias que se deslocaram para Caruaru, como também para áreas rurais. Quando a pressão passou a ocorrer em Caruaru, a dispersão foi acontecendo em direção a Riacho das Almas. A fragmentação espacial desses fixos tem avançado por vários municípios do Agreste.

A necessidade de controle ambiental e de respeito à saúde pública nas áreas urbanas tem favorecido a intensificação dessas discussões sobre a construção dos distritos industriais das lavanderias. E os interesses privados daqueles que possuem maior poder de propriedade fazem com que eles se articulem com os poderes públicos constituídos, para que essa centralização aconteça.

A ação do IPPEM quanto à exigência das etiquetas favoreceu a um processo de controle maior dos confeccionistas através das identificações das suas mercadorias, como também, uma atuação da Secretaria da Fazenda mais eficaz quanto às unidades produtoras do Agreste pernambucano. Isso demonstra que tem havido uma pressão maior, do ponto de vista fiscal, para que os confeccionistas passem a fazer as contribuições tributárias.

A atuação do poder público quanto às etiquetas mostra que sua ação, na fiscalização, é necessária do ponto de vista do recolhimento tributário. Mas, elas devem contribuir para garantir que os pequenos produtores tenham alternativas de estarem regulamentados e em condições de se manterem.

As ações do Estado acontecem, então, muito mais no sentido do aprimoramento das atividades econômicas que no das modificações sociais e essa realidade mantém as necessidades da coletividade em último plano.

Outro aspecto da localização dos fixos da produção que também chama a atenção é a forma anônima dos estabelecimentos que produzem confecções. A falta de identificação

ocorre para burlar a fiscalização. Visitando vários dos municípios agrestinos, não se reconheceu, pela aparência das casas, existirem fabricos ou facções. No entanto, bastava observá-las, com mais atenção, que o barulho das máquinas denunciava a presença daquelas unidades produtivas no seu interior, muitas delas funcionando na clandestinidade. Trata-se de uma estratégia de sobrevivência local, porque são pessoas que não têm condições de acesso ao território garantido pela modernização. Ou seja, esses “espaço[s] construído[s] pelo[s] ator[es] [...] comunica[m] suas intenções” (RAFFESTIN, 1993, p. 147).

Os espaços da produção apresentados nas figuras Nº 26 e 27 demonstram como as unidades produtivas ficam despercebidas nas paisagens urbanas do aglomerado de micro e pequenas indústrias de confecções do Agreste pernambucano. A camuflagem externa também serve para camuflar as relações que se estabelecem no interior desses locais. E as formas diferenciadas de contratação permitem que as produções por peças, aparentem que os trabalhadores são autônomos, ganhando mais que os outros, mesmo que as formas de trabalho sejam precárias.



Figura 26: Lavanderia e fabrico
Fonte: LIRA, 2009.



Figura 27: Domicílio que fabrica com jeans
Fonte: LIRA, 2009

As formas de contratação com assalariamento diferenciado ocorrem intra ou extra-fábricas. E mesmo que essas variações aconteçam através do pagamento diário, semanal, mensal ou por produção de peças, elas mantêm a característica principal da venda da força de trabalho pelos trabalhadores aos capitalistas.

A produção extra-fábrica tem se ampliado, nos últimos anos, através do aumento das facções e costureiras autônomas. Essa prática que acontece a nível mundial, através da produção flexível, também tem sido fortalecida no aglomerado produtivo em tela. Isso tem favorecido a um processo contraditório. Por um lado, há uma concentração maior de capital para os confeccionistas que já se encontram em situações privilegiadas, e por outro, há a desconcentração produtiva em espaços fragmentados para os que estão na base da pirâmide

socioespacial.

Além disso, as entidades de apoio, recém incorporadas ao aglomerado produtivo, passam a se relacionar dentro dessa mesma lógica da racionalidade instalada. E as instituições públicas municipais têm dificuldades de se articular com base nos interesses intermunicipais, por predominarem os bairristas, que fazem parte da lógica individualista predominante e agravam ainda mais a problemática social da área.

Os dados quantitativos apresentados sobre o meio socioespacial demonstram que se necessita, urgentemente, que os interesses coletivos sejam colocados como prioridade. E que o planejamento sub-regional contemple uma nova configuração socioterritorial em que a cidadania possa ser contemplada.

Concorda-se, então, com Harvey (2004, p. 164), quando este, parafraseando Marx, diz que “a tarefa da política ativa [...] é buscar transformações das relações sociais no pleno reconhecimento de que o ponto de partida da ação política depende das condições histórico-geográficas alcançadas”. Nesse âmbito, o Estado, em conjunto com os vários segmentos da sub-região, deverá promover um planejamento sub-regional que contemple um novo desenvolvimento socioespacial para o aglomerado de micro e pequenas indústrias de confecções do Agreste pernambucano.

Não somos ingênuos em achar que as condições histórico-geográficas atuais são favoráveis, mas acredita-se que é possível mudar e melhorar. Pois, a crise do sistema capitalista tem provado que esse processo civilizatório não é o melhor para a humanidade, nem o que se deseja. Desse modo, um novo aglomerado produtivo é possível. Mas depende do compromisso que possa ser construído entre os diferentes entes dos poderes públicos, com uma ampla articulação com a sociedade civil; e que essas ações sejam planejadas e executadas, porém não apenas em função do mercado, mas da coletividade. Pois, como cita Mello (2001, P. 161): “a história caminha... e o processo civilizatório ainda resta um projeto inacabado”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, R. **Filosofia da Ciência: Introdução ao jogo e as suas regras.** São Paulo: Edições Loyola, 2000.
- AMARAL FILHO, J. **É negócio ser pequeno, mas em grupo.** Disponível em: < www.ric.ufc.br/biblioteca/jair_e.pdf>. Acesso em: agosto de 2009.
- ANDRADE, M. C. **Espaço, polarização e desenvolvimento.** Recife: Centro Regional de Administração Municipal (CRAM): 1967.
- _____. **Geografia Econômica do Nordeste.** São Paulo: Ed. Atlas, 1970.
- _____. **A questão do território no Brasil.** São Paulo/Recife: Hucitec, 1995.
- ANTUNES, R. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1998.
- AQUINO, W. R. **Desenvolvimento de aglomerados de micro indústrias em cidades do interior de Pernambuco, Nordeste do Brasil.** Recife: UFPE, Dissertação em Economia, 1990.
- ARAÚJO, C. A. C. L. **Análise da cadeia têxtil e de confecções do estado de Pernambuco e os impactos nelas decorrentes do fim do acordo sobre têxteis e vestuário – ATV.** Recife: UFPE, Dissertação em Economia, 2006.
- ARAÚJO, T. B. **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências.** Rio de Janeiro: Revan: Fase, 2000.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 1988.
- BARALDI, S. **Supervisão, flexibilização e desregulamentação no mercado de trabalho: antigos modos, novas incertezas nos vínculos de trabalho da enfermagem.** São Paulo: USP, Tese em Enfermagem, 2005.
- BELLUZZO, L. G. M. & COUTINHO, R. (Org.) **Desenvolvimento Capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.
- BOTELHO, A. **Do fordismo à produção flexível: a produção do espaço num contexto de mudança nas estratégias de acumulação do capital.** São Paulo: USP, Dissertação em Geografia. 20/12/2000. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/>>. Acesso em: novembro de 2008
- BRANDÃO, C. A. **A dimensão espacial do subdesenvolvimento: uma agenda para os estudos urbanos e regionais.** Tese de Livre Docência. Campinas: Instituto de Economia – UNICAMP, 2003. Mimeografado.
- CABRAL, R. M. **Relações possíveis entre empreendedorismo, arranjos organizacionais e**

institucionais: Estudos múltiplos no Pólo de Confecções do Agreste Pernambucano.

Salvador: UFBA, 2007.

CAMPELO, G. M. C. **A atividade de confecções e a produção do espaço em Santa Cruz do Capibaribe.** Recife: UFPE, 1983.

CAMPOS, A. **Precarização em confecções no interior preocupa autoridades.** São Paulo, 14/04/2008. Disponível em: <<http://www.reporterbrasil.org.br/exibe.php/>>. Acesso em: 28 fev. 2009.

CAPIBARIBE, Relatório da Expedição. **Um projeto de expedição sócio-cultural e ambiental no Rio Capibaribe.** Fórum de Reforma Urbana de Pernambuco: Grupo de Trabalho de Meio Ambiente e Saneamento, 2007.

CARDOSO, M. F. T. C. **Caruaru:** a cidade e sua área de influência. Revista Brasileira de Geografia. Outubro-dezembro/1965.

CARLEIAL, L. M. F. **A flexibilidade externa da firma e seus efeitos sobre a organização da produção e mercado de trabalho:** um estudo de caso na indústria eletro-eletrônica em Curitiba. Caxambu, MG: trabalho apresentado no XVIII Encontro anual da ANPOCS; mimeo, 1994.

CARNEIRO, R. N. **Produção do espaço e circuito de fluxos da indústria têxtil de São Bento – PB:** do meio técnico ao meio técnico-científico informacional. Recife: UFPE, 2006.

CASTILHO, C. **Pequena indústria e produção do espaço em Toritama-PE.** Recife: UFPE. Revista de Geografia, 1985.

CASTRO, E; GOMES, Paulo César da Costa & CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia:** Conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

CATTANI, A. D. (Org.). **Trabalho e Tecnologia:** dicionário crítico. Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: Ed. Universidade, 1997.

CONDEPE/FIDEM. **Caruaru.** Recife, 2006. Disponível em:

<<http://www.portais.pe.gov.br/cepe/matérias/>>. Acesso em: novembro de 2008.

_____. **Santa Cruz do Capibaribe.** Recife, 2006. Disponível em:

<<http://www.portais.pe.gov.br/cepe/matérias/>>. Acesso em: novembro de 2008.

_____. **Toritama.** Recife, 2006. Disponível em: <[http://www.](http://www.portais.pe.gov.br/cepe/matérias/)

[portais.pe.gov.br/cepe/matérias/](http://www.portais.pe.gov.br/cepe/matérias/)>. Acesso em: novembro de 2008.

_____. **Estratégia de Desenvolvimento Local de Pernambuco:** Governo nos Municípios/ Plano Territorial Rota da Moda. Recife, 2004.

DEMO, P. **Pesquisa e construção de conhecimento:** metodologia científica no caminho de Habermas. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

- EAGLETON, T. **Ideologia**: Uma introdução. São Paulo: Editora Boitempo, 1997.
- ELLUL, J. **A Técnica e o Desafio do Século**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.
- ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora em Inglaterra**. Lisboa: Editorial Presença Ltda, 1997.
- FADE/ UFPE. **Estudo de Caracterização Econômica do Pólo de Confecções do Agreste Pernambucano**. Recife, 2003.
- FAISSOL, S. **Urbanização e regionalização**: relações com o desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: IBGE, 1975.
- FERREIRA, J. E. **Ocupação humana no Agreste pernambucano**: uma abordagem antropológica para a história de Caruaru. Caruaru: Idéia, 2001.
- FERREIRA, R. A. **A pesquisa científica nas Ciências Sociais**: Caracterização e Procedimentos. Recife: Editora Universitária, 1998.
- FIEPE. **Agenda Pró-Caruaru**. Caruaru, 2002.
- FORMIGA, M. & SACHS, I. **Celso Furtado**: a SUDENE e o futuro do Nordeste – Seminário Internacional. Recife: SUDENE, 2000.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.
- FURTADO, C. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Editora Nacional, 1977.
- _____. **O mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1981.
- _____. **Pequena introdução ao desenvolvimento**: enfoque interdisciplinar. São Paulo: Editora Nacional, 1980.
- _____. “Emergência e difusão da civilização industrial (II)”. In: **Criatividade e dependência na civilização industrial**. São Paulo: Círculo do livro, 1978.
- _____. “Da ideologia do progresso a do desenvolvimento”. In: **Criatividade e dependência na civilização industrial**. São Paulo: Círculo do livro, 1978.
- _____. “Dependência num mundo unificado”. In: **Criatividade e dependência na civilização industrial**. São Paulo: Círculo do livro, 1978.
- GALBRAITH, J. K. **Anatomia do poder**. São Paulo: Pioneira, 1984.
- GEORGE, P. **Geografia Industrial do Mundo**. São Paulo/ Rio de Janeiro: DIFEL, 1979.
- GIL, W. Destino da Sulanca está nas mãos dos feirantes. **Jornal do Comércio**. Recife, 10 jan. 2009. Cidades, p. 07.
- GONÇALVES, M. F; BRANDÃO, C. A. & GALVÃO, A. C. F. (Org.) **Regiões e cidades, cidades nas regiões**: o desafio urbano regional. São Paulo: Editora UNESP: ANPUR, 2003.
- GORINI, A. P. F. **Panorama do setor têxtil no Brasil e no mundo**: reestruturação e

- perspectivas. Rio de Janeiro: BNDES Setorial, nº 12, p. 17-50, set. 2000.
- GOUVEIA, R. P. **O trabalho na indústria: antes, agora...** O caso das confecções cearenses. Fortaleza: UFCE, Dissertação de mestrado em Economia., 1997.
- HARVEY, D. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural.** São Paulo: Ed. Loyola, 1998.
- _____. **Espaços de Esperança.** São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- _____. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo: Annablume, 2005.
- KONDER, L. **O que é dialética.** São Paulo: Círculo do Livro, 1981.
- LA BLACHE, V. **Princípios de Geografia Humana.** Lisboa [Portugal]: Edições Cosmos, 1954.
- LACOSTE, Y. **Os países subdesenvolvidos.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- LAKATOS, E. M. & MARCONI, M. A. **Metodologia Científica.** São Paulo: Atlas, 1986.
- LASTRES, M. M; CASSIOLATO, J. E. & MACIEL, M. L. (Org.). **Pequena Empresa: cooperação e desenvolvimento local.** Rio de Janeiro: Relume Dumará: UFRJ, Instituto de Economia, 2003.
- LASTRES, M. M. & CASSIOLATO, J. E. (Org.). **Estratégias para o desenvolvimento: Um enfoque sobre Arranjos Produtivos Locais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste Brasileiros.** Rio de Janeiro: E-papers, 2006.
- LEFEBVRE, H. **O direito à cidade.** São Paulo: Centauro, 2001.
- LIRA, S. M. **A organização territorial das escolas públicas em Caruaru: entre a modernização, o clientelismo e a construção do espaço do cidadão.** Recife: UFPE, Dissertação em Geografia, 2003.
- _____. “A rota do medo na sulanca”. In **“Por uma Geografia sem cárceres públicos ou privados”.** Recife: Os Autores, 2007.
- LUKÁCS, G. **História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista.** São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- MACHADO, V. L. **A feira de confecções como fator de integração e dinamismo regional: o eixo Caruaru/Toritama/ Santa Cruz do Capibaribe-Pernambuco.** Salvador: UFBA, Dissertação em Geografia, 2005.
- MARX, K. **O Capital: crítica da economia política: livro I, volume 1 – 24ª edição.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- _____. **O Capital: o processo de produção do capital: livro I, volume 2 – 22ª edição.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- _____. **Formações Econômicas pré-capitalistas.** São Paulo: Paz e Terra, 1991.

_____. “Contribuição à crítica da economia política (prefácio)”. In: **Os Pensadores**. São Paulo: Abril, 1978.

_____. “Introdução à crítica da Economia”. In: **Os Pensadores**. São Paulo: Abril, 1978.

MATOS, F. R. N. **O Tecido Empreendedor em um Arranjo Produtivo de Confeccção no Agreste Pernambucano**: costurando o capital social. Recife: UFPE, Tese de Administração, 2009.

MELGAÇO, L. de M. **A Geografia do Atrito**: dialética espacial e violência em Campinas – SP. São Paulo: USP, Dissertação de Geografia Humana, 2005.

MELLO, A. F. de. **Modo de produção mundial e processo civilizatório**: os horizontes históricos do capitalismo em Marx. Belém: Paka-Tatu, 2001.

MELO, M. L. de. **Os Agrestes**: estudo dos espaços nordestinos do sistema gado-policultura de uso de recursos. Recife: SUDENE, 1980.

MINAYO, M.C.S. Fase de Trabalho de Campo. In: MINAYO, M.C.S. **O desafio do Conhecimento**. São Paulo, Rio de Janeiro: Hucitec/Abrasco, 1991.

MOREIRA, S. H. L. **O mundo invisível das micro-unidades produtivas do setor de confecções** – as fábricas. Fortaleza: UFCE, Dissertação de mestrado em Sociologia, 1996.

NASCIMENTO, A. L. **Trabalho sobre a cidade de Santa Cruz do Capibaribe-PE**. Apresentado no 1º Curso de Gestores no APL-Moda. Caruaru, 2004.

NEVES, M. A. & PEDROSA, C. M. **Gênero, flexibilidade e precarização**: o trabalho a domicílio na indústria de confecções. Sociedade e Estado, Brasília, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/se/>>. Acesso em: 27 fev. 2009.

OLIVEIRA, I. P. **Indústria informal de confecções e mercado de trabalho**: um estudo sobre a grande Natal (1977-2003). Natal: UFRN, Dissertação de mestrado em Geografia, 2004.

OLIVEIRA, M. B. Desmercantilizar a tecnociência. In: Boaventura de Souza Santos (org.). **Conhecimento prudente para uma vida decente**: “um discurso sobre as ciências” revisitado. Porto: Afrontamento, 2003.

PÁDUA, E. M. M. **Metodologia da Pesquisa**: abordagem teórico-prática. Campinas, SP: Papirus, 1996.

PASTORE, J. **Flexibilização dos mercados de trabalho e contratação coletiva**. São Paulo: Editora LTr, 1994.

PEREIRA, B. B. S. **Caminhos do desenvolvimento**: uma história de sucesso e empreendedorismo em Santa Cruz do Capibaribe. São Paulo: Edições Inteligentes, 2004.

- PERNAMBUCO, Governo do Estado de. **Governo nos municípios: Plano Regional de Inclusão Social, Agreste Setentrional Estratégico**. Recife, 2003.
- PERNAMBUCO. Secretaria da Fazenda. **Legislação do ICMS**. Recife, 2009. Disponível em: <<http://www.sefaz.pe.gov.br/>> Acesso em: 02 de maio de 2009.
- PORTER, M. E. **Competição = On competition: estratégias competitivas essenciais**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- RAMALHO, J. P. & ARROCHELLAS, M. H. (Org.). **Desenvolvimento, subsistência e trabalho informal no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2004.
- ROSSI, P. **Os Filósofos e as Máquinas**. São Paulo: CIA das Letras, 1989.
- SÁ, A. J. & CORRÊA, A. C. B. **Regionalização e Análise Regional: Perspectivas e abordagens contemporâneas**. Recife: Editora Universitária, 2006.
- SÁ, A. J. **Por uma Geografia sem cárceres públicos ou privados**. Recife: os autores, 2007.
- SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo/ razão e emoção**. São Paulo, HUCITEC, 1999.
- _____. **O Espaço dividido**. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1979.
- _____. **Espaço e Sociedade: ensaios. Petrópolis: Vozes, 1982**.
- _____. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.
- _____. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: HUCITEC, 1997.
- _____. SOUZA, M. A. & SILVEIRA, M. L. **Território: globalização e fragmentação**. 4ª edição. São Paulo: HUCITEC, 1998.
- _____. SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SASSEN, S. **As cidades na economia mundial**. São Paulo: Studio Nobel, 1998.
- SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 1996.
- SILVA, A. P. G. **Do couro ao jeans: evolução da economia informal do fabrico de roupas jeans em Toritama – PE**. Monografia do Curso de Especialização em História do Brasil República. Campina Grande: UFPB, 1994.
- SILVA, J. B; COSTA, M. C. L. & DANTAS, E. W. C. (Org.) **A cidade e o urbano: temas para debates**. Fortaleza: EUFC, 1997.
- SILVA, M. O. S. e & IAZBECK, M. C. **Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Cortez; São Luís - MA: FAPEMA, 2006.
- SINGER, P. **O Capitalismo: sua evolução, sua lógica e sua dinâmica**. São Paulo: Moderna, 1987.

- _____. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2002.
- SMITH, A. & RICARDO, D. **Investigação sobre a natureza e as causas das riquezas das nações/ Princípios de Economia Política e Tributação**. São Paulo: Abril Cultural, 1974.
- SOUZA, A; CARVALHO, I. & OLIVEIRA, L. **Sulanca**: “um pólo de alta tecnologia em confecções”. Monografia do Curso de Especialização em Metodologia do Ensino Superior. Caruaru: FAFICA, 1996.
- SOUZA, M. L. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- SOUZA, N. J. **Desenvolvimento econômico**. São Paulo: Atlas, 1999.
- TEIXEIRA, F. J. S. & OLIVEIRA, M. A. (Orgs.). **Neoliberalismo e reestruturação produtiva**: as novas determinações do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1996.
- THWEATT, W. O. **Teorias do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1971.
- TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2006.
- WEBER, M. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília, DF: Estado de São Paulo, 1999.
- WILLIAMS, R. **O campo e a cidade**: na história e na literatura. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- XAVIER, G. P. **O empreendedorismo em cidades do interior de Pernambuco e as transformações no espaço**: o processo de urbanização e desenvolvimento local em Santa Cruz do Capibaribe. Recife: UFPE, Tese em Desenvolvimento Urbano, 2005.
- ZAOUAL, H. **Nova economia das iniciativas locais**: uma introdução ao pensamento pós-global. Rio de Janeiro: DP&A: Consulado Geral da França: COPPE/UFRJ, 2006.

APÊNDICES

GRADE DOS INDICADORES
ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

Sonia Maria de Lira

Tipo de ator:

Esfera de atividade:

Classificação do(a) agente local:

Tipo de produto:

Município:

INDICADORES	CODIFICAÇÃO TEMÁTICA
LOCALIZAÇÃO DOS TERRITÓRIOS DA PRODUÇÃO	
LOCALIZAÇÃO ORIGINÁRIA DOS COMPRADORES	
FORMAS DE CONTRATAÇÃO	
FORMAS DE COMERCIALIZAÇÃO	
NÍVEL DE ORGANIZAÇÃO	
NÍVEL DE ARTICULAÇÃO COM O PODER PÚBLICO	
NÍVEL DE ARTICULAÇÃO COM OUTROS SEGMENTOS	
MAQUINARIA	
NORMATIZAÇÃO	

ENTREVISTA 1

Qual o tipo de confecção o senhor fabrica?

Produzimos confecção em meia malha de algodão e na linha masculina. Trabalhamos com infantil, juvenil e adulto.

(A produção ocorre em um único local?)

Terceirizo uma parte. A serigrafia a gente faz aqui; o corte e uma parte da costura e o resto manda pra fora.

(Essa terceirização ocorre em Santa Cruz ou em outros municípios? Quais?)

Em outros municípios. Macaparana e Glória de Goitá, na Zona da Mata; em São Domingos (Brejo da Madre de Deus), aqui vizinho e o restante é aqui na cidade. A gente faz isso, porque a mão-de-obra aqui na região é escassa. Não tem mão-de-obra pra costura. Aqui muita gente vai procurar costureiras em Jataúba, Frei Miguelinho, Vertentes, Surubim, Barra de São Miguel, Caraúbas, Gravatá do Ibiapima (distrito de Taquaritinga), Vila do Pará (distrito daqui); Afogados da Ingazeira, São José do Egito, no Sertão. Tudo isso produz pra cá. Tem essa linha de ônibus daqui, ela leva pra essa região e traz. Por conta da mão-de-obra das costureiras.

(Existem também funcionários daqui que se deslocam de outros municípios?)

Só de São Domingos, que é cidade dormitório e é nosso vizinho. Mas tem fabricante aqui que aluga ônibus ou toyotas e vão buscar fora. Mandam buscar de manhã e mandam levar à tarde. Inclusive dão alimentação e tudo. A coisa do futuro é essa, adquirir o veículo e mandar buscar o pessoal fora.

(E de onde são os seus compradores?)

Acho que 80% é do Norte do país. Uma parte é do Nordeste (pouco) e Centro-Sul pouco também. A maioria são Estados da região Norte: Pará, Amazonas, Roraima, Rondônia, Acre e Mato Grosso, no Centro-Oeste é pouco. Também vendemos pra Bahia, com a região metropolitana de Salvador, que é pouco também. Vendemos pra um cliente de magazine em Fortaleza. E agora temos um vendedor na região metropolitana de Recife, que não tinha antes.

(O senhor já chegou a exportar? Pra onde?)

Pra Cuba. Uma Missão Empresarial que veio de Cuba, com apoio do governo do Brasil e de Pernambuco, em 2003. A gente conseguiu fechar um contrato e a gente sofreu muito por causa da empresa de exportação. Porque a gente ía usar uma de São Paulo, mas um menino de Recife resolveu abrir uma empresa de exportação e aí passou quase um ano pra poder desembarcar essa mercadoria. Passou entre cinco e seis meses pra receber o dinheiro, porque

atrasou a documentação e aí os cubanos não pagavam a gente, e a gente não entregava a mercadoria, porque foi o primeiro negócio. E complicou muito. Depois eles vieram de novo. Mas a gente tinha melhorado mais a mercadoria e tinha também o problema do câmbio. A moeda da gente começou a valorizar e dessa vez não deu certo. Então, eles compraram na Turquia, porque tinha mais preço do que aqui. Mas tem uma empresa daqui de Santa Cruz que exporta pra Angola. De três em três ou quatro meses ela manda pra Angola, ela entrega a uma exportadora. O pessoal que tem as lojas em Angola compram a essa exportadora. Mesmo com a moeda do jeito que está a gente continua fazendo a exportação com Angola.

(Como são transportadas as confecções que são revendidas?)

Tem umas duas empresas daqui da cidade que mandam pro Norte. Toda semana sai um caminhão ou dois que vão pra região Norte. Alguns entregam em Belém e de lá vão para os outros lugares. A gente manda e chega no destino. E a mercadoria que vai pra fora, sai de SUAPE, Pernambuco, e vai pra Santos, lá no Sul, de navio, pra chegar no destino.

(E como são feitos os pedidos das mercadorias?)

A gente é passivo nesse sentido. Porque eles vêm comprar a gente. Talvez uns 20% do que a gente vende é que a gente seja mais agressivo pra vender. Uns 80% a gente é vendido. O cliente se dispõe a vir comprar aqui. Os escritórios de representantes de vendas avisam quando os clientes chegam e a gente manda as mercadorias que são vendidas diretamente. O cliente se desloca do Norte e vem comprar direto aqui, às vezes vão aos representantes e às vezes vêm aqui na empresa. E tem algumas encomendas que eles já fazem pelo telefone e depois vêm pegar aqui. Eu só tenho dois vendedores que fazem Recife e o Grande Recife; e outro que vende em Salvador e Grande Salvador. Eles são ligados a muitas empresas, de Santa Cruz e da região, e representam os produtos da gente.

(O senhor se relaciona com alguma entidade de classe dos confeccionistas?)

Com a ASCAP e com a CDL. Apesar de a gente ser da indústria, a gente foi um dos fundadores da CDL, que na época era de comerciantes e a gente nunca deixou. E a gente participa dos eventos da ASCAP, junto com o SEBRAE.

(O senhor tem também alguma loja ou boxe nos centros de compras?)

Não. Tem uma menina que vende num banco da feira, em consignação. Há vinte anos atrás a gente tentou botar uma loja pra vender no varejo, mas não deu certo. Um mês era bom, mas os outros eram ruins e empatava o dinheiro.

(Como é o relacionamento com o poder público?)

Ultimamente está tendo umas rodadas de negócios em Caruaru e o governo do Estado apóia e a gente está participando. A gente leva a coleçãozinha da gente e tem dado certo. A gente

passa também a vender pra magazine e fica bem melhor. É uma forma de a gente crescer, no futuro. E é uma forma de se organizar, porque se vai e não vendeu. Porque foi que não vendeu? Se vender, o que fazer pra melhorar? E essas são lições grandes.

(Muito obrigada pela entrevista e pela contribuição para nossa pesquisa.)

ENTREVISTA 2

A sua família possui facção ou fabrico?

É uma facção e antes minha mãe trabalhava para outras pessoas que tinham outras facções, ela era uma costureira dessa facção e hoje ela tem a facção dela própria. Hoje existem pessoas que mandam suas peças para ela... e hoje ela tem pessoas que trabalham para ela, tem costureiras. São 4 costureiras que ela tem.

(Quanto custa a diária de uma costureira que trabalha em facção?)

Depende do ponto da costureira. Tem costureira que paga apenas R\$10,00, mas tem costureira que ganha uns R\$20,00. Mas é a questão da produção da costureira, porque tem costureira que dá muita produção, enquanto uma faz duas peças ela faz quatro, cinco. Minha mãe ganha por peça, então ela paga a diária pra ver se tem algum lucro tirando da mão-de-obra da costureira. Se for pagar um preço muito alto não vai dar pra ela pagar as costureiras e tirar os prejuízos dela, que é energia, uma agulha, uma linha, uma máquina que quebra, então tudo isso vem do bolso dela, então tem que dar uma manutenção e ainda um lucro para ela.

(Outras pessoas trabalham com sulanca, nessa região?)

Com certeza, hoje em dia mesmo 90% do pessoal vive da sulanca. Muita gente vive da sulanca, os que não vivem da sulanca trabalham na prefeitura. A agricultura, hoje, na zona rural não existe mais. Tem aqueles fazendeiros que tem o seu gado, mas é uma coisa que não tem desenvolvimento. A agricultura hoje não dá lucro.

(Como esses sulanqueiros têm se articulado?)

Tem muita concorrência, aí teve fabrico, teve facções que acabaram, quer dizer que pessoas que têm pouco estudo, essas pessoas que não têm outra renda, que viviam só com a sulanca, hoje, vivem desempregadas. Tem pessoas já fechando os fabricos. Na zona rural são muitos, porque a zona rural é tipo uma saída pra muitos sulanqueiros, porque devido aos fabricos e facções da cidade mesmo já estão com um nível de produção muito alto, então muita gente colocando naqueles fabricos muitas peças, pra zona rural mandam só para completar aquela encomenda.

(Sua mãe trabalha para um só fabrico ou vários?)

Ela percebeu que só uma pessoa mandando costura pra ela, no caso esse sulanqueiro de Riacho, não estava conseguindo abastecer a facção dela. E o que ela fez? Ela procurou outros sulanqueiros para que nesse meio de encontro, enquanto um não manda, mas o outro manda, aí vai controlando a produção dela.

(Qual a parte da produção que sua mãe faz?)

Ela não tem todo tipo de máquina. Ela emenda os pedaços, aí ela manda a peça inacabada. Falta elástico, cós, riata, travete. Então, quer dizer, que é um trabalho a mais para o dono do fabrico, porque minha mãe manda o saco de peças e ele vai ter o trabalho de mandar para outros fabricos, outras facções. Na zona rural, mesmo, só tem esse tipo de trabalho, de emendar as peças. Por quê? Porque em torno de preços, as outras máquinas são muito caras, aí o pessoal não tem condições de investir nesses tipos de máquinas.

(Vocês fazem parte de alguma associação de confeccionistas?)

Não.

(Vocês já se articularam, em algum momento, com os poderes públicos?)

Não, foi só a gente sozinho.

(Muito obrigada pela entrevista)

ENTREVISTA 3

Como e quando surgiu a associação?

Ela foi formalmente constituída em outubro de 2002. O objetivo dessa associação, a princípio, foi uma forma de se organizar para se defender contra o poder econômico de alguns empresários aqui da cidade, pois a feira da sulanca em Toritama nós tentamos construir ela, desde o início da década de 1990, quando conseguimos que a cidade estivesse mais desenvolvida industrialmente na confecção da cidade. A feira funcionou em vários lugares, perto da igreja, em Fazenda Velha, [...] e por fim, em 2001, ela estava estabelecida em frente ao Clube Ipiranga, às margens da BR. Nessa época o prefeito da cidade, o finado Galego, conforme comentários na cidade, ele era um dos sócios do Parque das Feiras, juntamente com Carlinho Lucena. O Parque das Feiras foi construído no intuito de dar melhor qualidade aos locais de vendas da cidade e a feira ficou em segundo plano. Ele deu toda ênfase ao Parque das Feiras e a feira ficou relegada. Depois de duas inaugurações frustradas, então quiseram levar, de todo jeito, a feira para perto do “Parque” pra ver se dava uma levantada e aconteceu. Isso foi feito, mas não da forma que ele quis. O Ministério Público entrevistou e foi feito um ajustamento de conduta, para transferir a feira para lá e lá permanecesse, durante, pelo menos, 50 (cinquenta) anos. Então, foi formada uma comissão de sulanqueiros e no dia 16 de outubro de 2001 a feira da sulanca saiu das márgens da BR 104 e do Clube Ipiranga e foi para o atual local, ao lado do Parque das Feiras. E após essa transferência, o promotor da época, o Dr. Sérgio Gadelha, previu que nós poderíamos ter vários problemas com aqueles empresários de poder econômico grande. Como os sulanqueiros economicamente são inferiores, ele nos aconselhou a formar uma associação. Porque, enquanto ele estivesse na cidade, atuaria em favor dos sulanqueiros, mas ele não ia ficar pra sempre na cidade. Tanto ele quanto a juíza da época, Dra. Inês, aconselharam nesse sentido. Então, com esse intuito e com essa indicação do promotor e da juíza, nós fizemos a primeira reunião e dessa reunião, que deu aproximadamente 50 (cinquenta) pessoas, nós montamos as bases para a formação da 1ª diretoria da associação. Então, formamos a associação, um ano após a transferência da feira, em outubro de 2002, onde formalmente a associação tomou vida. E, de lá pra cá, ela vem crescendo. No começo, tinha, em torno de 30 (trinta) associados; hoje, ela tem quase 500 (quinhentos) associados. E vai nesses cinco anos, com várias lutas e conquistas contra estes que tem o poder econômico, que eu falei, anteriormente. Entramos com várias ações na justiça contra algumas arbitrariedades que essas pessoas quiseram fazer e que nós, até hoje, conseguimos vencer.

(Como a direção da associação se articula com os seus associados?)

Pessoalmente, lá na feira da sulanca, a gente passa toda semana, conversa com os sulanqueiros, sabe se tem algum problema, se tem alguma sugestão. É uma gestão democrática e participativa. Com todos a gente se comunica como uma grande família.

(Existe articulação desta associação com outras associações locais e de outros municípios também?)

Existe, atualmente, uma boa articulação com a Associação do Parque das Feiras. No início, teve aquela turbulência, porque não queriam a feira ao lado. Mas, aos poucos foi criando essa visão que devemos trabalhar articuladamente.

(Então, houve interesse de modificar novamente o local da feira?)

Isso! Houve uma articulação para mudar para uma outra localidade por trás do Parque das Feiras e não ao lado e na frente, como é atualmente. Sempre com o intuito da feira ficar atrás. Então, depois de várias brigas judiciais e não judiciais, acabou se convencendo que se não pode vencer seu inimigo, se alie a ele. Que não havia inimigos, apenas era uma falta de informação e de ganância por parte dessas pessoas que tinham dinheiro e que, hoje, elas entendem que o parque das feiras cresceu, por causa da feira. E a feira cresceu, por causa do Parque. Então, foi um casamento que deu certo.

(Então, essa articulação é local. Mas vocês tem articulações com outras associações de outros municípios?)

Não. Há dois anos atrás eu tentei me articular com o presidente da Associação dos Feirantes de Caruaru, Alexandre, mas devido a uns problemas que teve lá na cidade de Caruaru, não deu certo. Foi apenas uma conversa informal, troca de experiências, para ver como eles trabalhavam, porque a gente estava querendo articular cartões de crédito, na feira, e eles já tinham começado lá. Então, a gente foi somente pegar informações. Formalmente, não temos nenhuma articulação fora do município. Só com o Parque das Feiras e com a ACIT.

(Como vocês administraram esses conflitos que surgiram, além das ações judiciais?)

Nós administramos socialmente. Nós convocamos a TV Asa Branca, fizemos protestos, pra tentar sensibilizar a população e os próprios empresários do Parque das Feiras, porque quem fazia toda essa discórdia não eram todos os empresários do Parque das Feiras, mas alguns diretores do Parque das Feiras e que tinha interesses, apenas financeiros. Inclusive, essas pessoas venderam todas as dependências do Parque das Feiras. Porque, inicialmente, o parque foi projetado para ter somente uma etapa. Aí, deu certo. Vamos construir outra etapa. Onde foi construída essa outra etapa? No local do estacionamento. Então, ficou faltando estacionamento. E, construíram uma terceira etapa que não deu certo. E, estão tentando

ressuscitar. Saíram detonando todos os locais de estacionamento. E depois quiseram tirar a feira, alegando que a feira estava atrapalhando. São alguns diretores que provocam essa discórdia, que pode ter certeza, não vai parar por aqui. Isso é um início de uma longa jornada. (Quais as ações governamentais que poderiam ser feitas para a melhoria da sulanca e da população?)

Transportes. Com a duplicação da BR 104 o tráfego poderia fluir mais rápido. Quando as pessoas saem de Recife, gastam uma hora ou uma hora e vinte para chegar a Caruaru e quase o mesmo tempo pra chegar em Toritama, principalmente nas segundas e terças-feiras, nos dias das feiras da sulanca. E a outra ação é o governo do Estado investir em marketing turístico, para divulgar nas outras regiões o que a gente tem de bom. E, por fim, deveria ter uma diminuição da carga tributária, que sufoca as empresas que querem se formalizar. Mas, a prefeitura necessita também pavimentar ao redor do Parque das Feiras, cuidar do lixo e também garantir iluminação pública, que favoreceria a população. Só precisa administrar melhor os recursos públicos.

(Em entrevista, o secretário de comércio e indústria de Toritama colocou haver uma articulação de uma rota da moda a partir de Toritama, se articulando com Pão de Açúcar, em Taquaritinga do Norte e também com Surubim, mas excluindo Caruaru. Você tem informações sobre esta articulação?)

O que eu posso lhe afirmar é que Surubim e Taquaritinga do Norte estão muito organizados em relação a confecção, principalmente no campo de malhas. Eu tenho esses dados a partir da feira da sulanca, porque grande parte dos sulanqueiros pertencem a Taquaritinga do Norte, principalmente do distrito de Pão de Açúcar. Eu creio que 30% ou mais dos feirantes de Toritama pertencem a estes municípios. Então, hoje Toritama está mais ligado a estes municípios, porque eles estão dependentes de Toritama para comercializarem as suas mercadorias. Enquanto, que Caruaru tem a sua economia própria. Talvez seja esse um dos motivos desta aproximação maior.

(Eu soube que houve atritos entre empresários do Parque das Feiras de Toritama e do Pólo comercial de Caruaru. Como isto ocorreu?)

Bem, o que eu tenho conhecimento através de populares é que o empreendimento do Pólo Comercial de Caruaru tem como um dos seus acionistas um empresário que também é acionista do Parque das Feiras, que é Carlinhos Lucena. E segundo informações o que Carlos Lucena tinha que ganhar aqui já ganhou e queria fazer outros investimentos e que era incompatível a sobrevivência de um e de outro, Pólo comercial e Parque das Feiras e que ele daria maior ênfase aquele empreendimento. Então, houve boatos na cidade que ele queria

prejudicar o Parque das Feiras e queria que o Pólo de Caruaru realmente pegasse e que ele tinha mais investimentos lá. E isso realmente aconteceu, porque houve atritos entre vários empresários do parque das Feiras e Carlos Lucena, que não admitiam isso. Inclusive, a ENPAL que era uma empresa que administrava o Parque das Feiras e que um dos acionistas era Carlos Lucena, aos poucos deixou de administrar o Parque. Quem administra o parque de dois ou três anos pra cá é a Associação dos Lojistas do Parque das Feiras, então, aos poucos foram desvinculando a figura de Carlos Lucena ao Parque das Feiras, porque seus olhos eram para o Pólo Comercial de Caruaru.

(E houve também a articulação dos comerciantes de Toritama para não adquirir os boxes do Pólo Comercial de Caruaru?)

Houve. Eu lembro, na época que vários empresários boicotaram não comprar boxes lá no Pólo, porque viam que os interesses eram outros. Então, foi uma forma de tentar embargar aquela obra.

(Muito obrigada pela entrevista.)

ENTREVISTA 4

Como surgiu a ACIT?

O Ministério Público Estadual começou a pressionar as lavanderias, na questão do meio ambiente, e já havia empresários interessados em melhorar essa situação. E percebemos que era necessário, dada a complexidade da coisa, diante das exigências da legislação, era necessário nos agruparmos e ter representatividade. Ou seja, precisávamos nos fortalecer, para que diante das dificuldades das cobranças, a gente pudesse nos defender e ter peso nas decisões. Então, nós criamos a ACIT, no intuito de nos defender, diante das dificuldades. Então a associação tinha a cara dos proprietários de lavanderias, porque todos os sócios fundadores eram proprietários de lavanderias. Então, hoje nós temos todas as lavanderias com o tratamento da água, dentro dos parâmetros da lei. E a partir daí nós abrimos o leque pra outros empresários, porque nós precisamos melhorar a infra-estrutura local. E só melhoramos se nos agruparmos e se discutirmos juntos quais os meios pra isso.

(Quantos associados existem, hoje, na ACIT?)

Nós temos, hoje, aproximadamente 105 associados à ACIT (associação comercial e industrial de Toritama). A cultura do associativismo em Toritama é bem recente, há apenas quatro anos, mas já realizou grandes feitos.

(Quais seriam esses feitos?)

Como a duplicação da BR 104. O primeiro pleito para escoamento da nossa produção, segundo que ela passaria a aproximadamente, 980m, de distância do nosso Parque das Feiras. Então, o nosso pleito era que uma via passasse por dentro de nossa cidade e outra por fora. A questão do abastecimento de água, nós estamos com um estudo da COMPESA, com o comprometimento do governo do Estado, que está fazendo um projeto pra abastecer a nossa cidade. A questão educacional para a formalização e também a questão ambiental.

(Como vocês se relacionam com as outras instituições de confeccionistas?)

Podemos dizer, hoje, que somos grandes parceiros. Muitas das ações aqui realizadas teve o peso e o punho das outras associações. As nossas associações locais têm tido peso na hora de cobrar do governo ou da justiça. Nós podemos dizer que somos grandes parceiros e aliados. A Rodada de Negócios, por exemplo, a que vai acontecer em março, nós estamos levando 22 empresas de Toritama. Santa Cruz, em torno de 45 empresas. Caruaru, uma boa quantidade, Belo Jardim, Riacho das Almas, Surubim. Então, as três associações em parceria com o SEBRAE e o SINDIVEST, elas têm fomentado o desenvolvimento da região. Não só a Rodada de Negócios, mas a qualificação com cursos, treinamentos. A questão do peso

político na hora de cobrar. Porque, uma coisa é eu ir cobrar sozinho e outra coisa é o presidente da ACIT, o presidente da ACIC e o presidente da ASCAP. Por trás de nós tem um grupo de empresários. Nenhuma autoridade cometeria o pecado de deixar de nos ouvir, na hora de cobrarmos qualquer coisa que seja de nosso interesse e do interesse da nossa região. Então, na questão da duplicação, todas as associações tinham o mesmo interesse e o mesmo pleito. Não era uma briga só de Toritama, Caruaru ou Santa Cruz, porque beneficia todas as cidades do nosso Pólo. Quando nós falamos do Pólo, essas três cidades significa o seguinte: o que é bom pra Toritama, é bom pra Caruaru e é bom pra Santa Cruz. E hoje, nos temos uma quarta cidade inserida que é a cidade de Surubim, que fica a 40km daqui. E, posteriormente, nós já iniciamos o trabalho, em parceria com o SEBRAE e o SINDIVEST, tentando inserir também os proprietários de lavanderias de Riacho das Almas, porque comprometendo eles, nós teremos também lá uma associação forte, como são também as nossas associações e vamos estar defendendo os interesses deles e o interesse de um desenvolvimento sustentável. (Muito obrigada pela entrevista.)

ENTREVISTA 5

Como a secretaria tem se articulado com o aglomerado produtivo de confecções?

Bom, nós temos trabalhado, basicamente, em parceria com as entidades que representam esse segmento de confecções. Nós desenvolvemos um projeto, junto com a Associação Comercial Empresarial de Caruaru e com o SINDIVEST que foi a Rodada de Negócios do Pernambuco Fashion. Pela minha experiência no setor têxtil, eu identificava que uma das grandes ameaças nesse segmento, um importante segmento, com mais de 80.000 pessoas empregadas é a questão da comercialização, então, existe aqui uma base industrial muito grande, bastante eclética. Você aqui produz roupa íntima, masculina, feminina, jeans... E não estamos focados em uma indústria, são milhares de indústrias que também têm suas vantagens por ser micro-empresa, você tem uma mobilidade e certa garantia da manutenção do segmento. Mas existe um desafio grande para esse segmento que é a questão da comercialização que aqui está muito fragilizada, porque é muito focada na feira da sulanca dos três municípios. Então, é uma atitude onde o fabricante produz e aguarda que a venda se concretize através dessas visitas semanais dos clientes. Então, já na época, como vice-presidente do sindicato, eu colocava isso como uma das principais dificuldades e a gente já tinha alinhado o pensamento, que precisava fazer trabalho de treinamento, de mão-de-obra, de gestão e precisava trabalhar, sendo mais contundente na questão da comercialização, na questão do marketing dessa parte. A nossa proposta foi buscar um modelo que está sendo utilizado no sul do país, que já havia mais de oito anos que estava acontecendo, que era um evento de sucesso, que é a Rodada de Negócios feita pela associação lá de Blumenau, aliás, de Brusque, e tentamos replicar isso pra cá. Então eu convidei, na época, o presidente da Associação Comercial e também o representante do sindicato e alguns empresários. Nós fizemos uma missão, identificamos o perfil, qual era a metodologia aplicada lá e promovemos essa rodada aqui. Já vamos para a terceira edição e realmente tá começando a render frutos. A terceira rodada de negócios, agora em março, faz parte do Pernambuco Fashion. O Pernambuco Fashion é um evento “guarda-chuva” onde tem a parte de desfiles, onde a gente faz a questão do marketing da moda, mas o objetivo, a síntese do evento é a rodada de negócios, ou seja, é promover a questão comercial do pólo de confecções.

(Qual o local aonde vai se realizar o Pernambuco Fashion e como está sendo implementado o projeto para a inclusão digital do micro-empresário?)

Aqui em Caruaru, e com a participação de fábricas de todo Pernambuco, não só de Caruaru e não só do pólo do Agreste, mas também, com indústrias da região metropolitana do Recife e compradores de todo o Brasil. Então, foi uma ação que nós fizemos, diretamente com a questão da confecção. Estamos trabalhando com o departamento de micro-empresa que existe aqui dentro da secretaria, dando assistência ao micro-empresário, no sentido de formar, melhorar a gestão e aí a longevidade das empresas. A preocupação nossa é que grande parte dos micro-empresários não tem uma formação acadêmica como gestor, e na grande maioria, trabalha com o filho. E a gente tá tentando colocar um pouco de técnica nesse processo. Nós estamos montando um tele-centro aqui na secretaria, estamos buscando uma parceria com o Ministério do Desenvolvimento, no sentido de implantar o tele-centro e promover a inclusão digital do micro-empresário. E o setor de confecções é, logicamente, um dos focos.

(Como está a articulação com outros segmentos do poder público? Tem havido algum tipo de intercâmbio, algum tipo de relacionamento com esses setores?)

Eu participei da formação da grade curricular do curso de técnico em confecção, que hoje é promovido pelo SENAI. O curso que foi feito em parceria com o SEBRAE de oficina gerencial, com o SINDIVEST, FIEP e outras entidades. A secretaria participou também da formatação de design, a parte econômica, de comercialização e a parte de produção. Agora eu acredito que a participação da secretaria vai ser muito mais contundente quando a gente montar o tele-centro.

(Grande parte das micro indústrias são informais. A secretaria tem dados dessas empresas informais? Como está a relação com essas empresas informais?)

Não. Na verdade o que nós estamos acompanhando é um processo de formalização. É muito difícil acompanhar o informal porque isso é muito volátil, uma hora abre e outra hora fecha; está aqui e vai para acolá; está alugada uma casa ali, vence o aluguel, não pagam, e vão para outro local. Eles são muito ciganos, vamos dizer assim, e o SEBRAE fez esse levantamento em parceria com a universidade federal em relação ao número de empresas, mas eu questiono. O método não foi coerente em relação a Caruaru. O método fazia uma amostragem em relação a determinados bairros. Em Santa Cruz, por exemplo, existe uma concentração forte de confecção em um determinado local; em Toritama praticamente toda a cidade é tomada pelo processo; em Caruaru, não. Em Caruaru o setor de confecções é um setor e tem outros setores importantes da economia, e isso está muito disperso dentro da cidade. Essa atividade, então, pegar a impressão de um bairro foi realmente... O próprio SEBRAE admitiu que a metodologia foi correta para Toritama e Santa Cruz, mas em Caruaru não deveria ter sido aplicada. Deveriam ter mudado, e aí colocou Caruaru com poucas indústrias em relação aos

outros municípios, mas mesmo assim com muitas empresas, mais de 3000 indústrias. Então é um número absurdamente grande e na época 98% era informal, ou seja, quase 100%, e isso a gente tem visto que está mudando e eu digo isso por causa dos números que são apresentados pelo Ministério do Trabalho, que o número de empregos com carteira assinada, gerados no setor industrial, em Caruaru, tem crescido mais de 100% e isso com toda a certeza não é a criação de novas empresas, é o processo de formalização de uma boa parte delas. Então, está claro que é porque estão migrando do informal para o formal, e isso está se dando, basicamente, pela força que as associações estão colhendo, pelo trabalho de cursos que estão sendo promovidos, onde a empresa tem que ser associada e para ser associada tem que ser formal. Outra coisa que está promovendo a formalização são os centros de compras, o Pólo Comercial, a Fábrica da Moda, aqueles outros pequenos outlets que existem no largo da feira. Então eles precisam buscar se formalizar, e, de repente, eles aparecem dentro de uma estatística que ninguém identificava. Também a redução significativa na alíquota do ICMS que promoveu a vinda de uma grande parte da informalidade para a formalidade e agora nós temos um pleito junto ao governo estadual de reduzir mais 10% este ano. Então, eu acredito que esse é o caminho: uma tarifa justa, uma atribuição justa.

(Como o senhor vê as modificações na legislação para micro e pequena empresa que está sendo discutida, a nível nacional?)

Essa, sem dúvida, vai ser uma ferramenta importantíssima para que a gente busque essa formalização, e acho inclusive que cada município deve trabalhar um complemento a ela, de acordo com suas particularidades. Cada município tem a sua realidade. A própria lei, do jeito que está, ainda tem algumas coisas a serem melhoradas, e aí cabe ao gestor municipal, a partir da implantação de uma lei como essa, conseguir promover acesso desburocratizado a essa pequena empresa, para que ele monte essa empresa muito mais rápido, sem ter que recorrer a despachantes para conseguir a documentação da sua empresa.

(Qual a origem dos confeccionistas que vendem na feira da sulanca de Caruaru?)

Grande parte do produto que é vendido na feira da sulanca é produzido aqui na região Agreste, não só Caruaru, mas Toritama, Santa Cruz, Pão de açúcar (Taquaritinga), Surubim e outras cidades que participam do pólo de confecções...

(Caruaru possui empresas que exportam? A Secretaria dá algum apoio?)

A exportação do pólo de confecções, como um todo, é muito incipiente. Tanto a de Santa Cruz, como a de Caruaru e de Toritama. Não existe contratos de exportação, na sua grande maioria. Não existe um relacionamento firme entre o mercado exportador e esses fabricantes aqui na região. Então, são produtos que são colocados em determinadas lojas, principalmente

na África. Eu estive, por duas ocasiões, lá. Estive em Cabo Verde e em Angola, então eu sei exatamente como esse processo se deu. Alguns empresários daqui montaram lojas lá em sociedade com angolanos ou com caboverdianos para que acontecesse esse processo. Então, isso é muito frágil. Qualquer outro fornecedor com um preço diferencial quebra esse relacionamento comercial. Um problema que todos os comerciantes do mundo estão tendo, que é realmente um diferencial de preços absurdos, que está acontecendo na China. A gente precisa buscar um diferencial: estamparia brasileira, moda brasileira, porque os chineses são muito bons e são muito rápidos em copiar, mas como a moda é muito rápida, então a gente tem aí uma janela de oportunidades, e eu sou do ramo de confecções, tenho um cliente que me compra de São Paulo e quando eu fiz uma coleção para eles e ele disse que queria uma modificação, assim e assado, mas ele me fez um pedido que eu não podia atender, então pediu a permissão para fotografar a peça. Mandou por e-mail para um fabricante na Tailândia, que não custa praticamente nada e em 72 horas recebeu o retorno do pessoal perguntando quantas peças eram pra produzir. Então, tem mais 60 dias de água só viajando para voltar ao Brasil. Os brasileiros precisam mudar o seu relacionamento com os seus clientes, lá fora, para que possam dar um produto diferenciado, porque se for trabalhar com produtos que são verdadeiras comodites dentro do mercado internacional aí fica difícil. Fabricar calça jeans, como é chamado, com lavagem Stone normal, não tem como competir, fabricar t-shirt normal, de algodão ou tecido misto sem estamparia, aquela que agente chama de camisa de político que o pessoal dá de brinde promocional, é difícil competir. A gente tem que trabalhar com produto diferenciado, e esse é o sucesso da moda praia brasileira. O Brasil, hoje, dita a moda praia e consegue trabalhar sem problema nenhum e talvez seja um dos setores que menos receba influência dos produtos chineses, já um muito próximo deles é o surf wear, esse sofre horrores com o produto chinês, porque o produto é sintético, baseado em fibra sintética e os chineses nadam de braçada aí, mas quando parte do algodão aí o chinês já tem uma dificuldade com matéria prima de algodão, então tem que trabalhar esse tipo de coisa.

(Você falou muito nos outros municípios que trabalham com a confecção e fazem parte do pólo de confecção do Agreste. Há alguma articulação entre as secretarias dos três municípios?)

Entre as secretarias não. Eu busco relacionamento constante com os empresários. Às vezes há dificuldade pela estrutura das secretarias, ou até porque não estão focadas em determinados segmentos. Meu relacionamento até pela minha origem empresarial e por ser vice presidente do SINDVEST, é com as outras entidades, ASCAP, ACIT, ACIC. Meu relacionamento tem sido através dessas entidades e eu acho que eu consigo ser mais contundente dessa maneira.

Nós buscamos, há um ano e meio atrás, os prefeitos de Caruaru, Toritama e Santa Cruz. Reunimos os prefeitos das três cidades e discutimos as oportunidades e os desafios para a feira da sulanca. Foi a primeira busca de aproximação que nós fizemos, e nesse momento, foi muito mais sonora a voz dos empresários dessas entidades do que as próprias associações do poder público.

(Por quê?)

Não sei.

(Há dificuldade para o poder público se articular?)

Com outros poderes públicos de outros municípios da região.

(Há uma presença constante de comerciantes que fazem as feiras dos três municípios, que têm lojas nos centros de compras dos três municípios e há uma dificuldade do poder público se articular?)

Sem dúvida. E olhe que nós buscamos, nós envolvemos o governo estadual, na época trouxemos o secretário de infra-estrutura para discutir a questão da duplicação da BR 104, trouxemos o secretário de desenvolvimento econômico, secretário de ciências e tecnologia (o Claudio Marinho), na época nós até brincamos que se houvesse alguma coisa no Estado, a administração estadual estava em Caruaru e não em Recife, porque tinha três secretários de estado, o governador e o vice-governador aqui. Então, o prestígio dessa região é muito grande. Então você tem governador, vice-governador, três secretários de estado, os três prefeitos estavam aqui presentes, todos conversando a questão da feira da sulanca, a questão do pólo têxtil, do pólo de confecções, e para frustração nossa, não houve continuidade dessa conversa. A coisa ficou muito polarizada. Naquela questão do bairrismo, a minha cidade é isso, a minha é a capital da sulanca, a minha é a capital do jeans...

(Então há um processo de competitividade entre os três municípios?)

Na verdade existe. Cada uma tem a sua vocação, mas se, por exemplo, Santa Cruz engolisse o processo produtivo de Toritama, seria um caos para Toritama, porque toda a economia de Toritama está inserida no jeans, do mesmo jeito que Santa Cruz está toda alicerçada na malha, na confecção de uma maneira geral, então existe um receio de Caruaru por ser muito maior que as outras duas vir a engolir esse processo, mas a gente não tem o menor interesse nisso, porque a gente pensa em desenvolvimento regional, inclusive, nós fizemos um fórum de oportunidades, o ano passado, em parceria com o movimento do pólo de Caruaru e chamamos os prefeitos de outras regiões como Belo Jardim, para a gente discutir sobre o Agreste do Estado. Não interessa para Caruaru dominar um processo produtivo para que depois toda a mazela dos outros municípios venha para cá sobrecarregar a estrutura pública do município,

saúde, educação. Então, nós estamos pensando num modelo de desenvolvimento regional. E aí, de certa forma, nós já identificamos uma contextualização nisso, de que Toritama tem uma estrutura muito bem montada na produção do jeans; que Santa Cruz tem uma estrutura bem montada na confecção da malha; Caruaru possui indústrias mais bem estruturadas, isso é fato. Até porque aqui existe uma estrutura sindical formada, nós temos uma base sindical operária aqui em Caruaru. Então, determinados exageros ou determinadas coisas que acontecem, essa informalidade toda que acontece, por exemplo, em Toritama e Santa Cruz, aqui já não há muito espaço porque existe um sindicato obreiro atuante, defendendo a classe; aqui existe uma delegacia regional do Ministério do Trabalho; aqui existe toda uma estrutura de uma cidade que não permite; a fiscalização já é mais contundente, já é mais próxima. Então, os empresários daqui passaram por um processo, muito mais que os empresários de lá, de formalização e de melhoria de infra-estrutura, mas existe de fato esse processo.

Já dentro da base empresarial já aconteceu esse individualismo, e hoje em dia, a gente já vê isso de maneira mais tranqüila. Os empresários já identificaram que já não vivem sozinhos: cidade “A” não vive sem cidade “B” que não vive sem cidade”C” e assim por diante. Hoje, em dia, eles já estão abrindo um comércio aqui, ali, acolá e como esse ambiente já está mais tranqüilo dentro da classe empresarial, eu busco justamente a classe empresarial para interlocutar.

(Como a secretaria tem se relacionado com outras entidades ligadas ao aglomerado produtivo de confecções e como isto tem contribuído para o crescimento econômico de Caruaru?)

É fato para o Agreste Central, que Caruaru é o pólo, é a referência. 40% do PIB dessa região é produzido por Caruaru, 75% de toda atividade comercial da microrregião do Vale do Ipojuca é de Caruaru e 40% da oferta de serviços. Então, pelo cadastro da FIEPE de Pernambuco, a maioria das indústrias formais de confecções estão instaladas em Caruaru. Isso é um fato. A feira da Sulanca é importantíssima, porque existem desdobramentos da feira para Caruaru, por exemplo: o setor metal mecânico tem crescido muito, essas toyotas, combes, ônibus... Todo esse pessoal usa o nosso setor de serviços. O pólo médico também cresceu bastante. Nós, hoje, somos o segundo em demanda médica do Estado de Pernambuco, os restaurantes e bares também são atendidos. O centro da cidade fica fervilhando no dia da sulanca e vários outros setores também comercializam no dia da Feira da Sulanca, então, a feira é uma mola propulsora do comércio de Caruaru. Mas, na produção, nós temos tido uma preocupação, por que isto está acontecendo em ambientes que não são indicados. Então, nós estamos lançando este mês um projeto que vai lançar o Distrito Industrial de Lavanderias, num sistema de condomínios. E nós estamos envolvendo o Ministério Público, o ITEP, a FIEPE, o CPRH, o

BFZ, o SINDIVEST, para criar esse distrito, com apoio da prefeitura. Tentando tirar uma atividade insalubre, de área residencial, e dar um direcionamento ambiental. Então, estamos desapropriando uma área do distrito industrial e doando para esse projeto. Nós estamos mapeando, também a atividade econômica, para a questão da segurança. Fizemos uma agenda e convidamos a ACIC, o CDL, a Maçonaria, porque onde há dinheiro há malandro e a atividade informal leva ao uso de dinheiro em espécie, então a bandidagem vem pra Caruaru. Por outro lado Caruaru está num centro, num entroncamento rodoviário e que também é um problema e estamos discutindo a melhoria da segurança. Uma outra preocupação é com o crescimento urbano e com a verticalização, por isso o prefeito Tony Gel criou a Secretaria de Planejamento, porque só a Secretaria de Obras não estava dando conta e esse processo precisa ser controlado, porque o crescimento dos bairros exige toda uma infra-estrutura do poder público em investimento, em saneamento, atendimento de água, que muitas vezes não é compatível com o orçamento municipal. A Secretaria da Educação e a Secretaria da Infância e Juventude também têm trabalhos semanais na feira pra diminuir o trabalho infantil. Então, existem os problemas, mas a feira da sulanca é muito importante pra Caruaru, porque comerciantes do país inteiro vêm e deixam dinheiro para a região e todo governante quer isso pro seu município e o que precisamos é melhorar essa estrutura.

(Muito obrigada pela entrevista.)

ENTREVISTA 6

(Como IPEM tem se relacionado com o aglomerado produtivo de confecções do Agreste?)

Nós somos um órgão delegado do IMETRO. Ele tem empresas que são os seus credenciados em cada Estado. Há um convênio para nós fiscalizarmos uma pauta que abrange mais de 1300 produtos, especificamente na questão do Pólo de confecções. A preocupação do IMETRO é manter um padrão de qualidade. O princípio do IMETRO é promover a defesa do consumidor e estabelecer uma concorrência justa. Na questão do têxtil, é a mesma coisa, nós vamos nessas lojas verificar se o produto que está sendo confeccionado obedece as especificações da legislação típica do IMETRO sobre elas. Há quatro anos atrás, mais ou menos, houve um evento em Caruaru e foram convidados todos os lojistas pra explicar o papel do IPEM, porque eles tinham que seguir aquela portaria que o governo federal estava exigindo, as penalidades de quem não seguisse, o que é que iria acontecer, os procedimentos para seguir, onde tirar dúvidas, pois há um portal aberto na Internet que esclarece todas essas dúvidas, passo a passo. O objetivo é o seguinte: garantir que uma peça que tenha 10% de algodão, tantos por cento de poliéster, tantos por cento de tricoline, que ela seja certificada e tenha aquela etiqueta. A gente tenta ver se os padrões de confecções tem os requisitos mínimos daquela portaria.

(Essa portaria que o senhor está citando, refere-se a Lei da Etiqueta?)

Existe a lei da etiqueta e existem outras leis. Cada item que a gente fiscaliza existe uma lei que foi aprovada pelo Ministério.

(O senhor citou os lojistas, mas o IPEM acompanhou a feira também. Como isso aconteceu?)

Nós trabalhamos com quem vende confecções. Onde tiver um ponto de venda nós temos a obrigação de ir lá e verificar a qualidade do produto que está sendo feito, seja ele o que for.

(Os produtores do aglomerado de confecções colocam que na época da atuação do IPEM, lá na região, o órgão liberou para que eles se inscrevessem como pessoa jurídica ou como pessoa física. Isso aconteceu? De que forma?)

Eu desconheço essa informação e vou chamar uma pessoa aqui para explicar esse detalhe específico do avulso, porque, quando nós fiscalizamos, uma de nossas exigências é a identificação do fabricante. Pra isso nós exigimos o CPF. Por exemplo, se o produto está irregular, se foi um produto feito com imitação e a pessoa não legaliza o produto, nós fazemos um auto de infração. Nesse de infração, nós temos que encontrar o CPF do fabricante. Mas esse pedido de inscrição com CPF eu desconheço e vou chamar uma pessoa aqui.

2ª parte da entrevista:

A questão foi a seguinte, o IMETRO tentou ajudar ao pequeno pra ele se regularizar junto ao próprio IMETRO. Nós começamos a fazer um trabalho cansativo, porque cinco horas da manhã nós já estávamos na feira e concluimos em Toritama. O trabalho foi feito em três etapas. Em convênio com a prefeitura visitamos os sítios e entregamos panfletos. Na segunda etapa visitamos a feira. E na terceira etapa, se encontrasse um produto irregular no teu banco, eu apreendia o produto. Mas essa apreensão não geraria multa, e se você levasse a etiqueta direitinho a gente liberava o produto. Teria que ter todas essas fases, nas três cidades, antes da gente começar a apreender e multar. Na feira de Caruaru, como a feira tem mais de 6000 bancos, o trabalho ficou complicado e já fizemos a partir da segunda etapa do trabalho. Nessa época houve a febre da etiqueta. Depois, passou um mês, dois meses, não foi mais. Eles dizem, gastamos dinheiro em vão, os caras não vêm mais, então tem que ter continuidade.

(Os produtores queixam-se que no início podiam fazer as etiquetas com CPF e hoje exigem CNPJ. Por que isso mudou?)

Não. O IMETRO continua, deixou em aberto. Inclusive na nova resolução consta que tanto você poder ter identificação como pessoa jurídica como pessoa física. Isso não foi alterado. Eu não sei se funciona isso pra FAZENDA, que é outro tipo de fiscalização e outra atuação de governo. Porque você pode estar toda regularizada para o IMETRO, mas continua não recolhendo nada para o Estado. Então, você como pessoa física vai até um posto da coletoria, recolhe teu imposto e tudo bem, mas muita gente não faz isso.

(Como surgiu a necessidade do IPEM ter que atuar no aglomerado produtivo do Agreste?)

Como é de conhecimento, nas feiras da sulanca vêm caravanas de vários locais. Mas, uma das preocupações foi que cidades próximas, do Maranhão e do Pará, passaram a ser constantemente autuadas. E por que outros Estados estavam sendo autuados e Pernambuco não resolvia o problema? Então, o próprio IMETRO determinou que durante 90 dias não fossem fiscalizados e nem autuados os produtos nem de Toritama, nem de Santa Cruz e nem de Caruaru. E o IPEM Pernambuco faria um trabalho inicialmente de orientação e posteriormente de fiscalização. Então, o início foi a autuação em outros Estados. Os lojistas não tinham como comprovar a origem dos produtos e eram autuados, e esses produtos eram do Agreste de Pernambuco. Essa fiscalização já existia nos comércios formais, mas não nas feiras. E quem vem de outros Estados compra nas feiras e não nas lojas. O lojista que comprava num banco de feira que não era regularizado, não tinha como dar uma nota fiscal. Se você não tem como comprovar a origem do produto enquanto lojista, você responde. De repente, o barato saía caro. Então você comprava uma coisa mais barata e mais na frente

recebia uma multa. Muita gente aqui de Recife compra da sulanca sem especificações, não tem como comprovar a origem do produto, então nós autuamos.

(Muito obrigada pela entrevista.)

ENTREVISTA 7

Como a FIEPE se relaciona com as indústrias de confecções do Agreste pernambucano?

A FIEPE tem tido um papel importante nesse Pólo de Confecção. Hoje, os nossos serviços e os nossos produtos são ofertados às empresas de Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe, Toritama, Taquaritinga, Surubim e Riacho das Almas. Estamos trabalhando com um núcleo de lavanderias que pega alguns desses municípios.

(Como a FIEPE tem se articulado com outras entidades envolvidas com o aglomerado produtivo de confecções?)

O SEBRAE tem articulado um projeto e dividido com algumas entidades. A Associação Comercial e Industrial de Caruaru tem tido um destaque importante, porque conseguiu se envolver com a “Rodada de Negócios” e a FIEPE tem tido um papel nesse evento. Na questão da imagem e da competitividade a gente tem feito parcerias com o SEBRAE que vem trazer êxito para o segmento da confecção. Os produtos que nós ofertamos têm sido treinamentos e capacitação empresarial, focados na gestão e competitividade da empresa, como também na imagem. Na imagem nós temos a divulgação através de excursões a Estados produtores de moda, no nível do Rio Grande do Sul, São Paulo, Santa Catarina, Espírito Santo e Goiás. Como também realizando eventos que tragam novidades ao setor, pra que a confecção melhore a sua performance, a sua produção e também o seu design.

(Há algum projeto específico para a comercialização?)

Nós fizemos, em 2006, um projeto de eficiência pra comercialização. A gente fez um processo de capacitação com 10 empresas do Agreste e também fizemos um trabalho de mapear lojas e magazines em outros locais. Esse projeto está andando lentamente, mas é um projeto que tem tudo pra dar certo, porque vai colocar a confecção em outros ambientes que não sejam os regionais.

(Há alguma articulação de apoio aos fluxos de matéria-prima?)

Na verdade, a FIEPE, através dos seus sindicatos do vestuário e da indústria têxtil tem uma parceria promotora de eventos e já vem realizando, a cerca de 06 anos, a CONTEX, que é a Feira de Componentes Têxteis do Agreste. Esta feira trouxe muitos resultados, mas ainda é insuficiente. A FIEPE, juntamente com o governo do Estado, tem uma preocupação de que o nosso Arranjo Produtivo seja mais articulado, seja mais competente, trazendo empresas que possam vir a suprir esses componentes têxteis, que a matéria-prima esteja mais próxima dos empresários. A indústria têxtil da malha e do jeans ainda está muito distante, então tem tido

essa articulação do Estado com a Federação das Indústrias para que essa cadeia produtiva seja mais completa.

(A FIEPE também tem alguma articulação com as micro e pequenas indústrias informais, já que mais de 90% do aglomerado produtivo se encontra na informalidade?)

A FIEPE tem tido um papel importante com a média e pequena empresa, mas quando se relaciona com a informalidade, isso tem que ser um trabalho de política pública de cada município. Inclusive, no planejamento para 2009, já conversamos com o SEBRAE, para participar, junto dos municípios, com ações que possam diminuir, efetivamente, essa informalidade no Pólo de Confecção.

(Existem outras articulações da FIEPE, com órgãos públicos, que atenda ao Aglomerado de Confecções?)

A Federação das Indústrias, hoje, tem uma articulação muito grande com a ADDIPER, que é um órgão de fomento e também com uma entidade alemã. A FIEPE fez um convênio com a BFZ do Estado da Baviera, na Alemanha, através do Projeto Cooperar, visando trabalhar a sustentabilidade das empresas, a sustentabilidade do setor e a sustentabilidade do meio ambiente. Temos um exemplo concreto que é uma lavanderia em Toritama: a empresa Mamute, que faz parte desse projeto que foi desenvolvido, a partir desse convênio com o BFZ, onde técnicos da Alemanha implementaram e financiaram esse projeto e hoje é uma empresa de referência, aqui, no Pólo de confecção na questão ambiental para o tratamento dos seus efluentes e também dos seus resíduos sólidos. Essa parceria tem trazido muitos resultados. E, hoje, nós estamos com um pré-projeto para apresentar ao governo de Caruaru e poderemos criar o Distrito Industrial de Lavanderias, para que nesse distrito possa ser feito o tratamento desses resíduos sólidos e também dos efluentes em Caruaru. A FIEPE, juntamente com o SINDIVEST e o Ministério Público, vem liderando e apoiando essa sustentabilidade, para tornar o processo de lavagem um processo sadio, que não venha a agredir o meio ambiente.

(Muito obrigada pela entrevista.)

ENTREVISTA 8

Como o Banco do Nordeste tem se relacionado com o aglomerado produtivo de confecções do Agreste/PE?

No ano passado nós começamos a trabalhar, pra valer mesmo, dando prioridade a têxtil e confecções. E nós desconhecíamos, amiúde, a atividade. Por isso, a gente teve que se aproximar e se articular. Qual foi o passo? A ACIC, que tem uma câmara setorial da moda, através de Valdir Rocha. Aí nós ficamos participando de reuniões da câmara setorial, porque nessas reuniões surgem as dificuldades, os problemas da atividade. A gente tinha que conhecer o segmento e com isso a gente tem a noção de quem são os grandes produtores da região. Esse Pólo de Confecções do Agreste pega Caruaru, Toritama e Santa Cruz do Capibaribe, os principais. Embora a gente saiba que existem outros municípios que atuam: São Caetano, Surubim... vários municípios. A nossa jurisdição é de 15 municípios, mas a gente deu prioridade a esses três. Então, nessas reuniões ficamos atualizados sobre os eventos, feiras de negócios, o ITEP, o projeto “Lavar sem sujar”. A governança que tem está com o SENAI, SEBRAE, ITEP, o SINDIVEST, as três associações... Fizemos um pequeno diagnóstico, através dos parceiros, embora que esse diagnóstico foi da UFPE/SEBRAE e está desatualizado, mas foi o único meio de termos informações, porque tem muita informalidade. Então, começamos prospectando negócios visitando as associações: ACIT e ASCAP. A gente verificou que o número de associados é pequeno em relação a quantidade de produtores, porque mais de 20.000 pessoas estão envolvidas no processo como um todo. Cada associação tem no máximo 100 pessoas, sendo pequena a parte associativista, além de muita informalidade. A gente começou visitando aquelas pessoas que tinham um trabalho mais consistente, menor risco possível para o financiamento. A gente também fez um trabalho visitando as lavanderias pra ver se a gente tinha condição de dar um apoio financeiro, porque a gente tem uma linha de crédito específica do FNE para meio ambiente. Mas, uma dificuldade que a gente teve foi referente às licenças ambientais. Em Toritama é mais fácil, porque lá é bem estruturado, mas aqui está caminhando, mas pouco. Então, está num processo, mas bem adiantado. O que a gente financiou mais foi capital de giro, giro simples, giro pra insumo, pra investimento, aquisição de máquinas... A meta daqui foi expressiva e a gente atingiu, porque o setor é bem dinâmico. Há uma reclamação recorrente desse pessoal devido à carga tributária. E outra dificuldade que a gente tem é referente à documentação, porque se exige um aval e precisa ter a comprovação de bens. E esse pessoal reclama que

demora muito pra legalizar um imóvel... é a versão deles. Ele tem que comprovar que tem recursos pra honrar o financiamento e essa comprovação é documental. E às vezes ele tem um prédio (grande), mas não está legalizado. Está como um terreninho, com um recibo, não é nem escritura pública. Então, a gente tenta facilitar pra garantir a melhoria do volume de negócios, porque os juros do FNE são imbatíveis, porque é dinheiro constitucional. Nenhuma outra instituição tem recursos financeiros como o do FNE. E nós vamos continuar esse ano, dando apoio dentro das condições normativas do Banco, ao segmento de têxtil e confecções. (Nessas reuniões há articulação com as prefeituras onde o aglomerado produtivo se desenvolve?)

Não. Como a gente está participando da Câmara Setorial, que se reúne na ACIC, ali tem o Sistema “S”, empresários do segmento, associações de classe ... As reuniões que eu participei, parece que foi, uma vez ou duas, que participou um órgão municipal. Só quando tem uma demanda de maior relevância aí eles ocupam esse pessoal, não é que eles não queiram participar. Tem entidades que estão mais presentes: o SINDIVEST, o ITEP (que está montando um laboratório de lavanderias), o SEBRAE, o SENAI, o Banco... A gente sempre está prospectando negócios. Há muitas reclamações por parte deles, principalmente por causa da água. Muita gente se utiliza de carro pipa, que a água da COMPESA encarece um pouco, o tratamento primário dos afluentes. Mas, é como eu falei, o processo é muito dinâmico e tem pouca gente trabalhando como associado, mas o associativismo aqui no Nordeste o pessoal não se engaja muito. Eu creio que quanto mais gente se integrar, as ações facilitam mais. Era imprescindível a entrada do banco nesse processo, pra se conhecer, e precisava a gente estar bem perto pra acompanhar. E a gente visita os empresários, como também existem demandas espontâneas, que o cliente vem procurar na agência. Geralmente, eu visito a empresa, levo material, informativo, ficha de cadastro... Facilita a vida dele. A gente não tem a agência física, mas trabalha itinerantemente, a demanda que tiver a gente chega lá. Não só esses três municípios principais, mas chega um município da nossa jurisdição, por exemplo São Caetano, que tenha confecção e se enquadre, a gente atende. No caso urbano o FNE é mais em conta e no caso do rural, a gente teve muita gente que procurou o Agro amigo, pra comprar máquina de costura, mulheres pra gerar, e a gente financia também. Como também, muitos informais procuram o Crediamigo, que atende àqueles que não possuem CNPJ, e através de um grupo de amigos e comprovando que possuem um negócio, a pelo menos um ano de funcionamento, também são atendidos com um pequeno financiamento.

(Muito obrigada pelas informações.)

ANEXOS

Lei do ICMS - LEI Nº 10.259/89 e alterações

SEÇÃO VII Das Alíquotas

Art. 23. As alíquotas do imposto são as seguintes:

I - nas operações internas:

a) 25% (vinte e cinco por cento) para os produtos considerados supérfluos, nos termos de acordo celebrado entre os Estados, utilizadas as Normas Brasileiras de Mercadorias - NBM para identificação desses produtos;

b) 17% (dezesete por cento) nos demais casos;

II - 17% (dezesete por cento) ou 25% (vinte e cinco por cento), conforme o disposto no inciso anterior, nas operações interestaduais, quando a mercadoria ou a prestação não forem destinadas a produção, comercialização ou industrialização, observado o disposto no § 2º;

III - 12% (doze por cento) nas operações ou prestações interestaduais que destinem mercadoria ou serviço a contribuinte para fim de industrialização, fabricação de semi-elaborado, comercialização ou produção, observado o disposto no § 2º;

IV - 17% (dezesete por cento) ou 25% (vinte e cinco por cento), conforme o disposto no inciso I, nas operações de importação do exterior;

V - 13% (treze por cento) na exportação de mercadoria ou serviço para o exterior;

VI - 17% (dezesete por cento) nas demais operações.

§ 1º As alíquotas de que trata o "caput" poderão ser alteradas, mediante Lei Estadual:

I - nas operações internas, atendidos, quando instituídos, os limites mínimos e máximos fixados pelo Senado Federal, nas hipóteses previstas na Constituição Federal;

II - nas operações internas, quando os Estados e o Distrito Federal, nos termos de Lei complementar, fixarem alíquotas inferiores à mínima estabelecida pelo Senado.

§ 2º Relativamente às operações que destinem bens e serviços a consumidor final localizado em outra Unidade da Federação, será adotada:

I - a alíquota prevista no inciso III do "caput", quando o destinatário for contribuinte do imposto;

II - as alíquotas previstas no inciso II do "caput", conforme o caso, quando o destinatário não for contribuinte do imposto.

§ 3º Na hipótese do inciso I do parágrafo anterior, caberá à outra Unidade da Federação da localização do destinatário o imposto correspondente à diferença entre a alíquota interna e a interestadual.

§ 4º A alíquota de 25% (vinte e cinco por cento) prevista no inciso I, a, deste artigo, somente será aplicada quando Lei Estadual, com base em proposta do Poder Executivo, relacionar quais os produtos que serão considerados como supérfluos, levando-se em conta, essencialmente, a sua importância sócio-econômica para o Estado.

LEI Nº 12.431, DE 29 DE SETEMBRO DE 2003.

Institui sistemática de tributação referente ao ICMS incidente nas operações com tecidos, artigos de armarinho e confecções.

O VICE-GOVERNADOR NO EXERCÍCIO DO CARGO DE GOVERNADOR DO ESTADO DE PERNAMBUCO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a implementar, mediante decreto, sistemática de tributação, apuração e recolhimento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, conforme prevista nesta Lei, com referência às operações realizadas com tecidos, artigos de armarinho e confecções.

Parágrafo único. O disposto no "caput" deste artigo não se aplica às operações com confecções produzidas fora do Estado.

Art. 2º A sistemática de que trata o art. 1º pode ser adotada por estabelecimento comercial atacadista com preponderância de faturamento relativa a tecidos e artigos de armarinho e por estabelecimento industrial com preponderância de faturamento relativa a confecções, cujo número de inscrição no Cadastro de Contribuintes do Estado de Pernambuco - CACEPE tenha o algarismo 1 (um) como 3º (terceiro) dígito, condicionando-se o uso da mencionada sistemática:

I - ao credenciamento do contribuinte interessado, conforme dispuser o decreto de que trata o art. 1º;

II - ao regular cumprimento da obrigação tributária principal, em especial o recolhimento do valor do imposto devido pelo contribuinte, relativamente às saídas subseqüentes que promover, nos termos previstos no decreto mencionado no inciso I.

Parágrafo único. O descumprimento de qualquer das condições previstas neste artigo implica a não-utilização do benefício, na forma estabelecida no decreto mencionado no inciso I do "caput".

Art. 3º Relativamente ao estabelecimento comercial atacadista de tecidos e artigos de armarinho, nos termos do art. 2º, devem ser observadas as seguintes normas:

I - recolhimento antecipado do valor relativo ao imposto correspondente à saída subseqüente da mercadoria, que deverá ser calculado mediante aplicação dos seguintes percentuais sobre o valor da respectiva entrada:

- a) 6% (seis por cento), quando se tratar de mercadoria adquirida nas Regiões Sul e Sudeste, exceto Espírito Santo;
- b) 4% (quatro por cento), quando se tratar de mercadoria adquirida nas Regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e no Estado do Espírito Santo;
- c) 1% (um por cento), quando se tratar de mercadoria adquirida neste Estado;

II - redução de base de cálculo do imposto nas saídas internas destinadas a indústria de confecções, de tal forma que a carga tributária efetiva corresponda ao percentual de 12% (doze por cento) sobre o valor da operação;

III - não-exigência do estorno proporcional do crédito relativo às operações e às prestações anteriores à saída mencionada no inciso II.

Parágrafo único. O Poder Executivo poderá, mediante decreto, estender a redução de base de cálculo e a não-exigência do estorno proporcional do crédito, de que tratam os incisos II e III do "caput", às operações de saída

interna destinada a outro estabelecimento comercial.

Art. 4º Relativamente ao estabelecimento industrial de confecções, nos termos do art. 2º, devem ser observadas as seguintes normas:

I - recolhimento antecipado de valor relativo ao imposto correspondente à saída subsequente da mercadoria, que deverá ser calculado mediante aplicação dos seguintes percentuais sobre o valor da respectiva entrada:

a) 6% (seis por cento), quando se tratar de mercadoria adquirida nas Regiões Sul e Sudeste, exceto Espírito Santo;

b) 4% (quatro por cento), quando se tratar de mercadoria adquirida nas Regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e no Estado do Espírito Santo;

II - crédito presumido de 75% (setenta e cinco por cento) do saldo devedor do imposto.

Parágrafo único. O Poder Executivo poderá, mediante decreto, após avaliação da sistemática de que trata o art. 1º, alterar o percentual referido no inciso II do "caput", inclusive mediante sua ampliação para até 85% (oitenta e cinco por cento).

Art. 5º O disposto no art. 2º não se aplica às operações:

I - sujeitas à antecipação com ou sem substituição tributária;

II - contempladas com redução de base de cálculo, crédito presumido ou qualquer outro mecanismo ou incentivo que resulte em carga tributária reduzida;

III - realizadas por empresa beneficiária do Programa de Desenvolvimento do Estado de Pernambuco - PRODEPE.

Art. 6º A utilização da sistemática de que trata o art. 1º não deve implicar diminuição da arrecadação do ICMS relativamente ao segmento a que pertencer o contribuinte.

Parágrafo único. Na hipótese de ser constatada como causa da mencionada diminuição da arrecadação a utilização da sistemática de que trata o art. 1º, o Poder Executivo, por intermédio da Secretaria da Fazenda, deve promover a suspensão, total ou parcial, da referida sistemática, passando a vigorar a carga tributária em uso antes da vigência da presente Lei.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 29 de setembro de 2003.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DO CAMPO DAS PRINCESAS, em 29 de setembro de 2003.

JOSÉ MENDONÇA BEZERRA FILHO

Governador do Estado em exercício

MOZART DE SIQUEIRA CAMPOS ARAÚJO

DECRETO Nº 25.936, DE 29 DE SETEMBRO DE 2003.

Dispõe sobre a sistemática de tributação referente ao ICMS incidente nas operações com tecidos, artigos de armarinho e confecções.

O VICE-GOVERNADOR NO EXERCÍCIO DO CARGO DE GOVERNADOR DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 37, IV, da Constituição Estadual, considerando a necessidade de instituir sistemática de tributação do ICMS incidente nas operações com tecidos, artigos de armarinho e confecções,

DECRETA:

Art. 1º A sistemática simplificada de tributação do ICMS relativa às operações realizadas com tecidos, artigos de armarinho e confecções deve ser adotada de acordo com as disposições contidas neste Decreto.

Parágrafo único. O disposto no "caput" não se aplica às operações com confecções produzidas fora do Estado.

Art. 2º A sistemática de que trata o art. 1º pode ser adotada por estabelecimento comercial atacadista com preponderância de faturamento relativa a tecidos e artigos de armarinho e por estabelecimento industrial com preponderância de faturamento relativa a confecções, cujo número de inscrição no Cadastro de Contribuintes do Estado de Pernambuco - CACEPE tenha o algarismo 1 (um) como 3º (terceiro) dígito, condicionando-se o uso da mencionada sistemática:

I - ao credenciamento do contribuinte, observando-se:

- a) considera-se credenciado o contribuinte que esteja em situação cadastral regular na data de publicação do presente Decreto;
- b) o descredenciamento e o recredenciamento serão disciplinados em portaria do Secretário da Fazenda;

II - ao regular cumprimento da obrigação tributária principal.

Parágrafo único. O descumprimento de qualquer das condições previstas neste artigo poderá implicar, conforme determinar portaria do Secretário da Fazenda, a não-utilização da redução da base de cálculo e da utilização do crédito presumido previstos nos arts. 3º, II, e 4º, II, relativamente às saídas promovidas no período fiscal em que ocorrer o mencionado descumprimento.

Art. 3º Relativamente ao estabelecimento comercial atacadista de tecidos e artigos de armarinho, nos termos do art. 2º, devem ser observadas as seguintes normas:

I - recolhimento antecipado do valor relativo ao imposto correspondente à saída subsequente da mercadoria, que deverá ser calculado mediante aplicação dos seguintes percentuais sobre o valor da respectiva entrada:

- a) 6% (seis por cento), quando se tratar de mercadoria adquirida nas Regiões Sul e Sudeste, exceto Espírito Santo;
- b) 4% (quatro por cento), quando se tratar de mercadoria adquirida nas Regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e no Estado do Espírito Santo;
- c) 1% (um por cento), quando se tratar de mercadoria adquirida neste Estado;

II - redução de base de cálculo do imposto nas saídas internas destinadas a indústria de confecções, de tal forma que a carga tributária efetiva corresponda ao percentual de 12% (doze por cento) sobre o valor da operação;

III - não-exigência do estorno proporcional do crédito relativo às operações e às prestações anteriores à saída

mencionada no inciso II.

Art. 4º Relativamente ao estabelecimento industrial de confecções, nos termos do art. 2º, devem ser observadas as seguintes normas:

I - recolhimento antecipado de valor relativo ao imposto correspondente à saída subsequente da mercadoria, que deverá ser calculado mediante aplicação dos seguintes percentuais sobre o valor da respectiva entrada:

a) 6% (seis por cento), quando se tratar de mercadoria adquirida nas Regiões Sul e Sudeste, exceto Espírito Santo;

b) 4% (quatro por cento), quando se tratar de mercadoria adquirida nas Regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e no Estado do Espírito Santo;

II - crédito presumido de 75% (setenta e cinco por cento) do saldo devedor do imposto.

Art. 5º O recolhimento antecipado do imposto previsto nos arts. 3º, I, e 4º, I, deve ocorrer mediante Documento de Arrecadação Estadual - DAE, sob os seguintes códigos de receita e nos prazos respectivamente indicados:

I - 058-2, relativamente ao recolhimento antecipado previsto no art. 3º, I, "a" e "b", e no art. 4º, I, "a" e "b": no último dia do mês subsequente ao da entrada da mercadoria;

II - 009-4, relativamente ao recolhimento antecipado previsto no art. 3º, I, "c": no prazo normal da categoria do contribuinte, no período fiscal subsequente ao da entrada da mercadoria.

Art. 6º A sistemática prevista neste Decreto não se aplica às operações:

I - sujeitas à antecipação com ou sem substituição tributária;

II - contempladas com redução de base de cálculo, crédito presumido ou qualquer outro mecanismo ou incentivo que resulte em carga tributária reduzida;

III - realizadas por empresa beneficiária do Programa de Desenvolvimento do Estado de Pernambuco - PRODEPE.

Art. 7º A escrituração das operações realizadas pelo contribuinte que adotar a sistemática prevista neste Decreto deve ser efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas em portaria do Secretário da Fazenda.

Art. 8º A utilização da sistemática de que trata este Decreto:

I - não deve implicar diminuição da arrecadação do ICMS relativamente ao segmento a que pertencer o contribuinte;

II - dispensa a antecipação do recolhimento do imposto, prevista no art. 54, V, do Decreto nº 14.876, de 12 de março de 1991, e alterações, na aquisição efetuada em outra Unidade da Federação de mercadoria beneficiada com a referida sistemática.

Parágrafo único. Na hipótese de a utilização da sistemática de que trata este Decreto ser constatada como causa da diminuição da arrecadação do ICMS de que trata o inciso I, a Secretaria da Fazenda, mediante portaria, deve promover a suspensão, total ou parcial, da referida sistemática, passando a vigorar a carga tributária em uso antes da vigência do presente Decreto.

Art. 9º Os benefícios previstos no presente Decreto poderão, a qualquer tempo, por meio de decreto específico, ser reduzidos, suspensos ou cancelados, a depender da política industrial, comercial ou de serviços adotada pelo Estado.

Art. 10. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, produzindo efeitos a partir de 29 de setembro de

2003.

Art. 11. Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DO CAMPO DAS PRINCESAS, em 29 de setembro de 2003.

JOSÉ MENDONÇA BEZERRA FILHO

Governador do Estado em exercício

MOZART DE SIQUEIRA CAMPOS ARAÚJO

LEI Nº 13.359, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2007.

Estabelece valor fixo para recolhimento do ICMS por microempresa optante do Simples Nacional.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE PERNAMBUCO: Faço saber que a Assembléia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte Lei: Art. 1º Com base na previsão contida no § 18 do art. 18 da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, incorporada à legislação estadual pela Lei nº 13.263, de 29 de junho de 2007, para efeito de recolhimento mensal do ICMS por microempresa optante do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, pertencente ao Pólo de Confecções da Mesorregião Agreste, ficam estabelecidos os seguintes valores fixos, de acordo com o montante da respectiva receita bruta auferida no ano-calendário anterior:

I - R\$ 20,00 (vinte reais), na hipótese de receita bruta de até R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais); II - R\$ 30,00 (trinta reais), na hipótese de receita bruta de R\$ 40.001,00 (quarenta mil e um reais) até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais); III - R\$ 40,00 (quarenta reais), na hipótese de receita bruta de R\$ 80.001,00 (oitenta mil e um reais) até R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais). § 1º Relativamente ao recolhimento do valor fixo previsto no "caput": I - deve ser efetuado independentemente da ocorrência de operações ou prestações, bem como do volume destas, no correspondente período fiscal; II - não desobriga o contribuinte do pagamento do imposto devido nos termos do § 1º, XIII, do art. 13 da Lei Complementar ali referida. § 2º Para efeito do disposto neste artigo, será observado: I - o artigo 12 da Resolução CGSN nº 005, de 30 de maio de 2007, que disciplina a adoção pelas Unidades da Federação do valor fixo previsto no "caput", bem como as demais normas relativas ao Simples Nacional; II - o disposto em decreto do Poder Executivo relativamente ao Pólo de Confecções da Mesorregião Agreste. Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2008. Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DO CAMPO DAS PRINCESAS, em 13 de dezembro de 2007. **EDUARDO HENRIQUE ACCIOLY CAMPOS** Governador do Estado **DJALMO DE OLIVEIRA LEÃO LUIZ RICARDO LEITE DE CASTRO LEITÃO FRANCISCO TADEU BARBOSA DE ALENCAR**

LEI Nº 13.385, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2007.

Altera a Lei nº 12.431, de 29 de setembro de 2003, que institui a sistemática de tributação referente ao ICMS incidente nas operações com fios, tecidos, artigos de armarinho e confecções.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE PERNAMBUCO: Faço saber que a Assembléia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte Lei: Art. 1º A partir de 01 de janeiro de 2008, relativamente à sistemática de tributação referente ao ICMS incidente nas operações com fios, tecidos, artigos de armarinho e confecções, prevista na Lei nº 12.431, de 29 de setembro de 2003, e alterações: I – ficam concedidos os seguintes benefícios: a) redução da base de cálculo do ICMS nas saídas internas promovidas por estabelecimento industrial de fiação e tecelagem, de tal forma que a carga tributária corresponda ao montante resultante da aplicação de 7% (sete por cento) sobre o valor das mencionadas saídas, não sendo exigido o estorno proporcional do crédito fiscal relativo às respectivas aquisições; b) crédito presumido em valor correspondente ao montante resultante da aplicação de 90% (noventa por cento) sobre o saldo devedor do imposto apurado no período fiscal por estabelecimento industrial de confecções e artigos de armarinho localizado na Mesorregião Agreste do Estado; II – fica estabelecido o dia 31 de dezembro de 2007 como termo final para a antecipação do recolhimento do imposto prevista nos termos do art. 3º, I, "c", da mencionada Lei, para o estabelecimento comercial atacadista de tecidos e artigos de armarinho. § 1º Relativamente ao disposto no inciso I do "caput", deve ser observado o seguinte: I – na hipótese da sua alínea "a", o benefício ali referido poderá ser usufruído cumulativamente com aqueles previstos na Lei nº 11.675, de 11 de outubro de 1999, e alterações, que trata do Programa de Desenvolvimento do Estado de Pernambuco - PRODEPE; II – a utilização dos benefícios ali mencionados não poderá acarretar acúmulo de crédito, devendo o montante do crédito não-utilizado ser estornado no respectivo período fiscal. § 2º Os benefícios previstos na sistemática a que se refere o "caput" poderão, a qualquer tempo, ser reduzidos, suspensos ou cancelados, por meio de decreto específico, não gerando, nesse caso, quaisquer direitos para os beneficiários. Art. 2º Em decorrência do disposto no art. 1º, a Lei nº 12.431, de 29 de setembro de 2003, e alterações, passa a vigorar com as seguintes modificações: "Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a implementar, mediante decreto, sistemática de tributação, apuração e recolhimento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de

Comunicação - ICMS, conforme prevista nesta Lei, com referência às operações realizadas com fios, tecidos, artigos de armarinho e confecções. (NR)

Art. 2º A sistemática de que trata o art. 1º pode ser adotada por estabelecimento inscrito no Cadastro de Contribuintes do Estado de Pernambuco – CACEPE sob o regime normal e cuja natureza seja: (NR) I - comercial atacadista com preponderância de faturamento relativo a tecidos ou artigos de armarinho; (REN) II - industrial com preponderância de faturamento relativo a: (REN) a) confecções; (REN) b) a partir de 01 de maio de 2006, artigos de armarinho (Lei nº 13.023, de 19.05.2006); (REN) c) a partir de 01 de janeiro de 2008, fios e tecidos. (ACR) § 1º O uso da sistemática referida no "caput" fica condicionado: (REN)

I – ao credenciamento do contribuinte interessado, conforme dispuser o decreto que implementar a mencionada sistemática, conforme previsto no art. 1º; (REN)

II – ao regular cumprimento da obrigação tributária principal, em especial o recolhimento do valor do imposto devido pelo contribuinte, relativamente às saídas subseqüentes que promover, nos termos previstos no decreto mencionado no inciso I. (REN) § 2º O descumprimento de qualquer das condições previstas no § 1º implica a não-utilização do benefício, na forma estabelecida no decreto mencionado no seu inciso I. (REN/NR) Art. 3º

Relativamente ao estabelecimento comercial atacadista de tecidos ou artigos de armarinho, nos termos do art. 2º, I, devem ser observadas as seguintes normas: (NR)

I - recolhimento antecipado do valor relativo ao imposto correspondente à saída subseqüente da mercadoria, que deverá ser calculado mediante aplicação dos seguintes percentuais sobre o valor da respectiva entrada: c) até 31 de dezembro de 2007, 1% (um por cento) quando se tratar de mercadoria adquirida neste Estado; (NR) Art. 4º Relativamente ao estabelecimento industrial, nos termos do art. 2º, II, devem ser observadas as seguintes normas: (NR) I – na hipótese de estabelecimento industrial de confecções ou artigos de armarinho: (NR) a) recolhimento antecipado de valor relativo ao imposto correspondente à saída subseqüente da mercadoria, que deverá ser calculado mediante aplicação dos seguintes percentuais sobre o valor da respectiva entrada: (REN)

1. 6% (seis por cento), quando se tratar de mercadoria adquirida nas Regiões Sul e Sudeste, exceto Espírito Santo; (REN) 2. 4% (quatro por cento), quando se tratar de mercadoria adquirida nas Regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e no Estado do Espírito Santo; (REN) b) crédito presumido equivalente ao valor resultante da aplicação dos seguintes percentuais sobre o saldo devedor do imposto apurado no período fiscal: (REN/NR) 1. a partir de 01 de janeiro de 2008, 90% (noventa por cento), no caso de estabelecimento localizado na Mesorregião Agreste do Estado; (ACR) 2. 75% (setenta e cinco por cento), nos demais casos; (REN) II – a partir de 01 de janeiro de 2008, na hipótese de estabelecimento industrial de fiação e tecelagem, redução da base de cálculo do imposto, nas saídas internas que promover, de tal forma que a carga tributária corresponda ao montante resultante da aplicação de 7% (sete por cento) sobre o valor das mencionadas saídas, não sendo exigido o estorno proporcional do crédito fiscal relativo às respectivas aquisições. (ACR) Parágrafo único. O Poder Executivo poderá, mediante decreto, após avaliação da sistemática de que trata o art. 1º, alterar o percentual referido no inciso I, "b", 2, do "caput", inclusive mediante sua ampliação para até 85% (oitenta e cinco por cento). (NR) Art. 5º O disposto no art. 2º não se aplica às operações: III – realizadas por empresa beneficiária do Programa de Desenvolvimento do Estado de Pernambuco – PRODEPE, exceto na hipótese prevista no art. 4º, II. (NR) Art. 6º Com referência à sistemática de que trata o art. 1º: (NR/ACR) I – sua utilização não deve implicar diminuição da arrecadação do ICMS relativamente ao segmento a que pertencer o contribuinte; II – sua utilização não deverá acarretar acúmulo de crédito, devendo o montante do crédito não-utilizado ser estornado no respectivo período fiscal; III – os benefícios nela previstos poderão, a qualquer tempo, ser reduzidos, suspensos ou cancelados por meio de decreto específico, não gerando, nesse caso, quaisquer direitos para os beneficiários. Parágrafo único. REVOGADO" Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação. Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário, em especial o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 12.431, de 29 de setembro de 2003, e alterações. **PALÁCIO DO CAMPO DAS PRINCESAS**, em 24 de dezembro de 2007.

EDUARDO HENRIQUE ACCIOLY CAMPOS Governador do Estado **LUIZ RICARDO LEITE DE CASTRO LEITÃO DJALMO DE OLIVEIRA LEÃO FRANCISCO TADEU BARBOSA DE ALENCAR**

LEI Nº 13.516, DE 27 DE AGOSTO DE 2008.

Altera a Lei nº 12.431, de 29 de setembro de 2003, que institui a sistemática de tributação referente ao ICMS incidente nas operações com fios, tecidos, artigos de armarinho e confecções.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE PERNAMBUCO:**Faço saber que a Assembléia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte Lei:**

Art. 1º A partir de 30 de junho de 2008, relativamente à sistemática de tributação referente ao ICMS incidente nas operações com fios, tecidos, artigos de armarinho e confecções, prevista na Lei nº 12.431, de 29 de setembro de 2003, e alterações, deverão ser observadas as seguintes normas, em relação ao estabelecimento comercial atacadista:

I - redução da base de cálculo nas importações de mercadorias, de tal forma que a carga tributária corresponda ao montante resultante da aplicação de 5% (cinco por cento) sobre o valor da base de cálculo relativa à mercadoria importada, nos termos estabelecidos na legislação tributária, desde que o respectivo ICMS seja recolhido por ocasião do desembaraço aduaneiro;

II - crédito presumido no montante equivalente a 12% (doze por cento) sobre o valor da operação de saída de mercadoria importada, condicionado o seu uso ao efetivo pagamento do imposto por ocasião do desembaraço aduaneiro, vedada a utilização de quaisquer outros créditos.

Parágrafo único. Os benefícios previstos na sistemática a que se refere o "caput" deste artigo poderão, a qualquer tempo, ser reduzidos, suspensos ou cancelados, por meio de decreto específico, não gerando, nesse caso, quaisquer direitos para os beneficiários.

Art. 2º Em decorrência do disposto no art. 1º, a Lei nº 12.431, de 29 de setembro de 2003, e alterações, passa a vigorar com as seguintes modificações:

"Art. 3º Relativamente ao estabelecimento comercial atacadista de tecidos ou artigos de armarinho, nos termos do art. 2º, I, devem ser observadas as seguintes normas:

II – redução de base de cálculo do imposto: (NR)

a) de tal forma que a carga tributária efetiva corresponda ao percentual de 12% (doze por cento) sobre o valor da operação: (REN/ACR)

1. até 29 de junho de 2008, de saída interna destinada a indústria de confecção; (REN)

2. no período de 01 de abril a 29 de junho de 2008, de saída interna para estabelecimento comercial; (ACR)

3. a partir de 30 de junho de 2008, de saída interna, independentemente do destinatário; (ACR)

b) a partir de 30 de junho de 2008, nas importações, de tal forma que a carga tributária corresponda ao montante resultante da aplicação de 5% (cinco por cento) sobre o valor da base de cálculo relativa à mercadoria importada, nos termos estabelecidos na legislação tributária, desde que o respectivo ICMS seja recolhido por ocasião do desembaraço aduaneiro; (ACR)

IV – a partir de 30 de junho de 2008, crédito presumido no montante equivalente a 12% (doze por cento) do valor da operação de saída de mercadoria importada, condicionado o seu uso ao efetivo pagamento do ICMS relativo à respectiva importação, vedada a utilização de quaisquer outros créditos. (ACR)

Art. 6º Com referência à sistemática de que trata o art. 1º:

II – sua utilização não deverá acarretar acúmulo de crédito, devendo o montante do crédito não-utilizado ser estornado no respectivo período fiscal: (NR)

a) no período de 25 de dezembro de 2007 a 29 de junho de 2008, relativamente aos contribuintes indicados no art. 2º; (REN)

b) a partir de 30 de junho de 2008, apenas na hipótese de estabelecimento industrial com preponderância de faturamento relativo a fios e tecidos, nos termos do art. 2º, II, "c"; (ACR) ".

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DO CAMPO DAS PRINCESAS, em 27 de agosto de 2008.

EDUARDO HENRIQUE ACCIOLY CAMPOS

Governador do Estado LUIZ RICARDO LEITE DE CASTRO LEITÃO DJALMO DE
OLIVEIRA LEÃO FRANCISCO TADEU BARBOSA DE ALENCAR